

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	8
3.4 - Política de destinação dos resultados	9
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	13
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	16
3.9 - Outras informações relevantes	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	18
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	32
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	33
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	35
4.5 - Processos sigilosos relevantes	36
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	37
4.7 - Outras contingências relevantes	38
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	39

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	40
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	43
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	46
5.4 - Outras informações relevantes	47

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	49
6.3 - Breve histórico	50
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	55
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	83
6.7 - Outras informações relevantes	84

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	85
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	88
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	90
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	103
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	104
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	122
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	123
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	124
7.9 - Outras informações relevantes	127

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico	130
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	135
8.3 - Operações de reestruturação	136
8.4 - Outras informações relevantes	138

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	140
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	142

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	143
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	148
9.2 - Outras informações relevantes	159

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	160
10.2 - Resultado operacional e financeiro	182
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	185
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	186
10.5 - Políticas contábeis críticas	187
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	188
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	189
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	190
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	191
10.10 - Plano de negócios	192
10.11 - Outros fatores com influência relevante	193

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	194
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	195

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	196
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	202
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	205
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	206
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	207
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	208
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	215
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	217

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	218
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	222
12.12 - Outras informações relevantes	223

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	225
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	228
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	232
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	234
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	237
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	238
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	242
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	243
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	245
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	246
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	247
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	248
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	249
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	250
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	251
13.16 - Outras informações relevantes	252

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	253
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	255
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	256

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	258
--	-----

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária	259
15.3 - Distribuição de capital	357
15.4 - Organograma dos acionistas	358
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	359
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	361
15.7 - Outras informações relevantes	362

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	363
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	364
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	407

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social	409
17.2 - Aumentos do capital social	410
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	414
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	415
17.5 - Outras informações relevantes	416

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	417
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	419
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	420
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	421
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	423
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	428

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	429
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	430
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	431
18.10 - Outras informações relevantes	432
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	433
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	434
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	435
19.4 - Outras informações relevantes	436
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	437
20.2 - Outras informações relevantes	439
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	440
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	441
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	442
21.4 - Outras informações relevantes	443
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	444
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	445
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	446
22.4 - Outras informações relevantes	447

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cristiano Correa de Barros

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Período de prestação de serviço	21/01/2008 a 30/06/2012		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis da Renova Energia S.A. ("Companhia") e suas controladas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável, tendo em vista o disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2014.		
Justificativa da substituição	Tendo em vista a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria – NBC TA 600, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade em 27 de novembro de 2009, que torna o auditor responsável por todas as informações consolidadas do grupo econômico, conjugada com o artigo 31 da Instrução CVM nº 308 de 14 de maio de 1999, conforme alterada, que dispõe sobre a rotatividade dos auditores independentes a cada 5 (cinco) anos, sendo assim a mudança de auditores realizada pelos principais acionistas controladores da Companhia foi o fator que motivou a alteração de auditores da Companhia e de suas controladas.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica		

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Luiz Ribeiro de carvalho	01/01/2011 a 30/06/2012	007.769.948-32	Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, 17º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (11) 21833000, Fax (11) 21833001, e-mail: jcarvalho@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/07/2012
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Renova Energia S.A. ("Companhia") contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) de revisão de informações intermediárias, com emissão de relatório sobre a revisão de informações trimestrais; (ii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), com emissão de relatórios sobre referidas demonstrações financeiras; (iii) emissão de carta conforto, em 04 de março de 2015, em relação a emissão de units pela Companhia de acordo com as normas do IBRACON NPA nº 12, de 7 de março de 2006. Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente. A remuneração dos auditores corresponderá ao montante de R\$432.756,00.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Pela prestação dos serviços relacionados à: (i) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia contidas nos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) relativos aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2014 e auditoria das demonstrações financeiras individual e consolidada da Companhia e de suas controladas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a remuneração dos auditores correspondeu ao montante de R\$432.756,00.
Justificativa da substituição	Não aplicável, pois não houve substituição de auditor em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Luiz Santos Vaz Sampaio	01/07/2012	399.500.505-53	Rua Alexandre Dumas, 1981, Chácara Sto. Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04717-906, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51812911, e-mail: jsampaio@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

O relatório dos auditores independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”) relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 não contém ressalvas e contém o parágrafo de ênfase transcritos abaixo:

(a) “Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, os bens do imobilizado da atividade de geração hidrelétrica de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

O relatório dos auditores independentes emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”) relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 não contém ressalvas e contém os parágrafos de ênfase transcritos abaixo:

(a) “Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

(b) Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

(c) Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na nota explicativa no 2.6, a Companhia decidiu por reclassificar, para melhor apresentação, certos saldos constantes nas demonstrações do fluxo de caixa e dos valores adicionados para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.”

O relatório da Deloitte relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 contém os parágrafos de ênfase sobre os mesmos assuntos mencionados nos itens (a) e (b) acima.

A Companhia revisou as políticas contábeis e verificou que os registros sobre o Plano de Opção de Compra de Ações não refletiam todos os impactos necessários nas demonstrações financeiras da Companhia e, em março de 2013, a Companhia reapresentou suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 31 de dezembro de 2011.

Em março de 2012, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) emitiu relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidada da Companhia levantadas em 31 de dezembro de 2011. Conforme descrito em nota explicativa publicada, as referidas demonstrações financeiras foram alteradas, e posteriormente, reapresentadas para refletir os impactos necessários nos termos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 10.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)
Patrimônio Líquido	2.509.532.000,00	1.000.600.000,00	991.398.000,00
Ativo Total	5.542.242.000,00	3.672.179.000,00	2.678.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	302.867.000,00	226.011.000,00	115.639.000,00
Resultado Bruto	161.854.000,00	127.971.000,00	66.822.000,00
Resultado Líquido	-35.723.000,00	6.271.000,00	-6.017.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	318.615.422	231.308.026	229.914.529
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	7,875378	4,325833	4,312028
Resultado Líquido por Ação	-0,112105	0,027111	-0,002617

3.2 - Medições não contábeis

a) Medições não contábeis;

A administração da Companhia entende que as medições não contábeis apresentadas abaixo são as medições mais apropriadas para o melhor entendimento de seus negócios e de sua geração de caixa, sendo estas medidas não contábeis, inclusive, uma das formas utilizadas por sua administração para avaliação do desempenho da Companhia.

EBITDA

O EBITDA, que significa *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (ou Lucros Antes de Juros, Impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, Depreciações e Amortizações – LAJIDA) (“EBITDA”) consiste no lucro líquido do exercício, somado ao imposto sobre a renda e contribuição social, ao resultado financeiro e as depreciações e amortizações. A Companhia utiliza como base de divulgação do EBITDA a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil.

O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, em razão de não serem consideradas para o seu cálculo despesas e receitas com juros (financeiras), imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização. Cabe ressaltar que tal indicador tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou da receita operacional, como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos. Assim, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, que consta do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527.

b) Conciliação entre o EBITDA e os valores das demonstrações financeiras:

(Valores em R\$ mil)	2014	2013	2012
Receita operacional líquida (ROL)	302.867	226.011	115.639
Lucro líquido	(35.723)	6.271	(6.017)
(+) IR e CS	15.407	9.970	6.129
(+) Depreciação	105.410	69.526	33.723
(+) Despesas Financeiras	113.142	104.687	49.994
(-) Receitas Financeiras	(53.082)	(32.426)	(27.423)
EBITDA	145.154	158.028	56.406
<i>Margem EBITDA¹</i>	<i>47,9%</i>	<i>69,9%</i>	<i>48,8%</i>

¹ Representa o EBITDA dividido pela receita líquida no exercício indicado.

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia:

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, sendo uma medida útil de desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias. Assim, a Companhia utiliza o EBITDA como medida de performance para efeito gerencial e para

3.2 - Medições não contábeis

comparação com empresas similares. Entretanto, é importante mencionar que esta medida pode diferir da definição utilizada por outras companhias e não deve ser utilizada em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, variáveis específicas de determinados países ou regiões, como taxas de juros, regras de depreciação e diferenças tributárias, o EBITDA se apresenta como um indicador de desempenho econômico geral e sua utilização permite que a Companhia analise mais do que apenas o seu resultado final (lucro ou prejuízo), que muitas vezes é insuficiente para avaliar seu real desempenho já que este é frequentemente influenciado por fatores além dos operacionais.

Consequentemente, a administração da Companhia acredita que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só de seu desempenho financeiro, como também de sua capacidade de cumprir com as suas obrigações passivas e obter recursos para despesas de capital e capital de giro. No entanto, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de efetiva liquidez da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de seus negócios, que poderiam afetar de maneira significativa seus lucros, tais como o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação), despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Por essa razão, tal indicador deve ser utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser melhor interpretado.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As informações deste item referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A data de autorização e emissão das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, foi em 04 de março de 2014.

Quitação das Notas promissórias

No dia 02 de fevereiro de 2015, foram quitadas as notas promissórias emitidas contra oito empresas do LEN 2011 (A-3), no valor total de R\$259.316, sendo R\$251.200 de principal e R\$8.116 de juros.

Entrada em operação comercial do LEN 2011 (A-3)

No dia 04 de março de 2015, quatro parques, do total de nove, que comercializaram energia no LEN 2011 (A-3) iniciaram a operação comercial. Os parques Ametista, Pilões, Maron e Dourados, com capacidade instalada 117,6 MW foram conectados na mesma linha de transmissão que atende os parques do LER 2009 e LER 2010 (Igaporã II). Os outros cinco parques serão conectados na linha Igaporã III, que está com data de início de operação, de acordo com o Acompanhamento dos Empreendimentos de Transmissão (SIGET) divulgado pela ANEEL, prevista para 12 de agosto de 2015.

Os nove parques do LEN 2011 (A-3 2011) continuam concatenados e o contrato iniciará em até 30 dias após a entrada em operação da linha de transmissão. Do dia 04 de março de 2015 (início da operação comercial) até a data de entrada em operação do contrato, os parques, de acordo com nota técnica emitida pela ANEEL, receberão pela energia efetivamente gerada a preço de contrato.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de

	2014	2013	2012
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Antes de cada Assembleia Geral Ordinária, a administração da Companhia deverá preparar uma proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício social vigente e do exercício social anterior, se existente, que será objeto de deliberação pelos acionistas da Companhia. Nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o lucro líquido é definido como o resultado do exercício deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido poderá ser destinado à reserva de lucros e ao pagamento de dividendos.</p> <p>De acordo o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações: (i) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal ("<u>Reserva Legal</u>"), que não excederá 20% do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências ("<u>Reserva para Contingências</u>"), na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, em percentual correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no artigo 52 de nosso Estatuto Social; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de</p>	<p>Antes de cada Assembleia Geral Ordinária, a administração da Companhia deverá preparar uma proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício social vigente e do exercício social anterior, se existente, que será objeto de deliberação pelos acionistas da Companhia. Nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o lucro líquido é definido como o resultado do exercício deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido poderá ser destinado à reserva de lucros e ao pagamento de dividendos.</p> <p>De acordo o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações: (i) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal ("<u>Reserva Legal</u>"), que não excederá 20% do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências ("<u>Reserva para Contingências</u>"), na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, em percentual correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no artigo 52 de nosso Estatuto Social; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de</p>	<p>Antes de cada Assembleia Geral Ordinária, a administração da Companhia deverá preparar uma proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício social vigente e do exercício social anterior, se existente, que será objeto de deliberação pelos acionistas da Companhia. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido poderá ser destinado à reserva de lucros e ao pagamento de dividendos.</p> <p>De acordo o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações: (i) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação da Reserva para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, em percentual correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no artigo 52 de nosso Estatuto Social; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (vi) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, será totalmente destinado à constituição da reserva de investimentos ("Reserva de Investimentos"), observado o disposto no parágrafo único, do artigo 51 de nosso Estatuto Social no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.

A Reserva de Investimentos da Companhia tem a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social da Companhia, de sua capacidade de investimento e da manutenção de sua participação em controladas e coligadas, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, e podendo ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos nossos acionistas.

b. Valores das Retenções de Lucros

Não houve constituição de reserva de lucros no exercício social de 2014, uma vez que a Companhia, não apresentou lucro.

c. Regras de distribuição de dividendos

sobre de

Os acionistas da Companhia terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido, conforme o caso, dos valores destinados à constituição da Reserva Legal e da Reserva para Contingências, bem como da reversão dessas reservas formadas em exercícios anteriores. As ações preferenciais de emissão da Companhia participam da distribuição de resultados em igualdade de condições com as ações ordinárias.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais de sua emissão não têm prioridade no

administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (vi) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, será totalmente destinado à constituição da reserva de investimentos ("Reserva de Investimentos"), observado o disposto no parágrafo único, do artigo 51 de nosso Estatuto Social no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.

A Reserva de Investimentos da Companhia tem a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social da Companhia, de sua capacidade de investimento e da manutenção de sua participação em controladas e coligadas, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, e podendo ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos nossos acionistas.

Não houve constituição de reserva de lucros no exercício social de 2013, uma vez que a Companhia, apesar de apresentar lucro, compensou referido lucro do exercício com os prejuízos acumulados na forma da lei, e portanto, não realizou distribuições de resultados no referido período.

Os acionistas da Companhia terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido, conforme o caso, dos valores destinados à constituição da Reserva Legal e da Reserva para Contingências, bem como da reversão dessas reservas formadas em exercícios anteriores. As ações preferenciais de emissão da Companhia participam da distribuição de resultados em igualdade de condições com as ações ordinárias.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais de sua emissão não têm prioridade no

artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração e mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (vi) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, será totalmente destinado à constituição da reserva de investimentos ("Reserva de Investimentos"), observado o disposto no parágrafo único, do artigo 51 de nosso Estatuto Social no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações.

A Reserva de Investimentos da Companhia tem a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social da Companhia, de sua capacidade de investimento e da manutenção de sua participação em controladas e coligadas, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, e podendo ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio aos nossos acionistas.

Não houve constituição de reserva de lucros no exercício social de 2012, uma vez que a Companhia, não apresentou lucro.

Os acionistas da Companhia terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido, conforme o caso, dos valores destinados à constituição da Reserva Legal e da Reserva para Contingências, bem como da reversão dessas reservas formadas em exercícios anteriores. As ações preferenciais de emissão da Companhia participam da distribuição de resultados em igualdade de condições com as ações ordinárias.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais de sua emissão não têm prioridade no

3.4 - Política de destinação dos resultados

	<p>recebimento de dividendos, o que exclui a possibilidade de virem a adquirir o direito de voto mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos no período de três exercícios sociais consecutivos.</p>	<p>recebimento de dividendos, o que exclui a possibilidade de virem a adquirir o direito de voto mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos no período de três exercícios sociais consecutivos.</p>	<p>recebimento de dividendos, o que exclui a possibilidade de virem a adquirir o direito de voto mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos no período de três exercícios sociais consecutivos.</p>
d. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Por determinação do Conselho de Administração da Companhia, a Diretoria da Companhia poderá levantar balanços semestrais, intermediários ou intercalares. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, poderá declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. A critério do Conselho de Administração da Companhia, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório.</p>	<p>Por determinação do Conselho de Administração da Companhia, a Diretoria da Companhia poderá levantar balanços semestrais, intermediários ou intercalares. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, poderá declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. A critério do Conselho de Administração da Companhia, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório.</p>	<p>Por determinação do Conselho de Administração da Companhia, a Diretoria da Companhia poderá levantar balanços semestrais, intermediários ou intercalares. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, poderá declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados em tais balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. A critério do Conselho de Administração da Companhia, os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas poderão ser considerados antecipação e imputados ao dividendo obrigatório.</p>
e. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o seu Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a condição financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se estiver em funcionamento, deve emitir seu parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração da Companhia deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para a suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.</p> <p>Adicionalmente, em virtude da 3ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2014, e com vencimento em 15 de dezembro de 2024, às debêntures poderão ter vencimento antecipado caso haja distribuição de recursos na forma de</p>	<p>A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o seu Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a condição financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se estiver em funcionamento, deve emitir seu parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração da Companhia deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para a suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.</p> <p>Adicionalmente, em virtude da 2ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 17 de setembro de 2012, e com vencimento em 17 de setembro de 2022, às debêntures poderão ter vencimento antecipado caso haja distribuição de recursos na forma de dividendos,</p>	<p>A Lei das Sociedades por Ações permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o seu Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a condição financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se estiver em funcionamento, deve emitir seu parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração da Companhia deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários justificativa para a suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.</p> <p>Adicionalmente, em virtude da 2ª emissão de debêntures da Companhia realizada em 17 de setembro de 2012, e com vencimento em 17 de setembro de 2022, às debêntures poderão ter vencimento antecipado caso haja distribuição de recursos na forma de dividendos,</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

dividendos, juros sobre capital próprio, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% do lucro líquido em cada exercício social, sem que haja anuência prévia dos titulares das debêntures representando 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Ficando admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (a) atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida determinado na escritura de emissão; e (b) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas na referida escritura de emissão.

Para mais informações, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

Além do descrito acima, não há outras restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especialmente aplicável à Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

juros sobre capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% do lucro líquido em cada exercício social, sem que haja anuência prévia dos titulares das debêntures representando 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Ficando admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (a) comprovada a capitalização mínima de R\$250,0 milhões na Companhia; (b) atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida determinado na escritura de emissão; e (c) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas na referida escritura de emissão.

Para mais informações, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

Além do descrito acima, não há outras restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especialmente aplicável à Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

juros sobre capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% do lucro líquido em cada exercício social, sem que haja anuência prévia dos titulares das debêntures representando 75% das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Ficando admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (a) comprovada a capitalização mínima de R\$250,0 milhões na Companhia; (b) atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida determinado na escritura de emissão; e (c) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas na referida escritura de emissão.

Para mais informações, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

Além do descrito acima, não há outras restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especialmente aplicável à Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012
Lucro líquido ajustado	-35.723.000,00	6.271.000,00	-6.017.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	-35.723.000,00	6.271.000,00	-6.017.000,00
Data da aprovação da retenção	04/03/2015	20/03/2014	19/04/2013

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00					
Ordinária			0,00			
Preferencial			0,00			
Outros						
Preferencial					0,00	
Ordinária					0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

A Companhia não apurou lucro líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e em 2013, a companhia gerou um lucro de R\$6,3 milhões, porém acumulava prejuízos e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 o prejuízo da Companhia foi de R\$ 35,7 milhões.

Para mais informações vide o item 3.4 deste Formulário de Referência.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2014	2.859.032.000,00	Índice de Endividamento	2,66997701	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2014)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	356.326.000,00	654.980.000,00	402.995.000,00	1.431.391.000,00	2.845.692.000,00
Quirografárias	160.948.000,00	26.070.000,00	0,00	0,00	187.018.000,00
Total	517.274.000,00	681.050.000,00	402.995.000,00	1.431.391.000,00	3.032.710.000,00
Observação					
Os números acima indicados referem-se às informações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.					

3.9 - Outras informações relevantes

Os valores e informações constantes neste item 3 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a. com relação à Companhia

Os parques eólicos em implantação estão sujeitos a riscos financeiros devido ao atraso do início de geração de energia.

Dentre os riscos em relação aos parques eólicos em implantação, a Companhia está exposta aos riscos financeiros associados ao atraso do início de geração de energia, que podem resultar numa diferença entre a energia a ser gerada e a energia contratada por suas controladas, cujos eventuais desvios serão por elas assumidos. Tal diferença poderá decorrer de uma série de fatores, notadamente: (i) entrada em operação comercial dos parques eólicos em implantação em datas posteriores às previstas nos Contratos de Energia; ou (ii) a impossibilidade de transmissão da energia gerada, inclusive decorrente do atraso, por terceiros, da entrega das respectivas linhas de transmissão, quando as regras dos Leilões não assegurarem proteção da receita prevista nos Contratos de Energia.

Caso ocorra atraso no início da operação comercial dos parques eólicos comercializados nos leilões de energia nova, ou conforme edital de cada leilão, ou a impossibilidade de transmissão da energia gerada, inclusive decorrente do atraso, por terceiros, da entrega das respectivas linhas de transmissão, a Companhia e/ou suas controladas serão obrigadas a repor a energia aos compradores dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”) por meio de garantia física (mediante a entrega do montante, em MW, correspondente à quantidade máxima de energia relativa à usina, que deverá ser reposta aos compradores) de usinas de sua titularidade e/ou de titularidade de suas controladas, ou de contratos bilaterais de compra de energia, o que poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia.

No caso de descumprimento do cronograma, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) poderá aplicar penalidades e, em caso extremo, poderão gerar a rescisão dos Contratos de Energia ou ainda revogar a autorização outorgada. Após a entrada em operação comercial, o descumprimento da obrigação de entrega de energia será tratado como ressarcimento que ocorrerá anualmente ou quadrienalmente.

A Companhia e/ou suas controladas também poderão ter que ressarcir os compradores de energia caso a geração fique abaixo dos limites definidos nos Contratos de Energia, o que poderá gerar um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

A geração anual abaixo de 90% da energia contratada obriga a Companhia a ressarcir os compradores ao máximo preço do respectivo contrato, acrescido do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) médio do ano estabelecido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Caso a geração quadrienal fique entre 90% e 100% do saldo da energia contratada, a Companhia deverá ressarcir o déficit ao máximo do valor do PLD para quatro anos, acrescido do preço vigente.

Os parques eólicos e as PCHs em operação podem gerar menos energia do que o esperado.

Dentre as significativas incertezas e riscos em relação aos parques eólicos e PCHs em operação, a Companhia está exposta aos riscos financeiros associados à diferença entre a energia a ser gerada e a energia contratada por suas controladas, cujos eventuais desvios serão por elas assumidos. Tal diferença poderá decorrer de uma série de fatores, notadamente: (i) ocorrência de ventos ou chuvas em intensidade diversa daquela considerada em estudos realizados na fase de projeto; ou (ii) indisponibilidade de aerogeradores ou equipamentos de geração hídrica em nível superior aos índices de desempenho de referência ou considerados nos respectivos planos de negócios.

Correntes de vento podem ser afetadas por uma série de fatores, tais como temperatura do ar, níveis de evaporação, urbanização e outros fatores relacionados à ação do homem. Caso as estimativas da Companhia acerca do regime de ventos não se concretizem no futuro, as usinas eólicas da Companhia e/ou de suas controladas poderão operar abaixo das projeções esperadas, potencialmente reduzindo a quantidade de energia elétrica vendida, com impacto adverso sobre os resultados da Companhia.

Nas situações em que o regime pluviométrico não for suficiente para as PCHs gerarem a quantidade de energia comercializada, seus déficits de geração poderão ser compensados por outras hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), sendo que o custo operacional das usinas superavitárias deverá ser recomposto pelas usinas deficitárias. No caso da geração total das usinas participantes do MRE for menor que sua garantia física total, o custo de recomposição de lastro de energia para atender a garantia física total será dividido entre as usinas.

Adicionalmente, se a disponibilidade média efetiva dos aerogeradores, equipamentos de geração hídrica e respectivos sistemas de transmissão associados for menor do que a estimada pela Companhia para elaborar seu plano de negócio e tomar decisões de investimentos, haverá impacto adverso sobre os resultados da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos não ser capazes de realizar a construção, implantação, operação e aquisição de projetos a preços e em condições previstos inicialmente em nossa estratégia de negócios, o que pode ter um efeito adverso sobre o nosso crescimento e sobre os nossos resultados.

O crescimento da nossa receita depende significativamente da nossa capacidade de alocar capital eficientemente e de desenvolver e explorar os empreendimentos, ou seja, prospecção, construção, implementação, aquisição e operação, bem como de adquirir e renovar nossas autorizações de forma a fornecer um retorno de capital eficaz para nossos acionistas.

Na fase de construção e implementação, poderemos não ser capazes de concluir o projeto de determinados empreendimentos dentro do cronograma ou do orçamento inicialmente estimado devido a uma série de fatores, incluindo, mas não se limitando a: (i) fenômenos naturais, condições ambientais e condições geológicas adversas; (ii) incapacidade e demora na obtenção da posse, aquisição ou arrendamentos das terras necessárias à implantação dos projetos e em cumprimento com as leis imobiliárias brasileiras, bem como manutenção de nosso direito de passagem nos imóveis; (iii) atrasos na obtenção de todas as licenças, autorizações e aprovações por parte dos órgãos reguladores, incluindo as licenças ambientais, cujas condicionantes podem impactar nossos projetos elevando significativamente os prazos e valores inicialmente estimados para a instalação de um empreendimento; (iv) falhas nos serviços necessários, incluindo imprevistos de engenharia que podem levar a construções fora dos padrões aceitáveis, levando a riscos de acidentes e impondo custos adicionais para adequação das construções; (v) disputas com empreiteiros e subempreiteiros, bem como atrasos na aquisição de equipamentos e incapacidade de desenvolver infraestrutura no local; (vi) dificuldades na integração de novos administradores e colaboradores em nossa organização, bem como na obtenção de mão de obra qualificada em tempo hábil e de modo eficaz; (vii) disputas trabalhistas; (viii) mudanças nas condições de mercado; (ix) atrasos na obtenção de capital de giro adequado ou de outra modalidade de financiamento para completar construções e para iniciar operações de projetos; (x) necessidade de atualizar sistemas de contabilidade, informações administrativas e recursos humanos; (xi) outros problemas e circunstâncias que podem resultar no aumento dos investimentos para construção e implementação dos projetos.

Já a operação das nossas instalações envolve diversos riscos, incluindo os seguintes: (i) desempenho da turbina abaixo dos níveis de saída ou eficiência esperados ou dos contratados; (ii) desligamentos ou a obstrução da turbina devido ao desgaste, design ou defeito de fábrica ou avaria ou falha do equipamento, falta de peças de substituição, equipamento ou reposição ou sobrecargas das redes externas de transmissão e distribuição de eletricidade; (iii) defeitos de design ou de fabricação das turbinas; (iv) incapacidade de operar as turbinas de acordo com as especificações do projeto; (v) aumentos dos custos das operações, incluindo os custos relativos a litígios trabalhistas que afetam nossas usinas diretamente ou nossas partes do contrato, os custos relativos à operação e manutenção de equipamentos, seguros e tributos imobiliários; (vi) risco de implementação; (vii) riscos de danos ao meio ambiente, que podem ensejar ações judiciais por parte de órgãos fiscalizadores, entidades de proteção ambiental e do Ministério Público, requerendo pagamento de compensação por danos eventualmente causados ou, ainda, a paralisação das atividades e desativação de um determinado empreendimento; (viii) desastres naturais, tais como incêndios, terremotos, explosões, inundações ou outros eventos de força maior, atos terroristas ou outras ocorrências semelhantes que poderiam resultar em danos pessoais, perda de vida, perigo ambiental ou lesões graves ou destruição de uma usina ou suspensão das suas operações; (ix) erros de operação; (x) não obtenção das autorizações necessárias, inclusive ambientais, ou impossibilidade de atendimento às condicionantes; (xi) incapacidade de operar dentro das limitações que possam ser impostas por autoridades governamentais para o uso das propriedades, ambientais ou outros requisitos regulamentares; (xii) conflitos com os proprietários do sítio ou proprietários de terras adjacentes, inclusive queixas de ruído ou incômodo; (xiii) necessidade de uso pelo governo, decretação de bem de utilidade pública ou eventos similares; (xiv) dificuldades de desenvolvimento e crescimento; (xv) dificuldades para obter imóveis para a instalação de nossos projetos; e (vi) dificuldades no desenvolvimento de projetos competitivos e de qualidade.

Adicionalmente, poderemos não ser capazes de operar nossas usinas conforme esperado e, portanto, podemos não vir a gerar a energia esperada em nossas usinas em função de diversos fatores tais como: (i) alterações na regulamentação ambiental, exigindo novas adequações nos projetos e consequentes gastos de capital e aumento de custos operacionais; (ii) diferença entre o preço de venda da energia a ser gerada por nossas usinas e o preço da energia contratada por meio de Contratos de Energia de Reserva devido a alterações do volume hídrico, da intensidade dos ventos ou da quantidade de biomassa disponível que poderão divergir daqueles considerados em estudos realizados na fase de projeto; entrada em operação comercial das usinas em data posterior à estimada; e (iii) indisponibilidade de geradores em nível superior aos índices de desempenho de referência. Ademais, após o início da operação de nossas usinas, poderemos ser obrigados a realizar investimentos adicionais em estrutura e equipamentos não previstos nos nossos orçamentos, principalmente em função do desgaste de nossos ativos, sejam eles recém adquiridos ou que estejam em atividade há diversos anos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A ocorrência de qualquer um dos eventos anteriores poderá resultar na perda das nossas licenças e autorizações, na impossibilidade de realização ou manutenção de projetos pela Companhia, na redução significativa ou eliminação das receitas decorrentes da operação de nossas usinas, no aumento significativo dos custos de exploração, na necessidade de maiores gastos, na queda da produção de eletricidade, em danos pessoais ou morte do operador ou de outros, além de danos para um comprador de energia e, por conseguinte, poderia ter um efeito adverso em nossos negócios, na nossa situação financeira ou no resultado das nossas operações.

O nível de endividamento e a estrutura de financiamento da Companhia e de suas controladas poderão afetá-la adversamente.

Para a construção de novos empreendimentos de geração de energia é necessário alto volume de investimento, o que poderá levar a Companhia e/ou suas controladas a um alto nível de endividamento. Além disso, os retornos obtidos com a implementação de um projeto dependem, dentre outros fatores, do volume de endividamento passível de contratação no âmbito desse projeto e os custos efetivos dos respectivos financiamentos. Assim, variações adversas significativas nos indexadores dos financiamentos futuros da Companhia e de suas controladas, inclusive em decorrência de aumento de inflação ou taxa de juros, poderão causar um aumento de despesas com encargos de dívida e poderão reduzir o lucro líquido da Companhia, o que, consequentemente, poderá fazer com que os valores disponíveis para distribuição aos seus acionistas na forma de dividendos e/ou outros proventos sejam reduzidos e que o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão sejam adversamente afetados.

Além disso, a estrutura de financiamento dos projetos que a Companhia e/ou suas controladas desenvolvem inclui, usualmente, a criação de ônus sobre: (i) recebíveis do projeto; (ii) das ações de sociedades controladas de propósito específico que desenvolvem o respectivo projeto; e (iii) dos imóveis onde eles se localizam, dentre outras garantias. Em caso de inadimplemento de obrigações financeiras, tais garantias poderão ser executadas, o que pode causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Por fim, alguns dos contratos de financiamento podem incluir restrições aplicáveis à Companhia e/ou às suas controladas quanto ao pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, o que pode comprometer a habilidade da Companhia de fazer distribuições para seus acionistas.

O crescimento dos negócios e operações da Companhia pode ser adversamente afetado no caso de não obtenção de novos contratos de compra e venda de energia, tanto no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") quanto no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

O plano de negócios da Companhia tem como um dos meios de crescimento a participação em leilões de contratação de energia (i.e. LEN e LER) no ACR. Se o Governo Federal não realizar novos leilões ou se, por qualquer motivo, a Companhia e/ou suas controladas não forem vencedoras desses leilões, a estratégia de crescimento da Companhia poderá ser negativamente impactada, o que poderá, consequentemente, afetar de forma significativa e adversa seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Adicionalmente, caso Companhia e/ou suas controladas não obtenham novos contratos no ACL, o crescimento da Companhia também poderá ser negativamente impactado.

A estratégia de negócios da Companhia poderá ser afetada de modo adverso por vários fatores.

A capacidade da Companhia de crescer e de apresentar resultados atrativos está condicionada ao desempenho dos empreendimentos em operação, à conclusão dos parques eólicos em implantação e à maturação do portfólio de energia renovável.

Além disso, os resultados futuros da Companhia estão sujeitos a incertezas, contingências e riscos no âmbito econômico, concorrencial, regulatório e operacional. Essas incertezas decorrem, dentre outros fatores, do caráter cíclico de preços de: (i) insumos típicos da atividade de construção civil, inclusive para a construção de centrais geradoras de energia eólica, Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") e solar; (ii) bens de capital necessários para tais projetos; e (iii) outras fontes de energia, incluindo petróleo e gás. Assim, a Companhia pode enfrentar fatores e circunstâncias imprevisíveis que gerem um efeito adverso relevante para a Companhia.

As operações e projetos de investimento da Companhia podem apresentar prejuízos ou fluxos de caixa negativos por um período indeterminado.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou prejuízo de R\$6,0 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, em razão principalmente da maior receita com a entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão I a partir de julho de 2012, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$6,3 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 35,7 milhões.

Ao longo desses últimos três anos, a Companhia e suas controladas realizaram desembolsos significativos em investimentos, tais como: (i) na construção de projetos; (ii) no desenvolvimento do portfólio de ativos; (iii) na aquisição de novos projetos e sociedades; e (iv) na instalação de infraestrutura operacional.

A Companhia e suas controladas devem ainda incorrer em expressivos investimentos de capital e, conseqüentemente, em expressivos desembolsos ao longo de vários anos em razão das atividades planejadas. Dessa forma, a Companhia e/ou suas controladas podem não alcançar a rentabilidade prevista nos planos de negócios ou fluxo de caixa positivo, o que pode impedir a Companhia e suas controladas de pagar dividendos ou saldar suas demais obrigações tempestivamente, o que poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia.

A implantação da estratégia de negócios da Companhia, bem como seu crescimento futuro, exigirão capital adicional, que talvez não esteja disponível ou, caso esteja, poderá não estar disponível em condições favoráveis.

A implantação da estratégia de negócios da Companhia, bem como seu crescimento futuro, exige quantidade significativa de investimento em capital fixo, que poderá ser superior à capacidade atual de geração de caixa da Companhia. Assim, poderá ser necessário que a Companhia busque fontes adicionais de capital, quer mediante a emissão de títulos de dívida ou tomada de empréstimos, quer mediante a emissão de ações ou Certificados de Depósitos de Ações (“Units”). A capacidade futura da Companhia de captação de caixa dependerá, dentre outros fatores, de sua rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica brasileira e mundial, que são afetadas por fatores fora do controle da Companhia. É possível que capital adicional não esteja disponível ou, caso esteja, poderá não estar disponível em condições favoráveis para a Companhia. Se a Companhia financiar suas atividades por meio de empréstimos, é provável que valores mobiliários ou linhas de crédito sejam regidos por instrumentos contendo obrigações que restrinjam sua flexibilidade operacional. Ademais, caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados à sua alavancagem financeira, tais como a possibilidade de a Companhia não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida, poderão aumentar. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia e/ou suas controladas poderão ser responsáveis por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobri-los.

A Companhia e/ou suas controladas poderão ser responsabilizadas por perdas e danos causados a terceiros. A Companhia não pode garantir que as apólices de seguro contratadas serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância por subcontratados em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia e/ou suas controladas, ou ainda, em contratar seguros, pode ter um efeito adverso relevante para a Companhia. Além disso, a Companhia não pode assegurar a manutenção de apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro.

Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que, direta ou indiretamente, causar degradação ambiental gerando, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independentemente de dolo ou culpa da Companhia. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia e/ou suas controladas poderão não ser capazes de comercializar toda a energia dos projetos.

As vendas de energia elétrica para os projetos que ainda não estão contratados, estão sujeitos à existência de demanda suficiente do mercado consumidor. Ainda, para os contratos já existentes a Companhia possui autorização de 30 anos e contratos de duração máxima de 20 anos. Caso haja uma retração na demanda, a Companhia poderá não ser capaz de comercializar energia durante o restante do período da autorização.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, um eventual aumento da demanda poderá ser atendido por outros projetos de geração de energia elétrica, tais como projetos de geração térmica, grandes hidrelétricas, dentre outros, que possuam preços de venda de energia mais competitivos que aqueles que a Companhia e/ou suas controladas podem oferecer.

Caso a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de comercializar a totalidade da energia dos projetos de geração de energia, o crescimento da Companhia poderá ser negativamente impactado, bem como seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia e/ou suas controladas não são proprietárias dos imóveis nos quais serão instalados seus parques eólicos, inclusive aqueles que estão em implantação.

A Companhia e/ou suas controladas não são proprietárias dos imóveis nos quais são instalados seus parques eólicos, inclusive aqueles em implantação, e por isso firma contratos de arrendamento com diversos detentores desses imóveis. Assim, a posse de qualquer dos imóveis arrendados pela Companhia e/ou suas controladas pode ser questionada, o que pode causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Os contratos financeiros da Companhia e de suas controladas possuem garantias reais e fidejussórias, bem como obrigações e restrições específicas, dentre as quais a obrigação de manutenção de índices financeiros, sendo que qualquer inobservância dessas obrigações pode comprometer os resultados e a condição financeira da Companhia.

Os contratos financeiros firmados pela Companhia e por suas controladas preveem o cumprimento de diversas obrigações, tais como necessidade de autorização prévia para alteração do controle e oneração de ativos. Os contratos financeiros também estabelecem o dever de observância de certos índices financeiros. Para mais informações, vide item 10.1 deste Formulário de Referência. Não há como garantir que a Companhia e suas controladas atingirão todos os índices contratados no futuro. Qualquer descumprimento aos termos dos contratos financeiros poderá resultar na decisão dos credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos financeiros e, conseqüentemente, executar as garantias concedidas. Os ativos e fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor dos contratos de financiamento, tanto na hipótese de vencimento normal quanto de vencimento antecipado decorrente de inadimplemento. Caso as garantias sejam executadas em virtude do vencimento antecipado de dívidas, os resultados e a condição financeira da Companhia podem ser comprometidos, o que pode impactar adversamente seus resultados. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não podem assegurar que serão capazes de cumprir com os compromissos financeiros e outras obrigações impostas pelos contratos financeiros no futuro.

O crescimento da Companhia depende de sua capacidade de atrair e manter pessoal técnico e administrativo altamente qualificado.

A Companhia depende dos serviços de pessoal técnico para a execução de sua atividade de desenvolvimento de projetos, na prospecção, implantação e comercialização de energia. Se a Companhia perder os principais integrantes desse quadro de pessoal (ou se precisar ampliá-lo em decorrência de novos projetos ou da expansão de projetos existentes) deverá atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, que pode não estar disponível no momento em que se tornar necessário ou, se disponível, poderá representar um custo elevado adicional para a Companhia. A demanda por pessoal técnico tem aumentado nos últimos anos e a Companhia concorre no mercado global por este tipo de mão de obra. Caso a Companhia não consiga atrair e manter o pessoal essencial de que precisa para a manutenção, desenvolvimento e expansão de suas operações, poderá ser incapaz de administrar seus negócios de modo eficiente, o que pode causar efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia e suas controladas são rés em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, regulatória, ambiental e trabalhista. Ademais, a Companhia e suas controladas poderão ser no futuro, rés em novos processos judiciais e administrativos (perante autoridades regulatórias, ambientais, concorrenciais, tributárias, policiais, dentre outras).

A Companhia e suas controladas não podem garantir que os resultados desses processos serão favoráveis a elas, ou, ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia e/ou de suas controladas que impeçam a realização de seus negócios, como inicialmente

4.1 - Descrição dos fatores de risco

planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado podem causar um efeito adverso nos negócios e na situação financeira da Companhia.

Para mais informações sobre os processos relevantes nos quais a Companhia e suas controladas são partes, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

b. com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos seus investidores.

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração e, exceto por situações específicas previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e observada a disciplina do conflito de interesses no exercício do direito de voto, podem influenciar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive as operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações, parcerias e pagamento de dividendos, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou realizar operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores e, mesmo em tais casos, o interesse dos acionistas controladores poderá prevalecer.

c. com relação aos seus acionistas

As ações preferenciais de emissão da Companhia não virão a ter direito de voto caso não sejam pagos dividendos

Conforme previsto no § 1º do artigo 111 da Lei das Sociedades por Ações, ações preferenciais sem direito a voto e com direito a dividendo prioritário fixo ou mínimo, adquirem o exercício a este direito se a companhia emissora, pelo prazo máximo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que tais ações tenham direito.

De acordo com o estatuto social da Companhia, os dividendos atribuídos às ações preferenciais de sua emissão não são dividendos prioritários fixos ou mínimos, o que as exclui da possibilidade de voto em caso de não pagamento de dividendos. Neste sentido, o estatuto social da Companhia exclui expressamente o direito de voto das ações preferenciais (ressalvadas determinadas matérias específicas), mesmo no caso de não pagamento de dividendos. Assim, as ações preferenciais de emissão da Companhia não virão a ter direito de voto em caso de não pagamento de dividendos.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, através da emissão de ações ou Units, o que poderá resultar em uma diminuição no valor de suas Units e na diluição da participação do investidor no seu capital social.

A Companhia pode vir a necessitar de recursos adicionais no futuro, e esta necessidade poderá ser atendida mediante operações de emissão pública ou privada de ações, Units ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos através da distribuição pública de ações, Units ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, o que pode afetar o valor de mercado das ações e Units de emissão da Companhia e resultar na diluição da participação do investidor no seu capital social.

Os detentores das ações de emissão da Companhia (inclusive representadas por Units) poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar a seus acionistas, no mínimo, 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Em determinadas circunstâncias, contudo, a Companhia poderá não ser capaz de distribuir dividendos ou distribuí-los em valor inferior ao do dividendo mínimo obrigatório. Dentre elas:

- caso o lucro líquido seja utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- caso o Conselho de Administração da Companhia informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a situação financeira da Companhia, suspendendo a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social;

- caso o fluxo de caixa e os lucros de suas controladas, bem como a distribuição desses lucros para a Companhia sob a forma de dividendos, inclusive dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio, não ocorra, fazendo com que o dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício; e/ou
- a existência atual ou futura de restrições em contratos de financiamento à distribuição de dividendos.

Dessa forma, detentores de ações ou Units de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio em tais circunstâncias ou receber dividendos inferiores ao mínimo obrigatório.

São outorgadas opções de compra ou subscrição de ações da Companhia aos administradores e empregados da Companhia e de suas controladas, o que pode fazer com que seus interesses fiquem demasiadamente vinculados à cotação das ações.

A Companhia possui Plano de Opção de Compra e Subscrição de Ações (“Plano de Opção”) com o objetivo de estimular a melhoria de sua gestão, alinhar os interesses entre os administradores empregados da Companhia, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados no curto e no longo prazo. Desde 2011, a Companhia já instituiu, no âmbito do Plano de Opção, dois Programas de Opção de Compra e Subscrição de Ações, sendo todas as opções outorgadas ou exercidas, de acordo com seus termos e condições.

Caso sejam outorgadas novas opções no âmbito do Plano de Opção ou a instituição de novos planos de opção, os acionistas da Companhia poderão sofrer diluição de suas participações acionárias pela emissão de novas ações e diluição adicional, caso o preço de exercício seja inferior ao preço de mercado de suas ações.

Adicionalmente, o fato dos administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas estarem aptos a receber novas opções de compra ou de subscrição de ações a um preço de exercício inferior ao preço de mercado pode levar tais pessoas a ficarem com seus interesses excessivamente vinculados à cotação das ações da Companhia, o que pode causar um impacto negativo nos negócios.

Para mais informações sobre o Plano de Opções, vide Seção 13 deste Formulário de Referência.

d. *com relação à suas controladas e coligadas*

Os riscos relacionados às controladas da Companhia são substancialmente os mesmos relacionados às atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não tinha qualquer coligada. Seguem abaixo alguns fatores de risco adicionais:

A Companhia é uma sociedade holding e depende dos resultados de suas controladas, que podem não ser distribuídos.

A capacidade da Companhia de distribuir dividendos aos seus acionistas dependerá do fluxo de caixa e dos lucros de suas controladas, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos. Não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou de que serão suficientes para o pagamento das obrigações da Companhia e para a distribuição de dividendos aos seus acionistas.

Participações em sociedades de propósito específico (“SPEs”) poderão resultar em riscos de natureza fiscal.

Os investimentos em SPEs incluem, dentre outros, o risco de as SPEs terem seu regime de tributação pelo lucro presumido questionado pelas autoridades fiscais. Eventual autuação fiscal nesse sentido poderá impactar significativamente os resultados da Companhia.

A Companhia pode vir a estar sujeita a outros potenciais passivos relevantes não identificados no processo de Due Diligence de empresas que eventualmente venha a adquirir, o que poderá afetar de maneira adversa os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

O processo de due diligence conduzido pela Companhia para avaliar a situação jurídico-patrimonial de empresas que venham eventualmente a ser adquiridas, pode não ter sido suficiente para identificar todas as contingências eventualmente existentes. Caso existam contingências significativas oriundas da aquisição da Brasil PCH ou eventuais empresas e que não tenham sido consideradas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

para sua aquisição e para as quais não haja garantias contratuais ou indenizações por contingências não identificadas anteriormente à aquisição e constatadas dos contratos de Compra e Venda, estas poderão prejudicar adversamente as atividades e resultados da Companhia.

A Companhia poderá estar sujeita à necessidade de incorrer em custos e endividamento adicional, ou emissão de novas ações em razão de operações de aquisição.

A aquisição de empresas em razão de operações de aquisição poderá exigir que a Companhia aumente o seu nível de endividamento ou acesse os mercados financeiros e de capitais para atender eventuais necessidades de fluxo de caixa, o que poderá afetar de maneira adversa a condição financeira e o resultado operacional da Companhia. Adicionalmente, caso efetuemos aportes de capital mediante a emissão de novas ações, para fazer frente a compromissos assumidos com a aquisição da Brasil PCH ou outras eventuais empresas em razão de operações de aquisição, isto poderá acarretar diluição da participação societária dos acionistas da Companhia que não acompanham tais aumentos de capital.

e. *com relação a seus fornecedores*

A Companhia e/ou suas controladas utilizam prestadores de serviços terceirizados para a construção, operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica. Caso estes serviços não sejam adequadamente executados, os resultados da Companhia poderão ser afetados adversamente.

A Companhia e/ou suas controladas celebram contratos de prestação de serviços de construção e contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica com prestadores de serviço que acredita terem elevada reputação e capacidade técnica no setor elétrico. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar os serviços contratados com a qualidade prevista em contrato, poderá: (i) provocar inadimplemento em obrigações regulatórias da Companhia e/ou de suas controladas, (ii) colocar em risco a preservação de suas centrais geradoras, (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica de suas centrais aerogeradoras e hidrogeradoras, sujeitando a Companhia e suas controladas a uma redução em suas receitas de vendas e ao pagamento de multas e penalidades previstas em seus contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica. Ademais, a rescisão desses contratos de construção ou operação e manutenção, ou a incapacidade da Companhia e/ou suas controladas de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço igualmente qualificados, tempestivamente e com preços similares, poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Decisões judiciais contrárias à terceirização de alguma atividade da Companhia e/ou de suas controladas atualmente desempenhadas por prestadores de serviços poderão causar efeito adverso para a Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas podem vir a ser consideradas subsidiariamente responsáveis por obrigações trabalhistas e previdenciárias não devidamente quitadas por seus prestadores de serviços terceirizados. Ademais, caso os seus prestadores de serviço causem algum dano ambiental, a Companhia e/ou suas controladas podem ser também solidariamente responsabilizadas por sua reparação na esfera civil. Por fim, a Companhia não pode garantir que os empregados dos prestadores de serviços terceirizados não tentarão obter em juízo o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia e/ou suas controladas. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A implantação dos projetos da Companhia e de suas controladas depende de produtos e serviços altamente especializados, e a Companhia e/ou suas controladas podem não conseguir substituí-los prontamente.

A implantação dos projetos da Companhia e de suas controladas depende, em grande parte, do fornecimento de produtos e serviços que são contratados junto a terceiros altamente especializados, tais como fornecimento de turbinas e equipamentos elétricos relacionados aos empreendimentos de geração de energia elétrica. Impactos adversos sofridos pelos fornecedores podem afetar de forma determinante a qualidade ou tempo de entrega dos produtos ou serviços contratados e, conseqüentemente, podem levar a um impacto no resultado dos projetos, tanto pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos, como pela dificuldade em contratar novos fornecedores. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

f. *com relação a seus clientes*

A atual receita operacional da Companhia depende dos contratos de compra e venda de energia celebrados com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”), a CCEE no Mercado Regulado e as Distribuidoras e com clientes diversos no Mercado Livre.

No Mercado Regulado, a receita operacional da Companhia depende dos contratos celebrados com a Eletrobrás, cujo objeto é a venda, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, da energia elétrica gerada pela Brasil PCH e pelas três PCHs da Companhia “ESPRA” em operação pelo prazo de 20 anos contados da data de suas respectivas entradas em operação comercial, bem como dos contratos celebrados com a CCEE no âmbito do LER realizado em 2009.

Ainda no Mercado Regulado, os Leilões de Energia Nova são celebrados com as distribuidoras de energia elétrica que declararam necessidade de compra junto ao Ministério de Minas e Energia – MME ou distribuidoras que apesar de não terem declarado necessidade de compra tiveram sua quantidade demandada deslocada para os respectivos leilões.

Caso: (i) a Eletrobrás e/ou a CCEE e/ou as distribuidoras deixem de cumprir com suas obrigações de pagamento; ou (ii) tais contratos sejam rescindidos em hipóteses que não ensejem reparação dos valores devidos à Companhia e/ou suas controladas, e a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de vender tal energia a terceiros, a receita operacional da Companhia será afetada, o que pode afetar adversamente sua capacidade de adimplir suas atuais obrigações financeiras.

No Mercado Livre, a Companhia e/ou suas controladas celebram contratos com compradores da energia gerada. Caso (i) algum cliente descumpra termos do respectivo contrato; ou (ii) algum cliente se torne inadimplente e a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de vender tal energia a terceiros, a receita operacional da Companhia será afetada, o que pode afetar adversamente sua capacidade de adimplir suas atuais obrigações financeiras.

A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão

g. *com relação aos setores de atuação*

Dificuldades em obter licenciamento ambiental podem sujeitar a Companhia e suas controladas a um aumento significativo de custos que podem afetar adversamente o resultado da Companhia.

Para o desenvolvimento e operação dos projetos de geração de energia da Companhia e de suas controladas, é necessária a obtenção de licenças ambientais como: [(i) Licença Prévia, que atesta a viabilidade ambiental de um determinado empreendimento; (ii) Licença de Instalação, que autoriza a execução das obras; e (iii) Licença de Operação, que garante a geração de energia por meio da operação da usina. Como esse processo depende da gestão de terceiros e da aprovação dos órgãos ambientais, situações não conformes podem comprometer o processo de licenciamento ambiental dos projetos, acarretando atraso na obtenção das licenças, o que poderá comprometer o cronograma de implantação e operação dos projetos e, consequentemente, gerar prejuízos decorrentes de alterações no fluxo de caixa. Ademais, há casos nos quais, a qualquer momento do processo de licenciamento, podem ser estabelecidas exigências que inviabilizem economicamente os projetos.

Adicionalmente, as licenças e autorizações emitidas podem expirar e não serem renovadas, comprometendo o prazo de implantação e exploração dos projetos. Tempestivamente, mesmo de posse de uma licença, podem haver questionamentos judiciais em relação ao processo de licenciamento ambiental que interrompam temporária ou definitivamente a implantação do empreendimento, causando atrasos ou mesmo interrupções dos projetos de investimento da Companhia e/ou de suas controladas, e portanto, poderiam comprometer os resultados da Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas poderão incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.

A Companhia e suas controladas procuram cumprir integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos atualmente aplicáveis às suas atividades, bem como observar os termos de todas as licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento de suas atividades. No entanto, qualquer incapacidade de cumprir com qualquer dessas disposições poderá sujeitá-las à imposição de penalidades, desde advertências até sanções relevantes, tais como o pagamento de indenizações em valores significativos, revogação

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de licenças ambientais ou suspensão da atividade operacional de usinas geradoras. Além disso, o Governo Federal e os governos dos estados onde a Companhia e suas controladas atuam poderão, no futuro, adotar regras mais estritas aplicáveis às suas atividades. Por exemplo, essas regras poderão, no limite, exigir investimentos adicionais na mitigação do impacto ambiental decorrente de suas atividades, bem como, na recomposição de elementos dos meios bióticos e/ou geológicos das regiões onde elas atuam, levando-as a incorrer em custos significativos para cumprir com tais regras. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima poderá causar um efeito adverso relevante para a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A estratégia de crescimento da Companhia poderá ser prejudicada pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a expansão de seus negócios em novos empreendimentos de geração, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Esta atividade poderá ser prejudicada pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos de geração de energia por fontes renováveis. Além disso, não é possível assegurar que a Companhia terá sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que ela enfrenta uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas. Considerando que a obtenção desses novos negócios depende de fatores alheios ao controle da Companhia, é impossível assegurar o sucesso em todas as oportunidades de crescimento que a Companhia procurará explorar neste segmento. A eventual incapacidade da Companhia de implantar sua estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Mudanças climáticas e o efeito estufa podem causar um efeito adverso nas atividades e mercados em que a Companhia e suas controladas desenvolvem suas atividades.

Existe um crescente consenso científico de que as emissões dos gases de efeito estufa estejam alterando a composição da atmosfera e afetando o clima global. Os riscos da mudança climática incluem um aumento da temperatura global e um aumento no nível dos oceanos bem como mudanças nas condições climáticas regionais relacionadas às alterações no regime hidrológico e dos ventos. Essas alterações, que poderão inclusive fazer com que haja menos chuvas ou menos ventos de forma consistente, podem afetar o desempenho dos empreendimentos da Companhia e de suas controladas e, por consequência, a necessidade de dispêndio adicional de recursos, tanto para eventualmente adquirir energia de terceiros a ser entregue para honrar contratos celebrados, como para manutenção das instalações, além da possibilidade de ocorrência de fenômenos meteorológicos extremos.

Esses eventos meteorológicos extremos podem causar, dentre outros fatores, relâmpago, *blade icing*, terremoto, tornado, vento extremo, tempestade severa, incêndios e outras condições meteorológicas desfavoráveis ou catástrofes naturais que podem danificar ou exigir o desligamento das turbinas ou dos equipamentos, impedindo a Companhia e suas controladas de manter suas atividades e consequentemente diminuindo as receitas e os níveis de produção de eletricidade. Assim, as mudanças climáticas podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Considerando o longo período entre o desenvolvimento/contratação no leilão e a entrada em operação de um projeto, a Companhia e/ou suas controladas podem enfrentar mudanças do cenário econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política, o que pode afetar a capacidade de concluir os projetos com sucesso.

A implantação de um projeto de geração de energia, desde seu desenvolvimento/contratação no leilão até sua operação, pode levar vários anos. Durante esse período, podem haver incertezas econômicas consideráveis, como desaquecimento econômico, aumento nas taxas de juros, variações cambiais e instabilidade política, que podem resultar em efeitos adversos nos custos de construção, na disponibilidade de mão de obra e materiais e de financiamentos, bem como em outros fatores que afetam a Companhia e/ou sua controladas, bem como o setor de energia como um todo.

Gastos significativos associados aos investimentos, em geral, não poderão ser reduzidos caso mudanças na economia causem uma redução nas receitas provenientes das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas. A demanda por novas usinas de geração de energia depende de expectativas de longo prazo em termos de crescimento econômico e crescimento do consumo de energia no País. Em particular, se a taxa de crescimento da economia diminuir ou se ocorrer recessão na economia, a viabilidade dos projetos e consequentemente a rentabilidade da Companhia pode ser adversamente afetada.

O mercado de créditos de carbono ainda é incipiente e pode não se desenvolver de forma relevante.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A preocupação com o meio ambiente levou os países da Organização das Nações Unidas (“ONU”) a assinarem um acordo que estipulasse controle sobre as intervenções humanas no clima. Este acordo nasceu em dezembro de 1999 com a assinatura do Protocolo de Kyoto. Em resumo, o Protocolo de Kyoto determina que países desenvolvidos signatários, reduzam suas emissões de gases de efeito estufa em 5,2%, em média, relativas ao ano de 1990, entre 2008 e 2012. Esse período é também conhecido como primeiro período de compromisso.

Para não comprometer as economias desses países, o protocolo estabeleceu que parte desta redução pode ser feita através da aquisição de créditos de carbono denominados Redução Certificada de Emissão. Tais créditos podem ser negociados, o que possibilita a criação dos chamados mercados de crédito de carbono. Pretendemos nos beneficiar da comercialização dos citados créditos gerados pelos nossos projetos que forem aprovados pela ONU, para auferir uma fonte adicional de receita. O mercado de créditos de carbono caracteriza-se como um mercado volátil e dependente da situação econômica mundial, principalmente do desempenho dos países da Europa e Ásia, principais compradores destes créditos. Desta forma, as premissas utilizadas com relação a tal mercado podem não se verificar, dado que os preços desses créditos no mercado internacional podem se mostrar pouco atrativos, inviabilizando sua negociação.

Especificamente com relação aos projetos referentes às usinas cuja energia tenha sido vendida no âmbito do Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia (“PROINFA”), o Decreto 5.882/06 determina que os créditos de carbono gerados pelos empreendimentos desenvolvidos no âmbito deste programa serão de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”).]

Movimentos populares, em especial os de natureza reivindicatória, poderão afetar os custos de construção de nossas usinas, bem como comprometer a sua operação normal, afetando a nossa rentabilidade.

Movimentos populares tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras e movimentos ambientalistas ou de defesa de populações indígenas, além de Organizações Não Governamentais, são ativos no País e muitas vezes posicionam-se contrariamente à construção de usinas ou organizam as populações atingidas pela construção de usinas para fazer reivindicações. A invasão e ocupação de obras de usinas ou mesmo de usinas em operação por tais movimentos sociais não é uma prática incomum e, em certas áreas, inclusive aquelas em que provavelmente venhamos a investir, as usinas não dispõem de proteção policial. Consequentemente, não podemos garantir que nossas usinas não ficarão sujeitas a invasões, ocupações ou solicitações por grupos do gênero, o que poderá aumentar os custos dos nossos projetos e afetar adversamente nossos resultados. Ademais, ainda que tenhamos obtido as licenças ambientais necessárias, a implantação de nossos projetos pode ser alvo de questionamento judicial, o que poderá atrasar de forma considerável o cronograma de implantação ou, ainda, inviabilizar nosso empreendimento.

De acordo com nossos contratos de venda de energia no mercado regulado, podemos ser penalizados pela nossa eventual incapacidade de fornecimento de energia.

Firmamos contratos de venda de energia estabelecendo prazos específicos para entrega de energia. Todos os nossos contratos contêm disposições que nos obrigam a entregar a energia de acordo com níveis de produção esperada de nossas usinas.

Em algumas situações, tais contratos são firmados ainda na fase de construção e implementação dos nossos projetos, de modo que eventuais atrasos na sua construção e na implantação podem provocar atraso no início de geração e entrega da energia contratada.

No caso de atrasos em determinados contratos, podemos ser obrigados a comprar energia para honrar nossos compromissos. Tal compra pode ser feita por meio de agentes qualificados que operem na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”), por um preço superior ou igual ao Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”), que pode ser mais caro que os dos contratos de venda por nós celebrados, prejudicando o nosso resultado. Eventuais atrasos nos projetos que possuem energia contratada por meio de contratos de energia de reserva implicarão penalidades financeiras para os projetos e impactarão negativamente o nosso resultado. Ademais, eventual descumprimento do fornecimento poderá gerar penalidades impostas pela ANEEL e CCEE, tais como ajustes de volumes, preços, ou até o término dos respectivos contratos e revogação das autorizações, o que inviabilizaria os nossos projetos e influenciaria de forma adversa os nossos resultados.

h. com relação à regulação do setor de atuação

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia e suas controladas atuam em um ambiente altamente regulado, que concede ampla discricionariedade ao poder concedente.

A implantação da estratégia de crescimento e a condução das atividades da Companhia e de suas controladas podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, incluindo:

- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios de outorga de concessões e autorizações para exploração de potenciais eólicos e hidrelétricos;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de licenças ambientais por parte dos governos federal ou estadual, conforme o caso;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para venda de energia elétrica nos ambientes de contratação regulado e livre, entre outras alterações de natureza regulatória; e
- alterações a outras normas aplicáveis aos seus negócios.

Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal no futuro com relação ao desenvolvimento do sistema energético brasileiro, e em que medida tais ações poderão afetá-la adversamente. Tampouco pode assegurar quais ações serão tomadas pelos Governos Estaduais dentro de sua esfera de competência nem em que medida essas ações podem direta ou indiretamente afetar adversamente os negócios da Companhia.

Qualquer medida regulatória significativa por parte das autoridades competentes poderá impor um ônus relevante sobre as atividades da Companhia e de suas controladas, bem como eventualmente restringir sua expansão. Na medida em que a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de repassar aos seus clientes os custos decorrentes da edição de novas leis e regulamentos, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão podem ser adversamente afetados. Para mais informações, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

A Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Política Energética, de 06 de março de 2013, com efetividade por ora suspensa em razão de liminar obtida pela APINE (Associação Brasileira dos Produtores de Energia Elétrica), associação da qual a Companhia faz parte, determina que também as geradoras arquem com parcela do pagamento do custo de despacho de usinas termelétricas por meio de encargos de serviços de sistema. Caso a liminar seja cassada ou a efetiva cobrança seja determinada, e a Companhia e/ou suas controladas não sejam capazes de repassar aos seus clientes os custos dela decorrentes, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão podem ser adversamente afetados.

Igualmente, por opção governamental, os LEN realizados a partir de 2013 deixaram de isentar os empreendedores de geração pelo risco de atraso na entrada em operação comercial das linhas de transmissão por onde a energia produzida pelas usinas é escoada ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Não é possível assegurar se essa opção será mantida para futuros leilões. Caso seja, a Companhia poderá eventualmente participar de leilões sob essa nova alocação de risco e, caso se verifique o referido atraso em linhas de transmissão, poderá se ver obrigada a adquirir de terceiros a energia elétrica para adimplemento de contratos celebrados em tais leilões para venda de energia a concessionárias de distribuição. Nessa hipótese, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão podem ser adversamente afetados.

O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar alterações unilaterais nos termos e condições aplicáveis às autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas e eólicas, de modo que a Companhia e suas controladas estão sujeitas a aumentos imprevistos em seus custos ou diminuição de suas receitas projetadas e caso não tenham capacidade de cumprir com as novas condições impostas, a Companhia poderá ser penalizada.

As autorizações para exploração de centrais hidrelétricas, termelétricas e eólicas são outorgadas pela União Federal. Porém, tais autorizações são outorgadas a título precário não oneroso, ou seja, as autorizações outorgadas à Companhia e/ou suas controladas podem ser revogadas a qualquer tempo pela autoridade competente quando o interesse público assim o exigir e eventuais indenizações recebidas podem não ser suficientes para cobrir investimentos realizados por elas. Igualmente, não há garantia de que essas autorizações serão renovadas, pois a decisão de sua renovação corresponde a competência discricionária do poder concedente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Em caso de descumprimento de qualquer disposição legal ou regulamentar decorrente da exploração das usinas autorizadas, a ANEEL poderá impor penalidades que variam de acordo com a gravidade do descumprimento as quais vão desde advertências até a imposição de multas ou mesmo revogação das autorizações.

Além disso, a legislação aplicável impõe a obrigação aos agentes de geração de pagamento de determinados encargos setoriais, os quais podem ser majorados sem que a Companhia tenha controle sobre isso. A esse risco regulatório somam-se outros de natureza diversas, na medida em que, no exercício de sua competência de regulação dos serviços e instalações de energia elétrica, a ANEEL pode alterar as normas atualmente vigentes, afetando negativamente as condições da prestação dos serviços outorgados à Companhia. Estas características do ato de outorga são determinadas com algum nível de discricionariedade pelo Poder Concedente e este pode alterar unilateralmente custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, bem como, despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros.

A revogação antes do prazo final de quaisquer autorizações, bem como a imposição de multas ou quaisquer outras penalidades pela ANEEL poderão afetar adversamente os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia e/ou suas controladas poderão ser afetadas de maneira adversa em caso de revogação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes.

A Companhia e/ou suas controladas são beneficiárias de incentivos fiscais concedidos pelo poder público, como a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) sobre equipamentos eólicos, o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (“REIDI”), que isenta PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre equipamentos eólicos, e a extensão de convênios do Conselho Nacional de Política Fazendária (“CONFAZ”), que confere isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (“ICMS”) para operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento de energia eólica. Esses incentivos impactam o custo de construção dos projetos e caso o setor não possua mais referidos incentivos o custo para construção dos projetos poderá ser aumentado em mais de 10%. Adicionalmente, alguns parques da Companhia e/ou de suas controladas foram qualificados para obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia) que concede dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido.

A Companhia goza de incentivos fiscais que podem ser revogados, ter sua vigência suspensa ou ser contestados judicialmente. Eventual revogação, suspensão ou questionamento pode implicar a perda dos referidos incentivos, afetando adversamente os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

Novas regras para a comercialização de energia elétrica e condições de mercado poderão, no futuro, afetar os preços de venda de energia elétrica praticados pela Companhia e/ou por suas controladas.

Segundo a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, conforme alterada (“Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”), regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 (“Decreto nº 5.163/2004”), as geradoras podem vender eletricidade no ACR, por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL, ou no ACL, por meio da livre negociação de preços. No ACR são realizados: (i) leilões para energia elétrica proveniente de novos empreendimentos (i.e., aqueles que até o início do processo público licitatório para expansão e comercialização da energia elétrica não sejam detentores de outorga ou sejam parte de empreendimento existente que venha a ser objeto de ampliação, nesse caso restrito ao acréscimo de capacidade); e (ii) leilões para energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes. Nesse segundo caso, o Decreto nº 5.163/2004 permite às distribuidoras adquirentes de eletricidade negociada pelas geradoras no ACR reduzir o montante de energia contratada nos seguintes casos: (i) compensação pela saída de Consumidores Potencialmente Livres (aquele que, a despeito de cumprir as condições previstas no artigo 15 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995 – carga igual ou maior que 10.000 kW, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kW – e poderem optar por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com produtor independente de energia elétrica no Mercado Livre, é atendido de forma regulada) do Mercado Regulado para o Mercado Livre; (ii) outras variações de mercado, hipótese na qual poderá haver, em cada ano, redução de até 4% do montante inicial contratado, independentemente do prazo de vigência contratual, do início do suprimento e dos montantes efetivamente reduzidos nos anos anteriores; e (iii) aumento dos montantes de energia adquiridos por meio de contratos firmados antes de 17 de março de 2004. Caso as distribuidoras que venham a ter contratos de fornecimento de energia com a Companhia e/ou suas controladas decidam reduzir o montante de energia contratada, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão poderão ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Caso ocorram alterações nas regras de venda de energia elétrica, alterações de condições de mercado ou outras alterações legislativas ou na regulamentação relacionadas ao setor elétrico, a Companhia e/ou suas controladas poderão ser compelidas a vender sua capacidade excedente no mercado de curto prazo ou no ACL, onde os preços estão sujeitos a uma volatilidade significativa. Se isso ocorrer em períodos em que os preços nesses mercados estiverem em baixa, os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão poderão ser adversamente afetados.

Novas regras ou condições para aquisição, utilização ou financiamento de equipamentos relacionados à implantação de projetos de geração de energia poderão, no futuro, afetar negativamente os negócios da Companhia.

Atualmente, os aerogeradores e outros equipamentos utilizados na implantação de parques eólicos da Companhia foram adquiridos ou são passíveis de aquisição mediante obtenção da linha de financiamento FINAME junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), o qual apresenta condições e custos favoráveis comparados a outros financiamentos disponíveis no mercado. Caso os fornecedores de tais equipamentos sejam descredenciados dessa linha de financiamento, os novos equipamentos disponíveis no mercado não atinjam os requisitos mínimos de elegibilidade para tal financiamento – como índice mínimo de nacionalização –, ou qualquer outra medida regulatória ou governamental crie requisitos adicionais para a aquisição, financiamento e/ou utilização de equipamentos de geração de energia elétrica em projetos nacionais, incluindo, mas não se limitando a, maiores índices de nacionalização ou outras medidas destinadas a fomentar a indústria nacional, os custos de implantação de novos projetos eólicos poderão ser majorados e afetar adversamente os resultados da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão. Não há como quantificar o risco envolvido, dada a impossibilidade de previsão da Companhia acerca do tamanho do impacto de potenciais mudanças nas condições de financiamento de equipamentos dentro da cadeia produtiva de projetos eólicos.

i. com relação aos países estrangeiros

Não aplicável, uma vez que a atuação da Companhia é restrita ao Brasil.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

A Companhia monitora constantemente os riscos internos, regulatórios, de mercado e outros relacionados a suas operações que possam impactar de forma adversa suas operações e seus resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda de energia elétrica e aspectos regulatórios envolvidos. A Companhia administra de forma conservadora sua posição de caixa e seu capital de giro considerando, dentre outros fatores, tais riscos. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução da exposição aos riscos mencionados acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Descrição dos processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: i) que não estão sob sigilo, e ii) são relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas:

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas era de R\$79 mil (em 31 de dezembro de 2013 esse valor era de R\$87). A variação de R\$8 refere-se basicamente ao pagamento de processos administrativos de riscos ambientais.

1- Em relação aos Encargos de Serviço do Sistema, a Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

A APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Baseado no entendimento da Administração e dos seus assessores jurídicos esse risco é classificado como “possível” justificando o não provisionamento de acordo com as políticas contábeis da Companhia.

2- A ESPRA, empresa controlada pela Companhia, detentora de três PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) associada a ABRAGEL é parte em ação ordinária movida em face da Eletrobrás, com pedido de tutela antecipada visando a abstenção da contabilização e ajustes financeiros dos custos decorrentes do GSF (Generation Scaling Factor) menor que 100% verificado em no ano de 2014.

3- O Ministério Público Federal denunciou a Companhia em 08/02/2011 por suposta infração aos artigos 38 e 40 da Lei 9.605/98, de acordo com a acusatória “ao executar a remoção de cobertura vegetal, alteração da paisagem e exposição do solo, em área de preservação permanente, dentro de uma Unidade de Conservação, a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, infringiu a legislação ambiental”.

Em 25/07/2014 foi celebrado o acordo de suspensão condicional do processo, mediante o pagamento de R\$50.000,00 ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Tal acordo não configura assunção de culpa e processo ficará suspenso pelo prazo de 2 anos.

Ao final do período de 2 anos, ocorrerá a extinção da punibilidade da Companhia com o arquivamento do processo sem julgamento de mérito.

A Companhia e suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entendem que as provisões constituídas registradas em balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

A Companhia é parte em três processos administrativos, sendo três Autos de Infração, dois lavrados pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e um Auto de Infração de Multa e Embargo lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Os processos foram avaliados pela Companhia como sendo de perda provável, suas provisões para contingências estão registradas nas demonstrações financeiras pelo valor total das perdas consideradas prováveis. Em 31 de dezembro de 2014, o valor total dos processos administrativos envolvendo contingências passivas era de R\$87 mil, e este valor encontrava-se integralmente provisionado, uma vez que tais processos foram considerados de perda provável, segundo avaliação da Companhia, com base na opinião de suas assessorias jurídicas, conforme abaixo detalhado.

Os três processos administrativos junto a órgãos ambientais classificados como prováveis de perda e nos quais a Companhia é parte estão descrito na tabela abaixo:

Processo nº 02029.000510/2009-31	
a. Juízo	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
b. Instância	
c. Data de instauração	
d. Partes no processo	IBAMA x Renova Energia

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. Valores, bens ou direitos envolvidos	
f. Principais fatos	Trata-se do Auto de Infração devido à intervenção de supressão de vegetação nativa do Cerrado (picadas) em fração de hectare em Área de Preservação Permanente – APP do Rio de Ondas, sem licença ou autorização de órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida conforme determinada as normas legais e regulamentos pertinentes, com efetivo impacto ao meio ambiente local.
g. Chance de perda	Provável.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 8.444,99
Processo nº 2009-013673/TEC/AIMU-0222	
a. Juízo	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA
b. Instância	
c. Data de instauração	
d. Partes no processo	INEMA x Renova Energia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração de Multa nº 500721, lavrado sob o fundamento de realizar pesquisa e intervenções fiscais em desacordo com os objetivos da Estação Ecológica Serra do Tocantins e seus regulamentos e do Embargo/Interdição nº 568351, nos seguintes termos: ficam embargadas as atividades de pesquisa realizadas pela Renova no interior da Unidade de Conservação Federal Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins.
g. Chance de perda	Provável.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$68.597,98
Processo nº 2009-13668/TEC/AIIN-0053	
a. Juízo	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA
b. Instância	
c. Data de instauração	
d. Partes no processo	INEMA x Renova Energia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração em Campo por supressão de vegetação nativa de Cerrado em APP do Rio de Ondas, sem necessárias anuências ou registros ou em desacordo com os mesmos.
g. Chance de perda	Provável.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	
i. Valor provisionado, se houver provisão	R\$2.000,00

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há nenhum processo judicial, administrativo ou arbitral que não estejam sob sigilo, em face da Companhia ou suas controladas que as partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

As empresas controladas pela Companhia são requeridas em procedimentos arbitrais em que se discute indenização a ser eventualmente paga a prestadores de serviços de engenharia, no valor estimado de R\$ 45 milhões.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não possuímos.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes envolvendo a Companhia.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

A Companhia não possui valores mobiliários custodiados em outros países.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Além dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, a Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas atividades envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na inflação e mudança nas taxas de juros e dos índices de preços (Risco de Mercado), Risco de Liquidez, Risco de Crédito, Risco de Escassez de Vento e Risco da Escassez Hidrológica.

Risco de Mercado

A Companhia está exposta à possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros para a Companhia.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas possuem como contrapartes BNB, BNDES, FINEP, e credores das Notas Promissórias e Debêntures emitidas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam um risco de mercado associado ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa pré-fixada.

A Companhia financia majoritariamente seus projetos por meio de *Project Finance* com o BNDES e mercado de capitais. Em 31 de dezembro de 2014, o valor total dos financiamentos sob essas modalidades (mercado) era de R\$831,2 milhões.

No que diz respeito ao risco de taxa de juros da Companhia, este decorre substancialmente de debêntures e financiamentos para os projetos. Tais instrumentos financeiros são subordinados principalmente à taxa de juros vinculadas aos indexadores TJLP, CDI e IPCA.

Análise de Sensibilidade

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sob a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Operação 31 de dezembro de 2014	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2014		11,57%	11,57%	11,57%
Aplicações financeiras:	Baixa do CDI	538.697	538.697	538.697
Taxa anual estimada do CDI para 2015		12,48%	9,36%	6,24%
Efeito anual nas aplicações financeiras:				
Ganho		5.045		
Perda			(12.251)	(29.546)

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2014		11,57%	11,57%	11,57%
Empréstimos:				
DEBÊNTURES - RENOVA	Alta do CDI	500.269	500.269	500.269
NOTAS PROMISSÓRIAS - LER 2010 E LEN 2011	Alta do CDI	256.598	256.598	256.598
Taxa anual estimada do CDI para 2015		12,48%	15,60%	18,72%
Efeito anual nos empréstimos:				
Perda		7.955	35.229	62.504

Operação	Risco	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2014		5,00%	5,00%	5,00%
Empréstimos:				
BNDES - LP - LER 2009	Alta da TJLP	875.239	875.239	875.239
BNDES - LP - Renova Eólica	Alta da TJLP	833.080	833.080	833.080
BNDES - CP - Diamantina Eólica	Alta da TJLP	215.094	215.094	215.094
Taxa anual estimada da TJLP para 2015		5,50%	6,88%	8,25%
Redução				
Perda		9.618	36.066	62.514

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 12,48%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (9,36% a.a.) e 50% (6,24% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para as debêntures e notas promissórias que são vinculadas à taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento de 25% (15,60%) e 50% (18,72%), respectivamente.

Para os empréstimos e financiamentos vinculados à TJLP, a Companhia e suas controladas consideraram um cenário provável com base na taxa para o terceiro trimestre de 2014 obtida do BNDES o qual espera-se a manutenção desta taxa para o horizonte de um ano, 5,50%. Os cenários II e III consideram uma alta dessas taxas em 25% (6,88%) e 50% (8,25%), respectivamente. Observa-se que o spread médio ponderado nas aplicações financeiras e nos empréstimos são: (i) 102,90% do CDI nas aplicações financeiras; (ii) 2,33% + TJLP para os empréstimos com BNDES e (iii) 123,45% do CDI para a debêntures.

Os efeitos (aumento/redução) demonstrados nessa análise de sensibilidade referem-se às variações das taxas de juros consideradas para os cenários I, II e III em relação à taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2014.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e de suas controladas. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco Liquidez

A Companhia está exposta à capacidade de suas controladas e controladoras em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira de suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Risco de Crédito

A Companhia está exposta à possibilidade de não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, cauções e depósitos vinculados, entre outros. Outra fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, sendo que a administração de referidos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela administração da Companhia.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do SIN (Sistema Interligado Nacional) sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Risco de Escassez de Vento

A Companhia está exposta à possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de Escassez Hidrológica

As controladas indiretas Energética Serra da Prata S.A. e Brasil PCH geram energia por meio de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas. Numa situação extrema, como aconteceu nos últimos dois anos (entre 2013 e 2014) isso pode implicar em redução de receita.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a. *riscos para os quais se busca proteção*

A Companhia busca proteção contra a possibilidade de flutuações na inflação e mudança nas taxas de juros e dos índices de preços (Risco de Mercado), Risco de Liquidez e Risco de Crédito.

b. *estratégia de proteção patrimonial (hedge)*

A Companhia financia majoritariamente seus projetos por meio de *Project Finance* e mercado de capitais. Em 31 de dezembro de 2014, o valor total dos financiamentos sob essas modalidades (mercado) era de R\$831,2 milhões.

A Companhia não possui risco considerável de moeda em seu balanço e por isso não realiza *hedge* cambial no momento.

No que diz respeito ao risco de aumento das taxas de juros da Companhia, este decorre substancialmente de debêntures e financiamentos para os projetos. Tais instrumentos financeiros são subordinados principalmente à taxa de juros vinculadas aos indexadores TJLP, IPCA e CDI. A Companhia não possui instrumentos para *hedge* das taxas de juros.

A Companhia possui uma debênture indexada ao CDI, que em 31 de dezembro de 2014 totalizava R\$500,3 milhões e uma debênture de infraestrutura emitida pela sua controlada Renova Eólica, indexada ao IPCA que em 31 de dezembro de 2014 totalizava R\$74,3 milhões.

Ainda em relação aos financiamentos, a Brasil PCH, na qual a Companhia detém participação por meio de uma subsidiária, possui dívidas indexadas a TJLP no montante de R\$498,1 milhões e indexadas ao IGP-M no valor de R\$622,9 milhões.

Adicionalmente os contratos de compra e venda de energia eólica são indexados pelo índice IPCA e de energia proveniente das PCH's são indexados pelo IGPM. A Companhia não possui instrumentos para *hedge* das taxas de inflação.

c. *instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)*

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades.

d. *parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos*

Para gerenciamento dos riscos de mercado, a administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas, sendo que cada operação de venda de energia é avaliada, quanto à sua adequação à política de comercialização da Companhia, em termos de margem, risco de crédito e limites de responsabilidades.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados. A administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

e. se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial ou efetua aplicações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento desses riscos

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela administração visando mitigar os riscos inerentes ao negócio, inclusive riscos de mercado, por meio de auditoria e acompanhamento da implementação de ações necessárias para minimização desses riscos.

Para assessorar o Conselho de Administração no gerenciamento dos riscos descritos acima, a Companhia possui Comitês de Assessoramento, quais sejam, Comitê de Talentos e Remuneração, Comitê Financeiro, Comitê de Gestão, Comitê de Implantação, Comitê de Auditoria e *Compliance* e Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção.

O Comitê de Auditoria e *Compliance* tem como funções, entre outras: (i) assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna; (ii) revisar e opinar, previamente à sua aprovação, acerca das demonstrações financeiras anuais e informações contábeis intermediárias trimestrais da Companhia, inclusive acerca de suas notas explicativas, relatório da Administração e relatório dos auditores independentes; (iii) avaliar a efetividade e qualidade dos controles internos e da auditoria independente, inclusive no que tange à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas; (iv) assegurar o cumprimento e a correta aplicação dos princípios e normas contábeis nos termos da legislação em vigor e de acordo com as diretrizes dos órgãos reguladores locais; (v) avaliar e reportar ao Conselho de Administração o cumprimento, pela Administração da Companhia, das recomendações feitas pela auditoria independente; (vi) reunir-se periodicamente com auditores internos e externos para entender os controles realizados e aprofundar questões relevantes; (vii) avaliar e recomendar objetivos e atividades principais, tanto para a área contábil (auditoria externa) como para a área de auditoria interna; e (viii) recomendar à Diretoria da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos no âmbito de suas atribuições.

O Comitê Financeiro tem como funções, entre outras: (i) analisar as necessidades financeiras da Companhia e sugerir mecanismos para satisfazê-las; (ii) monitorar os principais indicadores financeiros da Companhia; e (iii) analisar a estrutura financeira da Companhia e recomendar ações corretivas, se necessário.

O Comitê de Gestão tem como funções: (i) propor estratégia de atuação da Companhia, com base em diretrizes estratégicas e orçamentárias, metas gerais e específicas, indicadores, perspectivas e métricas; (ii) monitorar o desempenho operacional da Companhia, analisando e sintetizando matérias técnico-operacionais; (iii) sugerir ao Conselho de Administração metas a serem cumpridas pela Administração e verificar o seu cumprimento; (iv) monitorar riscos de mercado e propor iniciativas para minimizá-los; (v) propor e monitorar as estratégias de longo prazo da Companhia; (vi) auxiliar na definição das métricas e diretrizes do orçamento da Companhia; e (vii) discutir com a Diretoria a viabilidade de cumprimento das metas estabelecidas e sugerir ao Conselho de Administração medidas para corrigir desvios.

O Comitê de Talentos e Remuneração tem como funções, entre outras: (i) orientar o planejamento estratégico da gestão de pessoas e a política de remuneração da Companhia; e (ii) avaliar e supervisionar as práticas e processos de sucessão em todos os níveis hierárquicos da Companhia.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

O Comitê de Engenharia e Implantação tem como funções: (i) acompanhar e elaborar parecer ao Conselho na contratação de fornecedores para obras da Companhia; (ii) monitorar o desempenho das equipes internas e externas no desenvolvimento de obras da Companhia; (iii) acompanhar a execução dos contratos de fornecimento para obras da Companhia; (iv) auxiliar na definição de estratégias e de planos de ação para questões envolvendo o andamento de obras da Companhia; (v) monitorar riscos de construção e propor iniciativas para minimizá-los; (vi) acompanhar e reportar ao Conselho o atingimento de marcos do cronograma físico-financeiro das obras da Companhia; e (vii) acompanhar, reportar ao Conselho e recomendar soluções para eventuais desvios do orçamento da Companhia para uma respectiva obra.

O Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção tem como função: (i) propor e acompanhar o desenvolvimento e o estudo de novas tecnologias e novos modelos de negócios; e (ii) propor e acompanhar o *pipeline* de projetos eólicos que estiverem em desenvolvimento.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

As áreas da Companhia que estão expostas aos riscos de mercado são monitoradas de forma contínua, conforme mencionado anteriormente no item “f” acima.

Embora a Companhia não possua uma política específica de gerenciamento de riscos, a Companhia acredita que sua estrutura operacional e controles internos são adequados para a verificação da efetividade da prática de gerenciamento de riscos.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.4 - Outras informações relevantes

Riscos Relacionados ao Brasil

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como os negócios da Companhia.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas.

Por exemplo, o real desvalorizou 18,7% em 2001 e 52,3% em 2002 frente ao dólar, embora o real tenha valorizado 11,8%, 8,7% e 17,2% com relação ao dólar em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o real se desvalorizou 32% frente ao dólar, tendo fechado em R\$2,336 por US\$1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$1,74 por US\$1,00. Em 2010, observou-se nova valorização de 4,5% do Real em relação ao Dólar. Em 31 de dezembro de 2011, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era R\$1,88 por US\$1,00. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era R\$2,04 por US\$1,00. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era R\$2,34 por US\$1,00. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era R\$2,66 por US\$1,00. A Companhia não pode garantir que o real não sofrerá depreciação ou não será desvalorizado em relação ao dólar novamente.

As desvalorizações do real com relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar significativa e adversamente a Companhia, seus resultados e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão.

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem afetar adversamente a Companhia.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. O governo brasileiro poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo governo brasileiro para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro, e não pode prevê-las. Os negócios, a situação financeira, o resultado das operações e as perspectivas da Companhia poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- Instabilidade social e política;
- Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, tais como as que foram impostos em 1989 e no início de 1990;
- Flutuações cambiais;
- Alterações no regime fiscal e tributário;
- Alterações das normas trabalhistas;

5.4 - Outras informações relevantes

- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Taxas de juros;
- Inflação;
- Política monetária;
- Política fiscal;
- Racionamento de energia; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão afetar adversamente a Companhia, na forma descrita acima.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado das Units da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	11/12/2006
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/08/2008

6.3 - Breve histórico

Constituição da Espra e do Consórcio Enerbrás & WM

Em 15 de janeiro de 2001, os Srs. Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo constituíram a Enerbrás Comercializadora de Energia Ltda., atualmente denominada Enerbrás Centrais Elétricas S.A. ("Enerbrás"), dando início à sua atuação em aproveitamentos hidrelétricos.

Em 27 de outubro de 2003, a Enerbrás constituiu consórcio para implantação, desenvolvimento e construção das atuais três PCHs da Companhia, localizadas na região do extremo sul da Bahia, entre os Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu.

Em 17 de setembro de 2004, referido consórcio foi transformado em uma sociedade por ações denominada Energética Serra da Prata S.A. ("Espra"), cuja finalidade era deter a autorização de geração de energia por meio das três PCHs da Companhia.

Em 4 de março de 2005, a Enerbrás e o Sr. Ricardo Delneri tornaram-se detentores de 99,99% e 0,000001%, respectivamente, das ações da Espra. Hoje, a Enerbrás e Renovapar S.A. detêm, respectivamente, 99,99% e 0,000001% das ações da Espra.

Constituição da Companhia

Em 06 de dezembro de 2006, a Companhia foi constituída, como parte de uma reorganização societária implementada pelos atuais controladores indiretos da Companhia, os Srs. Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo, com prazo de duração indeterminado e com o seguinte objeto social (i) a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas; (ii) produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis; (iii) a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental; e (iv) a participação no capital social de outras sociedades.

Aquisição do Controle Societário da Enerbrás

Em 12 de dezembro de 2006, a Companhia adquiriu o controle societário da Enerbrás mediante a aquisição das ações ordinárias detidas pelos Srs. Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo.

Registro de Companhia Aberta e Oferta Pública de Ações

O registro de companhia aberta foi concedido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 20 agosto de 2008.

Em 13 de julho de 2010, a Companhia realizou sua Oferta Pública Primária de Distribuição de Units, representativas, cada uma, de 1 ação ordinária nominativa e 2 ações preferenciais nominativas, com a distribuição pública primária de 10.713.800 Units, tornando-se, desta forma, a primeira empresa dedicada ao setor de energia renovável do Brasil a ter suas ações listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"). Para mais informações, vide item 18 deste Formulário de Referência.

Comercialização de Energia no Mercado Regulado

Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia comercializou no Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 2009, 127,0 MW médios de energia para a geração por 14 parques eólicos localizados no interior da Bahia ("Complexo Eólico Alto Sertão I").

Em 26 de agosto de 2010, a Companhia comercializou no LER 78,0 MW médios de energia para a geração por seis parques eólicos localizados no interior da Bahia ("Complexo Eólico Alto Sertão II").

Em 18 de agosto de 2011, a Companhia comercializou no Leilão de Energia Nova ("LEN") 103,6 MW médios de energia para a geração por 9 parques eólicos no Complexo Eólico Alto Sertão II.

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia comercializou no LEN 10,2 MW médios de energia para a geração por um parque eólico localizado no interior da Bahia.

Em 23 de agosto de 2013, a Companhia comercializou no LER 73,7 MW médios de energia para a geração por nove parques eólicos localizados no interior da Bahia.

6.3 - Breve histórico

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia comercializou no LEN 178,0 MW médios de energia para a geração por 17 parques eólicos localizados no interior da Bahia.

Em 31 de Outubro de 2014, a Companhia comercializou no LER 42,7 MW médios de energia para a geração por 3 parques eólicos e 4 parques solares localizados no interior da Bahia, sendo 20,9 MW médios a serem gerados por 3 parques eólicos e 21,8 MW médios a serem gerados por 4 parques solares

Em 28 de Novembro de 2014, a Companhia comercializou no LEN 49,4 MW médios de energia para a geração por 5 parques eólicos localizados no interior da Bahia.

Aumento de Capital Social para Ingresso da Light Energia no Bloco de Controle da Companhia

Em 19 de agosto de 2011, vislumbrando um potencial crescimento da Companhia em geração de energia renovável e acreditando em seu modelo organizacional, a Light Energia, subsidiária integral da Light S.A., por meio do acordo de investimento firmado com a RR Participações, então controladora da Companhia, ingressou no capital da Companhia aportando cerca de R\$360,0 milhões, mediante a emissão de 53.108.330 novas ações ordinárias.

Em 25 de outubro de 2011, ocorreu a homologação do aumento de capital no valor de R\$376,0 milhões, considerando o aporte da Light e o exercício do direito de preferência dos demais acionistas da Companhia.

Para mais informações vide item 6.5 abaixo.

Comercialização de Energia no Mercado Livre

Com o ingresso da Light Energia no bloco de controle da Companhia, foi acordado um contrato de compra e venda de energia entre a Light Energia e a Companhia de 400 MW de capacidade instalada para comercialização no mercado livre.

Adicionalmente, em 2012, foram celebrados dois acordos para venda de energia no mercado livre de 61,0 MW médios, e em 2013, foi celebrado mais um contrato no mercado livre, para venda de energia de 15,0 MW médios.

Em 2014, a Renova comercializou 308,0 MW médios no mercado livre, correspondente a 676,2 MW de capacidade instalada, em um leilão no qual a Cemig GT se sagrou vencedora.

Conclusão das Obras do Complexo Eólico Alto Sertão I

Em 1º de julho de 2012, a Companhia, por meio de suas Sociedades de Propósito Específico (“SPE’s”), concluiu as obras do Complexo Eólico Alto Sertão I, composto por 14 parques eólicos com 184 aerogeradores de potência nominal de 1,6 MW.

Em outubro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) publicou despachos atestando que os 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, estavam aptos a operar.

No dia 04 de julho de 2014, os 14 parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009 iniciaram a operação comercial. A partir dessa data, a energia dos parques com capacidade instalada de 294,4 MW passou a ser contabilizada nos termos do contrato comercial firmado entre a Companhia e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Até o início da operação comercial, os parques recebiam a receita da energia vendida, conforme contrato.

Aumento de Capital Social para Ingresso da BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”) no Capital Social da Companhia

Com o objetivo de contribuir na elaboração da estratégia da Companhia, e visando ao seu crescimento com rentabilidade, em 13 de julho de 2012, a BNDESPAR, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ingressou no capital da Companhia. O investimento da BNDESPAR foi de R\$260,7 milhões mediante a emissão de 23.059.239 novas ações ordinárias e 4.875.036 novas ações preferenciais.

Em 02 de outubro de 2012, ocorreu a homologação do aumento de capital no valor de R\$314,7 milhões, considerando o aporte da

6.3 - Breve histórico

BNDESPAR e o exercício do direito de preferência dos demais acionistas da Companhia.

Complementação do Objeto Social da Companhia

Em 22 de agosto de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária de acionistas que deliberou sobre a complementação do objeto social da Companhia para a inclusão das seguintes atividades adicionais: (i) a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo eficiência energética; (ii) a prestação serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração; (iii) a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia; (iv) a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, *wafers*, células, painéis, módulos e inversores; e (v) a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia.

Parceria estratégica com a Alstom para fornecimento de turbinas

Em 28 de março de 2013 a Companhia firmou um contrato de parceria com a Alstom que prevê a instalação de 1,2 GW de capacidade instalada em energia eólica. A parceria, uma das maiores no mercado mundial, irá propiciar: (i) ganhos de escala; (ii) desenvolvimento tecnológico diferenciado; (iii) economia e mitigação de riscos logísticos, já que os equipamentos serão produzidos no estado da Bahia, onde ficam os parques eólicos da Companhia; e (iv) alinhamento estratégico com um fornecedor de primeira linha pra suportar o plano de negócios da Companhia.

Para mais informações acerca desta parceria vide item 7.3 abaixo.

Parceria estratégica com SunEdison para a criação de uma joint venture com objetivo de desenvolver 1 GW de projetos de energia solar no Brasil

Em novembro de 2014, a Renova e a SunEdison Brasil anunciaram a criação de uma joint venture para o desenvolvimento de 1 GW de projetos de energia solar no Brasil. A joint venture foi concebida com o objetivo de ser o veículo exclusivo das duas companhias para operar e comercializar projetos para o suprimento de energia solar no mercado regulado brasileiro. A joint venture terá participação de 50% da Renova e 50% da SunEdison e iniciará com a construção e operação das quatro plantas solares contratadas no LER 2014 com 106.9 MWp de capacidade instalada. A SunEdison Brasil, faz parte do grupo SunEdison, Inc, líder mundial no fornecimento de serviços de energia solar, com expertise em projetos globais e liderança na indústria de energia solar da América Latina. A parceria fortalece a estratégia da Renova no mercado de energia solar, além de deixar a Companhia mais competitiva no desenvolvimento desta fonte no Brasil. A Renova acredita no desenvolvimento de energia solar no Brasil, país onde a fonte é abundante e com um histórico de preferência por geração renovável. Recentemente, o país criou o arcabouço regulatório para o desenvolvimento da fonte solar e incluiu definitivamente a fonte no planejamento para o abastecimento energético interno. As companhias também irão adicionar projetos que estão atualmente em desenvolvimento em seus portfólios para a *joint venture*.

Geração e operação de energia solar na Companhia

No início de 2014 foi anunciado o primeiro projeto híbrido com energia eólica e solar do país. O projeto contará com dois parques de energia eólica com capacidade instalada de 21,7 MW e um parque solar com capacidade instalada de 4,8 MWp a ser instalado na Bahia, na mesma região dos parques eólicos da Companhia.

Ainda em 2014, em outubro, o governo realizou o primeiro leilão no qual a fonte solar não competiu com outras fontes. A Renova comercializou neste leilão 106,9 MWp a serem gerados por quatro parques solares, também localizados na mesma região da Bahia.

Complexo Eólico Alto Sertão II

Os parques eólicos do LER 2010, em conjunto com os parques eólicos do LEN A-3 2011, formam o Complexo Eólico Alto Sertão II, que tem 386,1 MW de capacidade instalada e está localizado no interior da Bahia, na mesma região onde a Companhia possui o Complexo

6.3 - Breve histórico

Eólico Alto Sertão I.

Os parques eólicos do LER 2010 são compostos por 100 aerogeradores e tiveram montagem e instalação concluídas em dezembro de 2013.

De acordo com os contratos de suprimento dos parques que comercializaram energia no LER 2010 e no LEN A-3 2011, a data para início de operação dos parques era setembro de 2013 e março de 2014, respectivamente. Porém, com o atraso das linhas de transmissão os parques não puderam iniciar a operação. Vale ressaltar que os parques ficaram prontos dentro do cronograma previsto.

Em março de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou despacho alterando o cronograma dos parques que comercializaram energia no LEN A-3 2011 a fim de concatená-los com a entrada em operação comercial da linha de transmissão que atenderá os parques. A ANEEL concedeu ainda 30 dias para a entrada em operação comercial, a contar da entrada em operação da linha de transmissão.

Dessa maneira, a Companhia não estará sujeita a penalidades contratuais e/ou regulatórias durante o período em que a linha de transmissão não estiver pronta. O período de suprimento do contrato foi mantido.

Em abril de 2014, a ANEEL também deferiu a concatenação dos parques que comercializaram energia no LER 2010 com a entrada em operação comercial da linha de transmissão que atende os parques. A ANEEL também concedeu os 30 dias para a entrada em operação comercial a contar da entrada em operação da linha de transmissão. Assim como no LEN A-3 2011, a Companhia não esteve sujeita a penalidades contratuais e/ou regulatórias durante o período em que a linha de transmissão não estava pronta e data original do final do suprimento do contrato foi mantida.

Início da operação comercial dos parques do LER 2010

No dia 11 de outubro de 2014, os seis parques eólicos que comercializaram energia no LER 2010 iniciaram a operação comercial. A partir dessa data, a energia dos parques com capacidade instalada de 167,7 MW passou a ser contabilizada nos termos do contrato comercial firmado entre a Companhia e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Os parques estavam com o cronograma de entrada em operação concatenado com o início da operação comercial da linha de transmissão e o montante de energia comercializado foi de 78,0 MW médios. Os parques do LER 2010 também estão localizados no interior da Bahia, na mesma região dos parques do LER 2009.

Início da operação comercial de quatro parques do LEN A-3 2011

No dia 04 de março de 2015, quatro parques, do total de nove, que comercializaram energia no LEN A-3 2011 iniciaram a operação comercial. Os parques Ametista, Pilões, Maron e Dourados, com capacidade instalada de 117,6 MW foram conectados na mesma linha de transmissão que atende os parques do LER 2009 e LER 2010 (Igaporã II). Os outros cinco parques serão conectados na linha Igaporã III, que está com data de início de operação, de acordo com o Acompanhamento dos Empreendimentos de Transmissão (SIGET) divulgado pela ANEEL, prevista para 12 de agosto de 2015. Os nove parques do LEN A-3 2011 continuam concatenados e o contrato iniciará em até 30 dias após a entrada em operação da linha de transmissão. Do dia 04 de março de 2015 (início da operação comercial) até a data de entrada em operação do contrato, os parques, de acordo com nota técnica emitida pela ANEEL, receberão pela energia efetivamente gerada conforme preço de contrato.

Aquisição de 51% da Brasil PCH

Em 8 de agosto de 2013, foi celebrado o Acordo de Investimento Cemig GT, por meio do qual a Cemig GT cedeu a sua posição no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Brasil PCH, celebrado em 14 de junho de 2013 entre a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás (“Petrobrás”), a Cemig GT e a Brasil PCH S.A. (“Contrato de Compra e Venda Brasil PCH”) para a Chipley.

Conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2014, a Cemig GT realizou um AFAC no valor de R\$739,9 milhões que foi integralmente utilizado para o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH pela Chipley, subsidiária da Companhia.

A aquisição é estratégica para a Companhia que adicionou ativos operacionais em sua base, melhorando o balanceamento entre os ativos já em operação e os ativos em construção e desenvolvimento.

A Brasil PCH incrementará a geração de caixa da Companhia e irá permitir a utilização desse caixa no crescimento da Companhia, tanto

6.3 - Breve histórico

em projetos já contratados, como em novos projetos.

Além disso, o fortalecimento da fonte hídrica também é positivo, uma vez que existe complementariedade entre as fontes eólicas e hídricas e diminui o risco de dependência de uma única fonte.

Para mais informações sobre a operação, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Sobre a Brasil PCH

A Brasil PCH detém 13 pequenas centrais hidrelétricas: (i) PCH Bonfante; (ii) PCH Calheiros; (iii) PCH Carangola; (iv) PCH Fumaça IV; (v) PCH Funil; (vi) PCH Irará; (vii) PCH Jataí; (viii) PCH Monte Serrat; (ix) PCH Retiro Velho; (x) PCH Santa Fé; (xi) PCH São Joaquim; (xii) PCH São Pedro; e (xiii) PCH São Simão, com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios (“PCHs Brasil PCH”).

Todas as PCHs Brasil PCH possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA com vencimento previsto para 2027 e 2028.

Com a aquisição, a Companhia aumenta sua base de ativos operacionais e sua consequente geração de caixa disponível para investir em seu crescimento.

A aquisição também é positiva para a Companhia em razão da complementariedade entre as fontes eólica e hídrica diminuindo o risco de dependência de uma única fonte.

Conclusão do aumento de capital e entrada da Cemig GT no bloco de controle

No dia 29 de setembro, conforme previsto no Acordo de Investimento anunciado no dia 08 de agosto de 2013, a Cemig GT realizou a subscrição e a integralização de 87.186.035 ações ordinárias da Renova, mediante a cessão e integralização dos AFACs realizados, no valor total de R\$ 1.550.071.797,66. Além da Cemig GT, houve o exercício dos direitos de preferência de 10.866 ações ordinárias pelos demais acionistas da Companhia, totalizando 87.196.901 ações ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando R\$ 1.550.264.983,19. Após a subscrição e integralização foi celebrado novo Acordo de Acionistas entre Cemig GT, RR Participações e Light Energia e no dia 27 de outubro, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi homologado o aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2014, a composição acionária da Companhia era a seguinte:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	188.309.629	79,6%	-	0,0%	188.309.629	59,1%
RR Participações	50.561.797	21,4%	-	0,0%	50.561.797	15,9%
Light Energia	50.561.797	21,4%	-	0,0%	50.561.797	15,9%
Cemig GT	87.186.035	36,8%	-	0,0%	87.186.035	27,3%
Outros Acionistas	48.535.763	20,4%	81.810.030	100,0%	130.345.793	40,9%
RR Participações*	8.260.093	3,5%	1.300.000	1,6%	9.560.093	3,0%
BNDESPAR	9.311.425	3,9%	18.622.850	22,8%	27.934.275	8,8%
InfraBrasil	11.651.467	4,9%	23.302.933	28,5%	34.954.400	11,0%
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,3%	10.940.586	13,4%	16.410.879	5,1%
Outros	13.842.485	5,8%	27.643.661	33,7%	41.486.146	13,0%
Total	236.845.392	100,0%	81.810.030	100,0%	318.655.422	100,0%

* Participação da RR Participações fora do bloco de controle

Para mais informações vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

a. Incorporações

Não houve operações de incorporações nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

b. Fusões

Não houve operações de fusões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

c. Cisões

Não houve operações de cisões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

d. Incorporações de ações

Não houve operações de incorporações de ações nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

e. Alienações e aquisições de controle acionário ou outras relevantes

(i) Evento

Transferência de controle acionário de SPEs para subholdings

Principais condições do negócio

Em 02 de março de 2011, a Nova Renova S.A. ("Nova Renova") adquiriu da Companhia o controle societário da Salvador Eólica Participações S.A. ("Salvador Eólica") e da Bahia Eólica Participações S.A. ("Bahia Eólica").

Em 15 de março de 2011, ocorreu a transferência do controle societário por um aumento de capital social nas subholdings Salvador Eólica e Bahia Eólica sendo integralizado com as ações das 14 SPEs, por seu valor patrimonial.

Sociedades envolvidas

Nova Renova Energia, Salvador Eólica, Bahia Eólica, Centrais Eólicas Alvorada S.A., Centrais Eólicas Candiba S.A., Centrais Eólicas Guirapá S.A., Centrais Eólicas Guanambi S.A., Centrais Eólicas Ilhéus S.A., Centrais Eólicas Igaporã S.A., Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A., Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A., Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A., Centrais Eólicas Planaltina S.A., Centrais Eólicas Pindaí S.A., Centrais Eólicas Porto Seguro S.A., Centrais Eólicas Rio Verde S.A. e Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.

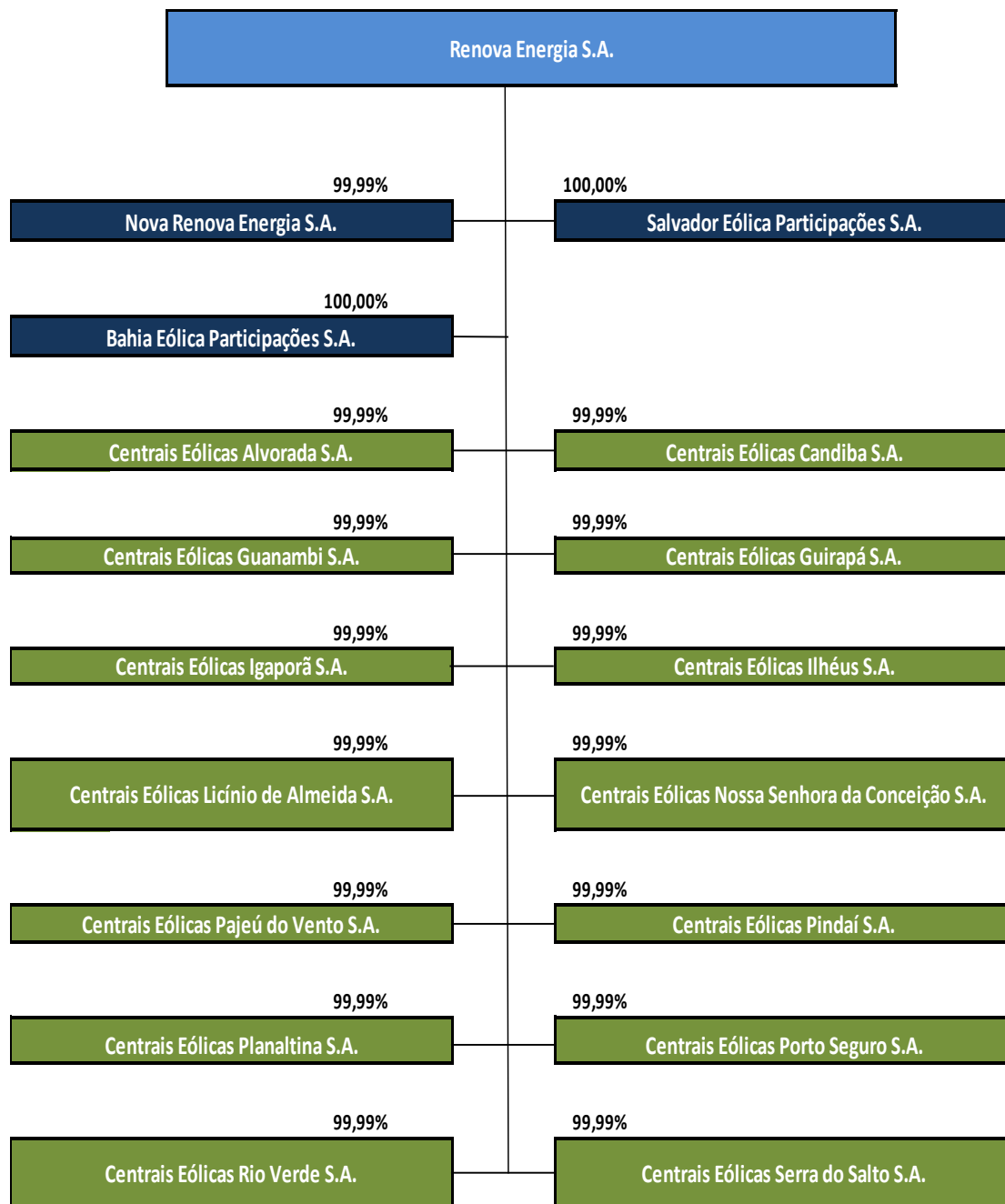
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Não há efeitos para a Companhia, tampouco para os controladores, tendo em vista que a operação foi realizada dentro do grupo econômico da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

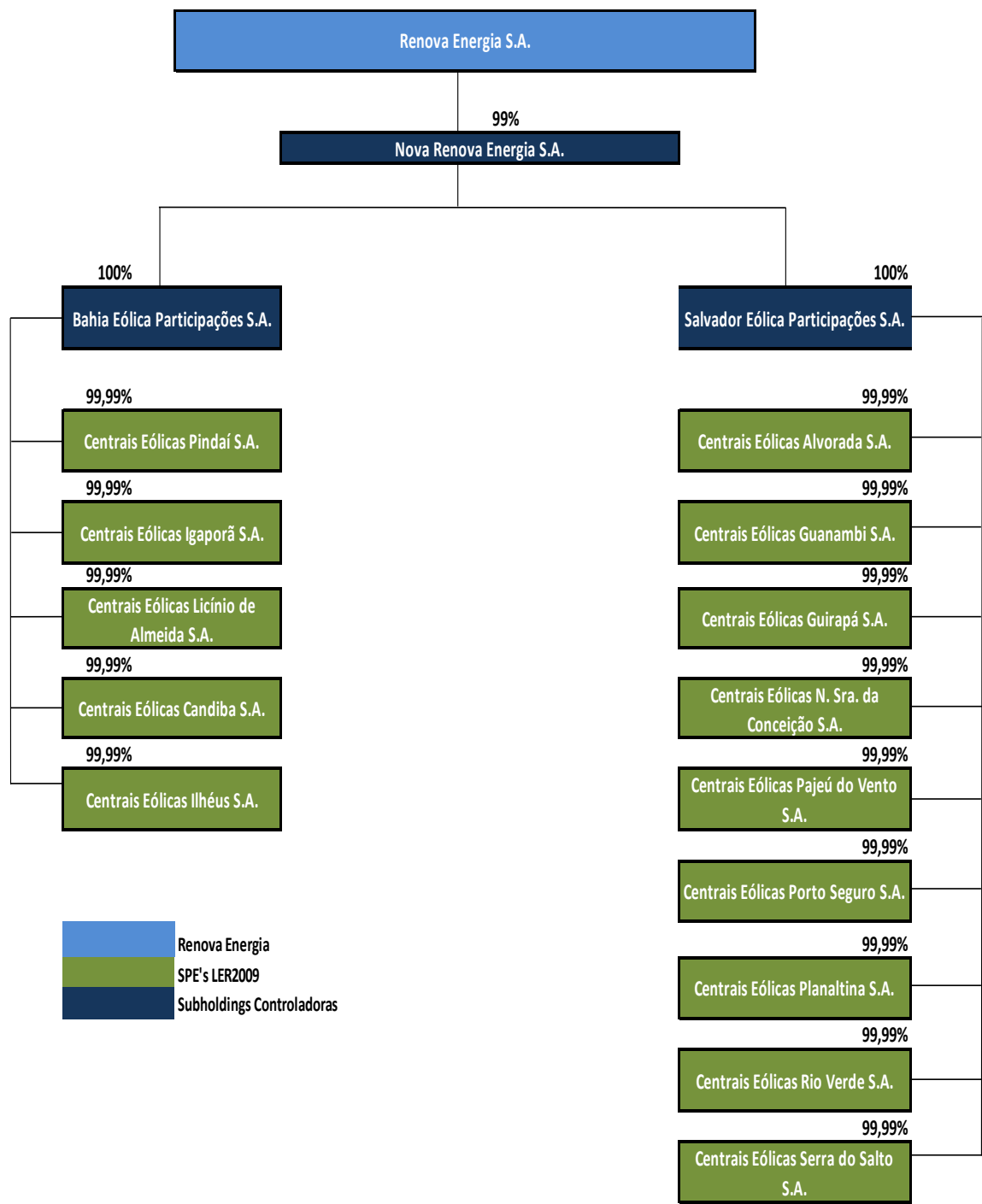
Quadro societário antes e depois da operação:

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(ii) Evento

Investimento da Light S.A. ("Light") na Companhia e Alteração do Bloco de Controle da Companhia.

Principais condições do negócio

Em 08 de julho de 2011 foi celebrado o Acordo de Investimento entre RR Participações, Light Energia e a Companhia ("Acordo de Investimento Light"), por meio do qual a Light concordou em realizar um investimento na Companhia através de um aumento de capital da Companhia com a emissão de novas ações ordinárias ao preço de subscrição total de R\$360,0 milhões, o qual foi deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia conforme abaixo descrito.

Nos termos do Acordo de Investimento Light, em 17 de agosto de 2011 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, um aumento de capital da Companhia com a emissão de 53.108.330 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, livres e desembaraçadas de qualquer gravame, representativas de 50% do número de ações integrantes do bloco de controle da Companhia, o qual foi criado com a celebração do Acordo de Acionistas Light (conforme abaixo definido), pelo preço de emissão de R\$7,12 por ação ("Aumento de Capital Light"). O Aumento de Capital Light foi cedido pela Light para sua controlada Light Energia conforme acordado no Acordo de Investimento Light, e após o cumprimento da legislação em relação ao direito de preferência dos acionistas da Companhia e o cancelamento de sobras das novas ações ordinárias, foi homologado em 25 de outubro de 2011 em Reunião do Conselho de Administração no valor de R\$376,0 milhões.

Adicionalmente, após a realização do Aumento de Capital Light e nos termos do Acordo de Investimento Light, a Light Energia, a RR Participações e a Companhia celebraram um Acordo de Acionistas em 19 de agosto de 2011, o qual foi aditado por meio de seu primeiro aditamento em 31 de agosto de 2012 ("Acordo de Acionistas Light"), o qual alterou o controle da Companhia, bem como estabeleceu termos e condições sobre o relacionamento entre os acionistas do bloco de controle, para mais informações vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.

Sociedades envolvidas

Light, Light Energia, RR Participações e Companhia.

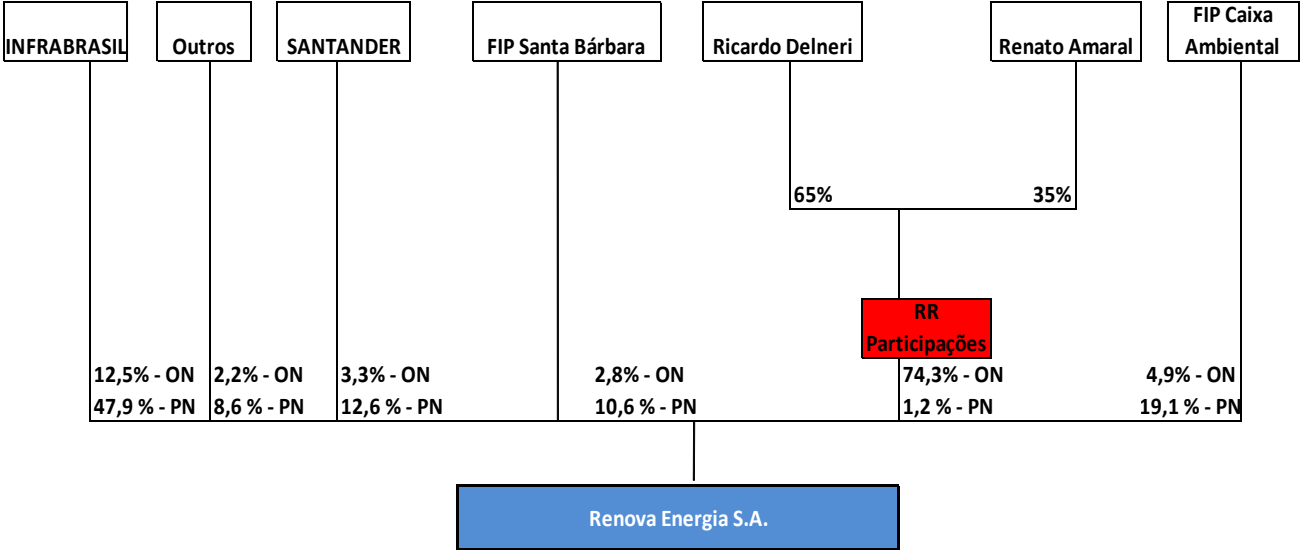
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Com o Aumento de Capital Light e a celebração do Acordo de Acionistas Light, a Light Energia passou a integrar o bloco de controle da Companhia juntamente com a RR Participações, passando a Light Energia e a RR Participações a deterem cada uma 50.561.797 ações ordinárias vinculadas ao Acordo de Acionista Light, totalizando 34,6% do capital votante da Companhia e 25,9% da totalidade das ações de emissão da Companhia na época, além de disporem sobre outras matérias, para mais informações vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

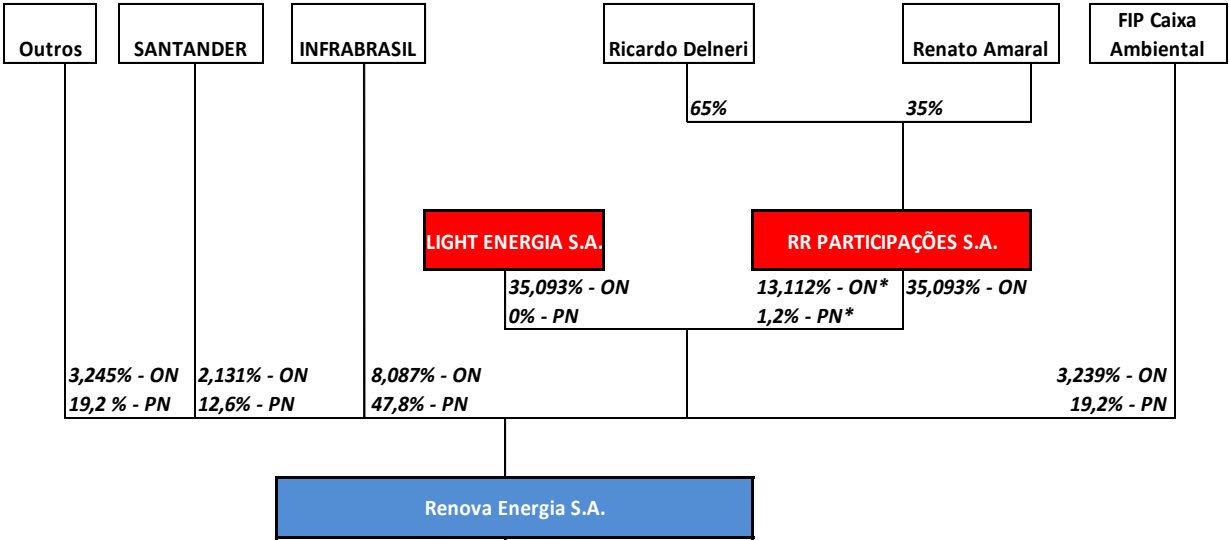
Quadro societário antes e depois da operação:

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



*Ações da RR Participações fora do Bloco de Controle.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(iii) Evento

Transferência de controle acionário para subholdings

Principais condições do negócio

Em 16 de março de 2012, ocorreu a transferência do controle societário por um aumento de capital social na subholding Renova Eólica Participações S.A. ("Renova Eólica") sendo integralizado com as ações das SPEs, por seu valor patrimonial.

Em 31 de maio de 2012 as SPEs foram transformadas em sociedades por ações.

Sociedades envolvidas

Nova Renova, Renova Eólica Participações S.A., Centrais Eólicas dos Araçás Ltda., Centrais Eólicas da Prata Ltda., Centrais Elétricas Morrinhos Ltda. (atualmente denominada Centrais Elétricas Morrão Ltda.), Centrais Elétricas Seraíma Ltda., Centrais Elétricas Tanque Ltda. e Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.

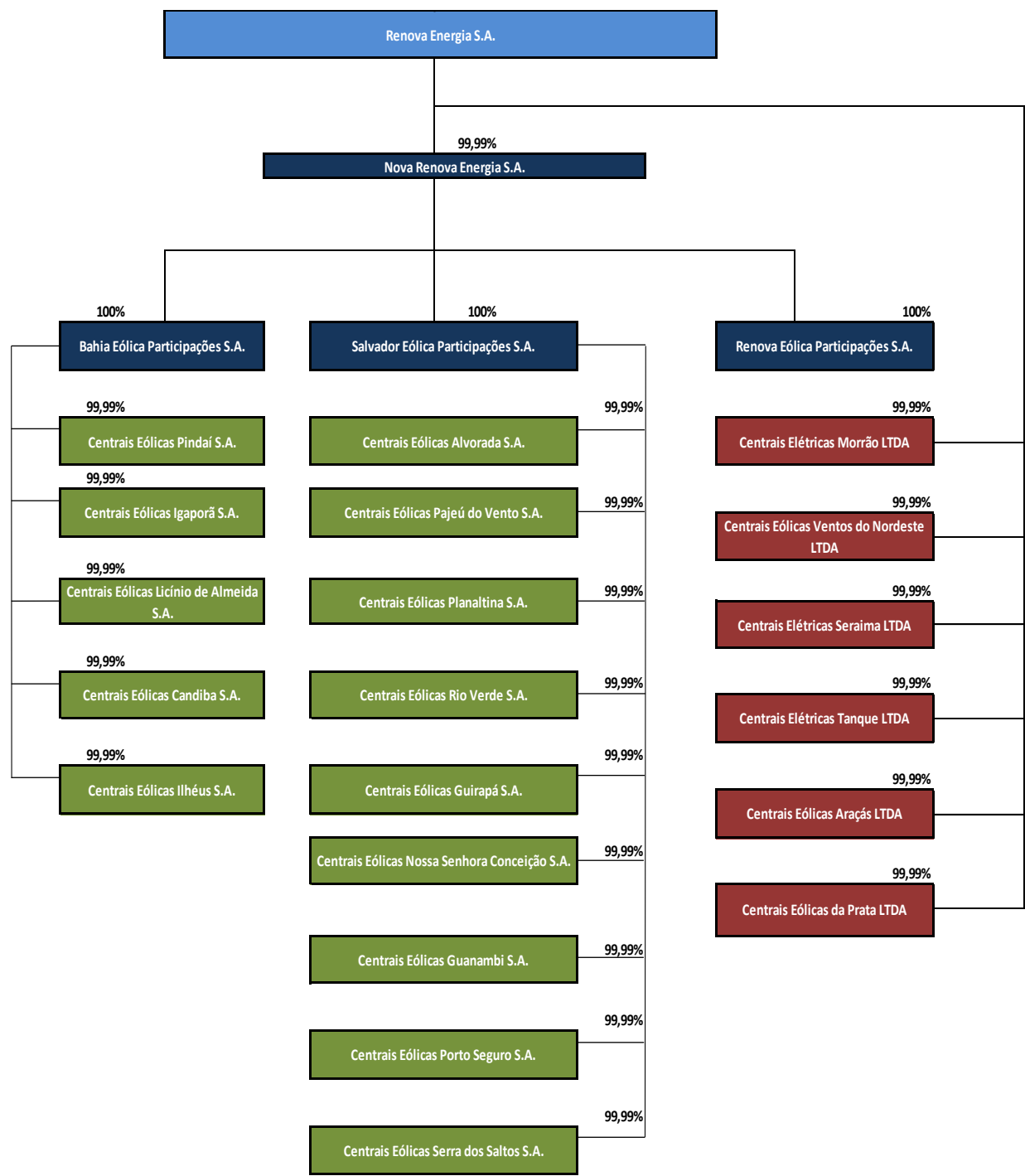
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Não há efeitos para a Companhia, tampouco para os controladores, tendo em vista que a operação foi realizada dentro do grupo econômico da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

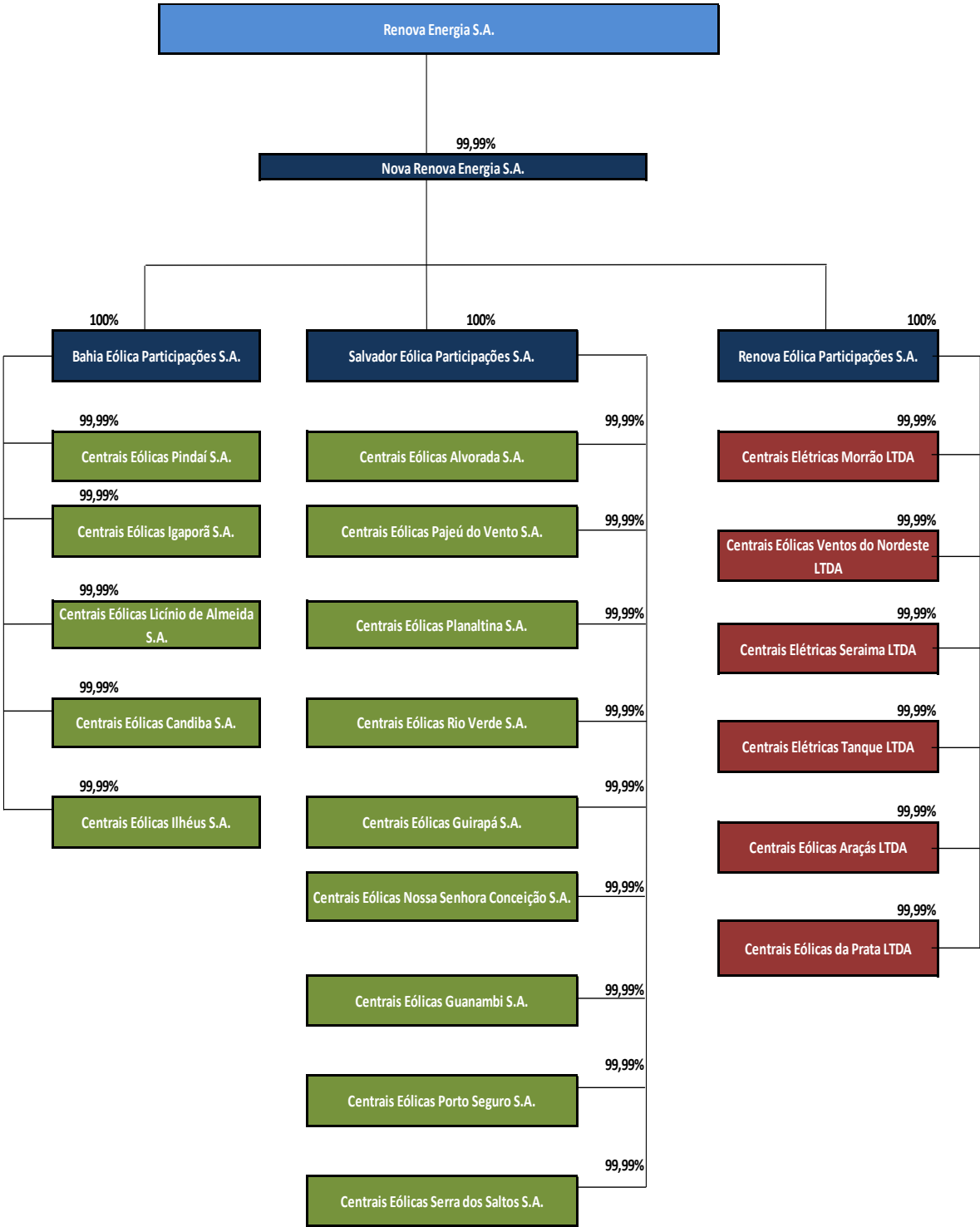
Quadro societário antes e depois da operação:

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(iv) Evento

Transferência de controle acionário para subholdings

Principais condições do negócio

Em 1º de junho de 2012, ocorreu a transferência do controle societário por um aumento de capital social na subholding Renova Eólica sendo integralizado com as ações das SPEs, por seu valor patrimonial.

Em 31 de outubro de 2012 as SPEs tiveram seu tipo societário transformado para sociedade por ações.

Sociedades envolvidas

Nova Renova, Renova Eólica, Centrais Eólicas Ametista Ltda., Centrais Elétricas Borgo Ltda., Centrais Eólicas Caetité Ltda., Centrais Elétricas Dourados Ltda., Centrais Eólicas Espigão Ltda., Centrais Eólicas Pilões Ltda., Centrais Eólicas Pelourinho Ltda., Centrais Elétricas Maron Ltda. e Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.

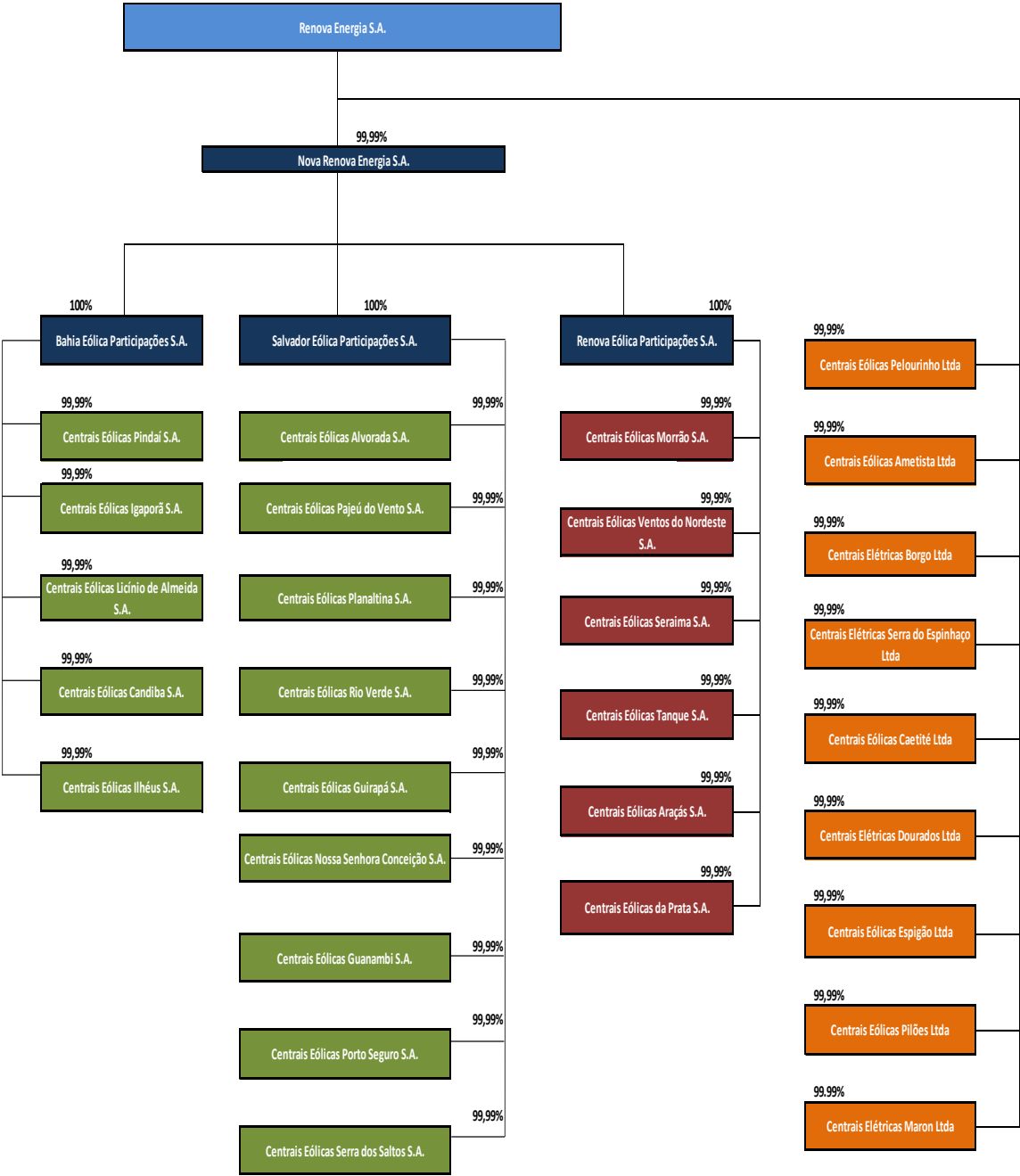
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Não há efeitos para a Companhia, tampouco para os controladores, tendo em vista que a operação foi realizada dentro do grupo econômico da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

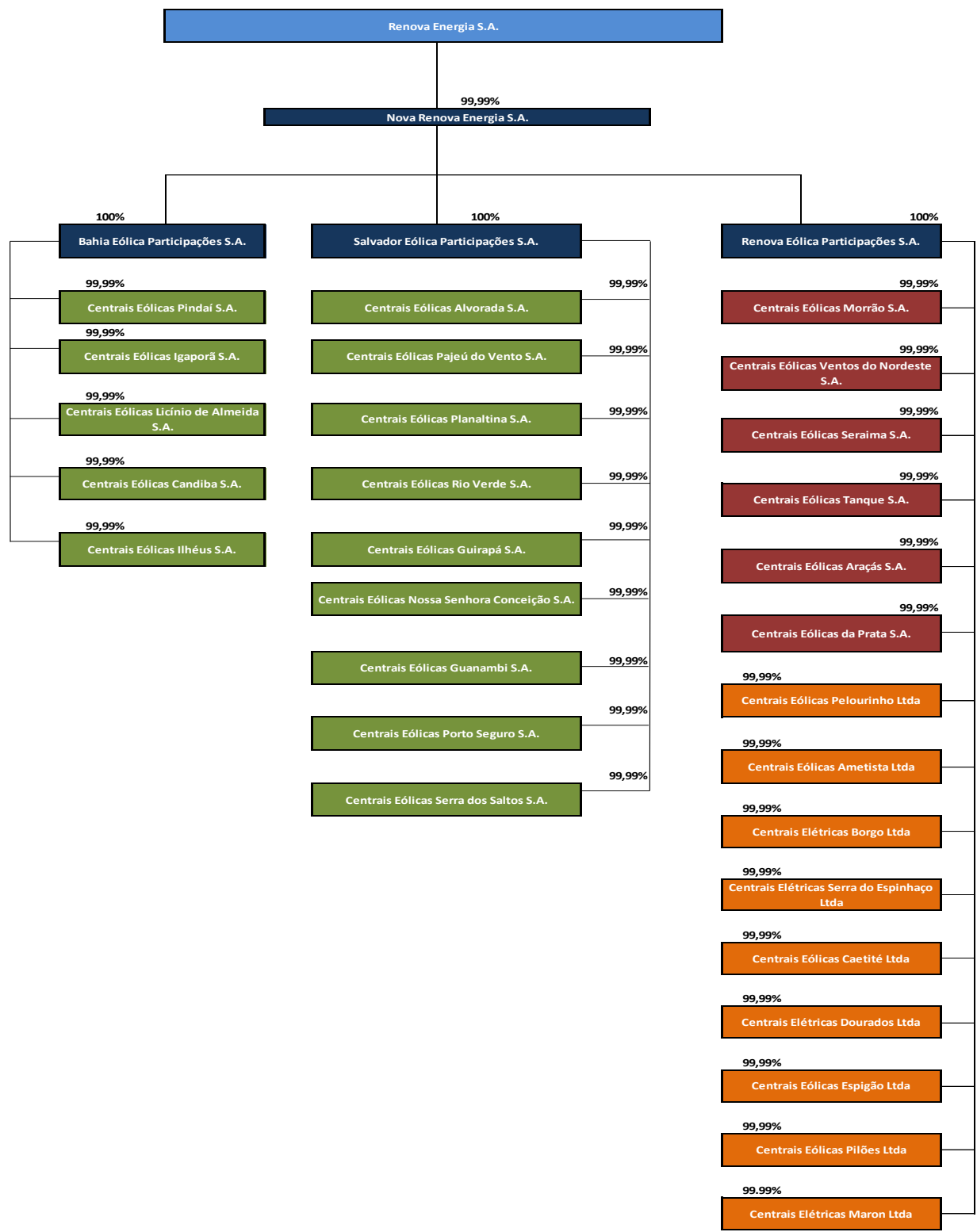
Quadro societário antes e depois da operação:

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(v) Evento

Investimento do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) na Companhia.

Principais condições do negócio

Em 22 de junho de 2012 foi celebrado o Contrato de Promessa de Subscrição de Units entre Light Energia, RR Participações, Light, Ricardo Lopes Delneri, Renato do Amaral Figueiredo e BNDESPAR, conforme aditado em 24 de julho de 2012 (“Contrato de Promessa de Subscrição”), por meio do qual o BNDESPAR concordou em realizar um investimento na Companhia através de um aumento de capital da Companhia com a emissão de 24.987.244 novas ações ordinárias e 8.730.416 novas ações preferências, representadas por Units ao preço de subscrição de total de R\$314,7 milhões, o qual foi deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia conforme abaixo descrito.

Nos termos do Contrato de Promessa de Subscrição, em 13 de julho de 2012 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, um aumento de capital da Companhia no valor de R\$314,7 milhões, mediante a emissão de 33.717.660 Units com valor unitário de R\$28,0002 cada uma, com as mesmas características e condições estatutárias já atribuídas pelo estatuto social da Companhia (“Aumento de Capital BNDESPAR”). O Aumento de Capital BNDESPAR, após o cumprimento da legislação em relação ao direito de preferência dos acionistas da Companhia, e a realização do leilão de sobras, foi homologado em 02 de outubro de 2012 em Reunião do Conselho da Administração da Companhia no valor de R\$314,7 milhões.

Adicionalmente, após a realização do Aumento de Capital BNDESPAR e nos termos do Contrato de Promessa de Subscrição, a RR Participações, a Light Energia, a Light, o Sr. Ricardo Lopes Delneri, e o Sr. Renato do Amaral Figueiredo e o BNDESPAR celebraram um Acordo de Acionistas em 06 de novembro de 2012 (“Acordo de Acionistas BNDESPAR”), o qual não alterou o controle da Companhia, contudo outorgou ao BNDESPAR o direito de eleger um membro para o Conselho de Administração, para mais informações vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.

Sociedades envolvidas

RR Participações, a Light Energia, a Light, o BNDESPAR e a Companhia.

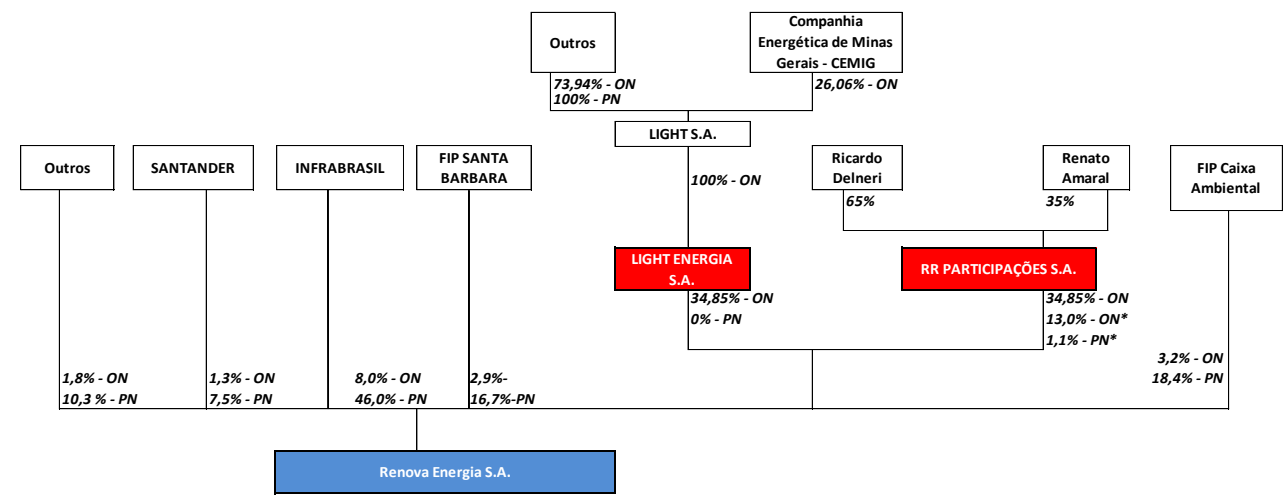
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Com relação do Aumento de Capital BNDESPAR o BNDESPAR passou a deter 23.059.239 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalente a 13,6% do capital votante da Companhia, e 4.875.066, equivalente a 8,2% das ações preferenciais de emissão da Companhia, totalizando 27.934.275 ações de emissão da Companhia, ou 12,2% do capital social da Companhia na época.

Quadro societário antes e depois da operação:

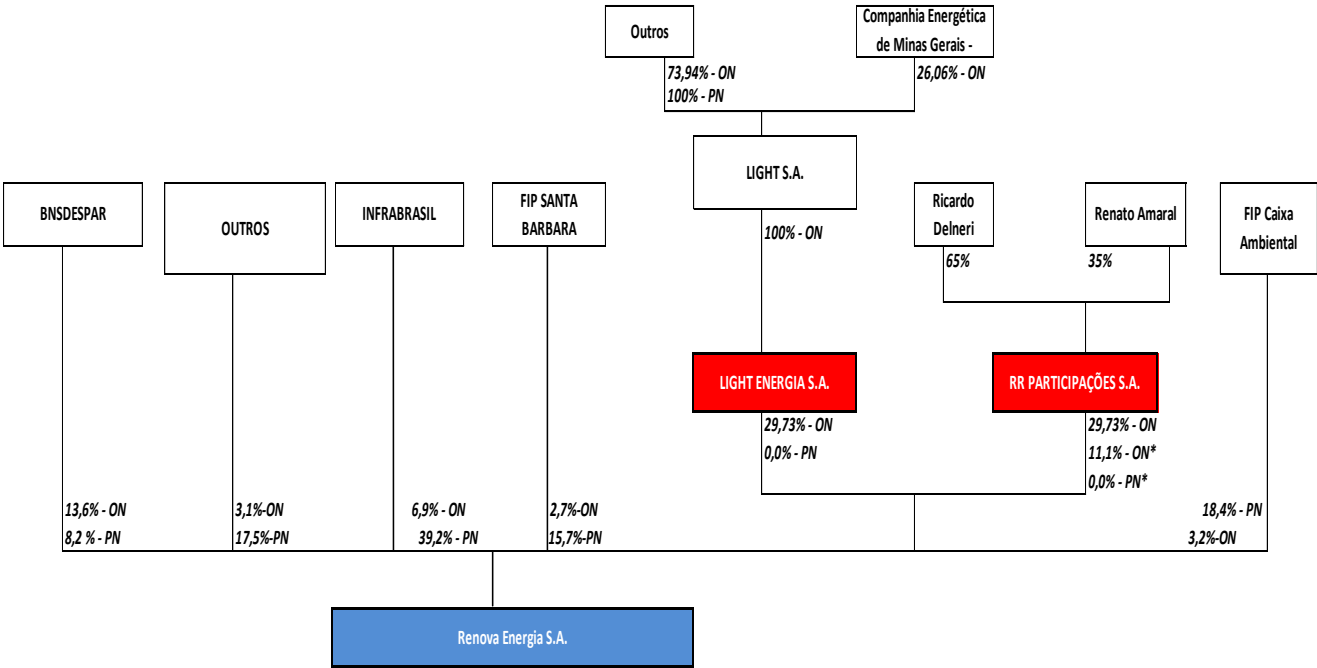
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(vi) Evento

Constituição da Renova Comercializadora de Energia S.A.

Principais condições do negócio

Em 15 de outubro de 2012, foi constituída a Renova Comercializadora de Energia S.A. ("Renova Comercializadora") como subsidiária integral, com a finalidade de oferecer suporte às atividades de gestão de energia da Companhia.

Sociedades envolvidas

Companhia e Renova Comercializadora.

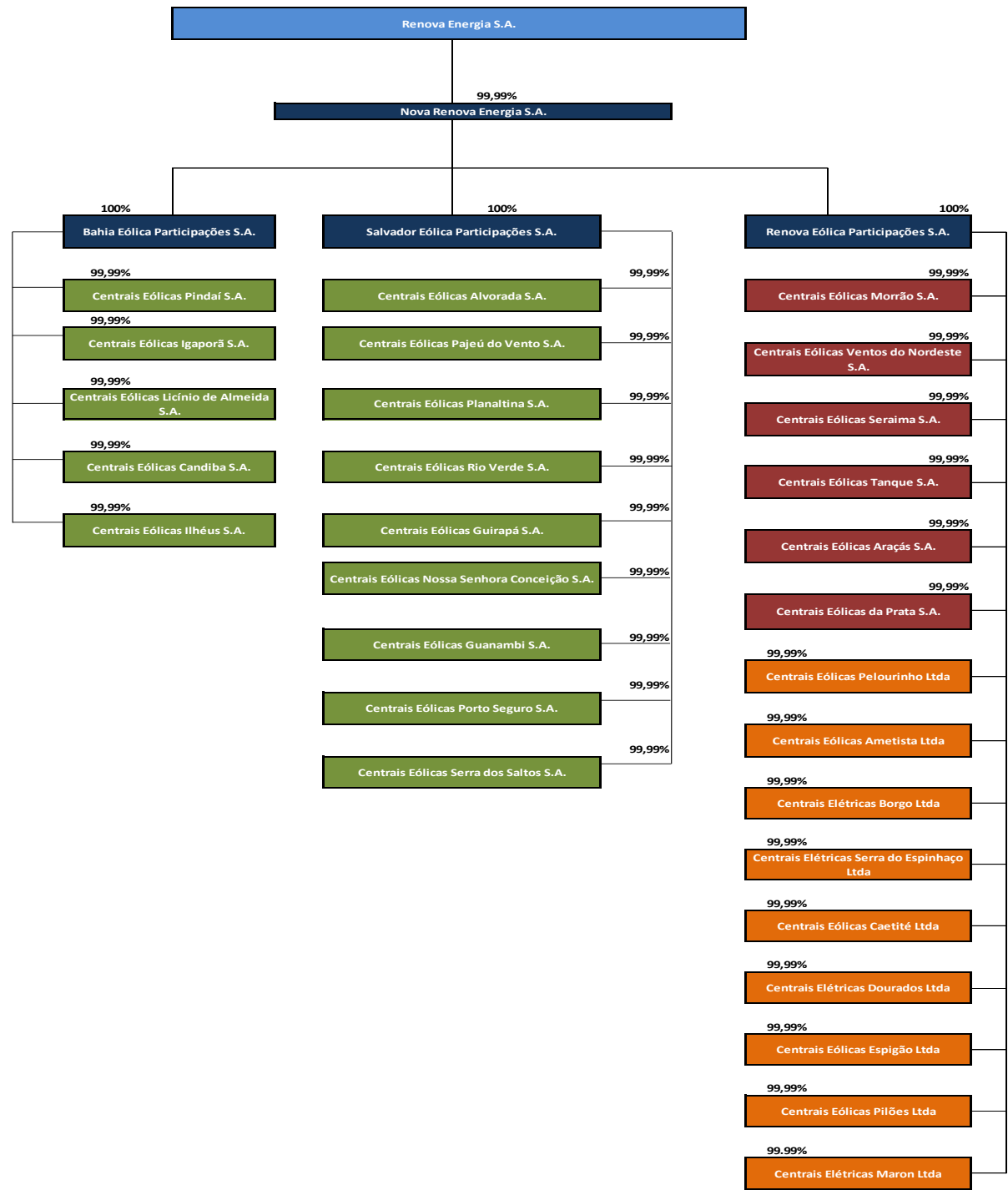
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Não há efeitos para a Companhia, tampouco para os controladores, tendo em vista ter sido uma constituição simples realizada dentro do grupo econômico da Companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

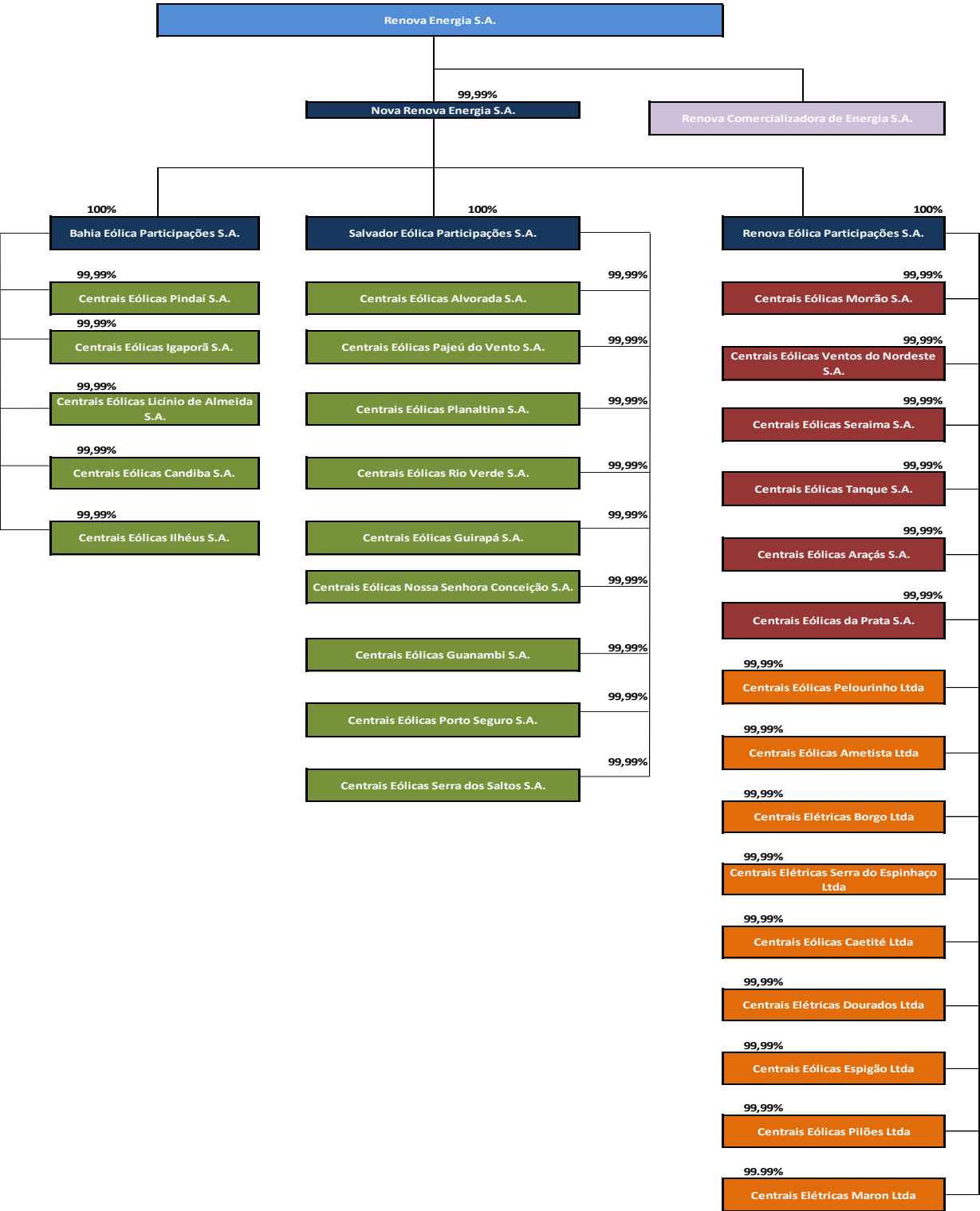
Quadro societário antes e depois da operação:

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(vii) Evento

Aquisição do controle da Brasil PCH pela Chipley.

Principais condições do negócio

Em 14 de fevereiro de 2014, após o cumprimento das condições suspensivas (tais como fim do prazo para exercício dos direitos de preferência e de venda conjunta dos demais acionistas da Brasil PCH, anuência da ANEEL, aprovação do CADE e anuência dos agentes financiadores), e exercício do direito de venda conjunta pela Jobelba, detentora de 2% das ações da Brasil PCH, foi concluída a aquisição de ações de emissão da Brasil PCH, pela Chipley, representativas de 51% do capital social total e votante da Brasil PCH, anteriormente detidas Petrobras e Jobelba ("Operação"), pelo valor total de R\$739,9 milhões pago proporcionalmente à Petrobras e à Jobelba.

A Operação foi concluída nos termos da operação divulgada por meio do Fato Relevante da Companhia de 08 de agosto de 2013, isto é, foi realizada: (a) respeitado o disposto no Acordo de Investimento Cemig GT celebrado em 08 de agosto de 2013 entre RR Participações, Light Energia, Cemig GT, Chiley e a Companhia, que teve como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Companhia, por meio da subscrição e integralização, pela Cemig GT, de novas ações ordinárias emitidas pela Companhia; (b) tendo em vista a cessão da posição contratual, pela Cemig GT à Chipley (sociedade que atualmente é subsidiária da Companhia, que, juntamente com a Renovapar S.A. ("Renovapar"), detém ações de emissão da Chipley representativas de 60% do seu capital social total e votante), do Contrato de Compra e Venda de Ações da Brasil PCH S.A., celebrado originalmente entre Cemig GT e a Petrobras, em 14 de junho de 2013; e (c) tendo em vista que a Jobelba S.A., anterior detentora de ações representativas de 2% do capital social total e votante da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta (*tag along*) no âmbito da Operação.

Como forma de financiar a Operação, a Cemig GT realizou um AFAC, que foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2014, no valor de R\$739,9 milhões que foi integralmente utilizado para o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH pela Chipley, subsidiária da Companhia.

Apesar de a Companhia ter adquirido 51% de participação societária na Brasil PCH, por meio da controlada Chipley, o acordo de acionistas da Brasil PCH ("Acordo de Acionistas Brasil PCH") estabelece que existe um controle compartilhado entre as partes, uma vez que a eleição da diretoria e as decisões sobre o direcionamento das atividades relevantes que impactam os resultados financeiros e planos de negócios da Brasil PCH exigirão a aprovação pela maioria dos membros de seu Conselho de Administração, sendo que metade de seus membros é eleita pela Chipley e metade pelos demais acionistas que agem em bloco.

Sociedades envolvidas

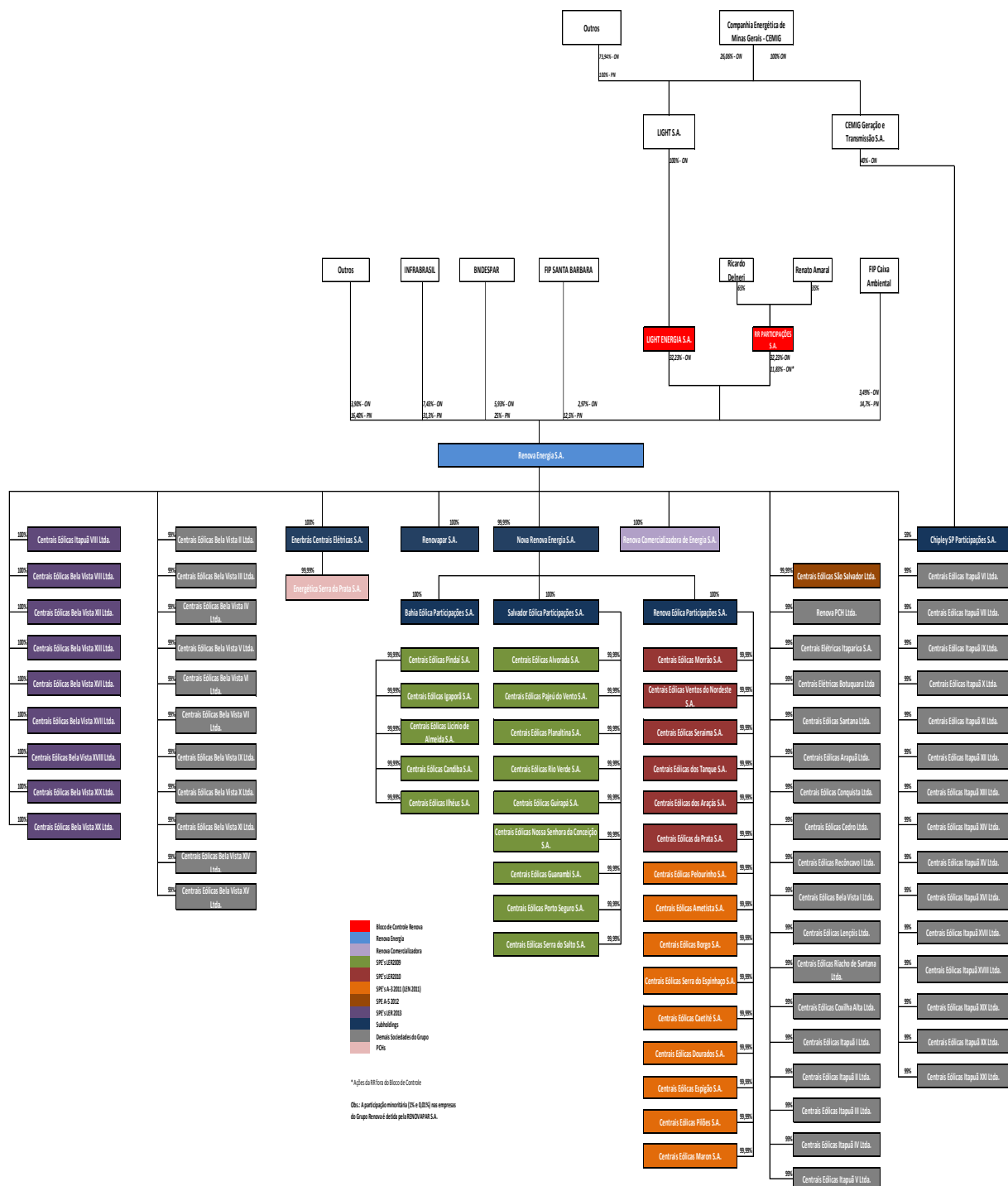
RR Participações, Brasil PCH, Petrobras, Light Energia, Cemig GT, Chipley e a Companhia.

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

A operação não afetou o quadro acionário de controlador, acionistas com mais de 5% do capital social e/ou administradores da Companhia.

Quadro societário antes e depois da operação:

Antes:



Depois:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(viii) Evento

Investimento da Cemig GT na Companhia e Alteração do Bloco de Controle da Companhia.

Principais condições do negócio

A Companhia oportunamente aprovará, por meio de seu Conselho de Administração, um aumento de capital no valor total de até R\$3,2 bilhões, pelo preço de emissão de R\$16,2266 por ação (equivalente a R\$48,6798 por Unit). Referido Aumento de Capital Cemig GT será corrigido e ajustado, desde 31 de dezembro de 2012 e até a data de sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), conforme estabelecido no Acordo de Investimento Cemig GT.

De acordo com o Acordo de Investimento Cemig GT, os direitos de preferência de participar no aumento de capital das ações que integram o bloco de controle dos acionistas da Companhia RR Participações e Light Energia serão cedidos para a Cemig GT. A Cemig GT, assim, assumirá o compromisso de subscrever e integralizar 87.186.035 ações ordinárias de emissão da Companhia, o que correspondia em 31 de dezembro de 2012 ao montante total aproximado de R\$1,4 bilhão, sendo que, do referido valor, R\$739,9 milhões será integralizado mediante cessão, à Companhia, do AFAC realizado pela Cemig GT na Chipley. Ainda segundo o Acordo de Investimento Cemig GT, a subscrição de ações poderá ser realizada pela própria Cemig GT e/ou FIP, ou, ainda, SPE controlada por tal fundo.

Os procedimentos referentes às sobras no âmbito do Aumento de Capital Cemig GT seguirão o disposto no Aviso aos Acionistas da Companhia a ser publicado pela Companhia, de acordo com o qual, será realizada 1 (uma) rodada de sobras e posterior leilão, conforme aplicável. Após referidos procedimentos de sobras, o valor do capital social aumentado será devidamente homologado, nos termos da legislação aplicável.

Adicionalmente, e simultaneamente a realização do Aumento de Capital Cemig GT e nos termos do Acordo de Investimento Cemig GT, a Cemig GT deverá aderir ao Acordo de Acionistas BNDESPAR, e ainda, celebrar juntamente com a RR Participações e a Light Energia um Acordo de Acionistas ("Acordo de Acionistas Cemig GT"), o qual alterará o controle da Companhia, bem como estabelecerá termos e condições sobre o relacionamento entre os acionistas do bloco de controle.

Para mais informações sobre o Acordo de Acionistas Cemig GT vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.

Sociedades envolvidas

RR Participações, Light Energia, Light, BNDESPAR, Cemig GT, Chipley e a Companhia.

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Diluição mínima

Renova Energia	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	188.309.284	77,1%	-	-	188.309.284	59,1%
RR Participações	50.561.797	20,7%	-	-	50.561.797	15,9%
Light Energia	50.561.797	20,7%	-	-	50.561.797	15,9%
CEMIG GT/FIP/SPE	87.185.690	35,7%	-	-	87.185.690	27,4%
Outros Acionistas	55.775.616	22,9%	74.408.816	100,0%	130.184.432	40,9%
RR Participações*	18.560.093	7,6%	-	0,0%	18.560.093	5,8%
BNDESPAR	9.311.425	3,8%	18.622.850	25,0%	27.934.275	8,8%
Outros	27.904.098	11,4%	55.785.966	75,0%	83.690.064	26,3%
Total	244.084.900	100,0%	74.408.816	100,0%	318.493.716	100,0%

Diluição máxima

Renova Energia	Ações ON		Ações PN	Total de Ações	
Bloco de Controle	188.309.284	52,8%		188.309.284	43,7%
RR Participações	50.561.797	14,2%		50.561.797	11,7%
Light Energia	50.561.797	14,2%		50.561.797	11,7%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

CEMIG GT/FIP/SPE	87.185.690	24,5%			87.185.690	20,2%
Outros Acionistas	168.016.675	47,2%	74.408.816	100,0%	242.425.491	56,3%
RR Participações*	34.562.041	9,7%		-	34.562.041	8,0%
BNDESPAR	33.395.508	9,4%	18.622.850	25,0%	52.018.358	12,1%
Outros	100.059.126	28,1%	55.785.966	75,0%	155.845.092	36,2%
Total	356.325.959	100,0%	74.408.816	100,0%	430.734.775	100,0%

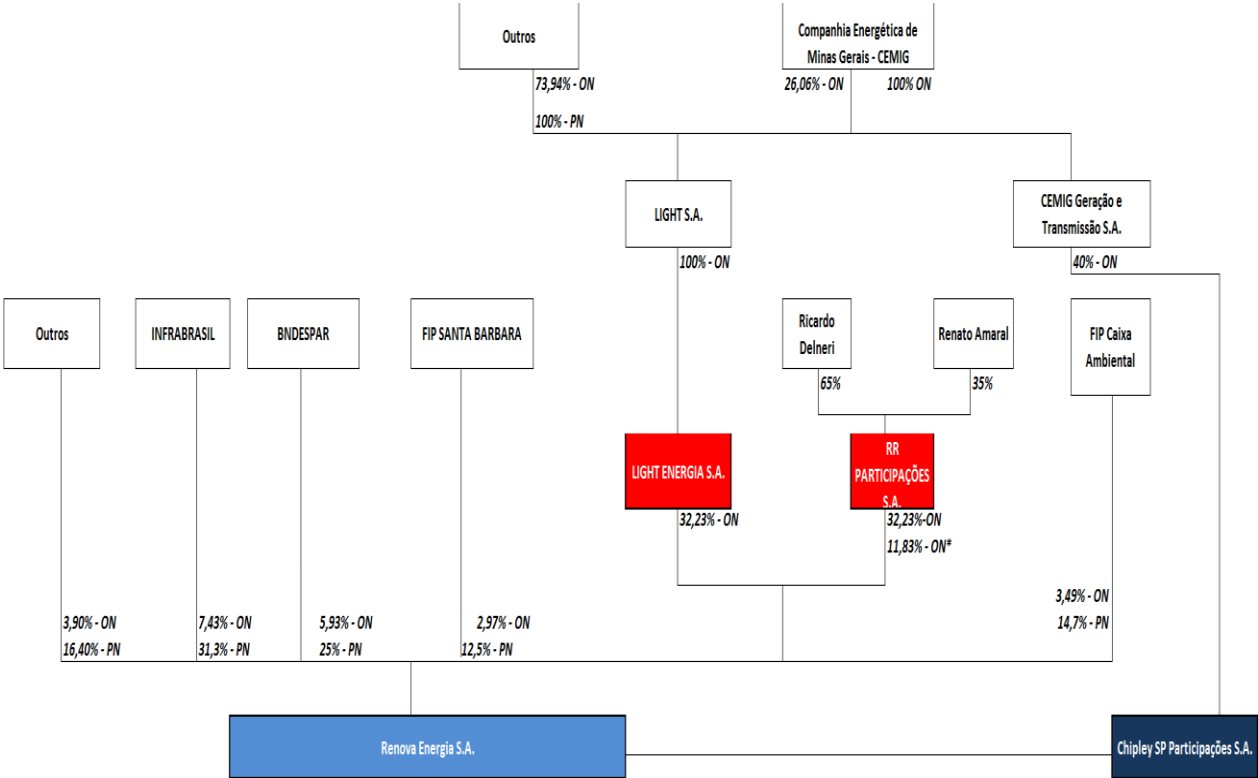
*Ações da RR Participações fora do Bloco de Controle

Uma vez cumpridas as condições suspensivas previstas no Acordo de Investimento Cemig GT e no Contrato de Compra e Venda de Ações Brasil PCH: (i) a entrada da Cemig GT e/ou FIP, ou, ainda, SPE controlada por tal fundo na Companhia, via subscrição e integralização de novas ações a serem emitidas pela Companhia em aumento de seu capital social; (ii) a celebração de novo Acordo de Acionistas da Companhia, o qual prevê, dentre outras disposições, que Cemig GT, Light e RR terão cada um 2 (dois) membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) a eleição dos novos conselheiros da Companhia, nos termos do novo Acordo de Acionistas da Companhia.

Quadro societário antes e depois da operação:

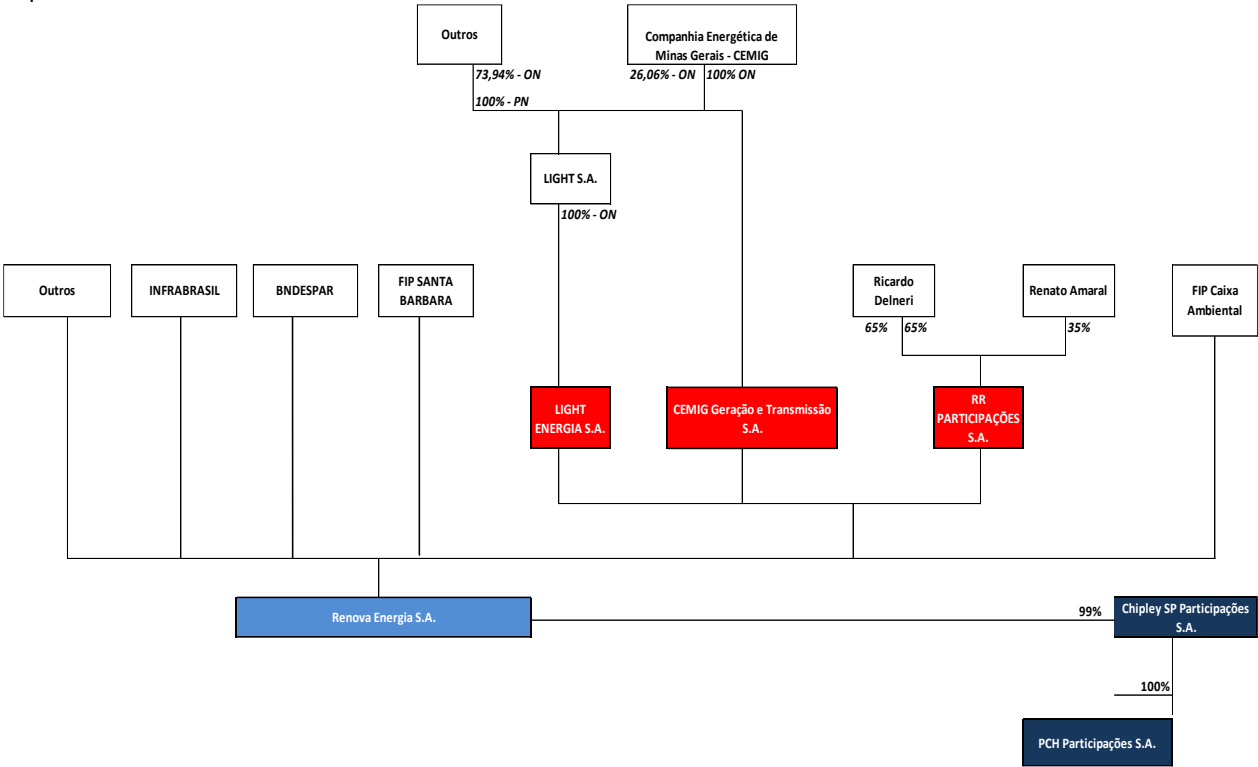
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Antes:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Depois:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(ix) Evento

Constituição da Alto Sertão Participações S.A.

Principais condições do negócio

Em 1º de setembro de 2014 foi constituída a Alto Sertão Participações S.A. ("Alto Sertão") na forma de sociedade anônima fechada, com a finalidade de participar no capital de outras sociedades como acionista ou quotista que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente da usina e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.

Sociedades envolvidas

Companhia e Renovapar S.A.

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Não há efeitos para a Companhia, tampouco para os controladores, tendo em vista ter sido uma constituição simples realizada dentro do grupo econômico da Companhia.

(x) Evento

Constituição da Diamantina Participações S.A.

Principais condições do negócio

Em 02 de outubro de 2014 foi constituída a Diamantina Eólica Participações S.A. ("Diamantina") na forma de sociedade anônima fechada, com a finalidade de participar no capital de outras sociedades como acionista ou quotista que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente da usina e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.

Sociedades envolvidas

Companhia e Renovapar S.A.

Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social do emissor e de administradores

Não há efeitos para a Companhia, tampouco para os controladores, tendo em vista ter sido uma constituição simples realizada dentro do grupo econômico da Companhia.

(xi) Evento

Transferência de controle acionário das SPE's para subholdings.

Principais condições do negócio

A Companhia transferiu em 07 de novembro de 2014 o controle da subholding Diamantina Eólica Participações S.A. ("Diamantina") para a subholding Alto Sertão Participações S.A. por meio de venda de ações de emissão da Diamantina.



PÁGINA: 82 de 447

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não existe pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 6 foram disponibilizadas nos itens acima.

Para verificar o organograma completo contendo as empresas nas quais a Companhia possui participação societária e as quais não foram informadas no item 6.5 acima, vide item 8.2 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

A Companhia foi constituída em 06 de dezembro de 2006, é regida por seu Estatuto Social, e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (i) geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas;
- (ii) produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis;
- (iii) a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental;
- (iv) comercialização de créditos de carbono;
- (v) a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo eficiência energética;
- (vi) a prestação serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração;
- (vii) a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia;
- (viii) a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores;
- (ix) a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia; e
- (x) participação no capital social de outras sociedades.

A Companhia acredita ser líder na implementação de projetos de energia eólica contratada no Brasil e atua de forma integrada na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação dos empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas, o que lhe confere vantagens competitivas e retornos atrativos em seus projetos.

Os empreendimentos de geração de energia elétrica por fontes alternativas (parques eólicos, PCHs, usinas térmicas de biomassa e de energia solar), além de serem fontes limpas de geração de energia elétrica e contarem com forte demanda no mercado, gozam de uma série de benefícios em comparação a outros tipos de projetos de energia, tais como: (i) desconto de 50% a 100% nas tarifas de transmissão e distribuição; (ii) possibilidade de consumidores especiais (consumidores com demanda contratada acima de 0,5MW) comprarem exclusivamente energia gerada por fontes alternativas; (iii) menor dificuldade para o licenciamento ambiental; (iv) receitas potenciais com os créditos de carbono, uma vez que são elegíveis para obtenção de tais créditos, por meio do MDL (mecanismo de desenvolvimento limpo), no âmbito do Protocolo de Kyoto; (v) são projetos de infraestrutura e portanto elegíveis ao REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura).

A Companhia faz prospecção em todas as regiões do país e atua, por meio de parques eólicos, PCHs e usinas solares, nas regiões nordeste e centro-oeste do Brasil.

Parques da Companhia:

Mercado Regulado:

A Companhia possui 1,4 GW em capacidade instalada contratada nos leilões de energia de reserva de 2009 (LER 2009), de 2010 (LER 2010), de 2013 (LER 2013) e de 2014 (LER 2014 Eólico e LER 2014 Solar²) e nos leilões de energia nova de 2011 (LEN A-3 2011), de 2012 (LEN A-5 2012), de 2013 (LEN A-5 2013) e de 2014 (LEN A-5 2014).

ACR	Fonte	Potência Instalada (MW)	Energia Contratada (MW méd.)
-----	-------	-------------------------	------------------------------

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

LER 2009	Eólica	294,4	127,0
LER 2010	Eólica	167,7	78,0
A-3 2011	Eólica	218,4	103,6
A-5 2012	Eólica	18,9	10,2
LER 2013	Eólica	159,0	73,7
A-5 2013	Eólica	355,5	178,0
LER 2014	Eólica	43,5	20,9
A-5 2014	Eólica	108,0	49,4
LER 2014 ²	Solar	53,5	10,9
TOTAL		1.418,90	651,70

(1) Garantia física estabelecida pelo MME

(2) Neste leilão foram contratados as fontes solar e eólica.

Mercado Livre:

Em 2011, a Renova iniciou sua atuação também no mercado livre de energia, através da comercialização com a Light de 403,5 MW de potência instalada provenientes de fonte eólica.

A Companhia fechou outros três contratos de energia no mercado livre totalizando 76,0 MW médios contratados e 155,4 de potência instalada.

Adicionalmente, em 2014 a Renova fechou um contrato de energia, através da comercialização com a Cemig de 338,1 MW de potência instalada provenientes de fonte eólica.

ACL	Fonte	Potência Instalada (MW)	Energia Contratada (MW méd.)
Light 1	Eólico	200,7	100,2
Light 2	Eólico	202,8	100,2
Mercado Livre I	Eólico	21,6	11,0
Mercado Livre II	Eólico	101,4	50,0
Mercado Livre III	Eólico	32,4	15,0
PPA Cemig ²	Eólico	338,1	147,5
Híbrido	Solar	4,8	1,0
TOTAL		901,8	424,9

Além dos 2,5 GW de capacidade instalada (de energia eólica, solar e PCHs) contratada nos mercados livre e regulado, a Companhia possui potencial estimado de 14 GW em portfólio em desenvolvimento no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia contava com 158 torres anemométricas, em processo de instalação para comprovação da

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

qualidade do vento nas regiões. Em adição aos estudos próprios, a Renova conta com certificações de vento das seguintes consultorias, consideradas extremamente experientes por sua administração: Garrad Hassan, Dewi, Camargo Schubert e Inova.

A Renova continua investindo na ampliação do complexo eólico no interior da Bahia, onde estão situados a maioria dos projetos com energia comercializada, e tem investido em outros estados como: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Minas Gerais. Para mais informações, veja o item 10 deste Formulário de Referência.

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs):

A Companhia possui 16 PCHs que em conjunto, possuem capacidade instalada de 190,2 MW e energia assegurada em 114,6 MW médios, deste montante, 13 PCH's são provenientes da aquisição da Brasil PCH, com capacidade instalada de 148,4 MW e energia assegurada de 95,8 MW médios.

Usina Solar:

Em 2014, houve a comercialização dos primeiros projetos solares de utility scale. No início do ano foi anunciado o primeiro projeto híbrido com energia eólica e solar do país. O projeto contará com dois parques de energia eólica com capacidade instalada de 21,7 MW, correspondente a 11,0 MW médios e um parque solar com capacidade instalada de 4,8 MWp, correspondentes a aproximadamente 1 MW médio, a ser instalado na Bahia, na mesma região dos parques eólicos da Companhia.

Em outubro de 2014, o governo realizou o primeiro leilão no qual a fonte solar não competiu com outras fontes. A Renova comercializou neste leilão 106,9 MWp a serem gerados por quatro parques solares, também localizados na mesma região da Bahia.

Após esse leilão, a Companhia anunciou a criação de uma joint venture com a SunEdison, líder mundial no fornecimento de serviços de energia solar, com o objetivo de desenvolver 1 GW de projetos de energia solar no mercado regulado no Brasil.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e Serviços Comercializados

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que são suas unidades de negócios estratégicas. Tais unidades oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir a Companhia apresenta um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia. A diferença entre os segmentos e o consolidado refere-se às atividades administrativas desenvolvidas pela Controladora:

a) PCH – A participação da Companhia nessa fonte totaliza 190 MW de capacidade instalada já em operação, integralmente comercializada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”). Desenvolvemos projetos de PCHs desde nossa fundação em 2001 e atualmente a Companhia conta com três usinas no sul da Bahia, além de 13 PCHs adicionadas ao nosso portfólio em razão da aquisição de 51% do capital da Brasil PCH. Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Este segmento inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e Geração de energia. Este segmento já se encontra em fase de operação para comparação com os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

b) Eólico – A Companhia é líder nesse seguimento em capacidade instalada contratada, com 1.418,9 MW, decorrente da participação de destaque nos leilões de energia elétrica organizados pela ANEEL desde 2009, com a contratação de 294,4 MW no LER 2009, 167,7 MW no LER 2010, 218,4 MW no leilão A-3 2011, 18,9 MW no leilão A-5 2012, 159,0 MW no LER 2013, 355,5 MW no leilão A-5 2013, 43,5 MW no LER 2014 e 108 MW no LER A-5 2014. A Companhia também comercializou energia no mercado livre totalizando, 897,0 MW, decorrente à contratação de 200,7 MW no projeto Light I, 202,8 MW no projeto Light II, 21,6 MW no projeto Mercado Livre I, 101,4 MW no projeto Mercado Livre II, 32,4 MW no projeto Mercado Livre III, 338,1 MW no projeto PPA Cemig². Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia contava com 462,1 MW em operação. Além disso, a Companhia é proprietária do maior complexo eólico da América Latina, o Alto Sertão I, localizado no interior da Bahia, região que acredita apresentar uma das melhores condições para geração de energia eólica no mundo, com fator de capacidade médio estimado em mais de 50%;

c) Solar – a Companhia tem um time experiente e dedicado que participa ativamente nas discussões do setor e realiza atividades de prospecção e arrendamento de terras para a futura implantação de projetos. Em 2014, a Companhia comercializou 10,9 MW no LER 2014, no qual pela primeira vez a fonte solar competiu separadamente de outras fontes.

d) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

(Valores em R\$ mil)	Renova Energia S.A.					
	2014		2013		2012	
	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total
Receita líquido – PCHs da Companhia	22.565	7,45%	40.525	17,93%	38.725	33,49%

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Receita Líquido - Eólicas	263.169	86,89%	185.349	82,01%	76.773	66,39%
Receita Líquido - Solar	101	0,03%	137	0,06%	141	0,12%
Receita Líquida - Comercialização e administrativos	17.032	5,62%	0	0,00%	0	0,00%
Receita operacional líquida (ROL)	302.867	100,00%	226.011	100,00%	115.639	100,00%

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de (Valores em R\$ mil)	Renova Energia S.A.					
	2014		2013		2012	
	Valor	% do total	Valor	% do total	Valor	% do total
Lucro líquido – PCHs da Companhia	-27.937	-9,22%	21.797	9,64%	16.937	14,65%
Lucro líquido - Eólicas	64.875	21,42%	22.305	9,87%	5.132	4,44%
Lucro Líquido - Solar	18	0,01%	-11	0,00%	44	0,04%
Custos Comercialização e administrativos	-72.679	-24,00%	-37.820	-16,73%	-28.130	-24,33%
Lucro (prejuízo) total	-35.723	100,00%	6.271	100,00%	-6.017	100,00%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. Características do Processo de Produção

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía em operação uma capacidade instalada de 652,3 MW, e um portfólio de ativos em construção com capacidade instalada de 1,86 GW. A capacidade total contratada da Companhia é de 2.510,9 MW. Da capacidade total contratada, 190,2 MW são provenientes de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs da Companhia e Brasil PCH) e 2.320,7 MW são provenientes de parques eólicos e solar. Da energia eólica, 1.609,1 MW foram comercializadas no mercado regulado de energia e 902,0 MW no mercado livre.

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, portanto, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros:

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

Riscos de Geração, construção e transmissão:

Operação				
Objeto da Garantia	Importância Segurada (em R\$ mil)	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia – Obrigações Contratuais	183	08/09/2014	08/09/2015	COELBA
Riscos Operacionais	233.591	25/09/2014	25/09/2015	ESPRA
Responsabilidade Civil	20.000	25/09/2014	25/09/2015	ESPRA
Riscos Operacionais	1.287.348	11/07/2014	11/07/2015	LER 2009
Responsabilidade Civil	20.000	28/06/2014	28/06/2015	LER 2009
Garantia CCT	1.761	30/06/2014	30/06/2015	CHESF
Riscos Operacionais	672.254	10/10/2014	10/10/2015	LER 2010
Responsabilidade Civil	20.000	10/10/2014	10/10/2015	LER 2010
Construção				
Objeto da Garantia	Importância Segurada (em R\$ mil)	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia de execução do fiel cumprimento de implantação do LEN 2011	41.193	05/12/2011	21/08/2015	ANEEL
Risco de Engenharia ALOP (LEN 2011)	785.586	29/11/2012	01/05/2015	ANEEL
Responsabilidade Civil – LEN 2011	20.000	29/11/2012	01/05/2015	Renova Energia
Transporte Delay Start Up (Projeto LER 2010 LEN 2011)	801.500	30/11/2012	01/08/2015	Renova Energia
Garantia Executante Construtor (LEN 2012)	3.144	02/04/2013	01/04/2017	ANEEL
Garantia Executante construtor (LER 2013)	31.750	05/12/2013	01/12/2015	ANEEL
Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (A-5 2013)	64.714	28/04/2014	01/08/2018	ANEEL
Garantia Executante construtor (ACL)	46.620	19/09/2014	01/10/2015	ANEEL
Garantia Executante construtor (ACL)	4.320	19/09/2014	31/01/2016	ANEEL
Garantia Executante construtor (ACL)	40.560	19/09/2014	01/10/2016	ANEEL
Garantia Executante construtor (ACL)	19.520	19/09/2014	31/01/2017	ANEEL
Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (A-5 2014)	20.633	01/04/2015	01/07/2019	ANEEL
Executante Construtor (LER 2014)	33.902	03/04/2015	01/04/2018	ANEEL
Risco de Engenharia ALOP (AS III)	2.941.112	14/11/2014	01/01/2017	AS III
Responsabilidade Civil – ASIII	20.000	14/11/2014	01/01/2017	AS III

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Transporte – AS II

2.5000

14/11/2014

01/01/2017

AS III

Administração e Portfólio

Objeto da Garantia	Importância Segurada (em R\$ mil)	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Seguros de Responsabilidade Civil geral de administradores – D&O	30.000	31/01/2015	31/01/2016	Renova Energia
Seguros de Responsabilidade Civil Oferta Pública de Ações - POSI	25.000	07/07/2014	07/07/2015	Renova Energia
Seguro Escritório - Filiais	3.276	19/11/2014	19/11/2015	Renova Energia
Seguro Escritório - Sede	9.125	07/11/2014	07/11/2015	Renova Energia
RD Equipamentos	593	12/09/2014	12/09/2015	Renova Energia

As características de cada fonte de geração de energia renovável que a Companhia utiliza está listada abaixo:

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

As Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs são caracterizadas por possuírem potência instalada superior a 1 MW e igual ou inferior a 30 MW, cuja área ocupada pelo reservatório é inferior a 13km², destinadas à produção independente, autoprodução ou produção independente autônoma. O reservatório de uma PCH típica não permite o armazenamento do fluxo da água. Quando não há homogeneização, convencionou-se interpretar que a PCH opera “a fio d'água”. Em PCHs, são comuns as situações em que a vazão disponível é menor do que a capacidade das turbinas, causando ociosidade. Em outras situações, as vazões são maiores do que a capacidade das máquinas, “vertendo” água. Observa-se que, por conta da possibilidade de as PCHs participarem do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), a quantidade de energia comercializada pela usina depende somente do seu certificado de garantia física, independentemente, portanto, de sua produção individual de energia. As PCHs são construídas, em sua maioria, em rios de médio porte que possuem desníveis significativos em seu percurso, gerando força hidráulica suficiente para movimentar pequenas turbinas.

O Protocolo de Kyoto estabeleceu metas de redução das emissões de gases de efeito estufa e criou mecanismos para o cumprimento destas metas. As PCHs são elegíveis ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (“MDL”), status concedido aos projetos concebidos em países em desenvolvimento e que resultem em redução certificada de emissões (“RCEs”). Para auxiliar no cumprimentos de suas metas, os países que tem metas de redução compram créditos de carbono no mercado para auxiliar no cumprimento.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), o setor de PCHs no Brasil é composto por 471 usinas, localizadas predominantemente no Sudeste, Sul e Centro-oeste do país, cuja capacidade instalada total corresponde a 1.392,8 MW.

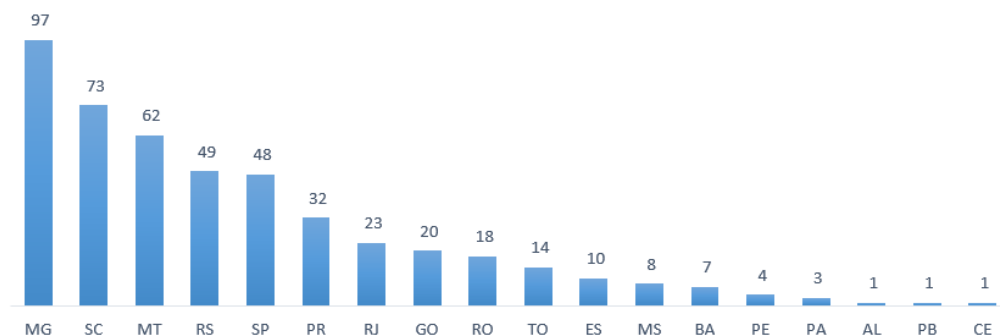
Potência Instalada (MW)



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 03/03/2015.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Quantidade de Usinas



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 03/03/2015.

A atratividade destas usinas fundamenta-se, principalmente, por suas características de menor impacto ambiental, menor volume de investimentos, prazo de maturação mais curto e tratamento incentivado pela regulamentação vigente. Nesse sentido, uma característica da PCH é a dispensa de licitação para obtenção da concessão, bastando ao empreendedor obter autorização da ANEEL.

Apesar de possuir menor porte, seu preço é competitivo em relação ao das hidrelétricas tradicionais, tendo em vista os seguintes incentivos: (i) a possibilidade de utilização de regime fiscal em lucro presumido; (ii) maior facilidade na obtenção de licenciamento ambiental, (iii) isenção de pagamento de UBP, (iv) isenção do pagamento dos Encargos de P&D; (v) menor prazo de implementação e manutenção do investimento e (vi) isenção do pagamento da compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos; (vii) possibilidade de comercializar de imediato a energia elétrica produzida com consumidores cuja carga seja maior ou igual a 500 kW; (viii) a possibilidade de sub-rogação da CCC para empreendimentos instalados nos sistemas isolados;

Adicionalmente, a comercialização de energia gerada por PCHs no mercado livre é beneficiada devido à regulamentação da contratação incentivada, a qual prevê redução nas tarifas de distribuição/transmissão dos geradores e dos respectivos consumidores dessa energia. De acordo com a Lei 9.427/1996, fontes alternativas (PCH, biomassa, eólica e solar) têm direito a um desconto de no mínimo 50% nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição associados. O direito a esse desconto é estendido também aos consumidores desta energia limpa, a chamada “energia incentivada”.

O desenvolvimento deste mercado apresenta vantagens, como (i) a possibilidade de combinar a produção desses geradores com a produção de outros geradores, de modo a compensar períodos de baixa produção; (ii) a possibilidade do uso de comercializadores para comercializar a energia incentivada, sem que o consumidor adquirente perca o benefício do desconto a que faz jus ao contratar com o comercializador, o que implica oportunidades de venda de energia relevantes, uma vez que garante acesso a um segmento de mercado atualmente cativo que não tem possibilidade de se tornar livre a menos que adquira energia de geradores incentivados.

Em termos de desenvolvimento socioambiental, as PCHs promovem geração a ser distribuída de forma local, aumentando a oferta de energia elétrica nas regiões em que estão instaladas, diferente das grandes hidrelétricas e das usinas termelétricas, onde tal distribuição local não ocorre. Os maiores aproveitamentos hidrelétricos são concentrados na maioria em regiões isoladas, tornando os pequenos empreendimentos importantes, em vista especialmente da redução dos custos de transmissão que proporcionam.

Em 31 de dezembro de 2014 a capacidade instalada das PCHs da Companhia era de 190,2 MW.

Parques Eólicos

A também denominada energia dos ventos pode ser explicada, em termos físicos, como a energia cinética gerada pela migração das massas de ar provocada pelas diferenças de temperatura existentes na superfície do planeta. A geração eólica ocorre pelo contato do vento com as pás do aerogerador. Ao girar, as pás dão origem à energia mecânica que aciona o rotor do aerogerador, que por fim produz a eletricidade. A quantidade de energia mecânica transferida e, portanto, o potencial de energia elétrica a ser produzida está diretamente relacionado à densidade do ar, à área coberta pela rotação das pás e à velocidade do vento na altura de cada aerogerador. Para a produção de energia elétrica, são utilizadas turbinas eólicas, também conhecidas como aerogeradores.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A construção de um parque eólico é menos complexa em comparação à construção de PCHs, consistindo basicamente na preparação de fundações e posterior montagem dos aerogeradores, os quais são montados no local. O prazo de construção de uma usina eólica é mais curto do que o de uma PCH (entre 1 ano e meio a 2 anos, em média), e o investimento necessário por MW instalado para a construção de um parque eólico também é inferior ao investimento para construção de uma PCH.

De acordo com o Atlas de Energia Elétrica do Brasil, os ventos do Brasil são duas vezes superiores à média mundial e possuem volatilidade de 5% (oscilação da velocidade), o que dá maior previsibilidade ao volume a ser produzido. Além disso, como a velocidade costuma ser maior em períodos de estiagem, existe a grande vantagem de operar as usinas eólicas de forma complementar às usinas hidrelétricas, preservando a água dos reservatórios em períodos de poucas chuvas.

A produção de eletricidade a partir da fonte eólica alcançou 6.579 GWh em 2013, equivalente a um aumento de 30,3% em relação ao anterior, quando se atingiu 5.050 GWh. Em 2013, a potência instalada para geração eólica no país expandiu 16,5%. Segundo o Banco de Informações da Geração (BIG), da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o parque eólico nacional cresceu 313 MW, alcançando 2.207 MW ao final de 2013.

Destacamos ainda que flutuações na geração de energia em função da variabilidade dos ventos, uma característica da geração eólica, não foi identificada no Brasil. Outro obstáculo enfrentado por projetos eólicos é a necessidade de construir extensas redes de transmissão, que está sendo mitigada com a licitação de novas ICG (linha de transmissão para conexão compartilhada).

Por fim no Brasil, onde o leque de opções para a expansão das fontes renováveis é amplo, a tarifa da energia é um componente importante na política energética e essencial para viabilizar a inserção competitiva desta fonte. Dado ao potencial eólico brasileiro o desafio se concentra no custo desta energia desta fonte comparado ao das demais opções de expansão.

Outro benefício desta fonte renovável, que pode vir no futuro a contribuir para viabilizar estes projetos, refere-se à perspectiva de venda de créditos de carbono por ser uma tecnologia de geração limpa de energia.

O ano de 2009 foi um marco para a energia eólica no Brasil. No dia 14 de dezembro de 2009 ocorreu o segundo leilão de energia de reserva, tendo esse leilão se destinado exclusivamente à contratação de usinas eólicas. Os resultados do leilão surpreenderam em dois aspectos: (i) a elevada capacidade contratada; e (ii) os preços praticados, abaixo das estimativas de mercado e em níveis competitivos com outras fontes tidas como mais baratas, como termelétricas.

Os preços praticados neste primeiro leilão representam uma quebra de paradigma no setor, onde havia a crença da necessidade de preços acima de R\$200,00 por MWh para viabilizar projetos de geração de fonte eólica, em linha com as tarifas praticadas no Proinfa, situadas na faixa de R\$250,00 a R\$270,00 por MWh. Os principais fatores que possibilitaram essa importante redução de custos na indústria podem ser listados como segue:

- (i) Alto Fator de Capacidade dos Parques Vencedores: Os parques eólicos vencedores do certame possuíam em média 41,7% de fator de capacidade, já descontados os arredondamentos dos lotes inteiros, sendo que alguns parques chegavam a ter fato de capacidade acima de 50%, o que implica em uma elevada produção de energia anual, em níveis extremamente altos se comparado com os padrões internacionais, o que demonstra o grande potencial eólico brasileiro;
- (ii) Maturação da Indústria de Suprimento de Equipamentos Eólicos: Com o forte crescimento de programas de apoio à energia eólica em países como Estados Unidos, China e Índia, bem como na Comunidade Europeia, pioneira neste setor, grandes fabricantes de equipamentos, tais como General Electric, Siemens e Alstom, ingressaram no setor nos últimos anos por meio de aquisições e usaram sua capacidade financeira e técnica para ampliar os volumes produzidos e o tamanho individual dos equipamentos, o que trouxe expressivos ganhos de escala no setor e a consequente redução dos custos unitários;
- (iii) Incentivos Fiscais na Indústria: A isenção do IPI sobre equipamentos eólicos, o REIDI, que isenta o PIS e COFINS, e a extensão de convênios do CONFAZ que prorrogou até o dia 31 de dezembro de 2012 a isenção do ICMS para operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento de energia eólica, possibilitaram a desoneração fiscal sobre os equipamentos, assim como a liberação de importação para equipamentos de potência unitária acima de 1,5 MW, o que acirrou a competição com os fabricantes de equipamentos locais e propiciou melhores condições para os empreendedores. Adicionalmente alguns parques da Companhia foram qualificados para obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia) o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido; e

- (iv) Crise Financeira Internacional: A crise financeira internacional, que vem afetando mais fortemente os países desenvolvidos e com grande impacto na oferta de crédito nesses países que são o *core market* dos grandes fabricantes de equipamentos eólicos, incentivou esses fabricantes a buscar novas alternativas de mercado para vender sua produção, aumentando, assim, a oferta de equipamentos eólicos no país e fortalecendo o poder de negociação dos projetos com altos fatores de capacidade e escala, e consequentemente grandes chances de êxito no leilão.

Em agosto de 2010 ocorreu outro leilão de energia de reserva, o LER 2010, onde a Companhia comercializou energia proveniente de seis empreendimentos eólicos.

Em agosto de 2011 ocorreu o 12º Leilão de Energia Nova (A-3), onde a Companhia comercializou energia proveniente de nove empreendimentos eólicos.

Em dezembro de 2012 ocorreu o 15º Leilão de Energia Nova (A-5), onde a Companhia comercializou energia proveniente de um empreendimento eólico.

Em agosto de 2013 ocorreu o 5º Leilão de Energia de Reserva, onde a Companhia comercializou energia proveniente de nove empreendimentos eólicos.

Em dezembro de 2013 ocorreu o 18º Leilão de Energia Nova, onde a Companhia comercializou energia proveniente de 17 empreendimentos eólicos.

Em Outubro de 2014 ocorreu o 6º Leilão de Energia de Reserva, onde a Companhia comercializou energia proveniente de 3 empreendimentos eólicos.

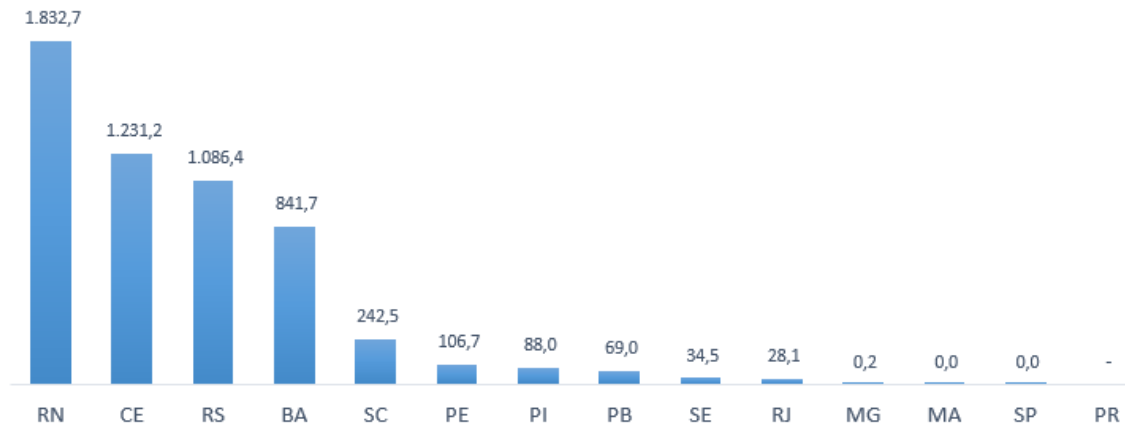
Em Novembro de 2014 ocorreu o 20º Leilão de Energia Nova, onde a Companhia comercializou energia proveniente de 5 empreendimentos eólicos.

Em 31 de dezembro de 2014, somando os leilões descritos acima, a Companhia possuía 1.365,4 MW de capacidade instalada comercializada no mercado regulado. Adicionalmente, na mesma data, a Companhia possuía 897,0 MW de capacidade instalada comercializada no mercado livre.

De acordo com a ANEEL, as 254 usinas eólicas em operação atualmente apresentam capacidade instalada de 5.560,8MW. Além disso, em 03 de Março de 2015, o Banco de Informações de Geração ("BIG") da ANEEL registrava a existência de 114 projetos de energia eólica em construção com potência total de 3.007,3 MW de capacidade instalada. Outros 279 empreendimentos com potência total de 6.711,1 MW possuem outorgas, porém sem obras iniciadas.

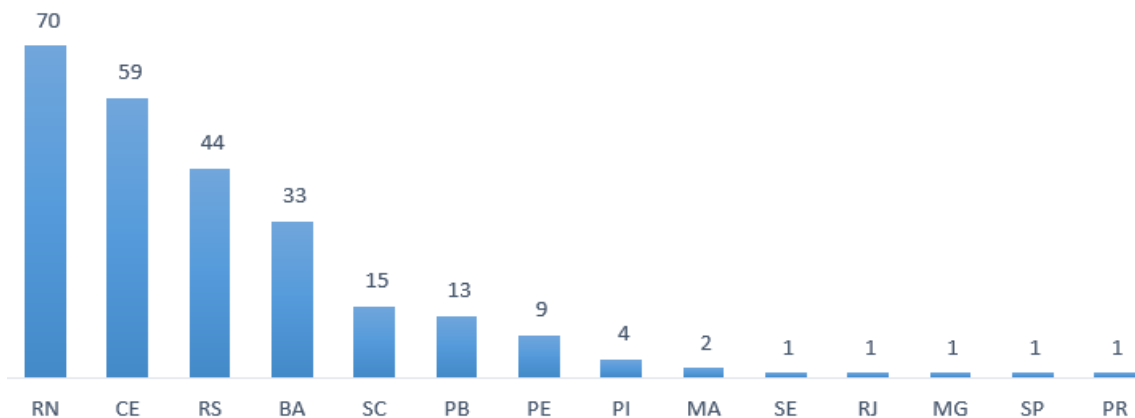
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Potência Instalada (MW)



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 03/03/2015.

Quantidade de Usinas



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 03/03/2015.

Energia solar

A energia solar é o recurso renovável de maior abundância no planeta Terra, sendo que, a cada ano recebemos cerca de 23.000 TWh de energia solar, quantidade significativamente maior que a demanda mundial de 16 TWh por ano.

Existem duas maneiras principais de se realizar a conversão da energia solar em energia elétrica. A primeira delas é usufruindo do efeito fotovoltaico, descoberto em 1.839 por Edmond Becquerel, que consiste no aproveitamento das características fotocondutoras de alguns elementos como por exemplo o Silício. Nesse caso, a incidência de recurso solar em um módulo fotovoltaico, que utiliza como insumo o Silício purificado, converte em um estágio único a energia solar em energia elétrica.

Um segundo modelo de aproveitamento é caracterizado pela utilização de espelhos refletores que, uma vez focalizados em um fluido térmico, aquecem o mesmo que por conseguinte é utilizado para geração de vapor. Deste passo em diante, a usina se assemelha a uma usina térmica tradicional.

O Brasil é um dos países com as melhores condições de recurso solar no mundo, especialmente nos estados do Nordeste, tais quais a Bahia e Pernambuco. Ao mesmo tempo, em se tratando de medições anuais, a volatilidade do recurso se mostra diminuta.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

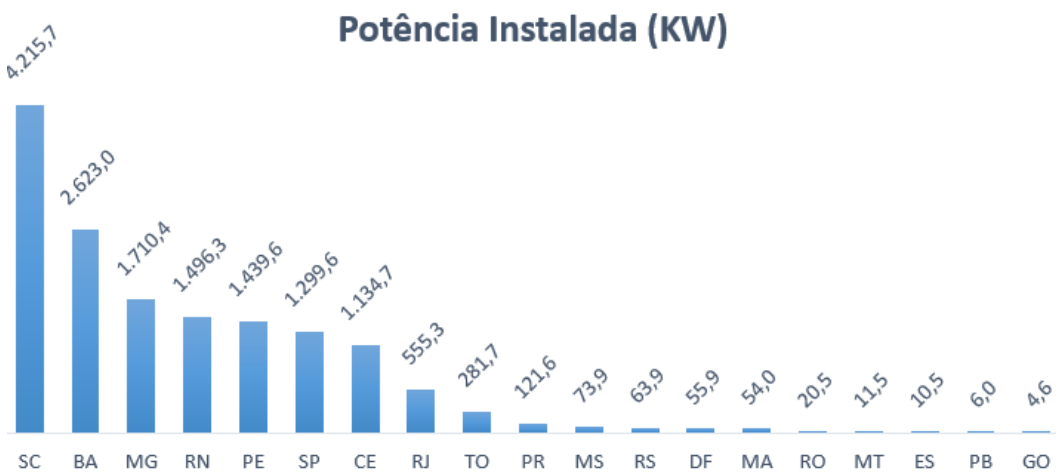
Dado os incentivos em diversos países do mundo como Alemanha, Espanha, Estados Unidos, a cadeia de suprimentos da energia solar se desenvolveu rapidamente, assim como sua eficiência, o que proporcionou uma redução de custo significativa ao longo dos últimos anos, proporcionando uma evolução exponencial da fonte. Apenas em 2012, 28,4 GW de potência solar foram instalados, sendo que a capacidade instalada acumulada mundial já superou o patamar dos 100 GW.

O aproveitamento da energia solar para a geração de energia elétrica galgou, nos últimos anos, alguns degraus em seu desenvolvimento no Brasil, com a implementação de projetos de maior porte, com cerca de 1 MW de capacidade.

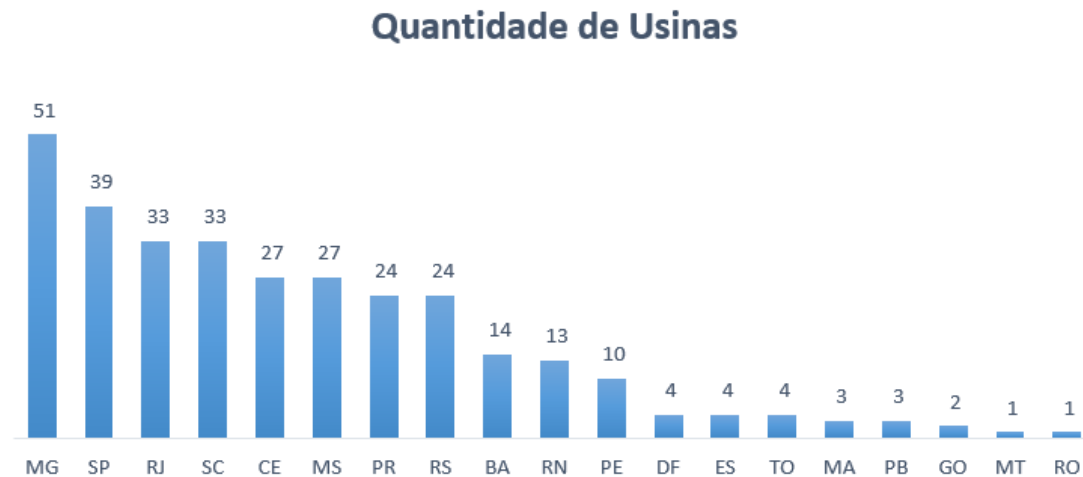
Em 31 de dezembro de 2014 o Brasil possuía mais de 19,1 GW com Despacho de Requerimento de Outorga na ANEEL.

Grande parte desse movimento deu-se pelos incentivos que foram criados ao longo dos anos de 2012 e 2013, entre eles (i) a ampliação do desconto de 50% para 80% no uso das tarifas de distribuição/transmissão para os primeiros 10 anos desses empreendimentos; (ii) a criação de um fundo setorial pelo BNDES ("Fundo Clima") para incentivar a cadeia fotovoltaica, desde o downstream na fabricação de equipamentos até o *upstream* em projetos para comercialização (leilão e mercado livre); (iii) o estabelecimento da Resolução 428/2013 para criação do sistema de compensação de energia ("*net metering*") para sistema de até 1 MW no contexto da geração distribuída; (iv) a criação da Chama Estratégica #13 de P&D da ANEEL para desenvolver projetos comerciais e criar o conhecimento necessário para implantação em larga escala destes projetos.

Atualmente, os agentes governamentais competentes estudam a criação de um leilão específico para a energia solar vislumbrando a criação deste mercado para grandes projetos. No contexto da geração distribuída, o mercado está em sua fase inicial, e já apresenta competitividade na maioria das regiões brasileiras. De acordo com a ANEEL, as 56 usinas eólicas em operação atualmente apresentam capacidade instalada de 9.9 MW.



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 03/03/2015.



Fonte: ANEEL, Banco de Informações de Geração (BIG) – 03/03/2015.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

b. Características do Processo de Distribuição

No processo de distribuição de energia gerada pelos parques eólicos, PCHs e usinas solares não são utilizadas empresas controladas, coligadas, controladoras diretas ou indiretas ou de propriedade do acionista controlador da Companhia. A Companhia é responsável pela geração da energia e a transmissão é de responsabilidade de empresas terceiras.

Dos contratos de venda de energia eólica firmados pela Companhia, 64,1% foram negociados no mercado regulado (ACR) e 35,9% no mercado livre (ACL). A Companhia continuará a investir nos dois mercados.

A estratégia da Companhia é manter a exploração das 2 (duas) alternativas de comercialização de energia, mercado regulado e mercado livre, de forma a viabilizar o crescimento sustentável do portfólio de ativos, com preços mais atrativos e prazos mais longos em relação à média de mercado, resultando nas melhores taxas de retorno possíveis. Atualmente 35,9% de nossa energia contratada está vendida no mercado livre a um prazo médio de 16 anos e 64,1% no mercado regulado a um prazo médio de 20 anos, o que acreditamos mostrara capacidade da Companhia em explorar ativamente os dois mercados.

Os leilões organizados pelo Governo Federal no mercado regulado, dos quais a Companhia participou, são uma importante ferramenta para viabilizar a comercialização de energia elétrica dos projetos de geração de energia de fontes renováveis.

c. Características dos Mercados de Atuação, em especial: (i) Participação em cada um dos mercados; e (ii) Condições de competição nos mercados

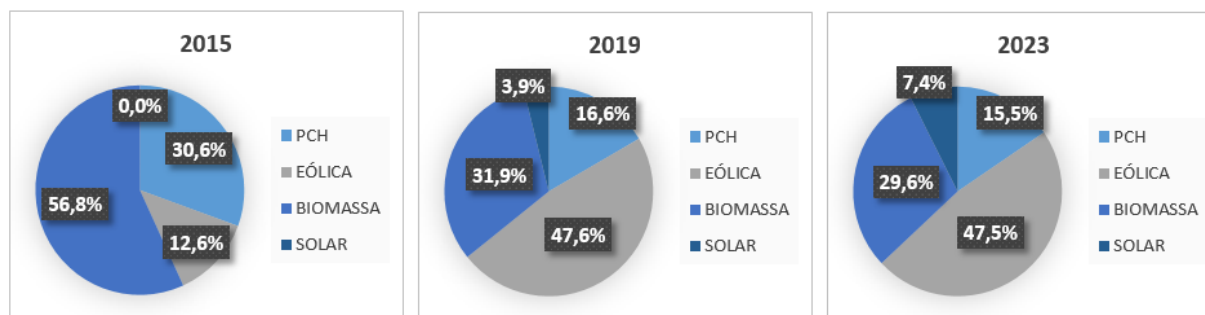
Segundo a ANEEL, o sistema brasileiro de geração de energia elétrica é composto predominantemente por usinas hidrelétricas detidas por diversos proprietários, havendo um aumento significativo de outras fontes na matriz energética. A escolha desta fonte como base do parque gerador brasileiro está relacionada à abundância de recursos hídricos e à existência de um relevo favorável. O Brasil possui algumas das maiores usinas hidrelétricas do planeta, como Itaipu (14.000 MW) e Tucuruí (8.370 MW), cuja instalação na década de 1970 foi fundamental para o desenvolvimento industrial e econômico nacional. O foco na geração de energia a partir do aproveitamento de rios é uma lógica que permeia as políticas públicas brasileiras há várias décadas, e vem sendo mantida pelo governo atual, em especial através do desenvolvimento de grandes projetos na região Amazônica. Dentre esses projetos podemos destacar Santo Antônio (3.150 MW) e Jirau (3.750 MW), em construção no Rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte (11.233 MW), que teve a sua licença ambiental de instalação emitida e sua construção iniciada no Rio Xingu, no Pará. Entretanto, o relevante impacto socioambiental da construção de usinas de grande porte, cujos reservatórios demandam o alagamento de áreas extensas muitas vezes cobertas de vegetação nativa ou habitadas, tem levado à revisão da classificação de tais empreendimentos na categoria de fontes renováveis de energia. Estima-se que o Brasil apresentava em 2003 potencial de geração de energia hidrelétrica ainda não explorado de aproximadamente 258.853MW, dos quais apenas 30% foram aproveitados de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE. Especificamente para Pequenas Centrais Hidrelétricas, foi identificado um potencial da ordem de 15.000MW a ser aproveitado em pequenas centrais, com capacidade até 30MW.

O planejamento da expansão da oferta de energia é regido pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, que determina, como critério econômico, a igualdade entre o Custo Marginal de Operação – CMO e o Custo Marginal de Expansão – CME, para cada ano no período, e, como critério de segurança, o limite para o risco de insuficiência da oferta de energia elétrica, ou risco de déficit, em 5% dos cenários hidrológicos, em cada subsistema do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Foram selecionados como candidatos a constar do plano os empreendimentos de geração com viabilidade técnica, econômica e socioambiental, com os prazos necessários ao desenvolvimento dos projetos compatíveis com a previsão de início de operação no horizonte do estudo.

Mercado Brasileiro de Energia Renovável – Capacidade Instalada (MW) em 2023

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia - 2023

De acordo com dados do Banco de Informações de Geração – BIG/ANEEL, a capacidade instalada total do sistema elétrico brasileiro é de cerca de 135.137,5 MW (Dez/2014). Observe-se que este total engloba as unidades geradoras instaladas nos sistemas isolados, bem como a autoprodução (geração de energia elétrica instalada no local do consumo).

Em conformidade com a Lei 10.848 de 2004, para concretizar a expansão do SIN são realizados leilões para compra de energia com três (A-3) e cinco (A-5) anos de antecedência. Este processo faz com que haja um parque de geração já totalmente contratado e em implantação com usinas que deverão entrar em operação entre 2012 e 2014, além de um parque parcialmente contratado entre 2015 e 2016, oriundo dos leilões ocorridos em 2010 e 2011 – os leilões A-5 e o leilão específico para a compra da energia da UHE Belo Monte.

Destaca-se que a composição deste parque gerador, contratado e em implantação, é o resultado da real possibilidade de oferta que se tinha à época da realização dos leilões, tanto pela disponibilidade de projetos e de equipamentos, quanto pelo fato de terem obtido as necessárias licenças ambientais, sem as quais nenhum empreendimento de geração pode participar dos leilões de compra de energia elétrica previstos em lei.

Os empreendimentos contratados no PROINFA também foram inseridos de acordo com o cronograma do CMSE.

O PROINFA foi um programa do governo federal, instituído em 26 de abril de 2002 pela Lei 10.438, para aumentar a participação da energia renovável na matriz energética brasileira. O PROINFA tinha como meta promover a entrada de 3.300 MW de energias renováveis (divididos igualmente entre as três fontes) até dezembro de 2008 através de contratos de longo prazo (20 anos) entre os geradores renováveis e a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”). O programa foi um marco no desenvolvimento do setor de energia eólica no país, ao possibilitar o estabelecimento de alguns dos primeiros Parques Eólicos comercialmente viáveis do Brasil. O investimento nestes parques criou condições para a instalação no Brasil de indústrias estrangeiras, produtoras de componentes para Parques Eólicos (aerogeradores), reduzindo consequentemente o custo de geração através da fonte eólica, aumentando sua competitividade e criando um ciclo virtuoso que perdura até hoje. Empreendimentos de biomassa e PCHs também foram beneficiados, embora os resultados tenham sido comparativamente inferiores. A tecnologia para construção e operação de PCHs e de Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa é largamente dominada por empresas de engenharia e fornecedores de equipamentos no Brasil, e os equipamentos necessários estão amplamente disponíveis no mercado nacional.

São consideradas energia renovável (alternativa) a energia produzida por PCHs, parques eólicos e solar ou biomassa.

Embora as PCHs estejam presentes no país há muito tempo, a maior parte de suas instalações se deu nas duas últimas décadas, e em especial após reforma do setor energético brasileiro, tendo em conta a abertura do mercado para empresas privadas.

Já o mercado eólico, começou a ficar competitivo nos últimos seis anos com a instalação de leilões, organizados pelo governo, exclusivos para essa fonte de energia. Após meados de 2011, com a redução do custo de instalação, a energia eólica passou a competir no mercado regulado com outras fontes de energia.

Os Leilões de Fontes Alternativas (“LFAs”) foram organizados exclusivamente para contratação de energia de fontes renováveis para venda no mercado regulado. Assim como o PROINFA, os LFAs obtiveram êxito no desenvolvimento do setor de energia renovável no Brasil, em especial o setor de energia eólica. Ao garantir a compra da energia gerada através de contratos de longo prazo com grupos de distribuidoras, os LFAs aumentaram a previsibilidade e segurança dos empreendimentos vencedores e permitiram que os mesmos obtivessem condições favoráveis de financiamento para construção dos parques eólicos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Com o objetivo de complementar a energia contratada no ambiente regulado e garantir maior segurança no fornecimento de energia, a partir do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, foi criado o Leilão de Energia de Reserva ("LER"). O Ministério de Minas e Energia define o montante de energia a ser comercializado no leilão, sendo que os custos decorrentes são rateados entre todos os usuários finais de energia elétrica. A contabilização e liquidação desta energia pode ocorrer apenas no mercado de curto prazo da CCEE.

O mercado livre é formado por agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia elétrica e consumidores livres. Neste ambiente ocorre a livre comercialização de energia para consumidores livres e especiais, formalizada através de contratos bilaterais estabelecidos entre as partes.

Atualmente, o governo brasileiro, através da ANEEL, oferece uma série de incentivos à instalação de empreendimentos de energia renovável no país (PCHs, Parques Eólicos e Solar e Usinas Termelétricas à Biomassa).

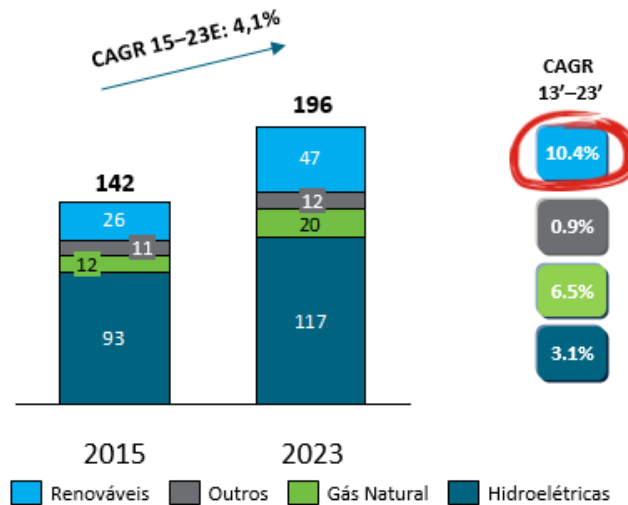
Dentre estes incentivos, os principais são:

- Empreendimentos podem receber autorização emitida pela ANEEL, não estando sujeitos aos requerimentos do regime de concessão (ex: os projetos não são necessariamente leiloados e a autorização é concedida ao desenvolvedor do mesmo);
- Desconto de até 50% nas tarifas de transmissão e distribuição, tanto para agentes geradores quanto para consumidores; e especificamente para projetos solares, 80% nos 10 primeiros anos, e 50% no período subsequente;
- "Reserva de Mercado": consumidores com demanda entre 0,5 MW e 3,0 MW podem tornar-se consumidores livres especiais, com a condição de adquirirem sua energia de fontes renováveis (ex.: Parques Eólicos e Usinas Termelétricas a Biomassa);
- Isenção do pagamento de tarifas setoriais como Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH"), Uso do Bem Público ("UBP") e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"); e
- Linhas de financiamento com taxas e prazos atrativos concedidos pelo BNDES.

Além disso, a Companhia possui os benefícios fiscais citados no item 7.3 a (iii) acima.

Os resultados da política oficial de incentivo às fontes renováveis são visíveis no aumento da participação das mesmas no total de energia gerada no país. Em 2007, PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa representavam 2,85% da matriz ou 2.801 MW, em comparação com 9,5% ou 10.928 MW registrado em 2011 (crescimento de 290% nos últimos 4 anos). Este ritmo de crescimento deve ser mantido nos próximos anos, já que, segundo a ANEEL, existem hoje 40 PCHs, 114 parques eólicos e 26 Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa em construção. Quando concluídas, estas usinas irão adicionar ao parque gerador brasileiro capacidades instaladas de 444,5 MW, 3.007,3 MW e 1801,3 MW, respectivamente. De acordo com o Plano Decenal de Expansão (2023) da Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), estas fontes passarão a representar 19,8% da capacidade instalada do Brasil até 2021, em comparação com o valor atual de 13,1%.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



O crescimento do mercado de geração de energia renovável no Brasil, observado nos últimos anos, e a estabilidade do marco regulatório do setor, têm atraído um considerável fluxo de investimentos privados, com forte participação de agentes estrangeiros como empresas de energia e fundos de investimento em participação. Ao contrário do cenário observado para o setor de geração como um todo, o segmento de energias renováveis é predominantemente controlado pela iniciativa privada.

i) Participação em cada um dos mercados

A Companhia possui contratos de 2.510,9 MW de energia contratada. Desse valor: (i) 190,2 MW de PCHs; (ii) 1.365,4 MW de eólicas, comercializados no mercado regulado e (iii) 955,3 MW de eólicas, comercializados no mercado livre de energia.

ii) Condições de competição nos mercados

A competição por projetos de PCH pode acontecer entre empreendedores que querem explorar o mesmo local. Nesse caso, a competição se dá em processo formal regido pelo ANEEL. Já nos casos de PCHs em fases mais avançadas de desenvolvimento (após a fase em que pode haver disputas), concorremos com outros empreendedores apenas quanto a possíveis aquisições.

A comercialização de energia elétrica no mercado regulado é realizada por meio de leilões públicos. Nesse caso, a Companhia concorre com todas as geradoras qualificadas para cada leilão.

No mercado livre, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio da livre negociação de preços e condições de contratação entre as partes. Nesse caso, a competição é entre as geradoras e os consumidores autorizados a negociar a aquisição de energia no mercado livre. Para os consumidores livres com consumo entre 0,5 MW e 3,0 MW, é mandatória a contratação no mercado livre de energia gerada através de fontes renováveis.

No caso de Usinas Eólicas, a competição por projetos de investimentos ocorre, principalmente, na disputa pelas terras com os melhores potenciais de ventos. O mercado de energia eólica ainda é incipiente no Brasil quando analisada a capacidade instalada em operação, mas apresenta acentuado crescimento.

Especificamente para solar, em termos de modelo de negócio, há uma distinção a ser realizada dada a possibilidade de modularização das unidades geradoras.

Os projetos de energia solar podem ser desenvolvidos em larga escala e negociados no mercado regulado através de leilões ou mercado livre, de maneira análoga ao realizado por fontes eólicas, PCHs, ou UTEs a biomassa, e também podem ser comercializados no contexto da geração distribuída, através de unidades de pequeno porte descentralizadas, instaladas diretamente no ponto de consumo, onde os sistemas de geração são comercializados diretamente e bilateralmente, entre empresa e cliente final.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os sistemas de geração distribuída não podem ultrapassar a potência instalada de 1 MW e por isto, se destinam a pequenos e médios clientes.

No mercado de geração distribuída a competição se dá principalmente pela competitividade da empresa em oferecer o menor preço de venda final ao consumidor.

Os principais concorrentes da Companhia no setor eólico são: CPFL Renováveis, Energipe, Bioenergy e Eletrosul. Nas PCHs, mercado muito fragmentado, os principais concorrentes da Companhia são CPFL Renováveis e Gestamp.

d. Eventual Sazonalidade

Não há impacto de sazonalidade sobre as contas de resultado, uma vez que os contratos relevantes da Companhia são de longo prazo e garantem receita mensal.

e. Principais insumos e matérias primas: i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; ii) eventual dependência de poucos fornecedores; iii) eventual volatilidade de seus preços.

Os principais insumos utilizados pela Companhia em suas atividades são materiais de construção civil, mecânica, elétrica, equipamentos de geração e transmissão de energia, notadamente turbinas para geração hídrica ou eólica e subestações de alta/média tensão, além de serviços de engenharia civil, mecânica e elétrica para a construção da infra-estrutura das centrais de geração, incluindo fundações para as torres dos aerogeradores de usinas eólicas e barragens para PCHs.

Em se tratando da energia solar, os principais insumos utilizados são os módulos fotovoltaicos (ou placas fotovoltaicas) os inversores, as estruturas metálicas de suporte, e os demais equipamentos elétricos de proteção do sistema. A Companhia realiza tratativas com os principais fornecedores mundiais destes equipamentos, e seleciona apenas aqueles regulamentados perante os órgãos de certificação brasileiros, tais quais, o INMETRO.

Após a implantação de suas usinas, a atividade operacional da Companhia passa a ser de manutenção de seus ativos, composta principalmente por peças de reposição e consumíveis.

A Companhia realiza contrato de longo prazo com os principais fornecedores.

As SPEs que comercializaram energia no LER 2009 celebraram, em 26 de maio de 2011 – e aditados em 13 de julho de 2011, com a General Electric Energy do Brasil – Equipamentos e Serviços de Energia Ltda. (“GE Brasil”) os Contratos de Venda de Equipamentos de Geração de Energia e Serviços Relacionados (Contract for the Sale of Power Generation Equipment and Related Services) por meio dos quais a GE Brasil cumpriu suas obrigações de fabricar, entregar e instalar 184 aerogeradores equivalentes a uma capacidade instalada de 293.6 MW e investimentos contratados de aproximadamente R\$ 854.6 milhões, além dos serviços de operação e manutenção e fornecimento de peças sobressalentes.

As SPEs que comercializaram energia no LER 2010, celebraram, em 8 de agosto de 2012, com a GE Brasil os Contratos de Venda de Equipamentos de Geração de Energia e Serviços Relacionados (Contract for the Sale of Power Generation Equipment and Related Services) por meio dos quais a GE Brasil cumpriu suas obrigações de fabricar, entregar e instalar 100 aerogeradores equivalentes a uma capacidade instalada de 167.7 MW e investimentos contratados de aproximadamente R\$384,1 milhões, além dos serviços de operação e manutenção e fornecimento de peças sobressalentes.

As SPEs que comercializaram energia no LEN 2011 celebraram, em 8 de agosto de 2012, com a GE Brasil os Contratos de Venda de Equipamentos de Geração de Energia e Serviços Relacionados (Contract for the Sale of Power Generation Equipment and Related Services) por meio dos quais a GE Brasil cumpriu suas obrigações de fabricar, entregar e instalar 130 aerogeradores equivalentes a uma capacidade instalada de 218.4 MW e investimentos contratados de aproximadamente R\$439,1 milhões, além dos serviços de operação e manutenção e fornecimento de peças sobressalentes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em 28 de março de 2013 a Companhia formalizou uma importante parceria estratégica com a Alstom, líder global em geração e transmissão de energia. A parceria visa à execução do plano de crescimento da Companhia com a implementação dos parques eólicos que já tiveram energia contratada e, ainda, futuros projetos. Dessa forma, a Companhia vem ganhando eficiência na implementação dos seus parques e aumentando a sua competitividade no segmento de energia eólica.

O acordo envolve o fornecimento de 440 aerogeradores, com início de operação em 2015, equivalentes a uma capacidade instalada de 1,2 GW e investimentos de aproximadamente €1,0 bilhão, além dos serviços de operação e manutenção e fornecimento de peças sobressalentes.

A parceria prevê o desenvolvimento da tecnologia mais adequada aos parques da Companhia, bem como pela busca do melhor aproveitamento de seu portfólio. Por meio da interação entre as equipes das empresas, estão sendo desenvolvidas soluções customizadas para condições específicas da região tais como velocidade do vento, turbulência e características do solo, fortalecendo a troca de conhecimento técnico entre elas.

Os aerogeradores são fabricados na unidade da Alstom em Camaçari, no estado da Bahia, que terá capacidade para 600 MW por ano. Adicionalmente, o acordo estabelece o compromisso da Alstom para instalar um cluster eólico na Bahia para a produção dos principais componentes das turbinas. Mais próximas da região onde estão os parques da Companhia, este cluster permitirá grande redução dos custos de logística dos projetos, e dos riscos associados ao transporte de equipamentos.

Para os projetos solares do LER 2014, a SunEdison Products Singapore Pte. Ltd. é uma empresa do grupo SunEdison, Inc ("SunEdison") e irá fornecer os equipamentos para a construção dos parques solares fotovoltaicos, sendo que esses equipamentos serão finamizáveis, ou seja, atenderão os requisitos de conteúdo nacional exigidos pelo BNDES para o financiamento de longo prazo e os valores do fornecimento já foram fixados em R\$.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás") foi responsável por 7,5% da receita líquida total da Companhia, e a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") foi responsável por 86,9% da receita líquida total.

Em R\$ milhões	Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de					
Receita Líquida	2014	%	2013	%	2012	%
CCEE	263.169	86,9%	185.349	82,0%	76.773	66,4%
Eletrobrás	22.565	7,5%	40.525	17,9%	38.725	33,5%
Outras Receitas	17.133	5,7%	137	0,1%	141	0,1%
Total	302.867	100,0%	226.011	100,0%	115.639	100,0%

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes de Eletrobrás e CCEE são PCHs e parques eólicos, respectivamente.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) Aspectos Regulatórios

(i) Fundamentos Históricos

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, que alterou a Lei de Criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) (Lei nº 9.427/95), a qual introduziu mecanismos para as bases da geração competitiva, a transmissão independente e de livre acesso. Em especial, a Lei nº 9.648 determinou: (i) o estabelecimento de um órgão autorregulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo; (ii) a exigência de que as empresas de distribuição e geração fizessem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais (contratos de longo prazo, firmados entre geradores e distribuidores, com preços da energia fixados pela ANEEL, e definidos e regidos por Leis e Decretos Federais), em geral compromissos do tipo *take or pay* (compromissos nos quais o comprador se obriga a pagar uma quantia mínima para certo volume de energia, independentemente se ocorrer o consumo da quantidade e no período estipulado), a preços e volumes aprovados pela ANEEL; (iii) a criação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), uma entidade privada sem fins lucrativos responsável pelo gerenciamento operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); e (iv) o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia, que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíam um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais afetadas pela baixa quantidade de chuva, a saber as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, e criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (“GCE”), que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam essa redução.

Em abril de 2002, o Governo Federal promulgou novas medidas, tais como o estabelecimento da Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), com vistas a ressarcir as distribuidoras pelas perdas incorridas durante o Programa de Racionamento, bem como a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), visando incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas de geração.

Ademais, o Governo Federal estabeleceu, ainda, regras para universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica, os quais consistem no atendimento a todos os pedidos de fornecimento, inclusive aumento de carga, sem qualquer ônus para o consumidor solicitante, desde que atendidas às condições regulamentares exigidas. A ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, prevendo as metas de universalização até 2014 e estipulando multas no caso de descumprimento destas por parte da distribuidora.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou as Leis nº 10.847 e nº 10.848, conhecidas como Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas, por meio de processos competitivos de leilões públicos de compra e venda de energia.

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal publicou o Decreto nº 5.163, que disciplina a comercialização de energia, no âmbito da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, bem como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Incluem-se aí normas relativas a procedimentos de leilão, a forma dos contratos de compra e venda de energia e os métodos de repasse dos custos aos consumidores finais.

(ii) Principais Autoridades do setor elétrico brasileiro

Conselho Nacional de Política de Energia – CNPE

O CNPE é um órgão que presta assessoria ao Presidente da República, e que possui como atribuição principal a formulação de políticas e diretrizes de energia destinadas a promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País.

Ministério de Minas e Energia – MME

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

O MME é o órgão do Governo Federal responsável pela condução das políticas energéticas do país. Suas principais obrigações incluem a formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes definidas pelo CNPE. O MME é responsável por estabelecer o planejamento do setor energético nacional, monitorar a segurança do suprimento e definir ações preventivas para restauração da segurança de suprimento no caso de desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda de energia.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Criada em agosto de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética ou EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no setor energético, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor de Energia – CMSE

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

O setor de energia elétrica do Brasil é regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o setor de energia elétrica em linha com a política ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras: (i) administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com o controle das tarifas praticadas por referidos agentes; (ii) fiscalizar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis; (iii) promulgar normas para o setor elétrico de acordo com a legislação em vigor; (iv) implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica; (v) promover licitações para novas concessões; (vi) resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e (vii) definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão.

Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS

O papel básico do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do SIN, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL. A sua missão institucional é assegurar aos usuários do SIN a continuidade, a qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica. Também são atribuições do ONS propor ao Poder Concedente as ampliações das instalações de rede básica, bem como os reforços dos sistemas existentes, a serem considerados no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão; e propor regras para operação das instalações de transmissão da rede básica do SIN, a serem aprovadas pela ANEEL.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e sob regulação e fiscalização da ANEEL, a CCEE tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN. Um dos principais papéis da CCEE é realizar, mediante delegação da ANEEL, leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada. Além disso, a CCEE é responsável por (i) registrar os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações de ajustes e os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre, e (ii) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo.

Outras instituições: ANA, IBAMA, Órgãos Estaduais e Municipais

A Agência Nacional de Águas (“ANA”) é responsável pela regulação do uso da água em lagos e rios sob o domínio federal. Seus objetivos incluem a garantia da qualidade e quantidade da água para atender seus usos múltiplos. Adicionalmente, a ANA deve implementar o Plano Nacional de Monitoramento de Recursos Hídricos, uma série de mecanismos que buscam o uso racional dos recursos hídricos do país.

No que tange os rios e lagos sob domínio estadual, compete aos órgãos estaduais, a implantação dos respectivos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, assim como a análise e concessão das outorgas de uso de recursos hídricos. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Meio Ambiente (“IBAMA”) é uma autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente responsável pelo

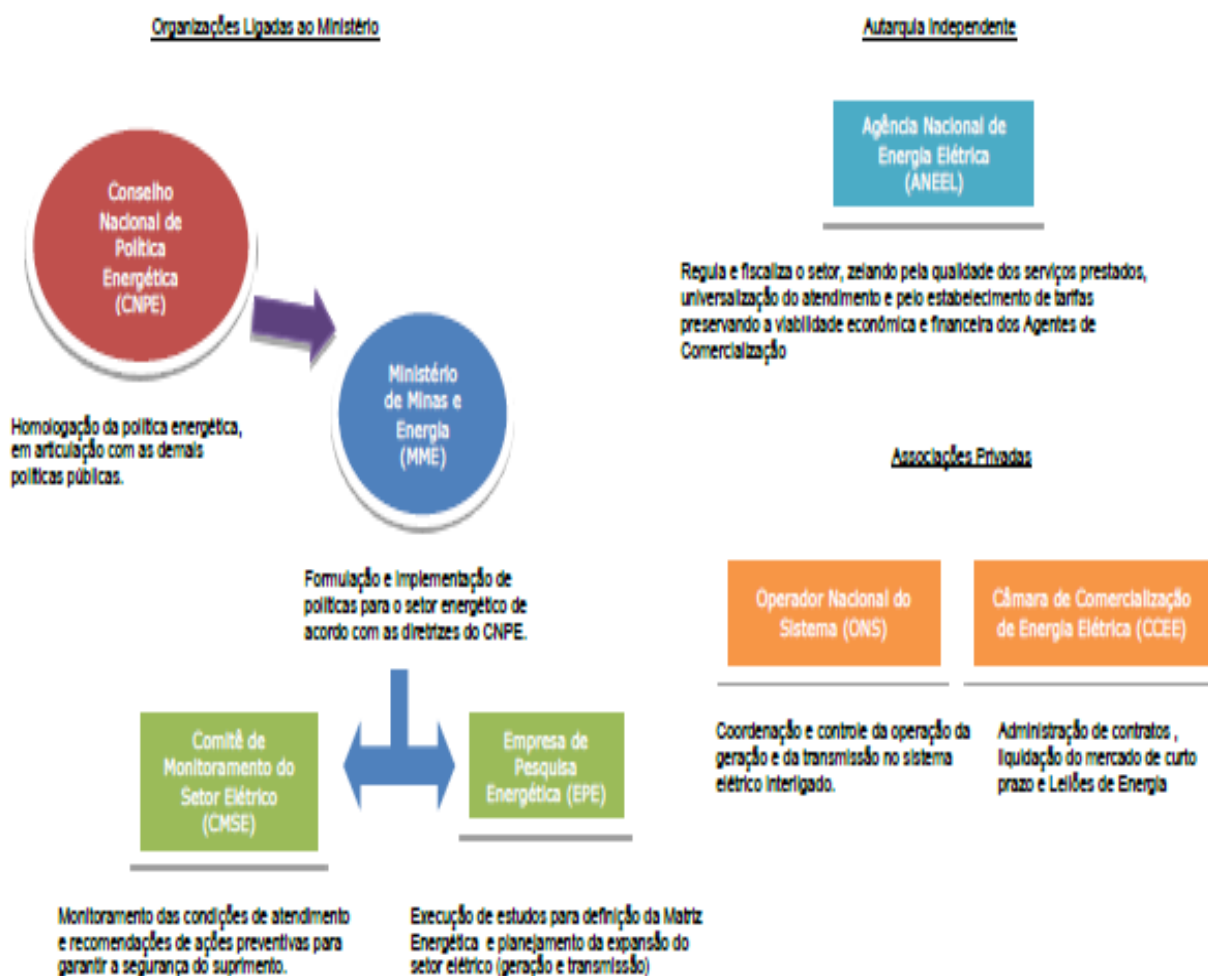
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

processo de licenciamento ambiental e pela fiscalização das atividades degradadoras do meio ambiente em âmbito federal. Quanto ao licenciamento ambiental sob sua responsabilidade, este se restringe às atividades e empreendimentos que produzam impacto ambiental em dois ou mais Estados, e também cujos impactos ultrapassem os limites territoriais do Brasil.

As atividades e empreendimentos situados em um determinado Estado da Federação, mas que abranjam mais de um Município, são licenciados pelos órgãos ambientais estaduais, a exemplo da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, órgão ambiental licenciador no Estado de Minas Gerais.

Finalmente, caso um determinado empreendimento tenha abrangência restrita a um único Município, cujos impactos ambientais gerados sejam de baixa magnitude e, desde que o Município tenha uma Secretaria de Meio Ambiente devidamente reconhecida por um Conselho de Meio Ambiente Municipal, o processo de licenciamento ambiental pode ser conduzido nessa esfera de governo.

Abaixo segue quadro ilustrativo com as principais entidades do setor de energia elétrica e suas respectivas atribuições.



a. *Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações*

Os empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas atuam na modalidade de produtores independentes de energia elétrica (PIE) ou autoprodutores de energia elétrica, estando sujeitas ao regime jurídico da autorização para produção de energia elétrica. Ao contrário das concessões tradicionais de uso de bem público ou do regime de prestação de serviço público de geração de energia elétrica, as autorizações não requerem licitação prévia e são mais flexíveis e menos onerosas que as concessões, sendo outorgadas a título gratuito. Ainda, as PCHs cuja operação comercial teve início após 27 de dezembro de 1996 são dispensadas do pagamento pelo uso do recurso hídrico (conforme § 4º do artigo 26 da Lei 9.427/96).

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Os titulares das autorizações para exploração de PCHs, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, têm o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), necessários ou úteis à construção e posterior operação da usina em questão e suas instalações de transmissão de interesse restrito, ou seja, linhas de transmissão que farão a conexão das PCHs da Companhia ao Sistema Interligado Nacional (SIN). No caso das usinas eólicas e solares, poderão ser instituídas servidões administrativas em relação às instalações de transmissão de interesse restrito, sendo que a Companhia deve deter a posse ou propriedade dos terrenos sobre os quais seus parques eólicos e usinas solares estão/serão implantados.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação do empreendimento, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL. A partir de agosto de 2012, com a publicação da Portaria MME nº 454, de 2 de agosto de 2012, para a alteração das características técnicas dos projetos que tenham sido habilitados tecnicamente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e que venderam energia em leilões de energia nova, de fontes alternativas ou de reserva, a ANEEL deverá instruir os processos e, encaminhá-los ao MME, para manifestação prévia, ouvida a EPE.

As autorizações para exploração de parques eólicos e solares são válidas por 35 anos e as autorizações para exploração de PCHs são válidas por 30 anos, ambas podendo ser prorrogadas à critério da ANEEL, não existindo direito adquirido da Companhia à prorrogação dessas outorgas. Em caso de prorrogação, as condições da prestação dos serviços podem ainda ser alteradas pela ANEEL, o que pode afetar os resultados posteriores da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidrelétrico ou dos ventos, conforme o caso, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, desde que mediante prévia autorização da ANEEL.

No Brasil, o PIE se submete ao regime jurídico do serviço pelo preço, não sendo a sua energia vendida segundo tarifas homologadas pela ANEEL como se dá no caso de concessionárias de serviço público. No caso de venda de energia nos leilões do ACR, há um preço teto definido pelo MME, sendo os lances feitos pelos empreendedores iguais ou inferiores a esse preço teto. Já no ACL os preços são livremente negociados entre as partes.

A fim de permitir a utilização da energia produzida por fontes alternativas de energia, os titulares das autorizações têm o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. Nos termos da Resolução ANEEL n.º 77/2004 e da Lei n. 9.427/1996, os empreendimentos de geração de energia por fontes alternativas têm direito ao desconto mínimo de 50% (cinquenta) nas tarifas de uso dos referidos sistemas. Adicionalmente, a Resolução ANEEL n.º 481/2012, estabelece que a fonte solar usufruirá de desconto de 80% (oitenta por cento) nas tarifas de uso, para os empreendimentos que entrarem em operação comercial até 31 de dezembro de 2017, aplicável nos 10 (dez) primeiros anos de operação da usina, sendo que após este período ou para usinas que entrarem em operação comercial a partir de janeiro de 2018, o desconto será de 50% (cinquenta), como nas demais fontes incentivadas.

Autorizações para PCHs. Ao contrário das concessões tradicionais de uso de bem público ou do regime de prestação de serviço público de geração de energia elétrica, as autorizações são mais flexíveis e menos onerosas que as concessões tradicionais, dispensando a necessidade de licitações para venda de energia no ambiente de contratação livre. O processo de autorização para o desenvolvimento de PCH é regulamentado por resoluções estabelecidas pela ANEEL, e suas principais etapas compreendem:

(i) Inventário – a identificação, registro e aprovação de estudo de Inventário Hidrelétrico de bacias hidrográficas, observada a Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998;

(ii) Disputa – a decisão de eventuais disputas entre empreendedores concorrentes para o mesmo inventário segue os critérios da Resolução ANEEL nº 398, de 21 de setembro de 2001;

(iii) Projeto – caso o empreendimento se enquadre nas condições de pequena central hidrelétrica conforme estabelecem a Resolução ANEEL nº 652, de 9 de dezembro de 2003, o empreendedor deve elaborar, registrar e obter aprovação dos Estudos de Viabilidade ANEEL e projeto básico, assim como das licenças ambientais, da reserva de disponibilidade hídrica e da autorização para exploração do potencial, observada as Resoluções ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998 e nº 343, de 9 de dezembro de 2008.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, têm o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das PCHs e suas instalações de transmissão de interesse restrito.

As autorizações das PCHs são válidas por 30 ou 35 anos, podendo ser prorrogadas a critério do poder concedente. Os direitos decorrentes das autorizações, incluídos aqueles sobre a exploração de potencial hidráulico, podem ser cedidos para outra empresa ou consórcio de empresas, mediante prévia autorização da ANEEL.

Desde que cumpridos certos requisitos técnicos e jurídicos, os titulares das autorizações têm o direito de acessar livremente os sistemas de transmissão e distribuição, mediante pagamento dos respectivos encargos de uso e conexão, quando devidos. As PCHs têm direito ao desconto mínimo de 50% nas tarifas de uso dos referidos sistemas pela transmissão de energia gerada, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 77 de 18 de agosto de 2004.

De acordo com as autorizações, os atos que visem à modificação e ampliação das PCHs, transferência a terceiros dos bens ou instalações e cessão dos direitos decorrentes das autorizações, requerem aprovação prévia pela ANEEL.

A Companhia é detentora de Autorizações outorgadas pela ANEEL para nos estabelecermos como produtores independentes de energia elétrica mediante a exploração dos potenciais hidrelétricos denominados PCH Cachoeira da Lixa, PCH Colino 1 e PCH Colino 2, localizados no Estado da Bahia, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado se assim solicitarmos à ANEEL, que possui discricionariedade para aprovar tal renovação. Adicionalmente, somos titulares de diversos estudos de inventário de rios bem como de aprovações para apresentação de projetos básicos que poderão gerar novas outorgas para implantação e exploração de PCH no futuro.

Autorizações para Usinas Eólicas. O processo de autorização para Parques Eólicos é mais simples e rápido quando comparado ao processo de autorização das PCHs, e é regulado pela Resolução ANEEL nº 391, de 15 de dezembro de 2009, a qual estabelece os condicionantes necessários à obtenção de registro (centrais com capacidade instalada de até 5 MW) ou autorização (centrais com capacidade instalada acima de 5 MW) para a exploração de centrais geradoras eólicas. Como no caso de PCHs, os Parques Eólicos dispensam a necessidade de licitação para venda de energia no ACL.

A implantação de Parques Eólicos com capacidade instalada igual ou inferior a 5 MW, deverá ser comunicada à ANEEL para fins de registro, mediante apresentação de ficha técnica preenchida, na forma dos modelos anexos a Resolução ANEEL nº 391, de 15 de dezembro de 2009, em conjunto com a licença ambiental para operação de central eólica. A autorização para exploração ou alteração de capacidade de centrais geradoras eólicas com capacidade instalada superior a 5 MW deverá ser solicitada à ANEEL mediante a apresentação de documentos enumerados na resolução acima mencionada. Os principais requisitos são a disponibilidade da área, os documentos técnicos da central geradora, certificação das medições de vento e da estimativa de produção anual emitida por certificador independente, a licença ambiental, a informação de acesso emitida pelo ONS, que atesta a viabilidade de conexão e escoamento de energia da usina, e o aporte de Garantia de Fiel Cumprimento no valor de 5% do investimento, a título de evitar reserva de mercado por parte do empreendedor.

Assim como nas PCHs, as autorizações aos Parques Eólicos são outorgadas a título gratuito. Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, tem o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das usinas Eólicas e suas instalações de transmissão de interesse restrito.

Até 1º de abril de 2015, a Companhia era titular de autorizações que a estabelece como produtor independente de energia elétrica mediante a exploração de 89 (oitenta e nove) parques eólicos, sendo 56 (cinquenta e seis) parques vencedores de leilões de energia do mercado regulado promovidos pela ANEEL, e 33 parques contratados no mercado livre de energia. Até o final de 2015, considerando as autorizações que serão publicadas em 2015, referentes a leilões ocorridos no ano de 2014, e outorgas do mercado livre que ainda serão publicadas em 2015, esse número deverá aumentar para 100 (cem) autorizações, sendo 64 (sessenta e quatro) parques contratados no mercado regulado e 36 (trinta e seis) parques contratados no mercado livre. Todos estes empreendimentos eólicos estão localizados no Estado da Bahia, com outorga de 35 anos, podendo ser prorrogada se assim a Companhia solicitar ao Poder Concedente, que possui discricionariedade para aprovar tal renovação.

Autorizações para Usinas Solares. O processo de autorização para usinas solares, pela qual destaca-se a Fotovoltaica, assim como ocorre nos Parques Eólicos, é mais simples e rápido quando comparado ao processo de autorização das PCHs, e é regulado pela Resolução

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

ANEEL nº 390, de 15 de dezembro de 2009, a qual estabelece os condicionantes necessários à obtenção de registro (centrais com capacidade instalada de até 5 MW) ou autorização (centrais com capacidade instalada acima de 5 MW) para a exploração de usinas termelétricas. Como no caso de PCHs e Eólicas, as usinas Fotovoltaicas dispensam a necessidade de licitação para venda de energia no ACL.

A implantação de usinas Fotovoltaicas com capacidade instalada igual ou inferior a 5 MW, deverá ser comunicada à ANEEL para fins de registro, mediante apresentação de ficha técnica preenchida, na forma dos modelos anexos a Resolução ANEEL nº 390, de 15 de dezembro de 2009, em conjunto com a licença ambiental para operação da central de geração. A autorização para exploração ou alteração de capacidade de centrais geradoras fotovoltaicas com capacidade instalada superior a 5 MW deverá ser solicitada à ANEEL mediante a apresentação de documentos enumerados na resolução acima mencionada. Os principais requisitos são a disponibilidade da área, os documentos técnicos da central geradora, a licença ambiental e a informação de acesso emitida pelo ONS, que atesta a viabilidade de conexão e escoamento de energia da usina.

Assim como nas PCHs e Eólicas, as autorizações de usinas Fotovoltaicas são outorgadas a título gratuito. Os titulares das autorizações, desde que arquem com os ônus das indenizações correspondentes, tem o direito de promover, em seu próprio nome, as desapropriações e instituir as servidões administrativas de bens declarados de utilidade pública pela ANEEL, necessárias ou úteis à construção e posterior operação das usinas Fotovoltaicas e suas instalações de transmissão de interesse restrito.

Até o final do primeiro semestre de 2015, a Companhia será titular de 4 (quatro) autorizações de exploração de usinas Fotovoltaicas, que são referentes ao resultado do leilão de energia do mercado regulado promovido pela ANEEL em 2014. Estes empreendimentos solares serão implantados no Estado da Bahia, com outorga de 35 anos, podendo ser prorrogada se assim a Companhia solicitar ao Poder Concedente, que possui discricionariedade para aprovar tal renovação.

As autorizações perdem a sua validade quando do término do prazo nelas fixado. No entanto, para o caso específico das autorizações referentes às PCHs, a ANEEL poderá extinguir as autorizações da Companhia antes do prazo fixado, se: (i) a Companhia comercializar energia em desacordo com as prescrições da legislação específica e das próprias autorizações; (ii) a Companhia descumprir as obrigações decorrentes das autorizações e da legislação de regência, incluindo descumprimento de cronograma; (iii) a Companhia transferir a terceiros os bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL; (iv) a Companhia não recolher a multa decorrente de penalidade imposta por infração; (v) a Companhia solicitar o término antecipado; (vi) a Companhia desativar as centrais geradoras por mais de 24 (vinte e quatro) meses contínuos ou, por igual período, inexistir contrato de compra e venda de energia elétrica; ou (vii) a Companhia for desligada da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica por inadimplemento.

E, para os casos referentes às autorizações de usinas eólicas e solares a ANEEL poderá revogar a autorização nas hipóteses de: (i) descumprimento de cronogramas, obrigações e encargos decorrentes da autorização; (ii) transferência a terceiros dos bens e instalações sem prévia e expressa autorização da ANEEL, quando aplicável; (iii) não recolhimento de multa decorrente de penalidade imposta à autorizatória; (iv) descumprimento de notificação da fiscalização para regularizar a exploração do empreendimento objeto da autorização, quando for o caso; (v) comercialização da energia elétrica em desacordo com as prescrições da legislação, das normas específicas e do ato autorizativo; (vi) permanência por mais de vinte e quatro meses contínuos sem atuação no mercado ou, por igual período, inexistência de contrato de compra e venda de energia elétrica; ou (vii) desligamento do agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por inadimplemento.

Ao final do prazo das autorizações da Companhia relativas às PCHs, os bens e instalações relacionados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, por meio de reversão, mediante o pagamento de indenização sobre os ativos não integralmente amortizados ou depreciados. No caso das autorizações para parques eólicos e usinas fotovoltaicas, não há a reversão nem o direito ao pagamento de indenização.

(b) Comercialização de Energia Elétrica

(i) Ambientes de Contratação

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos o ACR, que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões, de toda a energia elétrica que for necessária para o fornecimento aos seus consumidores, do qual participam os Agentes de Geração e de Distribuição de energia elétrica; e o ACL, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados, do qual participam Agentes de Geração, Comercialização, Importadores e Exportadores de energia e Consumidores Livres.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A energia gerada por (i) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos a pontos de consumo (tais como usinas de cogeração e PCHs), (ii) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA, (iii) Itaipu, e (iv) usinas termelétricas, que utilizam combustível nuclear, não estará sujeita ao processo de leilão para fornecimento ao ACR.

Ambiente de Comercialização Regulada (“ACR”)

O ACR é destinado à comercialização de energia elétrica de agentes geradores, importadores de energia, ou comercializadores para empresas de distribuição, que adquirem energia visando atender à carga dos

Consumidores Cativos, por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL, e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia serão feitas por meio de dois tipos de contratos: (i) Contratos de Quantidade de Energia, e (ii) Contratos de Disponibilidade de Energia.

De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, a geradora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco de que esse fornecimento de energia seja afetado por condições meteorológicas como hidrologia e regime de ventos. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a geradora compromete-se a disponibilizar um volume específico de capacidade aos compradores. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às distribuidoras. Entretanto, eventuais custos adicionais incorridos pelas distribuidoras serão repassados aos consumidores. Juntos, esses contratos constituem os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”).

No ACR a energia pode ser adquirida da seguinte forma:

- Contratos provenientes dos Leilões promovidos pela ANEEL, denominados CCEARs;
- Geração distribuída, por meio de chamada pública, limitado a 10% da carga da distribuidora;
- Contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas – PROINFA;
- Contratos da usina hidrelétrica de Itaipu e das usinas nucleares de Angra I, II e, posteriormente Angra III;
- Cotas de energia de hidrelétricas abrangidas pela Medida Provisória n.º 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei n.º 12.783, de 11 de janeiro de 2013; e
- Contratos firmados antes da promulgação da Lei nº 10.848/04.

O Poder Concedente, com vistas em garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica, poderá definir reserva de capacidade de geração a ser contratada. A energia de reserva será contratada mediante leilões a serem promovidos pela ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do MME. A contratação da energia de reserva será formalizada mediante a celebração de Contrato de Energia de Reserva (“CER”) entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE, como representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, e os autoprodutores. A energia elétrica produzida em central geradora comprometida com CER será contabilizada e liquidada no mercado de curto prazo.

Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)

No ACL a energia elétrica é comercializada livremente entre concessionárias de geração, produtores independentes de energia, autoprodutores, agentes de comercialização, importadores de energia e consumidores livres. Nesse ambiente, as condições contratuais, como preços, vigência do contrato e montante comercializado são livremente negociados entre as contrapartes.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3MW, em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se o fornecimento começou após 7 de julho de 1995. Estes consumidores potencialmente livres poderão optar por mudar de fornecedor de eletricidade, observado que o contrato com a distribuidora poderá ser rescindido apenas por meio de notificação da distribuidora com antecedência mínima de 15 dias da data limite para a distribuidora indicar suas necessidades para o próximo leilão de energia, ressalvadas disposições em contrário contidas no contrato.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW poderão se tornar consumidores especiais, contratando energia no ACL exclusivamente de fontes incentivadas, tais sejam: energia eólica, termelétricas a biomassa, usinas solares, PCHs e hidrelétricas com potência instalada igual ou menor a 50 MW.

Mercado de curto prazo e os ambientes de contratação

A existência de dois ambientes de comercialização para contratação de energia no Brasil não elimina a necessidade de um local onde as diferenças entre energia fisicamente produzida/consumida e energia contratada sejam contabilizadas e liquidadas. Este ambiente é o “mercado de curto prazo”, que é administrado pelo CCEE e trata-se de um local onde as diferenças entre a produção e consumo efetivos de cada agente de mercado e seus respectivos contratos são liquidados utilizando os preços resultantes da otimização hidrotérmica.

A participação neste mercado é compulsória para geradores, distribuidoras, importadores, exportadores, comercializadores e consumidores livres no SIN. As exceções são os geradores menores que 50MW, que não comercializarem energia no mercado regulado, e distribuidoras que comercializam menos de 500 GWh/ano, os quais são participantes facultativos.

Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de Distribuição de energia elétrica do SIN, deverão, por meio de licitação na modalidade de leilões, garantir o atendimento à totalidade de seu Mercado no ACR.

À ANEEL cabe a regulação das licitações para contratação regulada de energia elétrica e a realização do leilão diretamente ou por intermédio da CCEE. O critério de menor tarifa é utilizado para definir os vencedores de um leilão, ou seja, os vencedores do leilão serão aqueles que ofertarem energia elétrica pelo menor preço por MW/hora para atendimento da demanda prevista pelas Distribuidoras.

(ii) Leilões de Energia

Os leilões de energia para os novos projetos de geração serão realizados (i) 5 anos antes da data de entrega inicial, chamados de leilões “A-5”, (ii) 3 anos antes da data de entrega inicial, chamados de leilões “A-3”; e (iii) de 2 a 3 anos antes da data de operação da usina, que tratam dos Leilões de Energia de Reservas (LER) e dos Leilões de Fontes Alternativas (LFA). Haverá também leilões de energia das instalações de geração existentes (i) realizados 1 ano antes da data da entrega inicial, chamados de leilões “A-1”, e (ii) realizados aproximadamente 4 meses antes da data de entrega, chamados de leilões de ajuste. Os editais dos leilões são preparados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, e submetidos a Audiência Pública, para contribuição de todos os agentes interessados.

Cada empresa geradora que contrate a venda de energia por meio do leilão firmará (i) CCEAR com cada empresa distribuidora, proporcionalmente à necessidade de energia declarada pela distribuidora; ou (ii) CER com a CCEE. Os CCEARs dos leilões “A-5” e “A-3” e CERs terão prazo variando de 15 a 30 anos, dependendo do produto ofertado. Já os CCEAR dos leilões “A-1” terão um prazo variando entre 3 e 15 anos. Contratos decorrentes dos leilões de ajuste de mercado são limitados ao prazo de 2 anos.

No que se refere ao repasse dos custos de aquisição de energia elétrica dos leilões às tarifas dos consumidores finais, o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, estabeleceu um mecanismo denominado Valor Anual de Referência (“VR”), que é uma média ponderada dos custos de aquisição de energia elétrica decorrentes dos leilões A-5 e A-3, calculado para o conjunto de todas as distribuidoras, que será o limite máximo para repasse dos custos de aquisição de energia proveniente de empreendimentos existentes nos leilões de ajuste e para a contratação de geração distribuída.

O VR é um estímulo para que as distribuidoras façam a aquisição das suas necessidades de energia elétrica nos leilões A-5, cujo custo de aquisição deverá ser inferior ao da energia contratada em leilões A-3 e o VR será aplicado como limite de repasse às tarifas dos consumidores nos três primeiros anos de vigência dos contratos de energia proveniente de novos empreendimentos. A partir do quarto ano, os custos individuais de aquisição serão repassados integralmente.

Leilões de Energia Existente

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Os leilões de energia existente (“EE”) complementam os contratos de energia nova para cobrir assim 100% da carga. Seu objetivo é recontratar periodicamente a EE, por meio de leilões anuais de contratos com duração de 3 a 15 anos. A entrega da energia é feita a partir do ano seguinte ao leilão e por esta razão este leilão é chamado de A-1. Os leilões A-1 possuem limites mínimos e máximos de compra de energia.

Além da duração, os contratos de EE têm outras características especiais que os diferenciam dos contratos de energia nova: a quantidade de EE contratada pode ser reduzida, em qualquer momento, em caso de redução da carga da distribuidora devido à migração de consumidores cativos para o mercado livre. Adicionalmente, a quantidade de energia contratada pode ser reduzida, a critério da distribuidora, em até 4% a cada ano para adaptação a desvios em relação às projeções de demanda.

Leilões de Energia Nova

Os leilões de energia nova (“EN”) têm como objetivo promover a construção de nova capacidade para atender ao crescimento do consumo das distribuidoras. Nestes leilões, contratos de suprimento de energia de longo prazo (15-30 anos) são oferecidos aos geradores candidatos.

A cada ano, dois tipos de leilões de EN são realizados: (i) Leilão Principal (“A-5”), que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos, com entrada em operação em 5 anos após o leilão. Assim, com estes prazos, este contrato viabilizará ao investidor (vencedor do leilão) obter o *project finance*, e oferece o tempo necessário para construção da nova planta; (ii) Leilão Complementar (“A-3”), que oferece contratos bilaterais para nova capacidade com duração entre 15 e 30 anos. Neste caso, porém, as usinas devem entrar em operação 3 anos após o leilão. O objetivo é a criação de um complemento para o leilão A-5 realizado 2 anos antes, permitindo uma correção dos desvios causados pela incerteza na trajetória da demanda.

Leilões de Ajuste

Os Leilões de Ajuste têm o objetivo fazer um “ajuste fino” entre energia contratada e a demanda. Estes leilões oferecem contratos com duração de até 2 anos e são realizados de 3 a 4 vezes ao ano, com entrega para o mesmo ano. Por esta razão, esses contratos são conhecidos como “A-0”. A distribuidora poderá comprar até 1% do total de sua energia contratada por meio dos leilões de ajuste. Da mesma forma que os contratos de geração distribuída, os custos de aquisição desta energia também serão limitados para efeitos de repasse para os consumidores cativos pelo VR.

Leilões de Fontes Alternativas

Além dos leilões de EN e EE, o MME pode periodicamente organizar também leilões específicos para contratar energia de fontes alternativas (biomassa, PCH, eólica e solar). Contratos padronizados de longo prazo (10-30 anos) são oferecidos e a sistemática do leilão é similar aos dos leilões A-3 e A-5. O primeiro Leilão de Fontes Alternativa ocorreu em junho de 2007 (LFA 2007).

Leilão de Geração Distribuída (“GD”)

As distribuidoras podem fazer licitações especiais para a contratação de geração distribuída localizada em sua área de concessão (tensões abaixo de 230 KV). Até 10% da demanda da distribuidora pode ser suprida por este tipo de contrato. Para participar do processo, o gerador deve respeitar algumas restrições: (i) mínima eficiência para empreendimentos termelétricos (com exceção para fonte biomassa ou resíduos de processo), (ii) limite máximo de capacidade instalada de 30MW para hidrelétricas, entre outros.

Leilões Especiais

A legislação atual também permite ao Governo realizar alguns leilões especiais, destinados a atender propósitos específicos de política energética. Estes leilões são realizados para estimular competição entre tecnologias específicas, competição para uma tecnologia específica ou para um projeto específico.

Leilão de Projetos Estruturantes

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A atual legislação dá direito ao Governo promover leilões de projetos específicos que são considerados estratégicos para o País. Este é o caso, por exemplo, dos leilões das usinas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, leiloadas em dezembro de 2007 e maio de 2008, respectivamente, e da usina de Belo Monte, de abril de 2010.

Leilão de Reserva

Finalmente, o Governo ainda pode realizar leilões especiais para contratação de energia de reserva. Esses leilões são totalmente definidos pelo governo (desenho, tipo de energia a ser contratada, demanda do leilão, etc.). O primeiro leilão de reserva ocorreu em 14 de agosto de 2008 e contratou exclusivamente energia de biomassa de cana-de-açúcar para entrega em 2009 e 2010. O segundo leilão de reserva ocorreu em 14 de dezembro de 2009 e contratou exclusivamente energia eólica para entrega em 2012 e por um período de 20 anos. O terceiro leilão de reserva ocorreu entre os dias 25 e 26 de agosto de 2010 e contratou energia proveniente de PCHs, Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa para entrega 2013, por um período de 30 anos (PCHs), 20 anos (Eólicas) e 15 anos (Biomassa). O quarto leilão de reserva ocorreu no dia 18 de agosto de 2011 e contratou energia proveniente de Parques Eólicos e Usinas Termelétricas Movidas a Biomassa para entrega em 2014 e por um período de 20 anos. Em 2012 não houve leilão de reserva, sendo que em agosto de 2013 ocorreu o quinto leilão de energia de reserva, que contratou energia proveniente de empreendimentos eólicos, com início de suprimento previsto para 1º de setembro de 2015, por período de 20 anos. Finalmente, em outubro de 2014 ocorreu o sexto leilão de energia de reserva, que contratou energia proveniente de fontes a biomassa, eólica, e, de forma inédita, solar (fotovoltaica), com início de suprimento a partir de outubro de 2017, por período de 20 anos.

(c) Encargos Regulatórios

Os principais encargos do setor elétrico são:

A **Reserva Global de Reversão (RGR)** é um encargo setorial criado para o pagamento de indenizações às empresas em caso de eventuais reversões à União de concessões de serviço público de energia elétrica. Ao longo dos anos, porém, diversas outras destinações para esses recursos foram autorizadas, como por exemplo, a sua utilização na expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica, na geração de energia a partir de fontes eólica, solar, biomassa e PCHs, desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica, dentre outros. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, é limitado a 3,0% de sua receita anual. Com as alterações introduzidas pela MP 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, esse encargo agora é devido apenas pelas concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica não prorrogadas ou licitadas nos termos da referida Lei, excetuando-se as transmissões licitadas a partir de 12 de setembro de 2012.

A **Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”)** é um encargo setorial destinado à promoção do desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada. Os recursos desse fundo setorial também são utilizados para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional. Com as alterações introduzidas pela MP 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, o recurso destinado às fontes alternativas citadas foi limitado a 30% do recolhimento anual desse encargo. Esse recurso é recolhido por quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, das multas aplicadas pela Aneel, e, dos aportes realizadas pela União de créditos oriundos de Itaipu.

Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (“CFURH”): é uma participação dos Estados, distritos e alguns departamentos da União nas receitas resultantes da exploração dos recursos hídricos. Este encargo é pago pelas hidrelétricas, com exceção das PCHs, como uma função da energia produzida (R\$/MWh).

ONS – É uma taxa destinada a cobrir os custos das atividades do ONS. A taxa do ONS é paga por todos os seus membros, basicamente: geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”): encargo do setor a ser investido em programas de eficiência energética e estudos de pesquisa e desenvolvimento. Trata-se de obrigação devida por concessionários de geração, transmissão e distribuição, que devem investir anualmente pelo menos 1% de sua receita operacional líquida.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

PROINFA: Como já mencionado, este encargo subsidia o programa de incentivo às fontes alternativas. O encargo é cobrado de todos os consumidores através da TUST ou TUSD. Consumidores de baixa renda e aqueles localizados nos sistemas isolados são isentos desta cobrança.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (“TFSEE”): encargo setorial para cobrir os custos das atividades da ANEEL, pago por todos os agentes do setor.

Encargo de Serviços de Sistema (“ESS”): pago por todos os consumidores para cobrir os custos de redespacho (despacho fora da ordem de mérito) e serviços ancilares (para segurança do sistema).

Resolução nº 3, de 06 de março de 2013, estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética, dentre outras matérias, cria nova diretriz para cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças e determina que as geradoras também participem do rateio do custo de despacho de usinas termelétricas por meio de encargo de serviços dos sistemas, até então suportado exclusivamente pelas distribuidoras, as quais repassavam os custos para o consumidor final.

Uso do Bem Público (“UBP”): corresponde a uma taxa pelo direito de concessão pago pelos investidores de hidrelétricas pelo uso do sítio hidrológico para geração de energia. Este pagamento é necessário, pois a concessão de instalação das hidrelétricas pertence à União Federal, e não pode ser cedido sem pagamento.

Face ao exposto, aplicam-se às concessões de geração os seguintes encargos: RGR, UBP (no caso de hidrelétricas), CFURH, P&D, TFSEE e ONS (se conectados à Rede Básica). Às autorizações, aplicam-se: TFSEE e ONS (se conectados à Rede Básica).

(d) Conexão às Instalações de Transmissão e Distribuição Locais

Nos termos da redação do Decreto nº 6.460, de 19 de maio de 2008, as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração a partir de fontes renováveis não integrantes das respectivas concessões, permissões ou autorizações, conectadas diretamente à rede básica, poderão ser consideradas Instalação de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (“ICG”).

Os detentores de outorga para geração de energia renovável não mais arcarão com os custos relativos à conexão de suas usinas à Rede Básica, estando somente obrigados a pagar ao distribuidor ou transmissor local, conforme o caso, as tarifas de transporte relacionadas.

São classificadas como ICGs, nos termos da Resolução ANEEL nº 320, as instalações de transmissão, não integrantes da Rede Básica, destinadas ao acesso de centrais de geração em caráter compartilhado à Rede Básica, definidas por chamada pública a ser realizada pela ANEEL e licitadas em conjunto com as instalações de Rede Básica para duas ou mais centrais de geração. A conexão de nova central de geração ou concessionária ou permissionária de distribuição à ICG, para acesso à Rede Básica, será permitida mediante o pagamento de encargo e deverá ser precedida de Parecer de Acesso a ser emitido pelo ONS, de celebração de CCT, com a proprietária das instalações e interveniência do ONS, e de CUST, com o ONS.

As centrais de geração e as concessionárias ou permissionárias de distribuição serão responsáveis pelo custeio de sua parcela das perdas elétricas da Rede Básica, de acordo com as regras de comercialização.

(e) Mecanismo de Realocação de Energia

De acordo com as regras de comercialização em vigor, a proteção financeira contra riscos hidrológicos para os geradores é garantida através de um Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). O MRE é um mecanismo financeiro desenvolvido por um processo de 5 etapas, que objetiva o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os geradores, na busca de garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do SIN. Tais etapas são detalhadas abaixo:

(1) aferição se a produção total líquida de energia dentro do MRE alcança os níveis totais de garantia física dos membros do MRE como um todo;

(2) aferição se alguma geradora gerou volumes acima ou abaixo de seus volumes de garantia física, conforme determinados pelo ONS;

(3) caso determinadas geradoras, participantes do MRE, tenham produzido acima de seus respectivos níveis de energia assegurada, o adicional da energia gerada será alocado a outras geradoras do MRE que não tenham atingido seus níveis de energia assegurada. Esta

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

alocação do adicional da energia gerada, designada “energia otimizada”, é feita, primeiramente, entre as geradoras dentro de uma mesma região e, depois, entre as diferentes regiões, de forma a assegurar que todos os membros do MRE atinjam seus respectivos níveis de energia assegurada;

(4) se, após a etapa (3) acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantia física (ou sua energia contratada, para aqueles membros do MRE que não tiverem contratado 100% de sua energia assegurada), e houver saldo de energia produzida, o adicional da geração regional líquida, designada “energia secundária”, deve ser alocado entre as geradoras das diferentes regiões. A energia será negociada pelo preço CCEE prevalecente na região em que tiver sido gerada; e

(5) se, após a etapa (3) ou (4) acima, todos os membros do MRE não tenham atingido o nível de energia assegurada total do MRE, a energia faltante será paga pelos membros do MRE com base no Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

Energia Otimizada

As geradoras, membros do MRE, que produziram energia além de seus níveis de energia assegurada são compensadas pelos custos variáveis de Operação e Manutenção (“O&M”) e custos com o pagamento de *royalties* pelo uso da água. As geradoras do MRE que não tiverem gerado seus níveis de energia assegurada devem pagar custos de O&M e custos com os *royalties* pelo uso da água às geradoras que produziram acima de seus respectivos níveis de energia assegurada durante o mesmo período. Atualmente, a Tarifa de Energia de Otimização (TEO) paga pelas geradoras que recebem alocação de energia do MRE é de R\$ 11,25/MWh para todas as geradoras que forneceram seu adicional de energia gerada ao MRE, sendo exceção a usina de Itaipu, que recebe a TEO no valor de R\$ 17,01/MWh (valores determinados pela ANEEL, em reunião pública ocorrida em 10.04.2014).

b. Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Constituição Federal confere ao Governo Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a responsabilidade comum de proteger o meio ambiente. Os entes da federação podem promulgar leis e emitir regulamentações que tratam da proteção ambiental, de forma concorrente, de modo que a legislação federal aborda questões gerais, de âmbito nacional, enquanto a legislação estadual trata de questões regionais. Os municípios, por sua vez, têm competência para promulgar leis e emitir regulamentações apenas com relação a assuntos de interesse local. A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011 foi editada, conforme previsão do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de disciplinar a cooperação entre a união, os estados, o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício dessa competência comum, quanto à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.

Conforme dispõe a Política Nacional do Meio Ambiente, além do licenciamento ambiental, os empreendedores que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, estão sujeitos ao registro junto ao Cadastro Técnico Federal (“CTF”), do IBAMA. A regularidade desse cadastro depende da apresentação periódica de relatórios sobre as atividades exercidas e, em alguns casos, do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (“TCFA”). Nossas controladas estão registradas perante o IBAMA, para fins do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.

Para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, tais como a construção e operação de PCHs e empreendimentos de energia eólica, a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 99.274, de 06 de junho de 1990, estabelece a obrigação do prévio licenciamento ambiental. Trata-se de um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente analisa a localização, instalação, ampliação e a operação dos empreendimentos, bem como estabelece as condições para o seu desenvolvimento.

De acordo com o mencionado Decreto Federal e com a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, e a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, o processo de licenciamento ambiental compreende três etapas, nas quais o órgão ambiental competente emite as seguintes licenças:

- **Licença Prévia:** concedida na fase preliminar de planejamento do projeto, aprovando sua localização e concepção. Contém requisitos básicos a serem atendidos com relação à localização, instalação e operação do empreendimento, observadas as normas de uso e

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

ocupação do solo;

- Licença de Instalação: autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações determinadas no projeto das obras a serem executadas e as ações de controle de impactos ambientais;

- Licença de Operação: solicitada na fase de início da operação do empreendimento, visando autorizar o início do funcionamento da atividade licenciada e dos sistemas de controle ambiental descritos durante o processo de licenciamento.

Para fins de licenciamento de empreendimentos cujos impactos sejam considerados significativos, exige-se a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Nesses casos, é obrigatória a realização de investimentos em unidades de conservação, a título de compensação ambiental, no valor definido pelo órgão ambiental competente com base no grau de impacto ambiental do empreendimento.

O processo de licenciamento de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental foi disciplinado pela Resolução CONAMA nº. 279/01. Essa Resolução prevê que os empreendimentos de geração de energia elétrica de baixo impacto ambiental podem submeter-se ao procedimento simplificado de licenciamento ambiental, que consiste na realização de estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a concessão da licença prévia, que conterá informações relativas ao diagnóstico ambiental da região de inserção do empreendimento, sua caracterização, a identificação dos impactos ambientais e das medidas de controle, de mitigação e de compensação. Trata-se do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) que será apresentado pelo empreendedor ao requerer emissão de Licença Prévia.

No âmbito administrativo, as penalidades aplicáveis variam de simples advertência até aplicação de multa, que pode variar de R\$50,00 a R\$50 milhões, conforme a Lei nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008. No âmbito criminal, esse mesmo instrumento legal destaca a figura da responsabilidade penal da pessoa jurídica, contemplada de forma independente à responsabilização das pessoas físicas que concorrem para a prática do crime ambiental, e que pode sujeitá-la ao pagamento de multa. No âmbito cível, o poluidor poderá ser obrigado a recuperar os danos causados independentemente da configuração da culpa.

Observa-se que a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas (cível, administrativa ou criminal) não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

A demora, ou eventualmente o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação das licenças ambientais, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da empresa.

A Companhia não aderiu a padrões internacionais de proteção ambiental.

Uso de Recursos Hídricos

A utilização de recursos hídricos depende de prévia autorização do competente órgão gestor dos recursos hídricos nos casos de (i) derivação ou captação; (ii) extração de aquífero para processo produtivo; (iii) lançamento de efluentes líquidos em corpo de água; (iv) aproveitamento hidrelétrico; e (v) outra que altere a quantidade ou qualidade da água em um corpo d'água. A outorga visa controlar e possibilitar a acessibilidade aos recursos hídricos, sem implicar alienação, uma vez que os recursos possuem caráter de bem público.

Todas as PCHs do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata obtiveram outorga de utilização de recursos hídricos, expedidas pelo INEMA, válidas até junho de 2016, autorizando a construção das barragens de nossos empreendimentos. No caso de projetos eólicos e fotovoltaicos são solicitadas outorgas em projetos que utilizem água de poços subterrâneos na fase de implantação ou que necessite dos mesmos para a operação. Conforme legislação, algumas das usinas da Brasil PCH também necessitam de outorga de recursos hídricos.

Nesse sentido, o INEMA emitiu 8 (oito) outorgas em favor dos empreendimentos eólicos da Companhia, quais sejam: Portarias nº 4728, 4727, 5084, 5088, 5086, 4729, 5085, 5087. Tais outorgas estão válidas até 2017 e autorizam a captação de água subterrânea.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Reserva de disponibilidade hídrica

A reserva de disponibilidade hídrica (reserva da quantidade de água necessária à viabilidade do empreendimento hidrelétrico) é obtida junto aos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos no caso de corpos hídricos de dominialidade dos estados ou junto à Agência Nacional de Águas, no caso de lagos e rios sob domínio federal. A obtenção da outorga é feita com base em estudos de usos múltiplos da água, de forma a garantir a disponibilidade de água compartilhada, mesmo para empreendimentos que operam a fio d'água, como é o caso das PCHs.

Proteção da Flora

A implantação de PCHs e empreendimentos eólicos pode demandar a supressão de vegetação em áreas de preservação permanente (“APP”). As APPs, de acordo com o Código Florestal - Lei nº 12.651/2012, compreendem as áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. São exemplos de APPs as margens de rios e os topos de morros, conforme identificadas no Código Florestal, onde muitos empreendimentos de geração de energia se encontram instalados ou em vias de instalação. As intervenções nessas áreas somente são permitidas em casos especiais, como por exemplo, nos casos de empreendimentos considerados de utilidade pública ou de interesse social desde que demonstrada a inviabilidade de alternativa locacional para instalação do empreendimento. Os empreendimentos de geração de energia são considerados de utilidade pública, podendo ser instalados nessas áreas, mediante processo de licenciamento ambiental.

O Código Florestal determina também a necessidade de se instituir a Reserva Legal, definida como sendo uma área localizada no interior de propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural; de auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. O Código Florestal define o percentual da propriedade rural que deve ser respeitado a título da Reserva Legal, que varia de acordo com as regiões ou biomas brasileiros.

Para a instalação das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2, situadas nos municípios de Vereda, Jucuruçu e Itamaraju, no Estado da Bahia, a supressão em Áreas de Preservação Permanente realizada foi devidamente autorizada pelo IBAMA.

Todavia, a Companhia teve de revegetar uma área total de 148 hectares de Áreas de Preservação Permanente, referentes às PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e II.

Igualmente, a localização das áreas mantidas a título de Reserva Legal nas propriedades em que se encontram as PCHs Cachoeira da Lixa e Colino I e II foram devidamente aprovadas pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA).

Quanto aos empreendimentos eólicos, implantados e em fase de implantação no estado da Bahia, nos municípios de Guanambi, Caetité, Pindaí e Igaporã, a Renova Energia vem apoiando os arrendatários a viabilizarem a Reserva Legal dos seus imóveis rurais.

A partir de 28 de maio de 2012, quando entrou em vigor o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/12), não é mais exigida Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para de geração de energia elétrica.

Responsabilidade Ambiental

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, e que, se violados, podem sujeitar a empresa a sanções administrativas, civis e criminais.

Responsabilidade Administrativa

A Lei de Crimes Ambientais foi regulamentada pelo Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, conforme alterado. Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa, que pode variar entre R\$50,00 e R\$50 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

de direitos.

Responsabilidade Civil

A responsabilidade civil do poluidor é objetiva, de modo que sua configuração independe da verificação da culpa pelo dano causado, bastando, portanto, a comprovação do dano e a demonstração do nexo de causalidade deste com a atividade desenvolvida pelo eventual poluidor.

Ademais, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a responsabilidade civil ambiental é solidária, de modo que poluidor pode ser todo aquele responsável direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental. Isso significa que a obrigação de reparação pode abranger todo aquele que contribuiu direta ou indiretamente para a ocorrência do dano, assegurado o direito de regresso proporcional em face dos demais corresponsáveis.

Consequentemente, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações, como por exemplo, a destinação final de resíduos, não exime o contratante da responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos contratados.

Responsabilidade Criminal

Na esfera criminal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, administradores, gerentes e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Companhia e concorrem para prática de crimes ambientais, na medida de sua culpabilidade) como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais.

As penas aplicáveis às pessoas físicas são: (i) multa, (ii) pena restritiva de direitos e (iii) pena privativa de liberdade.

Já as penas aplicadas isolada, cumulativa ou alternativamente, às pessoas jurídicas, são: (i) multa, (ii) penas restritiva de direito, (iii) prestação de serviços à comunidade.

As penas restritivas de direitos aplicáveis à pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) prestação de serviços à comunidade; (ii) suspensão parcial ou total da atividade, (iii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iv) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos da Companhia ou mandatários e concorrerem para a prática de crimes ambientais atribuídos a Companhia estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Geração de Créditos de Carbono

O mercado de créditos de carbono consiste na comercialização internacional de permissões de emissão e certificados de redução de emissões de gases de efeito estufa, denominados créditos de carbono. O Decreto Legislativo nº 144, de 20 de junho de 2002, ratificou o texto do Protocolo de Kyoto, que foi aberto à assinatura no Japão em 1997 e entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005.

Dentre as políticas e programas do Protocolo de Kyoto, merece destaque o mecanismo de flexibilização denominado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, descrito no seu art. 12. Trata-se de um instrumento adotado como alternativa aos países que não tenham condições de promover a necessária redução de gases do efeito estufa. Neste sistema cada tonelada métrica de carbono equivalente que deixa de ser emitida ou é retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento, poderá ser negociada com países desenvolvidos que possuem metas de redução a serem alcançadas.

Dessa forma, com a introdução do MDL, as empresas que não conseguirem diminuir suas emissões de forma suficiente poderão comprar Redução Certificada de Emissões (RCEs) em países em desenvolvimento (que tenham gerado projetos redutores de emissão de gases de efeito estufa) e usar esses certificados para cumprir suas obrigações. Os países em desenvolvimento, por sua vez, devem utilizar o MDL para promover seu desenvolvimento sustentável, além de se beneficiar com o ingresso de divisas por conta das vendas de RCEs.

Projetos de Créditos de Carbono da Companhia

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

As três PCHs da Companhia fazem parte do PROINFA. De acordo com o Decreto nº 5.882/2006, eventuais créditos de carbono obtidos serão de titularidade da Eletrobrás, de modo que a Companhia não adota providências para obtenção de tais créditos.

Quanto aos projetos eólicos, a Companhia possui registro dos parques eólicos do LER 2009, LER 2010 e A-3 2011. Após o início da geração de energia pelos parques eólicos a Companhia poderá comercializar os RCEs.

Princípios do Equador

Os Princípios do Equador são um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo de bancos, juntamente com a *International Finance Corporation* - IFC, subsidiária do Banco Mundial, por meio das quais foram estabelecidos parâmetros socioambientais para a concessão de crédito.

Atualmente, estas regras são adotadas voluntariamente por instituições financeiras, que apenas concedem o crédito caso determinadas imposições socioambientais sejam respeitadas pelo empreendedor. Assim, além das exigências advindas da legislação de cada um dos países em que os empreendimentos estão localizados, as instituições financeiras submetem os projetos aos seus próprios requisitos de controle socioambiental, com vistas a garantir a sustentabilidade do empreendimento. Nesse contexto os Princípios do Equador assumem um importante papel de controle das atividades social ou ambientalmente impactantes.

Há forte tendência para que as instituições financeiras cada vez mais analisem detalhadamente cada empreendimento a ser financiado, a fim de evitar o risco potencial de sua corresponsabilização por eventuais danos ao meio ambiente, bem como evitar o próprio risco financeiro do crédito.

Inicialmente, tais princípios eram aplicados aos projetos de valor igual ou superior a US\$ 50,0 milhões. Em 2006, os princípios sofreram uma revisão e a exigência do seu cumprimento passou a ser aplicada a projetos de valor igual ou superior a US\$ 10,0 milhões.

A Companhia adota em suas atividades elevados padrões de gestão ambiental e sustentabilidade previstos nos Princípios do Equador.

Observa-se que a terceira revisão dos Princípios do Equador foi publicada em 4 de junho de 2013 e já se aplica aos contratos que foram estabelecidos a partir 1º de janeiro de 2014. Essa revisão, dentre outras alterações, aumentou o âmbito de abrangência dos princípios a uma parcela maior de transações, expandiu o âmbito da análise subjacente e impôs novas obrigações a respeito de divulgação e fornecimento de informações.

Gerenciamento Ambiental da Companhia

As atividades da Companhia estão sujeitas a um conjunto de leis, decretos, regulamentos e resoluções federais, estaduais e municipais relativas à gestão ambiental e à proteção do meio ambiente. A inobservância dessas normas poderá resultar, independentemente da obrigação de reparar danos ambientais que eventualmente sejam causados, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa.

Licenciamento Ambiental

A Companhia possui três PCHs desenvolvidas pela Renova instaladas na Bacia do rio Jucuruçu, localizada no estado da Bahia.

A PCH Cachoeira da Lixa, localizada nos municípios de Itamaraju e Jucuruçu, e as PCHs Colino 1 e Colino 2, localizadas nos municípios de Vereda e Jacuruçu, possuem licença de operação cujos prazos expiraram, respectivamente, em 1º de dezembro 2012, 24 de julho de 2013 e 1º de maio de 2013. Tais licenças foram concedidas pelo órgão ambiental do estado da Bahia, o Instituto do Meio Ambiente (IMA), atualmente denominado INEMA.

No âmbito do processo de licenciamento esses empreendimentos foram objeto de EIA/RIMA. A localidade em que foram instaladas as PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2 é caracterizada pela (i) baixa riqueza de espécies da flora e fauna; (ii) ausência de atividade minerária; (iii) ausência de fontes poluidoras; (iv) existência de barreiras naturais à atividade migratória da ictiofauna; e (v) reduzido número de propriedades e benfeitorias vizinhas.

As PCHs da Brasil PCH também passaram por projeto de licenciamento ambiental para conseguir suas licenças.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Nos casos dos empreendimentos de energia eólica a Companhia possui projetos em três fases de licenciamento ambiental, sendo: 81 parques com Licença Prévia que totalizam 1.539,28 MW com capacidade projetada, 15 parques com Licença de Implantação que totalizam de 386,10 MW e 14 parques com Licença de Operação, que totalizam 294,40 MW. Observa-se que todas as Licenças de Operação e de Implantação estão, atualmente, válidas.

Todos os empreendimentos eólicos da Companhia estão situados no estado da Bahia, em oito municípios: Caetité, Guanambi, Igaporã, Pindaí, Licínio de Almeida, Urandi, Umburanas e Riacho de Santana.

Gerenciamento Ambiental

A Companhia realiza um constante trabalho de monitoramento ambiental e adota uma série de medidas de prevenção, mitigação e compensação de eventuais impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

A Companhia implantou o sistema de acompanhamento dos requisitos legais de meio ambiente, saúde e segurança para os empreendimentos do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata e para os empreendimentos eólicos, com o objetivo de evidenciar o cumprimento da legislação incidente sobre os seus empreendimentos. Além disso, se encontra em estruturação o Sistema de Gestão Integrada, para o gerenciamento dos empreendimentos eólicos, estruturando a organização para alcançar a melhoria de seus processos gerenciais, nas áreas de meio ambiente, saúde e segurança ocupacional.

A Companhia assumiu o compromisso de melhoria contínua de seu desempenho ambiental por meio do atendimento à legislação ambiental aplicável e do estabelecimento de objetivos e metas. Nesse sentido, a política ambiental da Companhia tem como diretrizes:

- respeito e cumprimento à legislação ambiental vigente;
- utilização de técnicas que compatibilizem ganhos de qualidade e produtividade com o uso racional dos recursos naturais;
- sistema de gerenciamento ambiental estruturado para avaliar e controlar as atividades que causam impactos considerados significativos, estabelecer objetivos e metas, executar auditorias internas, efetuar análises críticas e revisões periódicas, visando a prevenção da degradação ambiental e a melhoria contínua; e
- transparência de suas atividades e ações.

Os objetivos e metas ambientais da Companhia, dentre outros:

- programas institucionais de educação ambiental;
- prevenção de acidentes e capacitação para combate à situação de emergência;
- redução de impactos por geração / disposição de resíduos sólidos;
- redução de impacto / alteração nos corpos hídricos; e
- redução de impactos ambientais na geração de energia elétrica.

A Companhia executa ainda uma série de programas ambientais na área de influência das PCHs Instaladas e dos empreendimentos eólicos implantados e em fase de implantação, tais como: programa de recuperação de áreas degradadas, programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, programas de educação ambiental e comunicação social voltados às comunidades próximas aos seus empreendimentos e programas de controle de processos erosivos.

Atuação Sustentável

A Renova Energia é líder na geração de energia eólica contratada do Brasil e a sustentabilidade é um dos pilares de sua estratégia de negócio. A empresa desenvolve suas atividades de forma empreendedora, criativa, social e ambientalmente responsável. A Companhia

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

investe na valorização e no relacionamento com seus públicos de interesse: acionistas, comunidades, colaboradores, autoridades públicas, fornecedores, parceiros, enfim, todas as pessoas impactadas direta ou indiretamente por sua atuação.

Com o Programa Catavento, o investimento social privado em projetos socioambientais, alcança resultados relevantes para o desenvolvimento da região do semiárido baiano, especialmente nas cidades de Caetité, Guanambi e Igaporã. O programa Catavento já envolveu quase 10 mil pessoas dos três municípios.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de nenhuma patente, marca, licença, concessão, franquia ou contrato de royalties relevante para o desenvolvimento de suas atividades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A Companhia não auferiu receitas no exterior.

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

A Companhia não auferiu receitas no exterior.

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia:

A Companhia não auferiu receitas no exterior.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita à regulação estrangeira, uma vez que suas atividades são desenvolvidas apenas no Brasil.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Projetos sociais

Os Projetos Sociais de iniciativa voluntária estão organizados no Programa Catavento, lançado em maio de 2012. Este Programa é uma experiência inovadora da empresa na direção de um planejamento capaz de estabelecer diretrizes de repasse voluntário e sistemático de recursos, de forma planejada e monitorada, para realização de projetos de interesse público. Obteve destaque no território, sendo reconhecido pelos atores locais por sua capacidade de apoiar projetos autênticos do território, levando em consideração as necessidades e demandas locais.

No Ciclo I do Programa (2012- 2014), foram executados 20 projetos nos municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã, localizados no interior da Bahia, região onde foram implantados os quatorze parques eólicos que comercializaram energia LER 2009. Os projetos sócio-ambientais executados, estão divididos nas seguintes áreas: Socioeconomia, Cultura e Patrimônio, Meio Ambiente e Desenvolvimento Organizacional.

As instituições envolvidas nos projetos formaram uma rede de parceiros do Programa, tais como: órgãos públicos, como Secretarias de Meio Ambiente, de Ação Social e de Educação e Cultura de municípios, organizações não governamentais, como Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, Comitê para Democratização da Informática – CDI e Fundação Anísio Teixeira, cooperativas de profissionais e associações comunitárias, como Coopercicli e Ascontec, iniciativa privada, como a própria Companhia, gestora do Programa, e Zanettini Arqueologia e autarquias, como a Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA.

O Programa é uma oportunidade de investimento social planejado que, juntamente com a implementação dos projetos de geração de energia eólica, é essencial na consolidação do desenvolvimento sustentável da Companhia e do território. O investimento total do Ciclo I do Catavento foi de R\$9,4 milhões financiados pelo BNDES através de subcréditos específicos para desenvolvimento de política de atuação no entorno dos projetos.

A partir do Catavento, a Renova, enquanto empresa socialmente responsável, ultrapassou as fronteiras de sua atuação econômica para pensar o território e tornar-se parte dele, conhecendo seus problemas e propondo soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos municípios envolvidos. A experiência acumulada durante dois primeiros anos de trabalho consolidou a companhia como parte do território em que desenvolve sua atividade econômica, a partir de ações concretas para melhorar a qualidade de vida da população, conciliando o seu negócio com ações para inclusão social e preservação do meio ambiente.

A realização exitosa dos projetos do Ciclo I credenciou a Renova para continuidade do investimento no território, propondo em setembro de 2014 um formato para o Programa Catavento - Ciclo II, proposto para as zonas rurais e urbanas de quatro municípios: Caetité, Guanambi, Igaporã e Pindaí.

Os projetos do ciclo II do Programa Catavento continuam tendo como proponentes as comunidades rurais e organizações sociais locais. Uma importante premissa do Investimento Social Privado (ISP) da Renova é o acolhimento dos reais interesses das comunidades. A empresa deseja que seus esforços financeiros e técnicos sejam dirigidos a ações que resultem no atendimento às demandas das comunidades, evitando iniciativas descontextualizadas da realidade.

Contratos de longo prazo

A Companhia celebrou em 21 de dezembro de 2012 o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com cliente de mercado livre que tem por objeto estabelecer os termos e condições que irão regular a compra de Energia Elétrica que será disponibilizada pela Companhia durante o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2019. O volume de Energia Elétrica contratada e que deverá ser disponibilizada é de 11MW médios multiplicado pela quantidade de horas por mês. O preço da Energia Elétrica contratada será corrigido a cada 12 meses da assinatura do referido contrato pela variação acumulada do IPCA. Caso o IPCA venha a ser extinto, o índice de reajuste a ser adotado será aquele que venha a substituí-lo, ou, não havendo índice substituto, outro índice escolhido em comum acordo pelas partes do contrato.

A Companhia celebrou em 1º de abril de 2013 o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com cliente de mercado livre que tem por objeto estabelecer os termos e condições que irão regular a compra de Energia Elétrica que será disponibilizada pela Companhia durante o período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de março de 2023. O volume de Energia Elétrica contratada e que deverá ser disponibilizada é de 15MW médios, sendo que a quantidade de horas para cada ciclo de faturamento será aquela divulgada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O preço da Energia Elétrica contratada será corrigido a cada 12 meses da assinatura

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

do referido contrato pela variação acumulada do IPCA. Caso o IPCA venha a ser extinto, o índice de reajuste a ser adotado será aquele que venha a substituí-lo, ou, não havendo índice substituto, outro índice escolhido em comum acordo pelas partes do contrato.

A Companhia celebrou em 3 de setembro de 2013 o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com cliente de mercado livre que tem por objeto estabelecer os termos e condições que irão regular a compra de Energia Elétrica que será disponibilizada pela Companhia durante o período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2022. O volume de Energia Elétrica contratada e que deverá ser disponibilizada é de 50MW médios. O preço da Energia Elétrica contratada será corrigido a cada 12 meses da assinatura do referido contrato pela variação acumulada do IPCA. Caso o IPCA venha a ser extinto, o índice de reajuste a ser adotado será aquele que venha a substituí-lo, ou, não havendo índice substituto, outro índice escolhido em comum acordo pelas partes do contrato.

A Companhia celebrou em 21 de março de 2014 o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica no mercado livre com a Cemig GT que tem por objeto estabelecer os termos e condições que irão regular a compra de Energia Elétrica que será disponibilizada pela Companhia durante o período compreendido entre setembro de 2018 a dezembro de 2031. O volume de Energia Elétrica contratada e que deverá ser disponibilizada é de 295MW médios.

A Companhia celebrou em 17 de agosto de 2011 o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica no mercado livre com a Light Energia que tem por objeto estabelecer os termos e condições que irão regular a compra de Energia Elétrica que será disponibilizada pela Companhia durante o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2035. O volume de Energia Elétrica contratada e que deverá ser disponibilizada é de 204MW médios.

Além desses, a Companhia possui relacionamento de longo prazo com o BNDES, que financiou parte relevante dos recursos necessários para a construção dos parques eólicos da Companhia, com o BNB, que financiou as PCHs da Energética Serra da Prata e com a FINEP que irá financiar o primeiro projeto híbrido da Companhia. Para mais informações sobre a FINEP vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

Iniciativas em Sustentabilidade

Em uma empresa que trabalha com fontes de energias renováveis, o meio ambiente é literalmente a matéria-prima. Para a Renova, isso traz uma grande responsabilidade no uso eficiente de recursos naturais, buscando minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos. Também entendemos isso como uma oportunidade de desenvolver soluções que trazem melhorias para as pessoas que interagem com o nosso negócio.

A integração harmoniosa do nosso negócio com o meio ambiente faz parte da nossa missão. Portanto, todos os nossos projetos primam pela responsabilidade com o meio ambiente e compromisso com a redução de impactos ambientais nas áreas onde atuamos.

Além de atender à legislação para obtenção de licenças, priorizamos a eficiência dos estudos ambientais com o objetivo de causar a menor interferência possível na natureza local, indo além do que é solicitado pelos órgãos públicos.

A responsabilidade com as pessoas é uma de nossas características mais marcantes, o que garante a qualidade nos projetos socioeconômicos realizados nas comunidades do entorno dos empreendimentos da Companhia. Com isso, também é possível resguardar o cumprimento dos Direitos Humanos, bem como os procedimentos de saúde e segurança em todas as nossas esferas de atuação.

Com visão responsável e parâmetros reais, atuamos com a intenção de minimizar impactos negativos e potencializar os positivos. Em permanente processo de escuta da população e de humildade diante das diversas soluções possíveis, procuramos promover a geração de recursos para as regiões onde estamos inseridos, com eficácia e competência.

Juntos, comunidades e Renova, trilhamos o caminho do entendimento dos papéis e responsabilidades de uma empresa privada que participa ativamente do território. Assim, continuamos trabalhando para alcançar nossa missão de ser um vetor de desenvolvimento sustentável para as famílias moradoras do entorno dos empreendimentos, desenvolvendo ações voltadas para a preservação e uso sustentável dos recursos naturais.

A Renova Energia, em alinhamento com os princípios de sustentabilidade, ética, transparência e equidade, visando a transparência e proximidade com as comunidades do território em que atua, possui uma área especializada no Relacionamento com Comunidades e

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

desenvolveu uma Política Corporativa de Relacionamento com Comunidades. A Política está fundamentada na missão, visão, valores e premissas da empresa e objetiva instrumentalizar o diálogo da empresa com os moradores dos locais nos quais a mesma está presente, de forma a otimizar processos e garantir que sejam contemplados.

Norteiam esta política as principais normas regulamentadoras condizentes com a temática da sustentabilidade no universo corporativo - IFC, Ethos, AA1000, com destaque para esta última, que trata do tema da *accountability* socioambiental. Ademais, esta política abrange e delinea formas de tratamento e de manutenção de um canal de comunicação acessível e eficiente, indicando fluxos e processos, de forma a estreitar os vínculos de confiança e credibilidade, otimizando o relacionamento entre comunidades e Renova.

A Política de Relacionamento com Comunidades reitera o compromisso da empresa com a transparência de sua gestão, de forma a tornar públicas as premissas e fundamentos que a orientam na definição de práticas e estratégias de relacionamento, bem como detalha princípios norteadores quanto ao diálogo, iniciativas e decisões pertinentes ao Relacionamento com Comunidades. É, portanto, um documento que conceitua, instrumentaliza e estrutura o relacionamento da empresa com as comunidades e que desenha os fluxos dos processos de levantamento de demandas e registro de ocorrências envolvendo comunidades.

Em 2014, foi realizado o primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), que consistiu no mapeamento de todas as suas fontes de emissões, desde escritórios até operação. A elaboração deste inventário permitirá à Companhia o desenvolvimento de ações tais como: divulgação de informações sobre o desempenho climático da organização, por meio de programas como *GHG Protocol*, ISE e ICO2, comparação das emissões das unidades operacionais da organização entre si, bem como da organização com a das demais empresas de seu setor de atuação, avaliação de riscos e oportunidades relacionadas às emissões de GEE da organização além do estabelecimento de metas internas e externas de redução de emissões.

Outro aspecto importante a ser abordado é o modo transparente com que a Companhia pratica suas atividades. Desde 2011 todas as informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social são reunidas no Relatório de Sustentabilidade, publicado pela primeira vez no ano de 2012.

Para a Renova, a importância do processo de produção de um Relatório de Sustentabilidade vai muito além do resultado apresentado no documento final. Acreditamos que a real relevância desse trabalho está na oportunidade de aprendizado para nossa gestão, desde a fase de definição da materialidade (temas relevantes), coleta de informações, até a produção do texto e a divulgação para nossos públicos de interesse.

A Companhia entende que a definição de uma estratégia corporativa para a sustentabilidade e para a sua integração nos processos da organização são de extrema relevância para o sucesso de seus negócios. Essa estratégia de sustentabilidade permite atrair novos investidores cujo portfólio de investimentos privilegie empresas que buscam inserir nos novos negócios a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental, reduzindo riscos de incorrer em custos não previstos e/ou atrasos na execução do Plano de Negócios, mantendo bom relacionamento com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. Essa postura permite, ainda, que a Companhia se consolide como referência em sustentabilidade no mercado, garantindo que a liderança e a equipe da organização estejam altamente alinhadas e motivadas com o tema.

Relatório de Anual e de Sustentabilidade

Mais informações relativas aos resultados econômicos, sociais e ambientais da Companhia estão disponíveis no Relatório de Anual e de Sustentabilidade 2014 publicado em <http://www.renovaenergia.com.br>.

7.9 - Outras informações relevantes

Pontos Fortes

A Companhia acredita possuir os seguintes pontos fortes:

Liderança com comprovado histórico de crescimento, geração de valor e perfil empreendedor em nosso mercado de atuação. A Companhia é fruto do perfil empreendedor e desenvolvedor de nossos Acionistas Fundadores, que constituíram nossa Companhia em 2001, e que possibilitou o desenvolvimento do que acredita-se ser o melhor portfólio de ativos eólicos do país, e a transformou em líder no setor de geração de energia renovável a partir de fontes renováveis em termos de capacidade instalada contratada. Desde 2009, a Companhia tem constantemente adicionado projetos de geração de energia renovável contratados em seu portfólio, principalmente por meio da participação em leilões organizados pela ANEEL (1.419 MW) e a celebração de contratos no mercado livre (902 MW), e pela aquisição de 51% da Brasil PCH (148 MW), tendo sua capacidade instalada contratada aumentado de 42 MW em janeiro de 2009 para 2.511 MW em dezembro de 2014, e demonstrando sua competitividade e competência para concorrer nesses mercados. Além disso, com a aquisição de 51% da Brasil PCH, a Companhia diversificou suas fontes de geração de energia o que proporcionou à Companhia um maior balanceamento entre ativos em desenvolvimento e ativos operacionais com geração de caixa e previsibilidade de receitas. A Companhia acredita que sua liderança no setor e a longa experiência adquirida nos últimos anos a posicionou de forma privilegiada para continuar expandindo suas atividades com potenciais ganhos de escala, maior poder de negociação com fornecedores e outras sinergias operacionais e financeiras, e para aproveitar as expectativas de elevado crescimento do setor de energias renováveis no Brasil, especialmente a eólica.

Portfólio de projetos de alta qualidade para garantir crescimento robusto com substancial geração de valor. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um portfólio de alta qualidade com operações desenvolvidas principalmente nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, a partir de: (i) matrizes eólicas, (ii) PCHs, sendo três do seu portfólio original e 13 adicionadas a ele em decorrência da aquisição de 51% do capital da Brasil PCH; e (iii) energia solar, na qual a Companhia investe na prospecção de novos sites e participa de estudo e discussões para o desenvolvimento da indústria no Brasil, e da qual já temos 106,9 MW comercializados no Leilão de Energia de Reserva de 2014. Adicionalmente, a Companhia conseguiu financiamento do FINEP para o primeiro e único projeto comercial híbrido solar e eólico para geração de energia do Brasil. O projeto terá capacidade instalada de 4,8 MWp, correspondente a aproximadamente 1 MW médio, a ser instalado na Bahia, na mesma região onde estão localizados os seus parques eólicos. Além disso, todos os projetos contratados se beneficiam de uma receita previsível no longo prazo ajustada pela inflação, o que nos beneficia até a entrada em operação dos projetos em desenvolvimento. Dessa maneira, a Companhia acredita que seu portfólio apresenta um balanceamento adequado entre ativos em desenvolvimento e ativos operacionais com geração de caixa, e proporciona ganhos de escala na contratação de obras e serviços de engenharia, bem como na compra de equipamentos e materiais, contribuindo para incrementar suas margens.

Comprovado histórico de execução de projetos. Desde sua constituição, a Companhia já implementou vários projetos greenfields: em 2008 entregou três PCHs no prazo e no custo estimados; em 2012 foi a vez da entrega do Alto Sertão I, que corresponde aos parques que comercializaram energia no LER 2009, e já está gerando desde julho de 2014. Ainda em 2014, a Companhia concluiu as obras do Alto Sertão II, complexo com 386 MW de capacidade instalada, que corresponde aos parques que comercializaram energia no LER 2010 e LEN A-3 2011. Em outubro de 2014, os parques que comercializaram energia no LER 2010 com capacidade instalada de 167,7 MW também entraram em operação.

Modelo de negócios integrado, capaz de capturar valor em todas as etapas da cadeia produtiva, garantindo maior competitividade. A Companhia tem um modelo de negócios que engloba, prospecção, desenvolvimento, comercialização, implantação e operação de projetos, sendo, portanto, totalmente integrado e capaz de gerar ganhos de escala e eficiência para nossa atividade. Continuamente a Companhia investe em atividades relacionadas à prospecção, estudos técnicos, processos de licenciamento ambiental e regulatórios, dentre outros. A Companhia conta ainda com uma equipe própria e altamente especializada, com um profundo conhecimento das condições climáticas das regiões em que seus projetos serão implementados. A Companhia acredita que esse modelo de negócios, utilizado inclusive na implementação dos complexos eólicos Alto Sertão I e II, que foi concluído dentro do prazo e orçamento planejados, nos garante uma base sólida e flexibilidade para desenvolver seus projetos, visando a maximização de sua rentabilidade e a minimização dos riscos de execução das obras.

Parcerias estratégicas com fornecedores de primeira linha, proporcionando economias de escala, além de maior proteção e flexibilidade em cenários adversos. A Companhia firma parcerias estratégicas de longo prazo com fornecedores de primeira linha como GE e Alstom, de forma a assegurar que nossas usinas tenham (i) equipamentos de alta confiabilidade, (ii) garantias de performance e de disponibilidade de empresas de comprovada capacidade técnica e solidez financeira, e (iii) condições vantajosas de fornecimento,

7.9 - Outras informações relevantes

notadamente preço e prazo de entrega. A Companhia utiliza esses acordos para o desenvolvimento de tecnologia e suprimento de aerogeradores e serviços de suporte para seus parques eólicos, o que propicia a ela economias de escala em razão do volume de equipamentos e serviços a serem fornecidos e suporta nosso plano de crescimento. A customização dos equipamentos realizada por esses fornecedores para as condições específicas de seus projetos gera maior eficiência na produção de energia, e o porte dos projetos da Companhia permite que a cadeia produtiva relacionada às atividades desenvolvidas por seus parceiros seja instalada próxima dos seus parques, desenvolvendo as respectivas regiões e reduzindo riscos e custos logísticos, o que permite aumentar a rentabilidade de sua atividade.

Administração competente e experiente, base acionária sólida com habilidades complementares, e elevados padrões de governança corporativa. A Companhia tem uma equipe de administradores e engenheiros com extensa experiência no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica e uma base acionária sólida que favorece o desenvolvimento da Companhia, combinando o espírito empreendedor e conhecimento específico do setor de energias renováveis dos Acionistas Fundadores da Companhia, com a robustez, relevância, reputação setorial e experiência de longa data do Grupo Light e do Grupo Cemig. Além deles, ter a BNDESPAR no Conselho de Administração ajuda a Companhia a aprimorar seu planejamento estratégico, trazendo uma das visões mais relevantes para o desenvolvimento do setor. Adicionalmente, a Companhia adota elevados padrões de governança corporativa em linha com as melhores práticas do mercado brasileiro e internacional, observando normas e padrões que promovem o desenvolvimento sustentável, o respeito ao meio ambiente e a adoção de um plano de negócios que a Companhia acredita ser sólido e rentável.

Principais Estratégias

O principal objetivo da Companhia é aproveitar a grande oportunidade de crescimento do setor de energia renovável, com alta eficiência e rentabilidade diferenciada para seus acionistas. A Companhia pretende fazer isso (i) por meio do crescimento orgânico, continuando a entregar seus projetos dentro do prazo e do orçamento previsto, o que tivemos grande sucesso nos últimos anos, desenvolvendo vantagens competitivas pela alta qualidade de seus projetos e negociação diferenciada com fornecedores, e (ii) pelo desenvolvimento do portfólio potencial da Companhia localizado nos estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, a Companhia se aproveita de seu profundo *know how* do setor e das possibilidades de crescimento híbrido de seus complexos e (iii) também por meio de aquisições e parcerias, estratégia implementada desde 2013 e com boas perspectivas devido à consolidação de um setor altamente fragmentado e com oportunidades de sinergias operacionais. Desta forma, a Companhia busca se consolidar na liderança do setor de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis no Brasil. Para alcançar esse objetivo, a Companhia tem as seguintes estratégias:

Continuar crescendo por meio de nossa plataforma diferenciada de comercialização de energia com rentabilidade e geração de valor para o acionista. A atuação da Companhia não está restrita à venda de energia em leilões e em mercados de preços regulados. A Companhia pretende explorar ainda mais sua plataforma de comercialização de energia de maneira eficiente e economicamente mais interessante para ela, priorizando os mercados com preços e prazos mais atrativos, inclusive por meio da celebração de contratos bilaterais com consumidores livres, especialmente pequenos compradores de energia que possuem incentivos para a compra de energias renováveis (entre 0,5 MW e 3,0 MW). A Companhia tem uma base acionária sólida que favorece o seu desenvolvimento e essa estratégia, tendo em vista a ampla base de clientes do Grupo Light e Grupo Cemig, membros de nosso bloco de controle, que ela compreende explorar visando a comercialização de energia a preços mais atrativos que no mercado regulado.

A Companhia está consolidada como líder no setor de energias renováveis no Brasil. Com o crescimento constante da demanda por energias renováveis no Brasil em função de seu baixo impacto ambiental, agilidade do ciclo de construção, preços competitivos e incentivos regulatórios e fiscais do governo, a Companhia acredita que pode utilizar sua sólida expertise na prospecção e implementação de projetos *greenfields*, tanto no mercado regulado como no mercado livre, em linha com o que a Companhia vem fazendo desde 2009. Outra vertente de crescimento é por meio de uma maior consolidação do setor. Atualmente, o mercado brasileiro de energias renováveis ainda é bastante fragmentado (as duas maiores companhias abertas do setor detinham, em fevereiro de 2014, menos de 30% do mercado em termos de capacidade instalada em projetos eólicos e PCH, segundo dados da ANEEL), e o país possui uma capacidade instalada de apenas 2,6 GW em operação, contra um potencial de 143,5 GW segundo dados do Atlas do Potencial Eólico Brasileiro publicado em 2001, última publicação no setor. Assim como a Companhia fez em 2013, com a aquisição da participação na Brasil PCH, ela acredita que pode aproveitar oportunidades rentáveis de crescimento via aquisições e/ou parcerias estratégicas. Além disso, a Companhia pretende explorar cada vez mais o potencial de seus complexos eólicos, que acredita ser os melhores do país, além continuar a inovar e a utilizar as melhores técnicas disponíveis para desenvolvê-los, como já fizemos ao utilizar um sistema híbrido de energia solar e eólica em nosso principal *site* na Bahia, sendo este o primeiro projeto deste tipo no Brasil.

7.9 - Outras informações relevantes

Maximizar retornos em razão da captura de sinergias, parcerias e ganhos de escala de nossos projetos. A Companhia pretende maximizar as sinergias e ganhos de escala na construção, operação e manutenção de seu portfólio, na contratação de obras e serviços de engenharia, bem como na compra de equipamentos e materiais, visando incrementar suas margens. A atuação da Companhia, no âmbito dessa estratégia, se dará por meio da exploração da crescente relevância de suas operações, bem como da otimização de suas parcerias de longo prazo com fornecedores como Alstom, GE e Sunedison.

Continuar buscando a mais eficiente estrutura financeira e de capital, alinhada com a estratégia de longo prazo da Companhia. A estruturação dos projetos da Companhia se inicia com a avaliação da qualidade dos mesmos e segue com a estruturação do financiamento, com dívidas de longo prazo na modalidade de *project finance*, dívidas estruturadas, dívidas de mercado e capital próprio. A Companhia tem uma base acionária operacional e financeiramente sólida que favorece o seu desenvolvimento, uma vez que a solidez financeira dos seus acionistas é importante para reduzir custos e necessidade de garantias, por exemplo. O Grupo Light e o Grupo Cemig, acionistas do seu bloco de controle, são duas das principais empresas do setor elétrico brasileiro e que dispõem de um perfil de crédito de elevada qualidade e acesso em condições diferenciadas a instituições financeiras de primeira linha do país, o que reforça seu posicionamento no acesso ao mercado financeiro nacional. A Companhia pretende, também, ampliar suas parcerias com instituições que tenham como objetivo fomentar o mercado de energias renováveis promovendo condições especiais referente à dívidas de longo prazo, a fim de que a mesma possa otimizar e balancear da maneira mais adequada sua estrutura de capital.

Explorar o crescimento por meio de novas tecnologias e fontes de energia renováveis. A Companhia pretende continuar investindo na energia solar e outras fontes, tais como biogás, biomassa, entre outras, com o fim de diversificar seu portfólio de fontes de energias renováveis, sempre que as novas tecnologias permitam obter taxas de rentabilidade equivalentes as das suas atividades atuais focadas no desenvolvimento e operação de parques eólicos e PCHs. Neste sentido, a Companhia pode, inclusive, celebrar novas parcerias com outros fornecedores estratégicos que sejam adequados para essa diversificação de portfólio. Ademais, como a geração de energia por meio de parques eólicos e PCHs torna a Companhia elegível para emitir e negociar no mercado mundial créditos de carbono, iremos considerar a emissão de certificados em consonância com o Protocolo de Kyoto e demais regras da UNFCCC, uma vez que a venda de referidos créditos poderá nos conferir uma fonte de receita adicional.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. Controladores diretos e indiretos

Controladores Diretos da Companhia:

Na data deste Formulário de Referência são controladores diretos da Companhia a Light Energia com 21,4% do capital votante, correspondente a 50.561.797 ações ordinárias de emissão da Companhia, a RR Participações com 21,4% do capital votante, correspondente a 50.561.797 ações ordinárias de emissão da Companhia e a Cemig GT com 36,8% do capital volante, correspondente a 87.186.035 ações ordinárias de emissão da Companhia. Além das ações vinculadas pelo Acordo de Acionistas, a RR Participações detém na data deste Formulário de Referência 8.260.093 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 3,5% do capital votante, e que não estão no bloco de controle.

Controladores Indiretos da Companhia:

Na data deste Formulário de Referência são controladores da RR Participações o Sr. Ricardo Lopes Delneri com 65,00% do capital social votante e o Sr. Renato do Amaral Figueiredo com 35,00% do capital social votante.

Na data deste Formulário de Referência é controladora da Light Energia com 100,00% do capital social votante a Light. A Light é uma companhia aberta, sendo que seus principais acionistas, conforme seu Formulário de Referência 2014 divulgado em 31 de dezembro de 2014, são: Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG, com participação de 26,06%, Luce Empreendimentos e Participações S.A. e RME – Rio Minas Energia Participações S.A., com participação de 13,03% cada uma.

Na data deste Formulário de Referência é controladora da Cemig GT com 100,00% do capital social a Cemig. A Cemig é uma companhia aberta, sendo que seus principais acionistas, conforme seu Formulário de Referência 2014 divulgado em 31 de dezembro de 2014, são: AGC Energia S.A., com participação de 14,40%, Estado de Minas Gerais, com participação de 17,03%, FIA Dinâmica Energia, com participação de 2,96%, Lazard Asset Management LLC, com participação de 3,37% e MGI – Minas Gerais Participações S.A., com participação de 6,24%.

b. Controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação, em fase de construção e pré-operacional:

Denominação Social	Consolidação	Relação	Direta	Indireta
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	(a) Integral	Controlada Direta	100,00%	0,00%
Energética Serra da Prata S.A.	(a) Integral	Controlada Indireta	0,00%	99,99%
Renova PCH LTDA.	(a) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,00%
Chipley SP Participações S.A. (Holding)	(a) Integral	Controlada Direta	100,00%	0,00%
Nova Renova Energia S.A. (Holding)	(e) Integral	Controlada Direta	99,99%	0,0%
Bahia Eólica Participações S.A. (Holding)	(e) Integral na Nova Renova	Controlada Indireta	0,0%	100,00%
Centrais Eólicas Candiba S.A.	(f) Integral na Bahia Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Igarorã S.A.	(f) Integral na Bahia Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	(f) Integral na Bahia Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	(f) Integral na Bahia Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	(f) Integral na Bahia Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Salvador Eólica Participações S.A. (Holding)	(e) Integral na Nova Renova	Controlada Indireta	0,0%	100,00%
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	(f) Integral na Salvador Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	(f) Integral na Salvador Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	(f) Integral na Salvador Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Nossa Senhora Conceição S.A.	(f) Integral na Salvador Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	(f) Integral na Salvador Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	(f) Integral na Salvador Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	(f) Integral na Salvador Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	(f) Integral na Salvador Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	(f) Integral na Salvador Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Renova Eólica Participações S.A. (Holding)	(e) Integral na Nova Renova	Controlada Indireta	0,0%	100,00%
Centrais Eólicas da Prata S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Morrão S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Tanque S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	(g) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Ametista S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Borgo S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Caetité S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Dourados S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Espigão S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Maron S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Pilões S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	(h) Integral na Renova Eólica	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Alto Sertão Participações S.A.	(e) Integral	Controlada Direta	99,99%	0,0%
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)	(e) Integral na Alto Sertão	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	(i) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Centrais Eólicas Abil S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VIII LTDA.)	(j) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Acácia S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XII LTDA.)	(j) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Angico S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XIII LTDA.)	(j) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVI LTDA.)	(j) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVII LTDA.)	(j) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XVIII LTDA.)	(j) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XIX LTDA.)	(j) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Tabua S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XX LTDA.)	(j) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã VIII LTDA.)	(j) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVI LTDA.)	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Cedro S.A.	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Vellozia S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã III LTDA.)	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Angelim S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VI LTDA.)	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Facheio S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XXI LTDA.)	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Sabiu S.A. (anterior Centrais Eólicas Riacho de Santana LTDA.)	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista II LTDA.)	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista V LTDA.)	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Jataí S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã IX LTDA.)	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista III LTDA.)	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Amescla S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista IV LTDA.)	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVIII LTDA.)	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. (anterior Centrais Eólicas Santana LTDA.)	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Eólicas Manineiro S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIV LTDA.)	(k) Integral na Diamantina	Controlada Indireta	0,0%	99,99%
Centrais Elétricas Botuquara S.A.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. (anterior Centrais Eólicas Arapuã LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista I LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Canjoão S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã II LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XI LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Conquista S.A.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIX LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã I LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Macambira S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista XI LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Tamboril S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XIII LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Tingui S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã VI LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Renovapar S.A.	(m) Integral	Controlada Direta	100,00%	0,0%
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã X LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Caliandra S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista VII LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	100,00%	0,0%
Centrais Eólicas Cansanção S.A. (anterior Centrais Eólicas Recôncavo I LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XII LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Ico S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista IX LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	100,00%	0,0%
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. (anterior Centrais Eólicas Itapuã XVII LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Putumaju S.A. (anterior Centrais Eólicas Bela Vista X LTDA.)	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Bela Vista XIV LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Bela Vista XV LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 2 S.A.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 5 S.A.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 6 S.A.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

Centrais Eólicas Umburanas 7 LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 8 LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 9 LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 10 LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 11 LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 12 LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 13 LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 14 LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 15 LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 16 LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Centrais Eólicas Umburanas 18 LTDA.	(k) Integral	Controlada Direta	99,00%	0,0%
Renova Comercializadora de Energia S.A.	(i) Integral	Controlada Direta	100,00%	0,00%
Brasil PCH S.A.	(n) Indireto pela Chipley	Controlada Indireta	0,00%	51,00%

Nota: Para melhor visualização da estrutura societária, vide item 8.2.

c. Participações do emissor em sociedades do grupo

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía participação direta em outras sociedades do grupo econômico em que se insere, além das participações nas Controladas descritas no item (b) deste item.

d. Participações de sociedades do grupo no emissor

As participações dos Controladores na Companhia estão descritas no item (a) deste item.

e. Sociedades sob controle comum.

Não há.

PÁGINA: 135 de 447



8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	29/09/2014
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	<p>Investimento da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") na Companhia e Alteração do Bloco de Controle da Companhia.</p> <p>Em 08 de agosto de 2013 foi celebrado o Acordo de Investimento entre RR Participações,</p> <p>Light Energia, Cemig GT e a Companhia ("Acordo de Investimento"), com o objetivo de regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova, bem como a aquisição da Brasil PCH S.A. pela Chipley SP Participações S.A. ("Chipley"), a Cemig GT realizou dois adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"), sendo: 1º AFAC realizado na Chipley, no valor de R\$ 739.943.143,10, no dia 14 de fevereiro; 2º AFAC realizado na Renova, no valor de R\$ 810.128.654,56, no dia 31 de março de 2014.</p> <p>No dia 29 de setembro de 2014, conforme previsto no Acordo de Investimento, a Cemig GT realizou a subscrição e a integralização de 87.186.035 ações ordinárias da Renova, mediante a integralização dos AFACs realizados, no valor total de R\$ 1.550.071.797,66. Para a realização do aumento de capital, RR e Light Energia cederam os seus respectivos direitos de preferência para a Cemig GT e o preço da emissão de ação da Renova foi de R\$ 17,7789 por ação ordinária. Após o cumprimento da legislação em relação ao direito de preferência dos acionistas da Renova e o cancelamento de sobras das novas ações ordinárias, foi deliberado em 27 de outubro de 2014 em Reunião do Conselho de Administração a homologação parcial do aumento de capital aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2014 ("Aumento de Capital").</p> <p>Em função da integralização das ações da Cemig GT e conforme previsto no Acordo de Investimento, foi celebrado, nesta data, um novo Acordo de Acionistas entre RR, Light Energia e Cemig GT o qual alterou o controle da Companhia, bem como estabeleceu termos e condições sobre o relacionamento entre os acionistas do bloco de controle, para mais informações vide o item 15.5 deste Formulário de Referência.</p> <p>Para mais informações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.</p>
Data da operação	15/10/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Constituição da Renova Comercializadora de Energia
Descrição da operação	Em 15 de outubro de 2012, foi constituída a Renova Comercializadora de Energia S.A. ("Renova Comercializadora") como subsidiária integral, com a finalidade de oferecer suporte às atividades de gestão de energia da Companhia.
Data da operação	01/07/2012
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Transferência de controle acionário
Descrição da operação	<p>Em 1º de junho de 2012, ocorreu a transferência do controle societário por um aumento de capital social na subholding Renova Eólica sendo integralizado com as ações das SPEs, por seu valor patrimonial.</p> <p>Para mais informações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.</p> <p>Em 31 de outubro de 2012 as SPEs tiveram seu tipo societário transformado para sociedade por ações.</p>
Data da operação	16/03/2012
Evento societário	Outro

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição do evento societário Transferência de controle acionário
"Outro"

Descrição da operação Em 16 de março de 2012, ocorreu a transferência do controle societário por um aumento de capital social na subholding Renova Eólica Participações S.A. ("Renova Eólica") sendo integralizado com as ações das SPEs, por seu valor patrimonial. Em 31 de maio de 2012 as SPEs foram transformadas em sociedades por ações. Para mais infirmações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

Aquisição de 51% da Brasil PCH

Em 8 de agosto de 2013, foi celebrado o Acordo de Investimento Cemig GT, por meio do qual a Cemig GT cedeu a sua posição no Contrato de Compra e Venda Brasil PCH para a Chipley.

Em 12 de fevereiro de 2014 foi aprovada no Conselho de Administração da Companhia, a realização de um AFAC da Cemig GT no valor de R\$739,9 milhões para a Chipley, subsidiária da Companhia, o qual foi integralmente utilizado para o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH em 14 de fevereiro de 2014.

A aquisição é estratégica para a Companhia que adicionou ativos operacionais em sua base, melhorando o balanceamento entre os ativos já em operação e os ativos em construção e desenvolvimento.

A Brasil PCH incrementará a geração de caixa da Companhia e irá permitir a utilização desse caixa no crescimento da Companhia, tanto em projetos já contratados, como em novos projetos.

Além disso, o fortalecimento da fonte hídrica também é positivo, uma vez que existe complementariedade entre as fontes eólicas e hídricas e diminui o risco de dependência de uma única fonte.

Para mais informações sobre a operação, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Sobre a Brasil PCH

A Brasil PCH detém 13 pequenas centrais hidrelétricas: (i) PCH Bonfante; (ii) PCH Calheiros; (iii) PCH Carangola; (iv) PCH Fumaça IV (pertencente à SPE Caparaó Energia S.A.); (v) PCH Funil; (vi) PCH Irará; (vii) PCH Jataí; (viii) PCH Monte Serrat; (ix) PCH Retiro Velho; (x) PCH Santa Fé; (xi) PCH São Joaquim; (xii) PCH São Pedro; e (xiii) PCH São Simão, com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios ("PCHs Brasil PCH").

Todas as PCHs Brasil PCH possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA com vencimento previsto para 2027 e 2028.

Com a aquisição, a Companhia aumenta sua base de ativos operacionais e sua consequente geração de caixa disponível para investir em seu crescimento.

A aquisição também é positiva para a Companhia em razão da complementariedade entre as fontes eólica e hídrica diminuindo o risco de dependência de uma única fonte.

Após a aquisição de participação na Brasil PCH, a capacidade instalada contratada da Companhia passa ser de 1.953,3 MW, sendo 24,8% de ativos em operação.

Aumento de capital a ser realizado pela Cemig GT

A Companhia aprovou, em 20 de fevereiro de 2014, por meio de seu Conselho de Administração, um aumento de capital no valor total de até R\$3,55 bilhões, mediante a emissão de até 199.427.544 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão, por ação ordinária, de R\$17,7789, estabelecido nos termos do artigo 170, §1º, I da Lei das Sociedades por Ações, levando-se em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia e com amparo na análise econômica-financeira constante do Anexo I à Ata que aprovou o respectivo Aumento de Capital Cemig GT.

Em decorrência do Aumento de Capital Cemig GT, quando homologado, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$1,0 bilhão, representado por 156.899.210 ações ordinárias e 74.408.816 ações preferenciais, para até R\$4,56 bilhões, representado por até 356.326.754 ações ordinárias e 74.408.816 ações preferenciais.

O montante de R\$1,4 bilhão, o qual foi corrigido desde 31 de dezembro de 2012 até 20 de fevereiro de 2014 pela variação do CDI, conforme estabelecido no Acordo de Investimento Cemig GT, celebrado em 8 de agosto de 2013 entre a Companhia, RR Participações, Light Energia, Cemig GT e a Chipley, equivalendo hoje ao montante de R\$1,55 bilhão, representado por 87.186.035 ações ordinárias,

8.4 - Outras informações relevantes

deverá ser subscrito e integralizado, dentro do Prazo para Exercício do Direito de Preferência, pela Cemig GT, ou, se for o caso, uma sociedade de propósito específico (SPE) em que a Cemig GT detenha 50% ou mais das ações ordinárias. A integralização ocorrerá por meio: (i) da cessão para a Companhia do crédito no valor de R\$739,9 milhões referente ao AFAC realizado pela Cemig GT na Chipley, em 12 de fevereiro de 2014; e (ii) da transferência de fundos imediatamente disponíveis (TED) para uma ou mais contas mantidas pela Companhia junto a uma instituição financeira previamente designada para tanto pela Companhia.

Nos termos do artigo 171, §1º, alínea “a” da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do fato relevante divulgado pela Companhia em 20 de fevereiro de 2014, será assegurado aos titulares de ações ordinárias, ações preferenciais ou de Units da Companhia, o direito de preferência para a subscrição das ações ordinárias do Aumento de Capital Cemig GT, proporcional às ações por eles detidas no encerramento do pregão de 21 de fevereiro de 2014. As ações de emissão da Companhia (e as Units por elas formadas) adquiridas a partir de 24 de fevereiro de 2014, inclusive, serão negociadas ex direitos e não farão jus ao direito de preferência para subscrição das ações emitidas no âmbito do Aumento de Capital Cemig GT.

As eventuais sobras do Aumento de Capital serão rateadas entre os acionistas da Companhia que manifestarem intenção de subscrição de sobras em seus respectivos boletins de subscrição, nos termos do artigo 171, §7º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, em rodada única e as sobras que remanescerem após o rateio serão canceladas, em linha com a decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários nº18, de 9 de maio de 2006, Processo RJ/2006/0214. Após o rateio e o cancelamento das sobras, o Conselho de Administração realizará nova reunião a fim de homologar o Aumento de Capital Cemig GT.

O Aumento de Capital Cemig GT poderá, ainda, ser parcialmente subscrito pelos acionistas da Companhia, observadas as seguintes condições: (i) o Aumento de Capital Cemig GT deverá ser subscrito no limite mínimo de R\$1,55 bilhão; e (ii) os acionistas da Companhia terão, no prazo de sete dias após o término do Prazo para o Exercício do Direito de Preferência, a possibilidade de confirmar as suas respectivas decisões de subscreverem as suas parcelas no Aumento de Capital Cemig GT, na hipótese de a Companhia decidir pela homologação parcial do aumento de capital.

As ações ordinárias referentes ao Aumento de Capital Cemig GT serão idênticas às ações ordinárias da Companhia já existentes e conferirão os mesmos direitos aos seus titulares, e participarão de forma integral em quaisquer distribuições de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Companhia após a homologação do Aumento de Capital Cemig GT pela Companhia.

Simultaneamente à homologação do aumento de capital será celebrado um novo acordo de acionistas por meio do qual a Cemig GT passará a fazer parte do bloco de controle da Companhia juntamente com a RR Participações e a Light Energia.

Para mais informações vide o item 6.5 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Informações adicionais sobre os itens 9.1 a e 9.1 b deste Formulário de Referência.

(a) ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2013 três PCHs instaladas em municípios localizados no interior do Estado da Bahia, que são compostas por casa de força e barragem, e que compartilham uma subestação elevatória. A casa de máquinas de tais PCHs compreende todos os equipamentos mecânicos, incluindo as turbinas, bem como os equipamentos de natureza elétrica, tais como o grupo gerador e o transformador, dentre outros.

A Companhia aluga as terras que foram alagadas em decorrência da instalação das três PCHs da Companhia e as áreas utilizadas para reservatório. Esses ativos possuem vida útil prolongada e não demandam investimentos adicionais, além da sua manutenção. As três PCHs da Companhia instaladas possuem licença ambiental de operação, concedida pelo IMA do Estado da Bahia.

A Companhia possui contratos vigentes com proprietários de imóveis em áreas a serem inundadas em virtude da instalação de algumas PCHs de seu portfólio, por meio dos quais foram outorgadas opções para a aquisição desses imóveis na hipótese de efetivo desenvolvimento dessas PCHs.

A Companhia também é parte em contratos de arrendamento que compreendem a totalidade das terras necessárias para a instalação dos parques eólicos em implementação.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2013, 14 parques eólicos aptos a operar que estão situados em terrenos arrendados. Conforme estudos desenvolvidos internamente pela Companhia, os parques formam o maior complexo eólico do país e foram inaugurados (aptos a operar) em 1º de julho de 2012. Os parques estão localizados no interior da Bahia, nos municípios de Caetitê, Guanambi, Igaporã e Pindaí.

(b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando: (i) duração; (ii) território atingido; (iii) eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos; e (iv) possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, ou INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. O prazo de vigência e os requisitos para a prorrogação dos registros de marca no exterior são determinados de acordo com as normas do país em que as marcas encontram-se registradas.

Marcas e Patentes

Somos titulares de marcas registradas e pedidos de registros de marcas junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relativas à nossa atividade, nas formas nominativa, mista e figurativa, dentre as quais destacam-se”, “RENOVA ENERGIA”, “RENOVA BIODIESEL” e “CATAVENTO”. Não somos titulares de patentes ou pedidos de patentes junto ao INPI.

Consideramos que as nossas marcas e outras propriedades intelectuais têm um valor significativo e são fatores essenciais no *marketing* de produtos, a Companhia implementou uma política de proteção de marcas de sua titularidade, realizando o controle dos pedidos de registro de marcas depositados por terceiros, de maneira a assegurar seus direitos e interesses. Nesses casos, foram tomadas as providências cabíveis junto ao INPI para proteção das marcas, de maneira a não prejudicar as atividades da Companhia.

Domínios

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem domínios registrados no Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, sendo eles: (i) renovaenergia.com.br, com prazo de vigência até 2015; e (ii) renovaftp.com.br, com prazo de vigência até 2015. Ressalta-se que os titulares de pedidos de marcas ou marcas registradas com nomes correlatos têm preferência no registro dos domínios, razão pela qual a Companhia acredita que não terá problemas para renová-los no futuro, consignando que eventual indeferimento do registro de algum domínio não trará efeitos adversos para as operações da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Para mais informações sobre patentes, marcas e licenças veja o item 9.2 deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
PCH Cachoeira da Lixa	Brasil	BA	Itamaraju e Jucuruçu	Própria
PCH Colino 1	Brasil	BA	Vereda e Medeiros Neto	Própria
PCH Colino 2	Brasil	BA	Vereda e Medeiros Neto	Própria
Parques Eólicos em Operação - LER 2009	Brasil	BA	Guanambi, Caetité, Igaporã e Pindaí	Arrendada
Escritório São Paulo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Escritório Salvador	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Escritório Caetité	Brasil	BA	Caetité	Alugada
Parques Eólicos aptos a operar - LER 2010	Brasil	BA	Guanambi, Caetité, Igaporã e Pindaí	Arrendada
Parques Eólicos em Construção - LEN 2011	Brasil	BA	Guanambi, Caetité, Igaporã e Pindaí	Arrendada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	RENOVA ENERGIA (mista) - Processo nº 840019076, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Registro em andamento	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	RENOVA ENERGIA (mista) - Processo nº 840019050, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Registro em andamento	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	RENOVA ENERGIA (mista) - Processo nº 828990018, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Até 06 de setembro de 2021	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	RENOVA BIODIESEL (mista) - Processo nº 829272127, em nome de Renova Biodiesel S.A.	Brasil	Até 08 de dezembro de 2019	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	RENOVA BIODIESEL (mista) - Processo nº 829206477, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Até 30 de novembro de 2020	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	RENOVA BIODIESEL (mista) - Processo nº 829206469, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Até 28 de setembro de 2020	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	RENOVA ENERGIA (mista) - Processo nº 840019092, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Registro em andamento	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.
Marcas	CATAVENTO (mista) - Processo nº 840213387, em nome de Renova Energia S.A.	Brasil	Registro em andamento	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	RENOVA ENERGIA (mista) - Processo nº 840019130, em nome de Renova energia S.A.	Brasil	Registro em andamento	Os eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tal ativo são: (a) expiração do prazo de vigência; (b) renúncia do direito por seu titular; (c) caducidade do registro, decorrente da não utilização injustificada da marca; (d) utilização da marca com modificação significativa que implique em alteração de seu caráter distintivo original; ou (e) declaração de nulidade do registro. Ainda, os pedidos de registro poderão ser indeferidos pelo INPI.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas pela Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais marcas em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas que utiliza, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Alto Sertão Participações S.A.	21.296.360/0001-52	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	46.968.154,94		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia especialmente para estruturação e financiamentos.								
Brasil PCH S.A.	07.314.233/0001-08	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	holding	51,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	0,00		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia especialmente para estruturação e financiamentos.								
Centrais Elétricas Botuquara LTDA	12.048.083/0001-78	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	2.728.478,85		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	12.050.083/0001-02	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	41255,814311	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	-322.670,47		
31/12/2013	90,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2012	-100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	18.560.393/0001-53	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
Valor mercado								
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	2.682.446,45		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	17.249.997/0001-10	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
Valor mercado								
31/12/2014	-84817,957210	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	1.217.608,84		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Bela Vista XIV LTDA.	19.281.218/0001-90	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
Valor mercado								
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	94.798,10		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	17.250.257/0001-02	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data		Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2014	-31836,691685	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	548.010,15		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Calianbra S.A.	19.502.361/0001-64	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	605.665,22		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	18.560.454/0001-82	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	594.940,26		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	17.737.877/0001-62	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	-118595,202868	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	1.358.322,36		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	18.560.119/0001-84	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	2.955.165,19		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Cedro S.A.	17.330.840/0001-15	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	0,00		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Conquista S.A.	17.250.972/0001-37	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	-158474,806661	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	2.326.399,21		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	17.544.421/0001-86	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	-147130,156749	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	2.085.166,98		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	18.560.139/0001-55	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	538.133,59		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Ico S.A.	19.502.841/0001-25	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	1.185.377,38		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	18.560.245/0001-39	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	1.932.581,05		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	18.679.485/0001-57	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	1.594.218,78		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	18.560.100/0001-38	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	189.589,10		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	18.560.412/0001-41	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	807.087,91		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	17.552.917/0001-00	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	-92484,260924	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	1.310.184,35		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Macambira S.A.	19.502.604/0001-64	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	1.958.302,75		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	17.250.513/0001-53	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	0,00		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	19.502.435/0001-62	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	1.349.558,57		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	17.305.829/0001-03	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	0,00		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	11.197.380/0001-12	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	geração de energia elétrica	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	0,00		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	18.679.618/0001-95	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	2.414.919,71		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Tingui S.A.	18.560.064/0001-02	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	Geração de Energia Elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	2.006.686,15		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A.	20.168.215/0001-23	-	Controlada	Brasil	BA	Guanambi.	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	96.688,59		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	18.684.356/0001-57	-	Controlada	Brasil	BA	Caetité	geração de energia elétrica	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	0,00		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								
Chipley SP Participações S.A.	17.643.213/0001-34	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	709.948.510,75		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia especialmente para estruturação e financiamentos.								
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	04.287.373/0001-46	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	-10,689604	0,000000	15.966.627,81	Valor contábil	31/12/2014	124.135.044,51		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2013	15,340302	0,000000	-5.142.905,24					
31/12/2012	0,754547	0,000000	-15.310.506,24					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de energia elétrica								
Nova Renova Energia S.A.	12.041.313/0001-77	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	24,795578	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	1.071.109.678,86		
31/12/2013	32,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	79,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Geração de energia elétrica								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	17.204.923/0001-68	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Comercialização de energia	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	2.350.901,59		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para a realização de operações de comercializações de energia.								
Renova PCH Ltda.	12.044.208/0001-91	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	3.304,16		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para a execução das atividades da Companhia.								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data		Valor (Reais)		
Renovapar S.A.	17.667.090/0001-71	-	Controlada	Brasil	BA	Salvador	Holding	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	-100,616270	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	100,00		
31/12/2013	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Faz-se necessária a manutenção de tal participação para execução das atividades da Companhia.								

9.2 - Outras informações relevantes

Aquisição de 51% da Brasil PCH

Em 8 de agosto de 2013, foi celebrado o Acordo de Investimento Cemig GT, por meio do qual a Cemig GT cedeu a sua posição no Contrato de Compra e Venda Brasil PCH para a Chipley.

Conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2014, a Cemig GT realizou um AFAC no valor de R\$739,9 milhões que foi integralmente utilizado para o pagamento da aquisição de 51% da Brasil PCH pela Chipley, subsidiária da Companhia.

A aquisição é estratégica para a Companhia que adicionou ativos operacionais em sua base, melhorando o balanceamento entre os ativos já em operação e os ativos em construção e desenvolvimento.

A Brasil PCH incrementará a geração de caixa da Companhia e irá permitir a utilização desse caixa no crescimento da Companhia, tanto em projetos já contratados, como em novos projetos.

Além disso, o fortalecimento da fonte hídrica também é positivo, uma vez que existe complementariedade entre as fontes eólicas e hídricas e diminui o risco de dependência de uma única fonte.

Para mais informações sobre a operação, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

Conclusão do aumento de capital a ser realizado pela Cemig GT

No dia 29 de setembro, conforme previsto no Acordo de Investimento anunciado no dia 08 de agosto de 2013, a Cemig GT realizou a subscrição e a integralização de 87.186.035 ações ordinárias da Renova, mediante a cessão e integralização dos AFACs realizados, no valor total de R\$ 1.550.071.797,66. Além da Cemig GT, houve o exercício dos direitos de preferência de 10.866 ações ordinárias pelos demais acionistas da Companhia, totalizando 87.196.901 ações ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando R\$ 1.550.264.983,19. Após a subscrição e integralização foi celebrado novo Acordo de Acionistas entre Cemig GT, RR Participações e Light Energia e no dia 27 de outubro, em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, foi homologado o aumento de capital.

Para mais informações vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

Todas as informações prestadas neste item são com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua em um setor de capital intensivo e sua geração de caixa operacional, proveniente de projetos atualmente em operação, e consequentes dividendos pagos pelas Sociedades de propósito específico ("SPEs") operacionais para a controladora Renova Energia S.A., não são suficientes para a execução de seus investimentos em novos ativos de geração com energia contratada nos mercados regulado e livre.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2012, 2013 e 2014, a receita operacional líquida da Companhia foi de R\$115,6 milhões e R\$226,0 milhões e R\$302,9 milhões, respectivamente, sendo que desde o terceiro trimestre de 2012, a receita passou a ser composta também pela receita dos parques eólicos da Companhia, em adição a receita das pequenas centrais hidrelétricas.

Para fazer frente aos investimentos necessários na construção e implantação dos novos ativos de geração, a Companhia utiliza operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*. Nesta modalidade, o volume de financiamento é dimensionado de acordo com o fluxo de receitas provenientes de contratos de venda de energia de longo prazo, adotando índices de cobertura de serviço da dívida adequados à capacidade de pagamento destes investimentos. Os financiamentos do BNDES da linha FINEM, destinados à construção de ativos de energia por fonte eólica, por exemplo, exigem um índice de cobertura de serviço da dívida mínimo de 1,3 durante o prazo total do financiamento (o índice de cobertura é calculado a partir da divisão da geração de caixa do ano somada ao saldo final do caixa do ano anterior pelo serviço da dívida, que é composto pela amortização do principal e pagamento de juros no ano). Ou seja, o financiamento é dimensionado para que possa ser servido integralmente pela geração de caixa do próprio ativo de geração. Consequentemente, este tipo de financiamento tipicamente varia entre 60% e 75% do total do investimento.

Para complementar a geração de caixa operacional e os financiamentos na modalidade *Project Finance* para o investimento nos projetos de geração de energia, a Companhia buscou recursos da seguinte forma:

(i) 2012: (a) emissão de debêntures no valor de R\$301,8 milhões, liquidada em 11 de outubro de 2012 e (b) aumento de capital para investimento da BNDESPAR no valor de R\$314,7 milhões, homologado pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de outubro de 2012;

(ii) 2013: (a) emissão de empréstimos pontes para o Alto Sertão II junto ao BNDES no valor de R\$600,0 milhões; (b) emissão de notas promissórias com o Itaú no valor de R\$400,0 milhões. Esses empréstimos serão quitados na data de desembolso do contrato de financiamento de longo prazo, que será assinado entre a Companhia e o BNDES oportunamente; e (c) contratação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor de até R\$108,0 milhões, que foi assinado, porém ainda não foi desembolsado em 2013;

(iii) 2014: (a) empréstimo de longo prazo no BNDES para o Alto Sertão II e desembolso parcial do mesmo; (ii) emissão de debênture de infraestrutura na Renova Eólica, subholding da Companhia, no valor de R\$146,0 milhões, sendo que R\$73,0 milhões foram desembolsados em 2014 e R\$73,0 milhões em 2015 e (iii) emissão de debênture na holding no valor de R\$500,0 milhões em substituição a antiga debênture e (iv) empréstimo ponte junto ao BNDES para o Alto Sertão III, do qual R\$215,0 milhões já foram liberados.

Em 31 de dezembro de 2014, a dívida líquida total da Companhia era de R\$2.759,1 milhões, ao passo que atingiu R\$2.257,7 milhões em 2013 e R\$895,4 milhões em 2012, nas datas de encerramento dos respectivos exercícios sociais. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 foi de 1,10, 2,26 e 0,90, respectivamente.

O índice de liquidez corrente (passivo circulante dividido pelo ativo circulante) em 31 de dezembro de 2014 era de 0,75 (3,13 em dezembro de 2013 e 0,55 em dezembro de 2012).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Desta forma, considerando as informações acima, a Diretoria da Companhia entende que a Companhia, levando em consideração o estágio de desenvolvimento de seus projetos, apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente ao seu plano de negócios.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta níveis de alavancagem satisfatórios, em linha com a prática de mercado e de acordo com o grau de desenvolvimento da Companhia.

O setor de geração de energia requer uso intensivo de capital. Os investimentos são tipicamente viabilizados pela existência de contratos de venda de energia de longo prazo que permitem relativa previsibilidade das receitas futuras, condição fundamental para que uma parcela importante do investimento possa ser financiada também no longo prazo por terceiros. Notadamente a modalidade de *Project Finance* permite que a Companhia financie tipicamente de 60% a 75% de seus investimentos, o que explica a estrutura de capital ter uma parcela maior formada por capital de terceiros.

Fontes de recursos para investimentos (em R\$ mil)	31 de dezembro de 2014	AV %	31 de dezembro de 2013	AV %	31 de dezembro de 2012	AV %
Capital de terceiros ¹	2.845.692	53,1%	2.390.256	72,8%	1.503.522	60,3%
Capital próprio ²	2.509.532	46,9%	1.000.600	27,2%	991.397	39,7%
Total	5.355.224	100,0%	3.390.815	100,0%	2.494.919	100,0%

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos e debêntures.

(2) Capital Próprio corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: capital social, gastos com emissões de ações, reserva de capital e prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento total da Companhia era de R\$2,8 bilhões, sendo que R\$2.489,4 milhões eram referentes a empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo. Desse montante, 2.756,0 eram referentes aos projetos eólicos da Renova. O custo de emissão desses financiamentos foi de R\$ 13,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento total da Companhia era de R\$2,4 bilhões, sendo que R\$2,0 bilhões eram referentes às operações de financiamento para os projetos eólicos, tanto de longo prazo como empréstimos pontes e notas promissórias e R\$102,2 milhões eram referentes às PCHs da Companhia. Também compõe o endividamento uma emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$338,1 milhões. O custo de emissão foi de R\$11,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, R\$1,2 bilhão do endividamento total de R\$1,5 bilhão eram referentes às operações de financiamento de longo prazo na modalidade *Project Finance*, sendo que R\$1,1 bilhão eram referentes aos projetos eólicos e R\$108,6 milhões eram referentes às PCHs da Companhia. No mesmo período, R\$307,3 milhões do endividamento eram referentes à emissão das debêntures da Companhia. O custo de emissão foi de R\$12,1 milhões.

i) hipóteses de resgate de ações;

Não existem outras hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate;

Não aplicável, tendo em vista que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, conforme descrito nos itens 10.1. (a) e 10.1. (b), o fluxo de caixa estimado e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para honrar os compromissos financeiros

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

assumidos, tais como investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, conforme detalhado nos itens (a) e (b) acima.

A seguir, é apresentada a posição de ativo circulante contra os compromissos financeiros representados no passivo circulante.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R\$692,7 milhões de ativo circulante e R\$517,3 milhões de passivo circulante, gerando um superávit de R\$175,4 milhões.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía R\$441,6 milhões de ativo circulante e R\$1,4 bilhão de passivo circulante, gerando um déficit de R\$939,3 milhões. Importante ressaltar, que o montante de R\$1,0 bilhão que hoje estava alocado no passivo circulante foi substituído por um contrato de financiamento de longo prazo a celebrado entre a Companhia e o BNDES em 2014.

No final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía R\$699,3 milhões de ativo circulante e R\$370,3 milhões de passivo circulante, gerando um superávit de R\$299,0 milhões.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais de investimento e de financiamento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 estão apresentados na tabela a seguir:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de (em R\$ mil)	2014	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(32.925)	89.288	(21.589)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.240.286)	(1.369.824)	(599.775)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1.242.176	805.012	839.640
Caixa de aumento de participação em investida	(14.964)	-	-
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(45.999)	(475.524)	218.276
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	132.598	608.122	389.846
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	86.599	132.598	608.122

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 o caixa da Companhia reduziu R\$46,0 milhões em função de:

- Consumo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$32,9 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$1.240,3 milhões em investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão II e Alto Sertão III;
- Entrada de caixa de R\$1.242,1 milhões principalmente em função da entrada de caixa do aumento de capital no valor de R\$ 810,4 milhões (valor atualizado) e também do desembolso de parte do empréstimo ponte tomado junto ao BNDES no valor de R\$ 215 milhões, entrada de caixa da primeira série da debênture de infraestrutura da Renova Eólica (Alto Sertão II) no valor de R\$ 73,0 milhões e nova debênture corporativa que substitui a debênture antiga, gerando uma entrada de caixa líquida no valor de R\$ 129,2 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 o caixa da Companhia reduziu R\$475,5 milhões em função de:

- Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$89,3 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$1,4 bilhão em investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão II;
- Entrada de caixa de R\$805,0 milhões em financiamentos em função dos empréstimos pontes tomados junto ao BNDES e da emissão de Notas Promissórias, parcialmente compensado pelo pagamento de outros empréstimos em aberto.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 o caixa da Companhia aumentou R\$218,3 milhões em função de:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais de R\$21,6 milhões;
- Consumo de caixa no valor de R\$599,8 milhões em investimentos, principalmente em função dos desembolsos para construção do Complexo Eólico Alto Sertão I;
- Entrada de caixa de R\$839,6 milhões em financiamentos em função dos empréstimos para financiar a construção do Complexo Eólico Alto Sertão I.

d) formas de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação dos empreendimentos de geração em construção, a Companhia captou recursos por meio de contratos financeiros de curto e longo prazos, além de levantar recursos por meio de aumento de capital. Dos recursos captados pela Companhia por meio de financiamentos, a maior parte é alocada em sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia e subholdings. Tais financiamentos são obtidos junto a bancos de desenvolvimento e agências de fomento, tais como o BNDES, BNB, FINEP, Fundo Petros, assim como instituições financeiras. Adicionalmente, a Companhia emitiu debêntures simples não conversíveis em ações e notas promissórias.

A Companhia privilegia a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A Companhia não apresenta investimentos relevantes em ativos não circulantes, não havendo necessidade de capital de giro para tal finalidade.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende manter a estratégia de captação de financiamentos principalmente de longo prazo, diretamente ou por meio de suas sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de geração de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia junto a bancos de desenvolvimento e entidades de fomento, tais como o BNDES, assim como instituições financeiras e privilegiar a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. A modalidade de *Project Finance* deve continuar a ser a mais importante.

A Companhia não possui ativos não circulantes além dos investimentos mencionados acima, e por isso não precisa de financiamento além dos já descritos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado da Companhia nas respectivas datas:

Contrato	Taxa	Em 31 de dezembro de (em R\$ mil)		
		2014	2013	2012
BNDES Salvador Eólica	TJLP + 1,92%	583.145	619.381	630.836
BNDES (subcrédito social)	TJLP	8.280	5.439	4.064
BNDES Bahia Eólica	TJLP + 2,18%	285.231	305.064	314.625
BNDES Nova Renova	TJLP + 2,98%	-	625.226	150.270
Itaú (Notas Promissórias)	DI + 0,98%	256.598	406.147	-
BNB	9,5% a.a.	96.635	102.191	108.607
Debêntures (2ª emissão)	123,45% do CDI	-	338.086	307.257
BNDES Renova Eólica	TJLP + 2,45%	674.010	-	-
BNDES Renova Eólica	TJLP + 2,60%	159.071	-	-
BNDES - Ponte I	TJLP +3,65%/2,50%	215.094	-	-
Debêntures (3ª emissão)	123,45% CDI	500.269	-	-
Debêntures 1ª Série - Renova Eólica	IPCA + 7,60% a.a.	74.343	-	-
Finep - CEOL Itaparica	3,5% a.a.	6.356	-	-

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total do endividamento¹	2.859.032	2.401.534	1.515.659
Custo de captação	(13.340)	(11.278)	(12.137)
End. líquido dos custos	2.845.692	2.390.256	1.503.522

1: O montante difere do apresentado no item 3.7 e 3.8 deste Formulário de Referência, pois considera somente as linhas de Empréstimo e Financiamento e Debêntures do balanço. As demais linhas do passivo não são consideradas como empréstimos e financiamentos relevantes.

Resumo dos contratos (valores em R\$ mil)

(a) Contratos BNDES (Longo prazo)

LER 2009

As controladas Pajeú do Vento, Planaltina, Porto Seguro, Nossa Senhora da Conceição, Guirapá, Serra do Salto, Guanambi, Alvorada e Rio Verde, com a interveniência da controlada Salvador Eólica tomaram financiamentos com o BNDES no montante total de R\$586.677. Os financiamentos possuem taxas de juros de 1,92% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de abril de 2029. Os nove parques totalizam 195,2 MW de capacidade instalada e 84 MW médios de energia firme contratada. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$4.370.

O total financiado para os parques Porto Seguro e Serra do Salto inclui o subcrédito “D”, destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$6.400. O financiamento está indexado à TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2013 e a última em 15 de maio de 2019. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$2.500.

As controladas Candiba, Igaporã, Ilhéus, Licínio de Almeida e Pindaí, com interveniência da controlada Bahia Eólica, tomaram financiamentos junto ao BNDES no total de R\$297.380. Os financiamentos possuem taxas de juros de 2,18% a.a. + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e 16 anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira parcela em 15 de abril de 2013 e a última em 15 de março de 2029. Os cinco parques totalizam 99,2 MW de capacidade instalada e 43 MW médios de energia firme contratada. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$192.

O total financiado para os parques Candiba e Ilhéus inclui o subcrédito “C”, destinado a investimentos sociais, no valor total de R\$3.000. O financiamento está indexado a TJLP, tem até dois anos de carência de juros e principal e seis anos de prazo de amortização, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2014 e a última em 15 de dezembro de 2019. Em abril de 2014, foi liberada a última parcela do financiamento, no valor de R\$248.

São garantias dos contratos do BNDES para financiamento do LER 2009 o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária durante a construção e 1º ano de operação comercial, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para 31 de dezembro de 2014 o índice foi cumprido.

LER 2010 e LEN 2011 (A-3)

A controlada Renova Eólica com a interveniência das controladas Ametista, Araças, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Morrão, Pelourinho, Pilões, Da Prata, Seraíma, Serra do Espinhaço, Tanque, Ventos do Nordeste, da sua controladora direta Nova Renova e da Companhia obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 04 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080). Em 31 de dezembro de 2014, o montante liberado foi de R\$804.224, utilizado para quitar o empréstimo ponte tomado junto ao BNDES, no valor de R\$ 647.894 e parte das notas promissórias, no valor de R\$154.617.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O financiamento direto BNDES será dividido em 16 subcréditos, de “A” a “P”, com as seguintes características: (a) os Subcréditos A, C, D, E, F, G, I, J, M e P terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2015, e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2016 e a última em 15 de dezembro de 2031; e (b) os Subcréditos B, H, K, L, N e O terão prazo de utilização e de carência até 15 de dezembro de 2014 e prazo de amortização em 192 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2030.

Os Subcréditos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N e O possuem taxas de juros de 2,45% a.a.+TJLP e sobre o principal da dívida decorrente do Subcrédito P incidirá a TJLP.

O Contrato de Repasse com o Banco do Brasil possui taxa de 2,60% a.a. + TJLP.

São garantias dos contratos do BNDES e Repasse com o Banco do Brasil de forma compartilhada, o penhor de ações da Renova Eólica e das SPEs, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, penhor de direitos creditórios, emergentes e de máquinas e equipamentos, fiança bancária, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social.

Brasil PCH

As SPEs detidas pela controlada Brasil PCH e com a interveniência de terceiros obtiveram financiamento em 13 de abril de 2006 no valor total de R\$807.000.

O financiamento direto BNDES foi dividido em 13 contratos, firmados diretamente com cada SPE, com os seguintes períodos de amortização: a) Bonfante: março de 2009 até fevereiro de 2021; b) Calheiros: maio de 2009 até abril de 2021; c) Carangola: janeiro de 2009 até dezembro de 2020; d) Funil: abril de 2009 até março de 2021; e) Caparaó: abril de 2009 até março de 2021; f) Irará: maio de 2009 até março de 2021; g) Jataí: abril de 2009 até março de 2021; h) Monte Serrat: julho de 2009 até junho de 2021; i) Retiro Velho: janeiro de 2009 até junho de 2021; j) Santa Fé: janeiro de 2009 até dezembro de 2020; k) São João: novembro de 2008 até dezembro de 2020; l) São Pedro: julho de 2009 até junho de 2021; m) São Simão: julho de 2009 até junho de 2021, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Os contratos possuem taxa de 3,50% a.a. + TJLP (limitada a 6% a.a.).

São garantias dos contratos do BNDES, o penhor de ações detidas pela PCHPar de emissão das SPEs, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos das SPEs, penhor dos direitos emergentes das autorizações outorgadas pela Aneel, penhor dos direitos creditórios dos contratos do Proinfa, fiança corporativa da PCHPar, e constituição de contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social.

(b) BNDES (Curto Prazo)

Em 07 de junho de 2013, as controladas indiretas da Companhia assinaram contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$600.000. Os recursos deste financiamento foram destinados à implantação dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 (A-3).

Em 16 de junho de 2014, com a liberação do financiamento de longo prazo, as controladas indiretas da Companhia quitaram estes empréstimos de curto prazo.

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de LEN 2012 (A-5), LER 2013 e mercado livre. Em 29 de dezembro de 2015 foram liberados R\$215.000 Os empréstimos pontes serão quitados em 15 de junho de 2016 ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo do BNDES.

Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito “A” incidirão juros de 3,55% a.a. acima da TJLP. Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito “B” incidirão juros de 2,50% a.a. acima da TJLP. São garantias do financiamento a totalidade das ações da Diamantina e das SPEs que detém ações.

(c) Contrato BNB

A controlada Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. Os financiamentos possuem taxas de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026. O montante contratado foi totalmente liberado.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata, o penhor de ações, o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Espra, todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas Resoluções Autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva (nota 11). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

(d) Debêntures simples não conversíveis em ações

Renova Energia (3ª Emissão)

Em 15 de dezembro de 2014, foi emitida uma nova debênture corporativa (3ª emissão) no valor de R\$ 500.000. Os recursos dessa debênture foram utilizados para pagar antecipadamente a debênture já existente (2ª emissão) no valor de R\$370.754, gerando um caixa adicional na Companhia no valor de R\$ 129.246. A 3ª emissão da debênture possui a mesma remuneração da 2ª emissão (123,45% do CDI), com carência de 4 anos a contar da data de assinatura do contrato. A amortização terá início em 15 de dezembro de 2018 com parcelas anuais e consecutivas até 15 de dezembro de 2024 O pagamento dos juros ocorrerá em parcelas semestrais, sem carência, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2015.

A 3ª emissão das debêntures foi realizada nos termos da Instrução CVM 476, com base na deliberação da Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de dezembro de 2014 (“RCA”). Não há cláusula de repactuação das debêntures.

São garantias das debêntures a alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações da Enerbras de titularidade da Companhia e a cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados em conta vinculada mantida no Banco do Brasil proveniente do fluxo de dividendos distribuídos pelas controladas Enerbras e Nova Renova. Esta operação estabelece que o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = dividendos recebidos/serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1,0. O serviço da dívida é representado pela amortização de principal e pagamento de juros da série vincenda em cada ano de verificação. Em 31 de dezembro de 2014 esse índice foi atingido.

Renova Eólica Participações (Debêntures de infraestrutura – 1ª Emissão)

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da controlada indireta da Companhia, Renova Eólica, no valor total de R\$146.000.

Sobre as debêntures da primeira série incidirão juros de remuneratórios prefixados de 7,6054% a.a. e da segunda série incidirão juros remuneratórios de 7,8707% a.a.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários pelo Ministério de Minas e Energia (MME), por meio das portarias expedidas pelo MME. Os recursos das Debêntures serão destinados ao LER 2010 e LEN 2011 (A-3) com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

A primeira série no valor de R\$ 73.000 foi desembolsada em dezembro de 2014 e a segunda série, também no valor de R\$ 73.000, foi desembolsada em janeiro de 2015.

São garantias das debêntures emitidas pela Renova Eólica, de forma compartilhada com as garantias oferecidas nos contratos do BNDES e Repasse com o Banco do Brasil, o penhor de ações da Renova Eólica e das SPEs, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, penhor de direitos creditórios, emergentes e de máquinas e equipamentos, fiança bancária, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção. Esta operação estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social.

(e) Notas promissórias

Em 05 de novembro de 2013, as controladas indiretas que compõem os parques do LER 2010 e do LEN 2011 (A-3) emitiram notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no montante de até R\$400.000 e nos termos da instrução CVM nº 476, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP e as notas comerciais depositadas em nome do respectivo titular no Sistema de Custódia Eletrônica da CETIP.

Sobre as notas promissórias incidirão juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias diárias da DI – Depósitos interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, acrescida exponencialmente de spread de 0,98% a.a.

As notas promissórias não exigem índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

Em 30 de abril de 2014 estas controladas indiretas quitaram as notas promissórias comerciais, no valor de R\$400.000 (principal) acrescido de juros do período e renegociaram a emissão de novas notas promissórias por um período complementar de 6 meses a partir de 30 de abril de 2014 no valor de principal de R\$400.000, mantendo as mesmas condições financeiras da primeira emissão. Essas notas serão quitadas no desembolso da segunda liberação do contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES.

Em 29 de agosto de 2014, com a liberação da segunda parcela do financiamento de longo prazo, parte das notas promissórias foram quitadas, restando um saldo de principal de R\$251.200.

(f) FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$107.960. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui taxa de juros de 3,5% a.a., carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2014, o montante liberado foi de R\$6.346.

São garantias deste financiamento a cartas de fiança bancária no valor de 50% de cada liberação, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras e alienação fiduciária dos bens móveis (equipamentos) adquiridos no curso do financiamento.

(g) CCBs Fundo Petros

A controlada Brasil PCH, obteve recursos financeiros por meio da emissão de 5 CCBs com o Fundo Petros, nos anos de 2007 e 2008, no valor total de R\$280.000. As CCBs possuem taxas de juros de 9,9% a.a. + IGPM, com carência de 4 anos, tendo ocorrido o primeiro pagamento em março de 2012. As parcelas são exigíveis uma vez por ano. As CCBs têm vencimento em entre março de 2021 e novembro de 2022.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

São garantias das CCBs o penhor de todas as Ações Ordinárias emitidas pela Brasil PCH, detidas por seus sócios ordinaristas, empenhadas em favor do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado, bem como constituição de conta centralizadora para recebimento de todos os recebíveis da sua subsidiária PCHPar, devidos à Brasil PCH. As CCBs não exigem índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item (i) acima.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (em R\$ mil)	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia real	356.326	654.980	402.995	1.431.391	2.845.692
Garantia flutuante					
Garantia quirográfica	160.948	26.070			187.018
Total	517.274	681.050	402.995	1.431.391	3.032.710

Os diretores da Companhia entendem que a estrutura de subordinação e o montante das dívidas, medido pela soma do passivo circulante com o passivo não circulante constituem uma adequada estrutura de capital, considerando que a construção dos projetos é financiada com empréstimos de longo prazo e que grande parte das dívidas no curto prazo serão substituídos por empréstimos de longo prazo.

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas, contemplam cláusulas restritivas (sob a forma de obrigações de não fazer e/ou de hipótese de vencimento antecipado de obrigações), incluindo, dentre outras:

- limitações à capacidade de contrair dívidas financeiras;
- limitações à capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de ativos;
- limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre receitas e patrimônio;
- limitação quanto ao pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios;
- limitações quanto à capacidade da Companhia de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias;
- limitações de mudança de controle ou de reorganização societária.

Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e suas controladas, possuem cláusulas restritivas (*covenants* financeiros), as quais determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer.

Eventual descumprimento destas restrições pode levar ao vencimento antecipado de tais obrigações financeiras, bem como de outros contratos financeiros que estipulem, como causa de vencimento antecipado, o vencimento antecipado de outros contratos celebrados pela Companhia ou suas controladas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contrato de Financiamento celebrado entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") e a Energética Serra da Prata S.A. ("Espra"), em 30 de junho de 2006 ("Contrato BNB-Espra").

Nos termos do Contrato BNB-Espra, a Espra compromete-se a manter durante todo o prazo de vigência da operação, um Fundo de Liquidez em conta corrente denominada "Conta Reserva", cujas aplicações serão feitas em títulos do Tesouro Nacional, fundos por eles lastreados ou em títulos privados de emissão do BNB, cuja aplicação corresponderá a 6 parcelas de amortização, referenciada pela maior prestação, pós carência depositada na Conta Reserva.

Ainda, nos termos do Contrato BNB-Espra, a Espra não poderá distribuir à sua controladora, quaisquer quantias em dinheiro ou bens, incluindo dividendos, exceto os dividendos obrigatórios conforme previsto em seu estatuto social, sem a prévia anuência do BNB. O pedido de anuência deverá ser respondido pelo BNB em até 60 dias, sob pena de considerar-se autorizada a distribuição.

Contratos de Financiamento celebrados entre o BNDES e as SPEs desenvolvedoras dos projetos do LER 2009, em 05 de maio de 2011 e 06 de dezembro de 2011 ("Contratos BNDES LER 2009").

Nos termos dos Contratos BNDES LER 2009, as SPEs precisam manter, durante todo o prazo de vigência dos contratos, saldo mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida e da Conta Reserva de O&M, reguladas pelo Contrato de Cessão (níveis mínimos de coberturas de parcelas a vencer).

Adicionalmente, nos termos dos Contratos BNDES LER 2009, as subholdings precisam manter sua respectiva "Conta Reserva Especial", preenchidas conforme sejam depositados os recursos advindos das controladas dos projetos do LER 2009, podendo o saldo existente na referida conta começar a ser liberado desde que, dentre outras exigências previstas nos contratos, seja permitida a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado ("ICSD Consolidado").

Nos termos dos Contratos BNDES LER 2009 deve ser observado o ICSD Consolidado de, no mínimo, igual ou maior a 1,30, sendo que a apuração do ICSD Consolidado deverá ocorrer anualmente, relativamente ao ano civil anterior.

O ICSD Consolidado em um determinado ano de referência é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade no ano de referência somada ao saldo final de caixa do ano anterior pelo serviço da dívida do ano de referência, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas da Bahia Eólica Participações S.A. e da Salvador Eólica Participações S.A.

A Salvador Eólica Participações S.A., e a Bahia Eólica Participações S.A. não poderão distribuir quaisquer recursos aos seus acionistas, incluindo dividendos, além do mínimo legal previsto no art. 202, §2º, da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, salvo, se cumpridas determinadas obrigações previstas nos Contratos BNDES LER 2009, dentre elas o atingimento do ICSD Consolidado.

Contrato de Financiamento celebrado entre a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e a Centrais Elétricas Itaparica S.A. ("Contrato FINEP") em 13 de dezembro de 2013.

O Contrato FINEP não possui cláusulas restritivas a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer, à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários. No entanto, possui cláusula restritiva de alteração do controle da Centrais Elétricas Itaparica S.A. ou da Renova Energia S.A., e da alienação dos ativos dados em garantia na operação de financiamento.

Contrato de Financiamento celebrado entre o BNDES e a Renova Eólica Participações S.A. controladora das SPEs desenvolvedoras dos projetos LER 2010 e LEN 2011 ("Renova Eólica") em 04 de junho de 2014 e o Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES, celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Renova Eólica em 25 de agosto de 2014 ("Contratos BNDES e BB LER 2010/LEN 2011").

Nos termos dos Contratos BNDES e BB LER 2010/LEN 2011 deve ser observado o ICSD Consolidado de, no mínimo, igual ou maior a 1,30, sendo que a apuração do ICSD Consolidado deverá ocorrer anualmente, relativamente ao ano civil anterior e desde que verificado o pagamento de 12 prestações mensais de amortização dos referidos contratos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Renova Eólica não poderá distribuir quaisquer recursos aos seus acionistas, inclusive dividendos, além do mínimo previsto art. 202, §2º, da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, salvo, se cumpridas determinadas obrigações previstas nos Contratos BNDES e BB LER 2010/LEN 2011, dentre elas o atingimento do ICSD Consolidado.

A Renova Eólica não poderá conceder preferência a outros créditos, realizar amortização de ações, emitir debêntures ou partes beneficiárias ou assumir dívidas, sem prévia autorização do BNDES, exceto empréstimos de gestão ordinária/finalidade de mera reposição de material.

Instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Renova Eólica Participações S.A., celebrada em 03 de dezembro de 2014 e aditada em 15 de dezembro de 2014 (“Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da Renova Eólica”).

Nos termos da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da Renova Eólica, a Renova Eólica não poderá distribuir quaisquer recursos aos seus acionistas diretos ou indiretos, e/ou pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202, §2º da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, salvo se prévia e expressamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia; ou nas hipóteses expressamente previstas na Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da Renova Eólica, dentre elas, o atingimento do ICSD de 1,30, e desde que, com o pagamento, o ICSD permaneça no valor mínimo indicado.

Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Renova Energia S.A., celebrada em 17 de dezembro de 2014 (“Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Renova Energia”).

Nos termos da Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Renova Energia a Companhia está sujeita ao vencimento antecipado das debêntures caso, dentre outros eventos, deixe de observar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) da emissão que deverá ser maior ou igual a 1,0x, a ser calculado da seguinte forma: (i) Total de Dividendos recebidos pela Companhia/Serviço da Dívida da Emissão (medição anual, após o depósito dos dividendos na conta vinculada por onde transitarão os recursos).

Visando à adequação do nível de ICSD exigido, a escritura de emissão admite a utilização do saldo de caixa acumulado na Companhia para o cálculo do índice, desde que o montante (devidamente transferido para a conta retro citada) seja utilizado para amortização das referidas debêntures.

A Companhia não poderá distribuir recursos na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% do lucro líquido, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Fica admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (i) atingido ICSD; e (ii) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas na Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Renova Energia;

Empréstimos Ponte obtido pela Diamantina Eólica Participações S.A., controladora das SPes desenvolvedoras dos projetos Alto Sertão III – Fase A, por meio do Contrato De Financiamento Mediante Abertura De Crédito Nº 14.2.1247.1, celebrado com o BNDES em 19 de dezembro de 2014 (“Contrato Ponte ASIII-Fase A”).

Nos termos do Contrato Ponte ASIII-Fase A, a Diamantina Eólica Participações não pode distribuir quaisquer recursos aos seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, inclusive cancelamento de AFAC, além do dividendo mínimo legal previsto no artigo 202, §2º, da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 salvo com prévia anuência do BNDES.

Nos últimos 12 meses, a Companhia apresentou um índice de cobertura da dívida superior ao mínimo exigido pelos seus credores e não infringiu nenhuma cláusula estipulada em seu contrato de financiamento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Para mais informações, vide itens 3.9 e 18.5 deste Formulário de Referência.

Contratos de Financiamento celebrados entre o BNDES e as PCHs controladas pela Brasil PCH, em 13 de abril de 2006 (“Contratos BNDES Brasil PCH”).

Nos termos dos Contratos BNDES Brasil PCH, as SPes precisam manter, durante todo o prazo de vigência dos contratos, saldo mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida, reguladas pelo Contrato de Cessão (níveis mínimos de coberturas de parcelas a vencer).

Adicionalmente, nos termos dos Contratos BNDES Brasil PCH, as SPes e a subholding PCHPar precisam manter suas respectivas "Contas Reserva Especiais", com no mínimo o valor correspondente a 3 vezes o valor do serviço da dívida.

As SPes não podem realizar a distribuição de dividendos, sem a prévia e expressa autorização do BNDES, quando não estiver preenchida a Conta Reserva do Serviço da Dívida, na forma disposta nos Contratos BNDES Brasil PCH.

Nos termos dos Contratos BNDES Brasil PCH deve ser observado o ICSD Consolidado de, no mínimo, igual ou maior a 1,30, sendo que a apuração do ICSD Consolidado deverá ocorrer anualmente, relativamente ao ano civil anterior.

Financiamento obtido pela Brasil PCH S.A., controladora de 13 PCHs, por meio da Emissão de Cédulas de Créditos Bancários, celebradas com o Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado (“CCBs Fundo Petros”)

Como garantia do pagamento das CCBs, a Brasil PCH mantém junto à agente de garantia, conta centralizadora onde são depositados todos os recebíveis da Brasil PCH, incluindo todo e qualquer pagamento recebido da PCHPar, onde esta receita deverá, atualmente, ser utilizada de acordo com a seguinte ordem de prioridade: pagamento de juros acumulados relativos a dívida da Brasil PCH; pagamento do principal da dívida da Brasil PCH; pagamento das taxas e despesas incorridas pelo agente de garantia; pagamento de despesas operacionais da Brasil PCH; na ausência da ocorrência e continuidade de um evento de inadimplemento, distribuição de sobra de caixa aos acionistas nos termos do Acordo de Acionistas e do Estatuto Social da Brasil PCH.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Com relação ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0365.1, firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Renova Eólica Participações S.A. e com a interveniência de terceiros em 04 de junho de 2014, no valor de R\$734,020 milhões, destinado ao projeto Alto Sertão II, foram desembolsados R\$ 84,835 milhões até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Com relação ao Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nº 21/00821-3, firmado entre Banco do Brasil S.A. e Renova Eólica Participações S.A. e com a interveniência de terceiros em 25 de agosto de 2014, no valor de R\$310,08 milhões, destinado ao projeto Alto Sertão II, foram desembolsados R\$155,40 milhões até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Com relação ao contrato empréstimo ponte celebrado com o BNDES em dezembro de 2014, no valor de R\$700,0 milhões, destinado ao projeto Alto Sertão III, foram desembolsados R\$215,0 milhões até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Com relação ao contrato de financiamento celebrado com a FINEP em dezembro de 2013, no valor total de R\$108,0 milhões, destinado à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica, foram desembolsados R\$6,4 milhões até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações a seguir expressam as opiniões dos nossos Diretores.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013’.

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	2014	AV	2013	AV	Varição 2014x2013
Receitas	302,9	100,0%	226,0	100,0%	34,0%
Custos gerenciáveis	(46,4)	-15,3%	(18,2)	-8,0%	155,7%
Custos não gerenciáveis	(14,2)	-4,7%	(11,4)	-5,1%	24,3%
Depreciação	(80,4)	-26,5%	(68,4)	-30,3%	17,4%
Lucro bruto	161,9	53,4%	128,0	56,6%	26,5%
Despesas Operacionais	(92,0)	-30,4%	(39,5)	-17,5%	133,1%
Gerais e administrativas	(90,2)	-29,8%	(38,4)	-17,0%	134,9%
Depreciações	(1,8)	-0,6%	(1,1)	-0,5%	67,9%
Resultado de equivalência	(24,8)	-8,2%	-	0,0%	0,0%
Perda no ganho de participação em investimentos	(5,3)	-1,7%	-	0,0%	0,0%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	39,7	13,1%	88,5	39,2%	-55,1%
Receitas (despesa) financeira líquidas	(60,1)	-19,8%	(72,3)	-32,0%	-16,9%
Receitas financeiras	53,1	17,5%	32,4	14,3%	63,7%
Despesas financeiras	(113,1)	-37,4%	(104,7)	-46,3%	8,1%
Resultado antes dos impostos	(20,3)	-6,7%	16,2	7,2%	-225,1%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(15,9)	-5,3%	(10,0)	-4,4%	59,3%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	0,5	0,2%	0,0	0,0%	2058,3%
Lucro do período	(35,7)	-11,8%	6,3	2,8%	-669,7%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$302,9 milhões, representando um aumento de R\$76,9 milhões ou 34,0% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$226,0 milhões. Este aumento ocorreu devido principalmente à receita proveniente da entrada em operação comercial dos parques do LER 2010 em 11 de outubro de 2014.

Durante o período de teste dos parques do LER 2010, energia gerada foi liquidada ao preço de liquidação da diferença (PLD) o que gerou receita de R\$ 41,2 milhões. Entre o dia 11 de outubro até o final do mês, a energia gerada foi liquidada a preço de contrato, o que gerou receita de R\$ 4,7 milhões e partir de 1º de novembro, o contrato do LER 2010 com a CCEE passou a ser contabilizado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os projetos de fonte eólica contribuíram com R\$263,2 milhões da receita operacional líquida da Companhia, e as PCHs da Companhia e os projetos de fonte solar contribuíram com R\$22,6 milhões e R\$17,0 milhões, respectivamente.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção das PCHs e dos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os custos gerenciáveis totalizaram R\$46,4 milhões, um aumento de 155,7% em relação aos R\$18,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 ou R\$28,3 milhões, refletindo principalmente:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(i) ao aumento de R\$ 11,9 milhões em serviços de terceiros principalmente em função do pagamento dos serviços de operação e manutenção das turbinas e do BOP elétrico do LER 2009, findo o período de carência de dois anos após a entrega dos parques e também do pagamento do serviço de preservação das máquinas do LER 2010 e A-3 2011 do período em que elas não estavam operando; (ii) ao aumento de R\$ 1,7 milhão em aluguéis e arrendamentos em função dos pagamentos das terras arrendadas para o Alto Sertão III, custos que não existiam em 2013; (iii) aumento de R\$ 7,0 milhões para compra de energia para revenda; e (iv) redução de R\$ 2,3 milhão em outros custos, principalmente em função da provisão da multa para o LER 2010, no quarto trimestre do ano passado, no valor de R\$ 3,3 milhões que foi estornada em 2014, após a aprovação da concatenação do contrato de geração com a entrega das linhas de transmissão pela ANEEL em abril de 2014.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD"), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão ("TUST"), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às três PCHs da Companhia e aos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$14,2 milhões, aumento de 24,3% ou R\$2,8 milhões quando comparado aos R\$11,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. O crescimento refere-se principalmente ao pagamento da TUST dos 6 parques eólicos do LER 2010, que iniciaram o faturamento em outubro de 2014.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a depreciação totalizou R\$80,4 milhões, aumento de 17,4% ou R\$11,9 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. O crescimento é explicado principalmente pela entrada em operação comercial dos parques do LER 2010.

Despesas gerais e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas administrativas totalizaram R\$95,5 milhões, representando um aumento de 148,6% ou R\$57,1 milhões em relação aos R\$38,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. As variações são explicadas principalmente por:

- Pessoal e administração: o aumento reflete principalmente o maior número de funcionários que passou de 223 em 31 de dezembro de 2013 para 281 em 31 de dezembro de 2014 e também maior provisão e pagamento de bônus;
- Serviços de terceiros: aumento de R\$ 20,1 milhões em relação ao ano de 2013, em função de maiores gastos com consultorias, entre elas consultorias de RH e sustentabilidade, maiores gastos com publicidade legal e também maiores gastos institucionais, não recorrentes;
- Aluguéis e arrendamentos: aumento em função de novos aluguéis para os escritórios de São Paulo e Salvador;
- Viagens: o aumento na linha é explicado principalmente pela energização dos parques do LER 2009 e LER 2010 e eventos;
- Projetos descontinuados: a Companhia revisa seu portfólio de projetos básicos e inventários de PCHs trimestralmente e em 2014 tiveram mais baixas que em 2013;
- A perda na participação de investimentos é decorrente no aumento da participação da subsidiária Chipley, que em 30 de setembro de 2014, a Renova detinha 60% de participação e a partir de outubro passou a deter 100%. Como o patrimônio líquido da Chipley em 30 de setembro de 2014 era de R\$ 13.145 negativo, a Renova precisou reconhecer 40% desse valor, que é o valor do aumento da participação, como perda na participação de investimento, gerando uma despesa de R\$ 5,3 milhões;
- Outras: o aumento reflete principalmente os custos da Renova Comercializadora, na sua maioria gastos com pessoal.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Renova realizou a aquisição de 51% da Brasil PCH com os recursos do AFAC, por meio de uma subsidiária (Chipley) na qual, até 30 de setembro de 2014, a Companhia possuía 60% de participação e após essa data passou a deter 100% da subsidiária.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

No acumulado do ano de 2014 (fevereiro a dezembro), a Brasil PCH teve lucro líquido de R\$ 4,9 milhões, uma vez que a aquisição ocorreu em fevereiro. A Chipley tem direito a 51% do resultado da Brasil PCH.

A mais valia total da aquisição foi de R\$ 656,7 milhões. A Companhia, com base na melhor estimativa existente, fez a identificação e mensuração do valor justo dos ativos e passivos existentes na Brasil PCH. Dessa maneira, o valor mensal da amortização da mais valia passou a ser registrado no mês da aquisição. No acumulado do ano (fevereiro a dezembro) a amortização da mais valia contabilizada foi de R\$ 32,6 milhões na Chipley.

Na Renova o efeito da aquisição é conforme abaixo, ressaltando que até o final de setembro a Companhia consolidava 60% da Chipley e no 4T14 passou a consolidar 100%.

	Fev a Dez
Equivalência patrimonial	(1.620)
Amortização da mais valia	(23.222)
Resultado¹	(24.843)
Ganho/perda em investimentos	(5.259)

A perda na participação de investimentos é decorrente do aumento da participação da subsidiária Chipley, que em 30 de setembro de 2014 a Renova detinha 60% de participação e a partir de outubro passou a deter 100%. Como o patrimônio líquido da Chipley em 30 de setembro de 2014 era de R\$ 13.145 negativo, a Renova precisou reconhecer 40% desse valor, que é o valor do aumento da participação, como perda na participação de investimento, gerando uma despesa de R\$ 5,3 milhões.

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$60,1 milhões. A variação em relação aos R\$72,3 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, de 16,9% ou R\$12,2 milhões, foi decorrente do maior saldo de caixa em relação ao ano anterior, parcialmente compensado pelo maior montante de financiamentos e pela entrada em operação do LER 2010, fazendo com que os custos do financiamento deixassem de ser capitalizados.

Imposto de renda e contribuição social

Atualmente as receitas da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia totalizaram R\$15,4 milhões, aumento de 54,5% ou R\$5,4 milhões em relação aos R\$10,0 milhões, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, em função principalmente da mudança de tributação das SPEs do LER 2010 que passaram a ser contabilizadas pelo regime de lucro presumido e tiveram, conseqüentemente, suas receitas financeiras tributadas e também entraram em operação no quarto trimestre de 2014.

Lucro líquido

Em 2014, o prejuízo líquido da Companhia foi de R\$35,7 milhões, ante lucro líquido de R\$6,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando uma variação de 669,7%.

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Demonstração de Resultado	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				
	2013	AV	2012	AV	Varição (AH)
					2013x2012
(em R\$ mil, exceto percentuais)					
Receitas	226.011	100,0%	115.639	100,0%	95,4%
Custos gerenciáveis	(18.154)	(8,0%)	(10.396)	(9,0%)	74,6%
Custos não gerenciáveis	(11.437)	(5,1%)	(5.480)	(4,7%)	108,7%
Depreciação	(68.449)	(30,3%)	(32.942)	(28,5%)	107,8%
Lucro bruto	127.971	56,6%	66.821	57,8%	91,5%
Despesas Operacionais	(39.469)	(17,5%)	(44.138)	(38,2%)	(10,6%)
Gerais e administrativas	(38.392)	(17,0%)	(43.357)	(37,5%)	(11,5%)
Depreciações	(1.077)	(0,5%)	(781)	(0,7%)	37,9%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	88.502	39,2%	22.683	19,6%	290,2%
Receitas (despesa) financeira líquidas	(72.261)	(32,0%)	(22.571)	(19,5%)	220,1%
Receitas financeiras	32.426	14,3%	27.423	23,7%	18,2%
Despesas financeiras	(104.687)	(46,3%)	(49.994)	(43,2%)	109,4%
Resultado antes dos impostos	16.241	7,2%	112	0,1%	14400,9%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(9.994)	(4,4%)	(6.479)	(5,6%)	54,3%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24	0,0%	350	0,3%	(93,1%)
Lucro do período	6.271	2,8%	(6.017)	(5,2%)	(204,2)%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$226,0 milhões, representando um aumento de R\$110,4 milhões ou 95,4% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$115,6 milhões. Este aumento ocorreu devido a entrada em operação dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os projetos de fonte eólica contribuíram com R\$185,3 milhões da receita operacional líquida da Companhia, o que representa 82,0% do total da receita e as PCHs da Companhia e os projetos de fonte solar contribuíram com 17,9% e 0,1%, respectivamente.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção das PCHs e dos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os custos gerenciáveis totalizaram R\$18,2 milhões, u, aumento de 74,6% em relação aos R\$10,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 ou R\$7,8 milhões, refletindo principalmente: (i) provisão para quatro meses de multa do LER 2010 no valor de R\$4,6 milhões; (ii) reclassificações entre as linhas de custos e despesas no valor de R\$1,7 milhão; e (iii) aumento dos custos relativos aos serviços de terceiros, relacionados à manutenção dos parques.

Como a Companhia alterou o ponto de conexão do LER 2010, não terá garantia de receita (regra do leilão de energia de reserva), até que a linha de transmissão entre em operação. Para não estar sujeita a penalidades desde a data de início de suprimento (1º de setembro de 2013) e a efetiva entrada em operação da linha de transmissão, a Companhia solicitou à ANEEL a concatenação do cronograma do início do fornecimento de energia dos parques eólicos com a entrada em operação das linhas de transmissão. Concatenando a data da obrigação da Companhia de começar a entregar energia com a data de conclusão da linha de transmissão, a Companhia desloca a data inicial e mantém o período original de 20 anos do contrato de venda de energia. A Companhia aguarda a decisão da ANEEL a esse respeito.

Conforme explicado acima, com a alteração do ponto de conexão, a Companhia deixou de ter a receita garantida para o LER 2010 e, portanto, até que saia a resposta da ANEEL sobre o pedido de concatenação e/ou caso o pedido não seja atendido, a Companhia provisiona o valor da multa de acordo com o contrato. O contrato estabelece que o ressarcimento por desvios negativos (abaixo da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão (“TUST”), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às três PCHs da Companhia e aos parques eólicos operacionais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$11,4 milhões, aumento de 108,7% ou R\$6,0 milhões quando comparado aos R\$5,5 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. O crescimento refere-se principalmente ao pagamento da TUST dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a depreciação totalizou R\$68,5 milhões, aumento de 107,8% ou R\$35,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. O crescimento é explicado principalmente devido a entrada em operação dos 14 parques eólicos do complexo Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012, data que os parques começaram a ser amortizados.

Despesas gerais e administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as despesas administrativas totalizaram R\$38,4 milhões, representando uma diminuição de 11,5% ou R\$5,0 milhões em relação aos R\$43,4 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. As variações são explicadas principalmente por:

- Pessoal e administração: aumento de 49,9% em função do crescimento da quantidade de funcionários para suportar o crescimento da Companhia, que passou de 182 em 31 de dezembro de 2012 para 223 em 31 de dezembro de 2013 (incluindo os estagiários) e também pela provisão de bônus para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.
- Serviços de terceiros: redução de R\$3,0 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, em função principalmente da menor contratação de consultorias neste ano.
- Projetos descontinuados: a Companhia revisa seu portfólio de projetos básicos e inventários trimestralmente, tendo havido diminuição de 25,5% em relação ao R\$1,9 milhão do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 em função da menor baixa de projetos de inventários de PCHs no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.
- Outras: representa as despesas envolvidas com fretes e correios, despesas relacionadas a programas sociais voltados às comunidades onde a Companhia atua, além de despesas não recorrentes. A diminuição de 71,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 deve-se principalmente a R\$2,0 milhões de remuneração em ações registradas no quarto trimestre de 2012 e restituição de R\$1,2 milhão de ICMS cobrado indevidamente das PCHs da Companhia.

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$72,3 milhões. A variação em relação aos R\$22,6 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, de 220,1% ou R\$49,7 milhões, deve-se principalmente aos juros dos financiamentos dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, pois até a data da inauguração dos parques, estes encargos eram capitalizados e também das debêntures emitidas em outubro de 2012, no valor de R\$300,0 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Atualmente as receitas da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o imposto de renda e a contribuição social da Companhia totalizaram R\$10,0 milhões, aumento de 62,7% ou R\$3,8 milhões em relação aos R\$6,1 milhões, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, variação principalmente em função da receita dos 14 parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão I, que iniciaram o faturamento em julho de 2012.

Lucro líquido

Em 2013, o lucro líquido da Companhia foi de R\$6,3 milhões, ante prejuízo de R\$6,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando uma variação de 204,2%.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Balanco Patrimonial	Saldo em 31 de dezembro de				Varição
(em R\$ mil, exceto percentuais)	2014	AV	2013	AV	2013 x 2012
Ativo					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	86,6	1,6%	132,6	3,6%	-34,7%
Aplicações financeiras	509,0	9,2%	241,4	6,6%	110,8%
Contas a receber de clientes	68,6	1,2%	20,9	0,6%	228,0%
Impostos a recuperar	15,1	0,3%	10,8	0,3%	40,1%
Adiantamentos a fornecedores	8,6	0,2%	5,1	0,1%	69,3%
Pagamentos antecipados	0,0	0,0%	2,3	0,1%	-100,0%
Cauções e depósitos vinculados	0,0	0,0%	27,2	0,7%	-100,0%
Outros créditos	4,8	0,1%	1,3	0,0%	278,7%
Total do ativo circulante	692,7	12,5%	441,6	12,0%	56,8%
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	160,5	2,9%	124,0	3,4%	29,4%
Impostos diferidos	2,5	0,0%	0,9	0,0%	163,2%
Outros créditos	6,3	0,1%	0,2	0,0%	4066,7%
Investimentos	713,3	-	-	-	-
Imobilizado em serviço	2.175,1	39,2%	1.459,7	39,7%	49,0%
Imobilizado em curso	1.791,9	32,3%	1.645,8	44,8%	8,9%
Total do ativo não circulante	4.849,6	87,5%	3.230,6	88,0%	50,1%
Total do ativo	5.542,2	100,0%	3.672,2	100,0%	50,9%

Passivo e Patrimônio Líquido	2014	AV	2013	AV	Varição 2013 x 2012
CIRCULANTE					
Fornecedores	100,2	1,8%	242,4	6,7%	-59,0%
Empréstimos e financiamentos	355,4	6,4%	1.100,1	30,0%	-67,7%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Debêntures	0,9	0,0%	11,2	0,3%	-
Impostos a recolher	17,6	0,3%	7,5	0,2%	132,6%
Salários e férias a pagar	14,1	0,3%	8,5	0,2%	66,4%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	22,3	0,4%	8,9	0,2%	150,0%
Outras contas a pagar	6,8	0,1%	2,2	0,0%	3617,0%
Total do passivo circulante	517,3	9,3%	1.380,9	37,6%	-62,5%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	1.917,1	34,6%	953,9	26,0%	101,0%
Debêntures	572,3	10,3%	325,0	8,9%	76,1%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	15,6	0,3%	11,7	0,3%	33,9%
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e socioambientais	10,4	0,2%	0,1	0,0%	11903,4%
Total do passivo não circulante	2.515,4	45,4%	1.290,6	35,1%	94,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	2.568,0	46,3%	1.017,7	27,7%	152,3%
(-) Custos na emissão de ações	-41,8	-0,8%	-36,1	(1,0%)	15,6%
Reserva de capital	55,1	1,0%	55,1	1,5%	0,0%
Prejuízos acumulados	-71,8	-1,3%	-36,1	(1,0%)	99,1%
Total do patrimônio líquido	2.509,5	45,3%	1.000,6	27,2%	150,8%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.542,2	100,0%	3.672,2	100,0%	50,9%

ATIVO**Circulante**

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do ativo circulante era de R\$692,7 milhões (12,5% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2013 o saldo era de R\$441,6 milhões (12,0% do ativo total, representando um aumento de 56,8% ou R\$251,0 milhões).

A diminuição de R\$46,0 milhões ou 34,7% em 31 de dezembro de 2014 na conta de caixa e equivalentes de caixa, em comparação com 31 de dezembro de 2013 deve-se principalmente do consumo de caixa para construção dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão II e Alto Sertão III. Adicionalmente, os saldos de aplicações financeiras no valor de R\$509,0 milhões são referentes a aplicações em fundos de investimentos e o aumento é devido principalmente a entrada de caixa do aumento de capital e entrada de novos financiamentos.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do ativo não circulante era de R\$4.849,6 milhões (87,5% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$3.230,6 milhões (88,0% do ativo total), o que representa um aumento de R\$1.619,0 milhões ou 50,1%.

O aumento de R\$36,5 milhões na conta de cauções e depósitos em 31 de dezembro 2014, refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES, remunerados a 94,3% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do BNB, remunerado a 99,0% do CDI.

A linha de investimentos é referente ao investimento na Chipley, subsidiária que adquiriu 51% de participação na Brasil PCH.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de imobilizado em serviço era de R\$2.175,1 milhões. O saldo de imobilizado em curso era de R\$1.791,9 milhões, e o aumento do imobilizado em curso é em função da entrada em operação do LER 2010. O imobilizado que durante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a fase de construção é contabilizado em imobilizado em curso, após a entrada em operação dos parques passa a ser contabilizado como imobilizado em serviço.

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$517,3 milhões, representando uma diminuição de R\$863,7 milhões ou 62,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o mesmo saldo era de R\$1.380,9 milhões.

A diminuição deve-se principalmente foi em função da quitação dos empréstimos pontes e parte das notas promissórias tomadas para o Alto Sertão II com a liberação do financiamento de longo prazo. Dessa maneira, esse montante deixou o passivo circulante e passou a compor o passivo não circulante.

A diminuição do passivo circulante também é devido a diminuição de R\$142,4 milhões na linha de Fornecedores, que totalizou em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$100,2 milhões. O saldo dessa linha refere-se principalmente aos valores dos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratado para construção dos parques eólicos e variação é decorrente do estágio das obras nesses períodos.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$2.515,4 milhões, aumento de R\$1.224,8 milhões ou 94,9% em comparação com 31 de dezembro de 2013, causado pelo desembolso do financiamento de longo prazo do Alto Sertão II, quitando empréstimos pontes e parte das notas promissórias que estavam no curto prazo, desembolso da nova debênture corporativa e da primeira série da debênture de infraestrutura, além de empréstimo ponte para o Alto Sertão III.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta do patrimônio líquido consolidado atingiu R\$2.509,5 milhões, representando um aumento de R\$1.508,9 milhões ou 150,8 em relação a 31 de dezembro de 2013, quando o mesmo saldo foi de R\$1.000,6 milhões. O aumento está relacionado principalmente ao aumento de capital realizado e subscrito quase que integralmente pela Cemig GT.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Balanco Patrimonial (em R\$ mil, exceto percentuais)	Saldo em 31 de dezembro de				Varição
	2013	AV	2012	AV	2013 x 2012
Ativo					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	132.598	3,6%	608.122	22,7%	(78,2%)
Aplicações financeiras	241.449	6,6%	-	0,0%	-
Contas a receber de clientes	20.923	0,6%	21.309	0,8%	(1,8%)
Impostos a recuperar	10.751	0,3%	7.095	0,3%	51,5%
Adiantamentos a fornecedores	5.065	0,1%	4.310	0,2%	17,5%
Pagamentos antecipados	2.338	0,1%	2.144	0,1%	9,0%
Cauções e depósitos vinculados	27.231	0,7%	25.403	0,9%	7,2%
Outros créditos	1.260	0,0%	915	0,0%	37,7%
Total do ativo circulante	441.615	12,0%	669.298	25,0%	(34,0%)
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	123.981	3,4%	82.791	3,1%	49,8%
Impostos diferidos	948	0,0%	906	0,0%	4,6%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outros créditos	150	0,0%	141	0,0%	6,4%
Imobilizado em serviço	1.459.662	39,7%	1.507.775	56,3%	(3,2%)
Imobilizado em curso	1.645.823	44,8%	417.128	15,6%	294,6%
Total do ativo não circulante	3.230.564	88,0%	2.008.741	75,0%	60,8%
Total do ativo	3.672.179	100,0%	2.678.039	100,0%	37,1%

Passivo e Patrimônio Líquido	2013	AV	2012	AV	Variação
					2013 x 2012
CIRCULANTE					
Fornecedores	242.418	6,6%	159.391	6,0%	52,1%
Empréstimos e financiamentos	1.100.134	30,0%	198.201	7,4%	455,1%
Debêntures	11.239	0,3%	-	-	-
Impostos a recolher	7.549	0,2%	6.439	0,2%	17,2%
Salários e férias a pagar	8.465	0,2%	1.546	0,1%	447,5%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	8.936	0,2%	4.714	0,2%	89,6%
Outras contas a pagar	2.198	0,1%	8	0,0%	27375,0%
Total do passivo circulante	1.380.939	37,6%	370.299	13,8%	272,9%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	953.855	26,0%	1.000.126	37,3%	(4,6%)
Debêntures	325.028	8,9%	305.195	11,4%	6,5%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás	11.670	0,3%	10.938	0,4%	6,7%
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	87	0,0%	84	0,0%	3,6%
Total do passivo não circulante	1.290.640	35,1%	1.316.343	49,2%	(2,0%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	1.017.697	27,7%	1.017.557	38,0%	0,0%
(-) Custos na emissão de ações	(36.112)	(1,0%)	(36.112)	(1,3%)	0,0%
Reserva de capital	55.067	1,5%	52.275	2,0%	5,3%
Prejuízos acumulados	(36.052)	(1,0%)	(42.323)	(1,6%)	(14,8%)
Total do patrimônio líquido	1.000.600	27,2%	991.397	37,0%	0,9%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.672.179	100,0%	2.678.039	100,0%	37,1%

ATIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do ativo circulante era de R\$441,6 milhões (12,0% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2012 o saldo era de R\$669,3 milhões (25,0% do ativo total, representando uma redução de 34,0% ou R\$227,7 milhões).

A diminuição de R\$475,5 milhões ou 78,2% em 31 de dezembro de 2013 na conta de caixa e equivalentes de caixa, em comparação com 31 de dezembro de 2012 deve-se principalmente do consumo de caixa para construção dos parques eólicos do Complexo Eólico Alto Sertão II e pagamento de empréstimos e da entrada de caixa de empréstimos pontes com o BNDES e Notas Promissórias, além da geração de caixa operacional. Adicionalmente, o saldo de aplicações financeiras no valor de R\$241,5 milhões é referente a aplicações em fundos de investimentos e que até nos exercícios anteriores eram instrumentos de renda fixa (considerados como caixa e equivalente de caixa) e que serão utilizados na construção dos parques do Alto Sertão II.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de cauções e depósitos vinculados era de R\$27,2 milhões, aumento de 7,2% em relação a 31 de dezembro de 2012. O aumento refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES.

Não Circulante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do ativo não circulante era de R\$3.230,6 milhões (88,0% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$2.008,7 milhões (75,0% do ativo total), o que representa um aumento de R\$1.221,8 milhões ou 60,8%.

O aumento de R\$41,2 milhões na conta de cauções e depósitos em 31 de dezembro 2013, refere-se basicamente às aplicações financeiras de instrumento de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES, remunerados a 94,3% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do BNB, remunerado a 99,0% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de imobilizado em serviço era de R\$1.459,7 milhões. O saldo de imobilizado em curso era de R\$1.645,8 milhões, variação de R\$1.228,7 milhões em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2011 e a variação foi em função foi em função do avanço na implementação do Complexo Eólico Alto Sertão II.

PASSIVO

Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$1.380,9 milhões, representando um aumento de R\$1.010,6 milhões ou 272,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando o mesmo saldo era de R\$370,3 milhões.

O aumento deve-se principalmente ao aumento de R\$901,9 milhões na conta de Empréstimos e Financiamentos cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R\$1.100,1 milhões, comparados com os R\$198,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. A Companhia ressalta que o montante no curto prazo é em função dos empréstimos pontes e Notas Promissórias, que tem vencimento em junho de 2014 e maio de 2014, respectivamente, ou na data de desembolso da primeira parcela do Contrato de Financiamento de Longo Prazo a ser assinado entre a Companhia e o BNDES oportunamente, alongando assim o prazo da dívida.

O aumento do passivo circulante também é devido ao aumento de R\$83,0 milhões na linha de Fornecedores, que totalizou em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$242,4 milhões. O saldo dessa linha refere-se principalmente aos valores dos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais contratado para construção dos parques eólicos e variação é decorrente do estágio das obras nesses períodos.

Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$1.290,6 milhões, uma diminuição de R\$25,7 milhões ou 2,0% em comparação com 31 de dezembro de 2012, causado principalmente pela diminuição da conta de empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados pelo maior saldo das debêntures.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta do Patrimônio líquido consolidado atingiu R\$1.000,6 milhões, representando um aumento de R\$9,2 milhões ou 0,9% em relação a 31 de dezembro de 2012, quando o mesmo saldo foi de R\$991,4 milhões. O aumento está relacionado principalmente ao menor saldo de prejuízo acumulado em função do lucro líquido gerado no ano.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia.

a. resultado das operações da Companhia, em especial:

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

A receita operacional da Companhia é gerada por meio da comercialização de energia elétrica, seja no ambiente regulado, nos leilões organizados pelo Governo ou no ambiente livre, onde a Companhia e o consumidor livre fecham acordos de compra e venda de energia.

A receita operacional líquida da Companhia foi de R\$302,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, R\$ 226,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e R\$115,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A partir de outubro de 2014 os parques que comercializaram energia no LER 2010, com capacidade instalada de 167,7 MW, entraram em operação comercial, principal fator para o crescimento de 34,0% da receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Durante o período de teste dos parques do LER 2010, a energia gerada foi liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) o que gerou receita de R\$ 41,2 milhões. Entre o dia 11 de outubro até o final do mês, a energia gerada foi liquidada a preço de contrato, o que gerou receita de R\$ 4,7 milhões e partir de 1º de novembro, o contrato do LER 2010 com a CCEE passou a ser contabilizado.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía 2.510,9MW de capacidade instalada contratada, sendo que 652,3MW estavam em operação comercial e gerando receita para a Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, a receita líquida foi de R\$ 226,0, crescimento de 95,4% em relação ao exercício sócia encerrado em 31 de dezembro de 2012. O principal fator para o crescimento foi em função do início das receitas dos parques que comercializaram energia no LER 2009, o que ocorrer a partir de julho de 2012.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A energia elétrica comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita operacional atualmente, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, preço esse que não está sujeito a variações durante o prazo de vigência desses contratos, que é de 20 anos, exceto aquelas variações decorrentes de índices de atualização monetária.

O preço da energia elétrica proveniente das PCHs da Companhia em operação é corrigido anualmente pelo IGPM e o preço da energia elétrica proveniente dos parques eólicos contratados no mercado regulado é corrigido anualmente pelo IPCA.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices.

Além disso, aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a receita e os resultados operacionais são analisados a seguir:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Inflação

A situação financeira da Companhia e o resultado das operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria dos custos e despesas da Companhia é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros

O resultado das operações também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos denominados principalmente em Reais, os quais são reajustados com base na TJLP ou no CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro afetam indiretamente à Companhia, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, as variações das taxas de juros não impactaram os negócios da Companhia.

Taxa de Câmbio

Como a maioria dos custos, incluindo custos relacionados à implementação dos parques eólicos (a parte do capex que está em moeda estrangeira é fechada antes da tomada de decisão do projeto e portanto a Companhia não fica exposta a variação cambial), bem como a totalidade das receitas da Companhia, é denominada em Reais, a Companhia não está exposta à variação da taxa de câmbio e, portanto, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, não houve impacto nos resultados operacionais e financeiros causados por variações em taxas de câmbio.

Tributação

A Companhia está sujeita ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de 25%, representando uma tributação total de 34%. Para empresas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$78,0 milhões é facultado a escolha do regime de tributação de IRPJ e CSLL com base no Lucro Presumido. O imposto com base no Lucro Presumido será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Para o cálculo do IRPJ devido, implica na aplicação de alíquota composta equivalente a 25% (sendo 15% da alíquota legal, acrescida de um adicional de 10% sobre as receitas que excederem R\$60,0 mil em um trimestre) sobre uma base equivalente a 8% da Receita Bruta para o cálculo do IR devido, enquanto que no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da Receita Bruta. Ainda, no regime de Lucro Presumido, o regime de apuração de PIS e COFINS é cumulativo, sujeito, à alíquota de 0,65% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 1,65%) para PIS e 3% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 7,6%) para COFINS, calculados sobre o total das receitas da Companhia. Atualmente, a Companhia e as *subholdings* Bahia Eólica e Salvador Eólica adotam o regime de tributação do lucro real e as controladas operacionais Brasil PCH, Espira e as SPes dos parques em operação comercial do LER 2009 e LER 2010 adotam o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

O ICMS incide sobre vendas realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes estados da federação. Alguns estados também já incorporam em sua legislação benefícios para o ICMS na compra de equipamentos e pode se beneficiar de mecanismos semelhantes. A Companhia se qualifica para a obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), instituído pela Lei Estadual nº 7.980/2001 e aprovado pelo Decreto do Governador do Estado da Bahia nº 8.205/2002, o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido. A aprovação da concessão do benefício e a determinação das suas condições de gozo cabe ao Conselho Deliberativo do Desenvolve. Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento, por meio da Resolução nº 57/2006 e das Resoluções nºs 91 a 112/2009, outorgou à Espira e aos parques eólicos, respectivamente, o direito à fruição do benefício fiscal de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, de forma que todos os bens adquiridos para o ativo fixo que forem (i) importados do exterior; (ii) produzidos no Estado da Bahia; ou (iii) adquiridos em outras unidades da Federação, terão o ICMS relativo às aquisições diferido para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo fixo.

O Conselho de Política Fazendária (Confaz) estendeu até 31 de dezembro de 2015 o Convênio 101/97, o qual desde 1997 promove a desoneração tributária para as compras de equipamentos e componentes para aproveitamento de energia eólica e solar.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os projetos eólicos da Companhia foram enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Governo Federal, cujas medidas principais incluem: (i) investimento em Infraestrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; e (iv) medidas fiscais de longo prazo buscando a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. O principal benefício fiscal trazido pelo PAC (no caso específico do setor de energia elétrica, REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, instituído pela Lei nº 11.488/2007) é a suspensão da exigência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS (mercado interno e importação) que será convertida a alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem, material de construção ou serviço nas obras de infraestrutura. A Companhia pretende também recorrer a financiamentos enquadrados no PAC, segundo as condições favoráveis de mercado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o valor total de imposto de renda e contribuição social devido pela Companhia foi de R\$15,4 milhões, enquanto que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, e em 31 de dezembro de 2012 os valores foram de R\$10,0 milhões e R\$6,1 milhões respectivamente.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia foi concebida para desenvolver projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis.

Em 2008, entraram em operação três PCHs, a Cachoeira da Lixa, a Colino 1 e a Colino 2. Em 2012, 14 parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009 começaram a faturar, em 2014, 6 parques eólicos que comercializaram energia no LER 2010 começaram a faturar. Além disso, em virtude dos resultados dos leilões no ambiente regulado realizados em 2012, 2013 e 214 e dos contratos firmados no mercado livre de energia, a Companhia tem projetos eólicos a serem entregues até 2019.

Não houve introdução e ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de 51% da Brasil PCH

Em 08 de agosto de 2013 foi celebrado Acordo de Investimento por meio do qual a CEMIG GT cedeu a sua posição no Contrato de Compra e Venda de Ações da Brasil PCH para a Chipley.

Em decorrência desse acordo, a Companhia adquiriu 51% da Brasil PCH em 14 de fevereiro de 2014, por intermédio da Chipley SP Participações S.A., sua controlada direta.

Para mais informações sobre a aquisição da Brasil PCH ver item 6.5 deste Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis que afetem significativamente as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 sofreram algumas reclassificações devido à mudança do auditor independente da Companhia, que foi republicada. No entanto, nenhuma alteração teve efeito significativo.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes

Não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

O relatório dos auditores independentes emitido pela Deloitte relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 contém parágrafo de ênfase transcritos abaixo:

“(a) “Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

(b) Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na nota explicativa nº 2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

(c) Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na nota explicativa no 2.6, a Companhia decidiu por reclassificar, para melhor apresentação, certos saldos constantes nas demonstrações do fluxo de caixa e dos valores adicionados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.”

Para mais informações vide item 2.3 deste Formulário de Referência.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia prepara as demonstrações financeiras com base em estimativas e suposições decorrentes da sua experiência e diversos outros fatores que acredita ser razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que são adotadas são aquelas que a administração da Companhia acredita serem relevantes para determinar a condição financeira e resultados operacionais, mas a definição de tais práticas é complexa e subjetiva, levando a administração a fazer estimativas sobre eventos futuros ou incertos. A aplicação das práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como o resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das estimativas. A Companhia revisa as estimativas e suposições correlatas pelo menos trimestralmente.

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As notas explicativas demonstram a necessidade de adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Imobilizado;
- Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas;
- Transações com partes relacionadas - Plano de opção de compra de ações; e
- Instrumentos financeiros e gestão de riscos

No exercício corrente, a Companhia e suas controladas aplicaram diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014.

- Alterações ao CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos. Os ajustes do CPC 39 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros.
- Alterações ao CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros. As alterações do CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa.
- Alterações ao CPC 38 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge. As alterações ao CPC 38 retiram a obrigatoriedade de descontinuar a contabilidade de hedge quando um derivativo designado como instrumento de hedge é renovado sob determinadas circunstâncias.
- IFRIC 21 - Tributos. O IFRIC 21 endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo, A interpretação define tributos e especifica que o fato gerador da obrigação é a atividade que resulta em pagamento do tributo, conforme definido na legislação.

A Companhia avaliou todas as novas normas acima resumidas e não identificou efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor*a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las*

A diretoria da Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Até a data de envio para a CVM deste documento a Companhia não havia recebido a carta de controle interno de 2014 do auditor independente.

Porém nos anos anteriores, em complemento à auditoria das demonstrações financeiras foi apresentado aos nossos Diretores um relatório de recomendações dos controles internos. As recomendações dos auditores independentes da Companhia são sobre controles sistêmicos e desenvolvimento de manuais de normas e procedimentos os quais em aderência ao plano de governança da Companhia a cada exercício estão sendo desenvolvidos e aprimorados.

A Diretoria da Companhia analisou as deficiências indicadas e está adotando planos de ação para corrigi-las e/ou aperfeiçoá-las. De qualquer modo, na avaliação dos diretores da Companhia, nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Nos últimos três exercícios sociais, houveram ofertas públicas para distribuição de debêntures. O total de recursos captados nas ofertas públicas distribuição de foram utilizados para o reforço de caixa e/ou investimentos nos projetos eólicos da Companhia. Para mais informações, veja item 18.5 deste Formulário de Referência.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica tendo em vista não ter havido desvios.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. *os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.*

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui, direta ou indiretamente, ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras.

Não obstante, conforme mencionado no item riscos Relacionados à Geração de Energia acima, a Companhia pode ser obrigados a adquirir energia faltante no mercado de curto prazo (mercado *spot*), no qual o preço da energia costuma ser mais volátil, podendo ser maior do que o seu custo de produção.

- b. *outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

10.10 - Plano de negócios

a. *investimentos, incluindo:*

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 foram destinados, principalmente, à montagem e instalação dos parques eólicos que comercializaram energia no Leilão de Energia de Reserva de 2010, no Leilão de Energia Nova A-3 2011 e Alto Sertão III– Fase A, composto pelos parques dos projetos Mercado Livre III, Leilão de Energia de Reserva de 2013, Light I e Leilão de Energia Nova A-5 2012.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, contabilizados no fluxo de caixa da Companhia.

Período	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Investimento (em R\$ milhões)	1.242.176	805.012	599.775

A Companhia, além dos parques que comercializaram energia no LER 2009, LER 2010 e A-3 2011 e das PCHs em operação, possui 1.858,6MW em capacidade instalada contratada que entrarão em operação até 2019.

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia utiliza linhas de financiamento, na modalidade Project Finance contratadas junto a bancos de fomento, além de outras dívidas via mercado de capitais, dentre outras.. Em 2014 a Companhia ou suas controladas contrataram empréstimos pontes junto ao BNDES e notas promissórias com banco comercial para financiar a construção dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III. Esses empréstimos de curto prazo serão quitados na data de desembolso do Contrato de Longo Prazo que será assinado entre a Companhia e o BNDES. Além disso, em setembro de 2014, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures de infraestrutura da controlada indireta da Companhia, Renova Eólica Participações S.A. Os recursos das Debêntures foram destinados ao Alto Sertão II com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia não realizou desinvestimentos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

b. *aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia*

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influencie materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. *novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

Não houve a aquisição de novos produtos e serviços nas linhas de negócios da Companhia.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2014 e conforme fato relevante publicado em 18 de fevereiro de 2014, os administradores da Companhia optaram por descontinuar a divulgação de projeções financeiras (*guidance*) neste item, tendo em vista a necessidade de alinhamento de sua política de divulgação de *guidance* com os procedimentos adotados por seus auditores independentes e demais consultores no contexto de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia no Brasil e no exterior, em conformidade com a Instrução CVM 400.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não se aplica. As projeções que a Companhia divulgava foram descontinuadas, conforme facultado pelo Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2014 e nos termos divulgados no fato relevante publicado em 18 de fevereiro de 2014, não havendo que se falar mais em quaisquer projeções neste formulário de referência. Além disso, as próprias projeções descontinuadas não se referiam a períodos ainda em curso. Conforme acima esclarecido, referiam-se ao exercício de 2016, período que ainda não está em curso.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A administração da Companhia é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria, regidos pelo disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e pelo Estatuto Social da Companhia. A Companhia possui ainda comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, os quais estão previstos no Estatuto Social da Companhia.

a. *atribuições de cada órgão e comitê.*

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é órgão de deliberação colegiada, responsável pelas diretrizes gerais de negócio da Companhia, incluindo a estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização da gestão dos Diretores da Companhia e de suas subsidiárias e controladas.

De acordo com o Estatuto Social vigente da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia será composto por nove membros e respectivos suplentes, em consonância com o Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2 ("Regulamento Nível 2") da BM&FBOVESPA S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro ("BM&FBOVESPA"), que a Companhia, seus administradores e acionistas controladores estão vinculados desde a realização da oferta pública inicial da Companhia em 2010, dos quais um será o Presidente, não havendo obrigatoriedade de serem acionistas da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia são eleitos em Assembleia Geral para um mandato unificado de dois anos, condicionando a posse em seus respectivos cargos à assinatura de um Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento Nível 2, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento, devendo permanecer em exercício em seus respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto de sete membros, eleitos em Assembleia Geral da Companhia. Para mais informações vide o item 12.6/8 deste Formulário de Referência.

Competência do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, suas subsidiárias e controladas; (ii) aprovar quinquenalmente, revisar anualmente ou modificar a qualquer tempo o Plano de Negócios da Companhia, bem como aprovar anualmente o Orçamento, tal como elaborados pela Diretoria; (iii) quando não prevista no Orçamento da Companhia, aprovar a venda, locação, alienação ou qualquer outra forma de disposição de ativos efetuada pela Companhia (incluindo suas subsidiárias e controladas), em valor que ultrapasse R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), com relação a uma transferência isolada de ativos, ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), com relação ao valor total das transferências de ativos em qualquer exercício social; (iv) quando não prevista no Orçamento da Companhia, aprovar qualquer aquisição de ativos que resulte em uma transferência, para a Companhia e/ou para qualquer das suas subsidiárias e controladas, de parte ou totalidade do fundo de comércio de uma determinada sociedade (i) em valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação a uma transferência isolada, ou (ii) em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com relação ao valor total das transferências em qualquer exercício social; (v) quando não prevista no Orçamento da Companhia, aprovar a celebração, o aditamento e/ou a rescisão de qualquer contrato ou outro instrumento que crie qualquer responsabilidade ou obrigação para a Companhia e/ou suas subsidiárias e controladas: (i) em valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com relação a um contrato isolado, ou (ii) em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com relação ao valor total dos contratos (incluindo aditivos) firmados em qualquer exercício social; (vi) aprovar a celebração, o aditamento ou a rescisão de qualquer acordo, contrato ou compromisso que envolva a Companhia e/ou qualquer das suas subsidiárias e controladas, de um lado, e qualquer acionista (direto ou indireto), diretor, conselheiro ou empregado (ou qualquer parente até o 3º grau de qualquer dessas pessoas) da Companhia e/ou de qualquer das subsidiárias (quando existentes) e/ou controladas, de outro, exceto com relação à aquisição de ativos que resulte em uma transferência, para a Companhia e/ou para qualquer das suas subsidiárias e controladas, de parte ou totalidade do fundo de comércio, cuja competência de deliberação para a aprovação será da Assembleia Geral, nos termos da Cláusula 15, alínea (xxii) do Estatuto Social da Companhia; (vii) eleger e destituir, a qualquer momento, aceitar renúncia de, deliberar acerca de pedido de licença temporária de, designar substitutos de, qualquer Diretor;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

fixar suas atribuições específicas, observado o disposto neste Estatuto Social; (viii) distribuir a remuneração global dos administradores, fixada pela Assembleia Geral, dentre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, assim como distribuir a remuneração anual global dos administradores das subsidiárias da Companhia; (ix) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, suas subsidiárias e controladas, bem como solicitando informações acerca de contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou acerca de quaisquer atos da administração; (x) manifestar-se acerca do relatório da administração, demonstrações financeiras e contas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral, assim como dos diretores das subsidiárias e controladas; (xi) convocar as Assembleias Gerais nas hipóteses legalmente previstas e quando julgar conveniente, observado o quanto disposto no art. 132 da Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia; (xii) submeter à Assembleia Geral proposta própria ou da Diretoria, nesse caso com parecer prévio, tendo como objetivo as seguintes matérias: (a) reforma do Estatuto Social da Companhia e dos atos constitutivos das subsidiárias e controladas, transformação, fusão, incorporação ou cisão da Companhia ou das suas subsidiárias e controladas; e (b) redução dos dividendos mínimos obrigatórios; (xiii) quando não previsto no Orçamento da Companhia, aprovar a celebração, por parte da Companhia ou por qualquer das suas subsidiárias e controladas, de qualquer contrato ou outro instrumento em relação a uma operação de mútuo, empréstimo, financiamento, linha de crédito ou outro instituto afim (ou promessa de qualquer um dos anteriores), como meio para que a Companhia ou qualquer das suas subsidiárias e controladas tenha acesso a fundos de terceiros e que consista em uma obrigação de a Companhia ou qualquer das suas subsidiárias e controladas pagar tais fundos acrescidos de juros, cujo valor total da transação (independente dos valores individuais dos instrumentos que a compõem) ultrapasse isoladamente R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou ainda, cumulativamente, ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no total, durante o exercício social; (xiv) deliberar acerca do aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do art. 8º do Estatuto Social da Companhia, fixando preço das ações a serem emitidas, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à respectiva emissão assim como deliberar acerca do aumento de capital social via capital autorizado das subsidiárias e controladas; (xv) propor a redução dos dividendos mínimos obrigatórios, a ser submetida à Assembleia Geral ou a mudança na política de distribuição de dividendos, assim como a redução dos dividendos mínimos obrigatórios ou a mudança na política de dividendos das subsidiárias e controladas da Companhia; (xvi) outorgar garantias de qualquer natureza sobre seus bens, direitos, ativos financeiros ou fixos, para garantir obrigações da Companhia ou das suas subsidiárias e controladas ou de terceiros (salvo se a garantia for concedida em uma operação que já tenha sido aprovada pelo Conselho de Administração, e desde que em tal aprovação tenha sido expressamente incluída a concessão de tal garantia); (xvii) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, suas subsidiárias e controladas, obrigatoriamente dentre empresas de auditoria independente de renome internacional; (xviii) deliberar acerca do pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, pela Companhia ou por suas subsidiárias e controladas, aos acionistas, nos termos da legislação aplicável; (xix) autorizar o levantamento de balancetes semestrais ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio da Companhia, suas subsidiárias e controladas, nos termos do art. 204 da Lei das S.A. e do Estatuto Social da Companhia; (xx) deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia, suas subsidiárias e controladas, assim como deliberar acerca das condições referidas nos incisos VI a VIII do art. 59 da Lei das S.A., e deliberar ainda, sobre a emissão de debêntures conversíveis dentro do capital autorizado, nos termos do artigo 5, §2º da Lei das S.A.; (xxi) deliberar acerca da constituição, alteração ou encerramento de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, assim como aprovar seus respectivos regimentos internos e eleger seus respectivos membros; (xxii) deliberar acerca da aquisição e alienação, pela Companhia, suas subsidiárias e controladas, de participação societária em outras sociedades e a constituição de subsidiárias e controladas, bem como a participação em concorrências públicas e a participação em consórcio de empresas, joint ventures, parcerias, acordos de profit sharing, etc.; (xxiii) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos empregados, administradores da Companhia, suas subsidiárias e controladas, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, suas subsidiárias e controladas; (xxiv) definir e apresentar à Assembleia Geral lista tríplice para a escolha de instituição para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, para efeitos da oferta pública de aquisição de ações da Companhia na hipótese de cancelamento do seu registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, na forma do Capítulo VIII do Estatuto Social da Companhia, ou de saída do Nível 2, na forma do Capítulo IX deste Estatuto Social; (xxv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; (xxvi) deliberar acerca da aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia pela própria Companhia ou de emissão de suas controladas pelas próprias controladas, para fins de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como acerca da sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e legislação aplicável; (xxvii) manifestar-

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

se previamente acerca de qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral da Companhia; (xxviii) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral nos termos da Lei das S.A. e do Estatuto Social da Companhia; (xxix) aprovar a alteração dos atos constitutivos, qualquer emissão de ações e bônus de subscrição e qualquer outro valor mobiliário, a fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou cisão, envolvendo suas subsidiárias e controladas, exceto, quando tratar-se de: a) alteração de sede; e b) transformação do tipo societário de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima Fechada, cuja competência, para deliberar tais matérias, será da Diretoria da Companhia, conforme previsto no artigo 33, inciso (vi), deste Estatuto Social; e (xxx) deliberar acerca da avaliação de bens destinados à integralização do capital social das suas subsidiárias e controladas, exceto de subsidiárias integrais, cuja competência será da Assembleia Geral da Companhia, nos termos do artigo 15, inciso (vi) deste Estatuto Social.

Segundo o Regulamento Nível 2 e o Estatuto Social da Companhia, no mínimo, 20% dos membros do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, Conselheiro Independente é aquele que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não foi, nos últimos três anos, empregado ou Diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Serão também considerados Conselheiros Independentes, aqueles eleitos mediante a faculdade prevista no artigo 141, §4º e §5º da Lei das Sociedades por Ações. A posse de novos membros do Conselho de Administração estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento Nível 2.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é responsável pela prática de todos os atos necessários a realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, observadas as disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da Diretoria deve ser residente no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, até no máximo um terço dos cargos da Diretoria poderão ser preenchidos por membros do Conselho de Administração.

A Diretoria é composta por até 5 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, sendo: 1 Diretor Presidente; 1 Diretor de Engenharia e Operações; 1 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; 1 Diretor de Sustentabilidade e Comunicação; e 1 Diretor Jurídico e de Compras. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

A posse de novos membros da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Por meio do Termo de Anuência, os nossos novos diretores responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado

Todos os membros da nossa Diretoria possuem endereço comercial na sede da Companhia, com exceção do Diretor de Meio-Ambiente, Sr. Ney Maron de Freitas o qual possui endereço comercial na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com escritório na Avenida Paulo VI, nº 30, Pituba, CEP 41810-001. O nosso diretor de relação com investidores é o Sr. Pedro Villas Boas Pileggi, sendo seu telefone/fax (11) 3569-6746, seu e-mail ri@renovaenergia.com.br e o nosso website é www.renovaenergia.com.br.

A Diretoria reúne-se sempre que assim exigirem os negócios sociais mediante convocação por qualquer de seus membros, com antecedência mínima de dois dias úteis. A convocação das reuniões da Diretoria se dá sempre por escrito, por meio de carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico, digitalmente certificado, ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

destinatário, e deverá indicar o local, data e hora da reunião, bem como a ordem do dia.

Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício.

As reuniões da Diretoria serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros; e, em segunda convocação com qualquer quorum e as deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria dos votos de seus membros.

Salvo exceções expressas no Estatuto Social da Companhia, as deliberações da Diretoria são tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes nas reuniões. Todas as deliberações da Diretoria constam de atas lavradas no respectivo livro e são assinadas pelos Diretores presentes.

Competências da Diretoria

Compete especialmente à Diretoria: (i) apresentar à Assembleia Geral, depois de submetidas ao parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o relatório da administração e as demonstrações financeiras previstas em lei, bem como a proposta de destinação dos lucros do exercício; (ii) fixar, com base na orientação do Conselho de Administração, a política de investimento e financeira da Companhia; (iii) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições do art. 35 do Estatuto Social da Companhia; (iv) transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis dentro dos limites previstos neste Estatuto Social e nas deliberações do Conselho de Administração; (v) praticar todos os atos visando à consecução do objeto social e do regular funcionamento da Companhia; (vi) aprovar: a) as alterações nos atos constitutivos de subsidiárias e controladas, relativos a: a.i) alteração de sede; e a.ii) transformação do tipo societário de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima Fechada; e (vii) autorizar os aumentos de capital social das subsidiárias e controladas, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração possui atualmente um 1 Comitê de Auditoria e *Compliance*, 1 Comitê Financeiro, 1 Comitê de Talentos e Remuneração, 1 Comitê de Engenharia e Operação e 1 Comitê de Gestão e 1 Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção (“Comitês de Assessoramento”), os quais exercem funções consultivas, em conformidade com os seus respectivos regimentos internos, com o escopo principal de assessorar o Conselho de Administração nas seguintes atividades: (i) o Comitê de Auditoria e *Compliance* assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna, bem como de revisar as demonstrações financeiras da Companhia; (ii) o Comitê Financeiro assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação de investimentos e desinvestimentos em negócios que estejam compreendidos no objeto social da Companhia e na identificação de necessidades financeiras e proposição de mecanismos para supri-las; (iii)

o Comitê de Talentos e Remuneração assessorará o Conselho de Administração nas atividades de seleção e contratação de colaboradores, inclusive aqueles que exerçam cargos estatutários, políticas de remuneração e outras atividades relacionadas a recursos humanos; (iv) o Comitê de Engenharia e Operação assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação do planejamento para implantação dos projetos de geração de energia, de escolha e contratação dos fornecedores e de acompanhamento da construção, dos cronogramas e orçamentos; (v) o Comitê de Gestão assessorará o Conselho de Administração nas atividades de formulação das estratégias de atuação da Companhia, na definição do Plano de Negócios e do Orçamento, no estabelecimento das metas e indicadores e no monitoramento do desempenho operacional da Companhia; e (vi) o Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção assessorará o Conselho de Administração no acompanhamento e desenvolvimento dos estudos de novas tecnologias e novos modelos de negócios, bem como no acompanhamento do *pipeline* de projetos eólicos que estiverem em desenvolvimento.

Cada Comitê será composto por 6 membros eleitos pelo Conselho de Administração, com mandatos de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Além dos comitês estatutários, o Conselho de Administração poderá criar comitês adicionais para o seu assessoramento, designando os seus respectivos membros dentre os membros da administração da Companhia ou outras pessoas relacionadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

O funcionamento dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração será disciplinado pelo Conselho de Administração, que deverá aprovar os respectivos regimentos internos e o disposto no Estatuto Social da Companhia.

A tabela a seguir apresenta os nomes e cargos dos atuais membros dos comitês:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Comitês	Membros	
	Indicados pela Light e Cemig	Indicados pela RR Participações
Auditoria e Compliance	André Rocha Mahmoud e Douglas Braga Ferraz de Oliveira	Daniel Famano e Renato Amaral
Gestão	Evandro Leite Vasconcelos e Gilberto José de Cardoso	Ricardo Delneri e Daniel Famano
Engenharia e Operação	Luis Fernando Guimarães e Gilberto José Cardoso	Daniel Famano e Renato Amaral
Talentos e Remuneração	Ana Silvia Corso Matte e Douglas Braga Ferraz de Oliveira	Ricardo Delneri e Daniel Famano
Financeiro	VAGO e Douglas Braga Ferraz de Oliveira	Ricardo Delneri e Daniel Famano
Novas Tecnologias e Prospecção	Douglas Braga Ferraz de Oliveira e Luiz Fernando de Almeida Guimarães	Daniel Famano e Renato Amaral

b. *data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês.*

Até a data deste Formulário de Referência o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

Os Comitês de Assessoramento foram criados em 30 de maio de 2012.

c. *mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.*

A Companhia não possui mecanismos de avaliação de desempenho dos seus órgãos de administração e comitês.

d. *em relação aos Membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.*

As responsabilidades individuais dos Diretores são atribuídas pelo Conselho de Administração e pelo Estatuto Social, conforme segue:

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (i) presidir as reuniões da Diretoria; (ii) promover a execução e implementação das políticas, estratégias, orçamentos, projetos de investimento e demais condições do plano de negócios da Companhia; (iii) representar institucionalmente a Companhia; (iv) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (v) manter os membros do Conselho de Administração informados acerca das atividades da Companhia e do andamento de suas operações; (vi) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; e (vii) receber e analisar a possibilidade e viabilidade das solicitações dos acionistas quanto a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais, observado o disposto no artigo 6º do estatuto social da Companhia.

Compete ao Diretor de Engenharia e de Operações, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) Colaborar com o planejamento, engenharia, operação e manutenção dos projetos de geração de energia elétrica da Companhia; (ii) desenvolver e responder tecnicamente pelos projetos de engenharia que serão implementados ou considerados para a tomada de decisão de novos negócios da Companhia; (iii) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas à implantação de projetos de geração de energia elétrica da Companhia; (iv) responsabilizar-se pela operação e manutenção dos projetos de geração de energia elétrica da Companhia, bem como pela supervisão de empresas contratadas para este objetivo; e (v) demais atividades técnicas e operacionais da Companhia.

Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza administrativa e financeira da Companhia; (ii) gerir as finanças consolidadas da Companhia; (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia, acompanhar os resultados da Companhia, preparar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (iv) coordenar a avaliação e implementação de aplicações financeiras, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia; (v) representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (vi) planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (vii) planejar, coordenar e representar a Companhia em emissões e distribuição de instrumentos de capital; (viii) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (ix) observar as exigências

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios; (x) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (xi) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e (xii) zelar pelo cumprimento das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários; (xiii) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas ao desenvolvimento e a implementação dos novos negócios da Companhia; (xiv) coordenar a avaliação, estruturação e implementação de oportunidades de investimentos em outras sociedades (fusões e aquisições); e (xv) coordenar a avaliação, estruturação e implementação de oportunidades de investimentos em projetos de geração ou comercialização de energia.

Compete ao Diretor de Sustentabilidade e de Comunicação dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, sugerir, definir e coordenar os procedimentos socioambientais a serem adotados pela Companhia; (ii) responsabilizar-se pelos aspectos socioambientais das atividades realizadas pela Companhia; (iii) definir e acompanhar a execução de novas práticas socioambientais nos projetos a serem implementados pela Companhia; (iv) planejar, sugerir, e definir as atividades de comunicação empresarial (inclusive imprensa), sustentabilidade, e relacionamento com as comunidades.

Compete ao Diretor Jurídico e de Compras, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) coordenar e supervisionar o departamento jurídico e compras da Companhia; (ii) prestar aconselhamento jurídico e de compras nas atividades da Companhia; (iii) coordenar consultores e advogados externos, acompanhando os processos administrativos e judiciais relacionados à Companhia; (iv) conduzir os processos de compras de suprimentos e equipamentos necessários para o desenvolvimentos dos projetos da Companhia; (v) coordenar e acompanhar o relacionamento da Companhia com os seus fornecedores; (vi) promover a manutenção, conservação e modernização das instalações administrativas da Companhia; e (vii) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

O Conselho de Administração poderá deliberar pela união das competências de qualquer diretoria da Companhia, observado o disposto no parágrafo quarto do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos membros dos comitês e do Conselho.

O desempenho dos membros Diretoria é avaliado com base na performance pessoal dos membros, resultados globais da empresa e cumprimento das metas estabelecidas.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto a prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. As convocações dos acionistas para as assembleias gerais da Companhia são publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, veículo oficial do Governo do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, sendo a primeira convocação realizada, no mínimo, 15 dias antes da Assembleia Geral de Acionistas, e a segunda convocação, com oito dias de antecedência, nos termos estabelecidos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

b. competências

Além das matérias previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, compete, exclusivamente, à Assembleia Geral: (i) deliberar acerca de qualquer alteração no Estatuto Social da Companhia; (ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração da Companhia; (iii) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia; (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia; (v) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, acerca da destinação do lucro do exercício, inclusive a constituição de reservas de lucros da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações e da distribuição de dividendos; (vi) deliberar acerca da avaliação de bens destinados à integralização do capital social da Companhia e de suas subsidiárias integrais (conforme definidas no artigo 251, da Lei das Sociedades por Ações); (vii) deliberar acerca de qualquer transformação de tipo societário, incorporação (inclusive incorporação de ações), cisão, fusão, resgate de ações e/ou conversão de valor mobiliário em ações, desdobramento ou grupamento de ações, da Companhia; (viii) nomear administrador judicial, deliberar acerca da liquidação da Companhia, eleger e destituir liquidante e julgar-lhes as contas, bem como eleger e destituir o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (ix) deliberar acerca da dissolução, do ajuizamento do pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (x) deliberar acerca da emissão de ações e bônus de subscrição e qualquer outro valor mobiliário pela Companhia, observado o quanto disposto no artigos 8º do Estatuto Social da Companhia; (xi) autorizar a emissão de debêntures pela Companhia, exceto a emissão de debêntures que serão autorizadas pelo Conselho de Administração, nos termos do art. 25, inciso (xvi) do Estatuto Social da Companhia; (xii) suspender o exercício dos direitos do acionista da Companhia que deixarem de cumprir obrigações impostas por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia; (xiii) deliberar acerca de atribuição de participação nos lucros da Companhia aos seus administradores e/ou empregados, bem como aprovar e orientar o voto na deliberação sobre plano de participação nos lucros a administradores e/ou empregados das Subsidiárias da Companhia; (xiv) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações de emissão da Companhia aos administradores ou empregados da Companhia ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, bem como aprovar e orientar o voto na deliberação sobre planos de opção de compra de ações de emissão das Subsidiárias da Companhia; (xv) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; (xvi) deliberar acerca da saída do Nível 2, da BM&FBOVESPA, nos termos do Capítulo IX deste Estatuto Social, ou migração para o segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (xvii) escolher a empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 2; (xviii) deliberar acerca da celebração, o aditamento ou a rescisão de qualquer acordo, contrato ou compromisso que envolva a Companhia e/ou qualquer das suas Subsidiárias, de um lado, e qualquer acionista relevante, nesse conceito entendido o acionista que direta ou indiretamente possuir participação no capital social da Companhia superior a 5% (cinco por cento), diretor, conselheiro ou empregado (ou qualquer parente até o 3º grau de qualquer dessas pessoas) da Companhia e/ou qualquer das suas Subsidiárias, que envolva a aquisição de ativos que resulte em uma transferência, para a Companhia e/ou qualquer das suas Subsidiárias, de parte ou totalidade do fundo de comércio; e (xix) deliberar acerca de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia a serem analisados e discutidos em assembleia geral ficam à disposição dos acionistas na sede da Companhia localizada na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 4º andar, Vila Gertrudes, CEP 04707-910, Cidade e Estado de São Paulo e em sua página na rede mundial de computadores (www.renovaenergia.com.br) bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

d. identificação e administração de conflitos de interesses.

A Companhia não tem mecanismos específicos para a identificação e administração de conflitos de interesse além dos previstos na legislação societária e no Estatuto Social da Companhia, porque entende que tais mecanismos são suficientes para este fim.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

No entanto, além de observar o disposto na legislação societária e em seu Estatuto Social, a Companhia possui um Código de Ética e Conduta que estabelece diretrizes para identificação, prevenção e administração de potenciais situações de conflitos de interesse, dispondo, resumidamente, que:

- Os representantes da Companhia devem agir tendo em vista o melhor interesse da Companhia. Considerações pessoais ou relacionamentos externos não devem interferir nos interesses da Companhia e, portanto, não se deve utilizar da posição ocupada na Companhia em benefício próprio, de parentes ou de amigos.
- Ao identificar um conflito real ou potencial, tal conflito deve ser imediatamente relatado ao gestor da área envolvida, o qual deverá se encarregar de solucioná-lo. Adicionalmente, o colaborador da Companhia que identificar tal conflito real ou potencial deve se ausentar das discussões e não deve participar das decisões a respeito, exceto se solicitado pelo gestor, visando proporcionar mais detalhes sobre o caso em tela e as partes envolvidas, abstendo-se, contudo, de qualquer deliberação sobre a matéria.
- Caso algum colaborador da Companhia que possa ter um potencial ganho privado decorrente de algum conflito não manifeste seu conflito de interesse, qualquer outro colaborador que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo. Neste caso, a não manifestação voluntária do colaborador em situação de conflito será considerada uma violação da política de conflitos de interesse da Companhia.
- A Companhia não fará restrições às atividades político-partidárias e os colaboradores da Renova terão o direito de livre associação. Contudo, o exercício de atividades políticas ou a filiação a qualquer partido político deverá ser comunicado à Diretoria da Companhia. Os colaboradores, se filiados a partidos políticos, não deverão utilizar o seu horário de trabalho ou recursos da Companhia.
- É terminantemente proibido o exercício de atividades político-partidárias no ambiente de trabalho e que envolvam, sob qualquer forma, recursos da Renova, bem como é proibida a veiculação de qualquer forma de propaganda política nas instalações da Renova.
- O colaborador da Renova que participar de atividade política o fará como cidadão e nunca como representante da Renova. Desta forma, qualquer opinião política dos colaboradores jamais deverá ser exteriorizada como uma posição política da Renova.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A administração da Companhia não realiza pedidos públicos de procurações aos acionistas para o exercício do direito de voto. Os acionistas que desejarem ser representados em assembleias deverão atender às formalidades descritas no item “f” abaixo.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

O Estatuto Social da Companhia determina que os acionistas devem entregar na sede da Companhia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da realização da respectiva assembleia geral, os seguintes documentos (i) comprovante de titularidade de suas ações, expedido pela instituição depositária das ações escriturais até 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, conforme determinado em lei e no Estatuto Social da Companhia; e (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato emitido pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, contendo a respectiva participação acionária, devendo tal documento ter sido expedido no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da respectiva assembleia geral, ressalvando que o acionista que comparecer à assembleia geral munido dos documentos exigidos poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente. Estabelece ainda que titulares de *units* poderão ser representados em assembleias gerais por procurador nos termos da legislação societária e do Estatuto Social.

A Companhia aceita instrumentos de procuração outorgados por acionistas desde que observados os requisitos previstos na Lei das Sociedades por Ações, se pessoa física, ou, se pessoa jurídica, desde que o instrumento de procuração esteja de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil.

Por ora, a Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

acionistas sobre as pautas das Assembleias.

A Companhia não mantém fóruns e páginas na Internet para receber e compartilhar informações e comentários sobre as pautas das Assembleias.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das Assembleias.

A Companhia não transmite ao vivo suas Assembleias.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

A Companhia ainda não adotou política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das suas Assembleias Gerais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2014	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	05/03/2015
		Valor Econômico - SP	05/03/2015
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	31/03/2015
			01/04/2015
			02/04/2015
		Valor Econômico - SP	31/03/2015
			01/04/2015
			02/04/2015
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Valor Econômico - SP	18/02/2014
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	18/02/2014
			19/02/2014
			20/02/2014
		Valor Econômico - SP	18/02/2014
			19/02/2014
			20/02/2014
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo (estimativa) - SP	20/05/2014
		Valor Econômico (estimativa) - SP	20/05/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	19/03/2013
		Valor Econômico - SP	19/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	19/03/2013
			20/03/2013
			21/03/2013
		Valor Econômico - SP	19/03/2013
			20/03/2013
			21/03/2013
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	30/07/2013
		Valor Econômico - SP	30/07/2013

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. frequência das reuniões

O Estatuto Social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á pelo menos trimestralmente em caráter ordinário, entretanto, referido órgão costuma-se reunir mensalmente para tratar de matérias de natureza deliberativa ou informativa, conforme o caso.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O acordo de acionista firmado pelos acionistas integrantes do bloco de controle em 19 de dezembro de 2014 (no caso da Companhia, a Cemig GT, a Light Energia S.A. e a RR Participações S.A.) estabelece que haverá realização de Reunião Prévia antes de toda e qualquer assembleia geral e/ou reunião do Conselho de Administração da Companhia, de forma a definir e vincular o teor do voto desses acionistas em uma assembleia geral ou dos membros do Conselho de Administração indicados por tais acionistas nas reuniões do Conselho de Administração ou, quando aplicável, orientar os administradores da Companhia ou de suas subsidiárias, conforme o caso, nos termos do item 4.2.1 e no capítulo V do referido acordo.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não tem mecanismos específicos para a identificação e administração de conflitos de interesse além dos previstos na legislação societária e no Estatuto Social da Companhia, porque entende que tais mecanismos são suficientes para este fim.

No entanto, além de observar o disposto na legislação societária e em seu Estatuto Social, a Companhia possui um Código de Ética e Conduta que estabelece diretrizes para identificação, prevenção e administração de potenciais situações de conflitos de interesse. Para mais informações relacionadas ao disposto no Código de Ética e Conduta da Companhia especificamente sobre este ponto, vide item 12.2.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Nível 2, do Contrato de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, do Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Ricardo de Lima Assaf	36	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2014	2 anos
283.393.748-26	Advogado	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	20/03/2014	Sim
Diretor Vice-Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais				
Fernando Chein Muniz	45	Pertence apenas à Diretoria	09/12/2015	Março 2016
548.743.511-15	Engenheiro Civil	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	09/12/2015	Sim
Diretor Vice-Presidente de Engenharia e Operações				
Cristiano Corrêa de Barros	59	Pertence apenas à Diretoria	15/03/2016	Março/2016
327.933.916-20	Engenheiro Eletricista	10 - Diretor Presidente / Superintendente	15/03/2016	Sim
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 15/03/2016, o Sr Cristiano Corrêa foi eleito interinamente ao cargo de Diretor-Presidente da Companhia. Desta forma, o Sr. Cristiano passará a acumular o cargo de Diretor-Presidente e Diretor Vice-Presidente de Finanças, Desenvolvimento de Negócios e Relações com Investidores até que ocorram novas eleições.				
Ney Maron de Freitas	41	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2014	2 anos
405.146.175-00	Engenheiro e Advogado	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	20/03/2014	Sim
Diretor Vice-Presidente de Meio Ambiente e Sustentabilidade				
Ricardo Lopes Delneri	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
157.602.498-94	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/03/2014	Sim
Renato do Amaral Figueiredo	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
146.623.258-70	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/03/2014	Sim
César Vaz de Melo Fernandes	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/01/2016	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)
299.529.806-04	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	07/01/2016	Sim
Não há.				
Carlos José Teixeira Corrêa	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
844.493.577-87	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21/03/2014	Sim
Geoffrey David Cleaver	54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/03/2014	2 anos
063.631.758-79	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/03/2014	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Luiz Felipe da Silva Veloso	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/01/2016	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)
432.907.286-68	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	07/01/2016	Sim
Não há.				
Rodrigo Matos Huet de Bacellar	40	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
068.386.827-61	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	21/03/2014	Não
Silvio Cláudio Peixoto de Camargo	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/12/2014	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)
122.917.168-16	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	22/12/2014	Não
Tiago de Sousa Guedes	30	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
105.038.497-07	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21/03/2014	Sim
Evandro Leite Vasconcelos	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)
251.704.146-68	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	04/05/2015	Sim
Wander Luiz de Oliveira	54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/01/2016	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)
246.978.186-87	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	07/01/2016	Sim
Não há.				
Fernanda Carvalho de Abreu e Crespo	37	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/01/2016	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)
300.089.988-09	Engenheira Química	23 - Conselho de Administração (Suplente)	07/01/2016	Sim
Não há.				
Daniel Teruo Famano	35	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/03/2014	2 anos
299.262.938-32	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21/03/2014	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Peter Edward Cortes Marsden Wilson	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/12/2014	2 anos contados de 20 de março de 2014
168.126.648-20	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/12/2014	Não
Ana Paula de Sousa Soares	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/12/2014	2 anos contados de 20 de março de 2014
915.537.177-91	Contadora	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/12/2014	Não
Thiago Montenegro Henry	31	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2015	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)
330.127.548-65	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2015	Sim
Não Aplicável				
Claudio Bernardo Guimarães de Moraes	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/01/2016	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)
761.155.427-15	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	07/01/2016	Sim
Não há.				
João Batista Zolini Carneiro	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/01/2016	2 anos a partir de 20/03/14 (Mandato em curso)
485.662.926-34	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	07/01/2016	Sim
Não há.				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				

Ricardo de Lima Assaf - 283.393.748-26

Ricardo de Lima Assaf é advogado formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com especialização em direito público pela Fundação Getúlio Vargas. O Sr. Ricardo Assaf atua na Companhia desde janeiro de 2014, onde ocupa o cargo de Diretor Jurídico e Regulatório. Anteriormente, atuou por mais de 10 anos no setor de energia elétrica, com foco em regulação setorial, financiamento de projetos e operações de fusão e aquisição. Antes de ingressar na Renova, Ricardo Assaf foi sócio do escritório jurídico Machado Meyer Sendacz e Opice, no qual permaneceu por mais de 7 anos, após ter iniciado a carreira no escritório jurídico Felsberg e Associados.

O Sr. Ricardo Assaf não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Fernando Chein Muniz - 548.743.511-15

Fernando Chein é engenheiro civil pela Universidade Federal de Goiás desde 1992, com MBA em Finanças Corporativas pela PUC-RJ e MBA em Gestão Empresarial pela FGV-SP. Trabalhou 23 anos na Organização Odebrecht, sendo 18 anos na Construtora Norberto Odebrecht, na qual foi responsável pela implantação de diversas hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas - PCHs. Na Odebrecht Energia foi diretor de geração por três anos, responsável pelos investimentos de energia renovável da empresa no Brasil e exterior e na Odebrecht Ambiental, empresa na qual atuava desde novembro de 2013, foi diretor superintendente, responsável pelo segmento de Resíduos.

O Sr. Fernando Chein não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Cristiano Corrêa de Barros - 327.933.916-20

Graduado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG em 1978, em Engenharia Econômica pela UFMG, em Análise de Sistemas de Processamento de Dados pela UFMG e em Project Analysis Certificate Program – IID/USA. Iniciou sua carreira na CEMIG em 1979, exercendo diversos cargos nas áreas de Planejamento Empresarial, Controle Financeiro, Risco Corporativo e Compliance. Na Cemig foi Diretor de Finanças e Participações, Diretor de Relações com Investidores e membro do Conselho de Administração. Na GASMIG foi Diretor Financeiro, Administrativo e Comercial e Membro do Conselho Fiscal. Atuou como membro do Conselho de Administração e Fiscal de diversas empresas do grupo. É membro do Conselho Fiscal do Operador Nacional do Sistema – ONS, desde abril de 2014. Na Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, foi membro do Conselho de Administração e atuava como Diretor de Finanças e de Relações com Investidores desde agosto de 2012. O Sr. Cristiano Corrêa não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Ney Maron de Freitas - 405.146.175-00

O Sr. Ney Maron é graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia – UFBA em 1989 e em Direito pela Universidade Católica de Salvador – UCSAL em 2005, e possui especialização em Negócios Imobiliários pela Universidade Salvador e especialização em Direito Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. O Sr. Ney Maron atuou como Técnico em Recursos Naturais no Centro de Recursos Ambientais do Estado da Bahia, órgão executor da Política Ambiental do Estado da Bahia, quando exerceu as funções de Diretor de Licenciamento Ambiental e de Chefe de Gabinete, entre 2003 e 2006, tendo ainda trabalhado na Braskem S.A., empresa do ramo de desenvolvimento químico na área de Qualidade, Produtividade, Saúde Segurança e Meio Ambiente da Unidade Insumos Básicos – UNIB durante o primeiro semestre de 2007. O Sr. Ney Maron atua como membro-colaborador da Comissão de Meio Ambiente da OAB-BA. Ingressou na Companhia em setembro de 2007.

O Sr. Ney Maron não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Ricardo Lopes Delneri - 157.602.498-94

O Sr. Ricardo Delneri é sócio-fundador da Renova. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP em 1992. Desde sua graduação, tem sido um empreendedor, tendo fundado e administrado uma das primeiras administradoras de recursos independente do Brasil, a Tudor Asset Management, gestora de ativos, que chegou a administrar US\$80,0 milhões em renda variável em 1999, ano em que o Sr. Ricardo Delneri alienou sua participação na Tudor Asset Management. Em 2000, o Sr. Ricardo Delneri começou a atuar no setor elétrico brasileiro através da criação da Enerbras Centrais Elétricas S.A. Em 2006, juntamente com o Sr. Renato Amaral fundou a Renova Energia S.A. e, desde então, atua ativamente no mercado de energia renovável do país, através de desenvolvimento de projetos eólicos e hídricos. O Sr. Ricardo Delneri é Diretor da Associação dos Pequenos e Médios Produtores de Energia – APMPE e participa ativamente da instituição e aprimoramento dos marcos regulatório das fontes renováveis de energia no Brasil.

O Sr. Ricardo Delneri não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Renato do Amaral Figueiredo - 146.623.258-70

O Sr. Renato Amaral é sócio-fundador da Renova. Graduiu-se em Engenharia Elétrica pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP em 1993. Desde sua graduação, tem sido um empreendedor, tendo fundado e administrado uma das primeiras administradoras de recursos independente do Brasil, a Tudor Asset Management, gestora de ativos, que chegou a administrar US\$80 milhões em renda variável em 1999, ano em que o Sr. Renato Amaral alienou sua participação na Tudor Asset Management, gestora de ativos. Em 2000, o Sr. Renato Amaral começou a atuar no setor elétrico brasileiro através da criação da Enerbras Centrais Elétricas S.A., na qual foi responsável por todas as etapas da implantação do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, com a implantação de PCHs que totalizam 42MW de capacidade instalada, tendo adquirido experiência na prospecção e desenvolvimento de tais projetos. Em 2006, juntamente com o Sr. Ricardo Delneri fundou a Renova Energia S.A. e, desde então, atua ativamente no mercado de energia renovável do país, através de desenvolvimento de projetos eólicos e hídricos. O Sr. Renato atua como Diretor de Energia na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Vice-Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEÓLICA e como conselheiro na Câmara Técnica de Energia – Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI do estado da Bahia.

O Sr. Renato Amaral não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

César Vaz de Melo Fernandes - 299.529.806-04

O Sr. César Vaz de Melo Fernandes é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Membro do Conselho de Administração e dos Comitês de Finanças, Gestão e RH da Light S.A.; membro do Conselho de Administração e dos Comitês de Finanças e Técnico da Gasmig; membro do Conselho de Administração da Axxiom; membro do Conselho de Administração e do Comitê de Finanças da Madeira Energia-UHE Santo Antônio; membro do Conselho de Administração da Ativas Data Center S.A..O Sr. César Vaz não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Carlos José Teixeira Corrêa - 844.493.577-87

O Sr. Carlos José Teixeira Correa formou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possuindo MBA Executivo pelo IBMEC SP. O Sr. Carlos José foi funcionário do Banco Real S/A, banco de varejo, entre 1990 e 2006, onde atuou como Gerente de Relacionamento na área de operações estruturadas da Diretoria de Comércio Exterior, e do Wholesale Bank – Segmento Químico e Petroquímico. Participou da equipe Corporate do Banco ABN AMRO Real S/A, oportunidade na qual realizou o desenvolvimento do seguimento de Energia Renovável, sendo o responsável no Brasil pela avaliação e estruturação dos projetos originados na área comercial. Ao final do ano de 2006 passou a integrar a equipe de Gestão do Fundo de Investimentos em Participações InfraBrasil, onde atua até hoje como Superintendente de Investimentos da Mantq Investimentos. É membro do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Participações em Bioeletricidade S/A e Presidente do Conselho de Administração da Energia Renováveis do Brasil S/A – ERB.

O Sr. Carlos Corrêa não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Geoffrey David Cleaver - 063.631.758-79

Superintendente Executivo do Banco Santander (Brasil) S.A, instituição financeira que exerce além de outras a função de captar os recursos dos superavitários e emprestar aos deficitários onde é responsável, desde 2004, pela área de gestão de FIPs do Banco Santander (Brasil). Nesta função responde pela administração do InfraBrasil – Fundo de Investimento em Participações S.A. e pela gestão do Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, ambos os fundos dedicados para setores de infraestrutura. O Sr. Geoffrey Cleaver é formado em administração pela FAAP em 1984. Ingressou no Banco Real (sucedido por incorporação pelo Banco Santander (Brasil) S.A.) no final de 2004, após ter trabalhado por mais de oito anos no Latin America Enterprise Fund Managers, um gestor de fundos de private equity para a América Latina. No Latin America Enterprise Fund Managers, o Sr. Geoffrey Cleaver foi co-responsável pela carteira de investimentos dos fundos LAEF I e LAEF II no Brasil, que detinham participações nas seguintes empresas: Drogasil, Microlite, Cinemark Brasil, Tecto, Officenet e Mastersaf. Anteriormente, o Sr. Geoffrey Cleaver trabalhou por dez anos no Banco J.P. Morgan S.A., nas áreas de investment banking e private equity. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

O Sr. Geoffrey Cleaver não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Luiz Felipe da Silva Veloso - 432.907.286-68

O Sr. Luiz Felipe da Silva Veloso é formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Foi Conselheiro Administrativo da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ entre 1995 e 1996 e Conselheiro Fiscal da Companhia de Gás de Minas Gerais-GASMIG entre 2005 e 2010. Atualmente é Assessor Especial da Presidência e Superintendente de Estratégia e Sustentabilidade da Furnas Centrais Elétricas S.A..O Sr. Luiz Felipe não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Rodrigo Matos Huet de Bacellar - 068.386.827-61

O Sr. Rodrigo Bacellar exerce a função Superintendente da Área de Insumos Básicos do BNDES, responsável pelos financiamentos aos setores de Petróleo, Gás e Construção Naval; Siderurgia, Mineração e Cimento; Química e Petroquímica; Papel e Celulose. Ingressou no BNDES, banco de fomento brasileiro por concurso público, em 2000, e desde então exerceu diversos cargos executivos, com atuação voltada à indústria de base e ao setor de petróleo e gás. Foi chefe do departamento de operações por Internet, responsável pelo Cartão BNDES, durante quatro anos. Iniciou sua carreira como Analista Financeiro no Banco BBM Investimentos (1995-2000). É engenheiro de Produção, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com pós-graduação em finanças pela FGV e MBA pela Coppead/UFRJ. Participou de programas de treinamento executivo, com destaque para Gestão Estratégica de Pessoas pela INSEAD/FDC e de Conselheiros de Administração pelo IBGC.

O Sr. Rodrigo Bacellar não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Silvio Cláudio Peixoto de Camargo - 122.917.168-16

Graduado em administração pela Fundação Getúlio Vargas, com especialização em Private Equity, Venture Capital e Governança Corporativa pela Harvard Business School. Possui mais de 19 anos de experiência no mercado financeiro onde atuou como analista de investimento em diversas instituições financeiras, bem como gestor de fundos de investimento em gestores independentes e, atualmente é sócio da empresa Managrow Consultoria Estratégica em Finanças Ltda. É membro do Conselho de Administração da Fertilizantes Heringer e da Trisul Incorporadora. Foi membro do Conselho de Administração da Bradespar (suplente) e da Cerâmica Topázio;

O Sr. Silvio Camargo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Tiago de Sousa Guedes - 105.038.497-07

O Sr. Tiago Guedes é especialista de novos negócios na Light S.A. desde junho de 2013, onde suas principais atribuições são: participar de todo o processo de M&A, desde a prospecção, estruturação da operação, até o acompanhamento posterior dos resultados, com foco na análise da viabilidade econômico-financeira. Anteriormente, o sr. Tiago atuou na InvestimentosNaPratica.com como consultor de negócios de janeiro de 2011 até junho de 2013, na Oi S.A. como analista financeiro de agosto de 2012 a junho de 2013 e na IBAM como consultor financeiro, de setembro de 2009 a fevereiro de 2010.

O Sr. Tiago Guedes não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Evandro Leite Vasconcelos - 251.704.146-68

O Sr. Evandro Leite Vasconcelos, é Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 30.04.2015. Engenheiro civil, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em engenharia de recursos hídricos pela COPPE/UFRJ (1989) e MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas-FGV. Foi professor de física do Sistema Pitágoras de Ensino e professor de Hidrologia no curso de Engenharia Civil do Instituto Politécnico da PUC-Minas. Trabalhou na Cemig de 1983 a 2010, ocupando a Gerência da Divisão de Hidrometeorologia Operacional e também a do Departamento de Planejamento Energético, foi Superintendente de Coordenação de Geração e Transmissão e também Superintendente de Transmissão, Superintendente de Geração, Superintendente de Planejamento e Operação de Geração e Transmissão. Foi Diretor de Geração e Diretor-Presidente da Empresa Rosal Energia S.A., empresa subsidiária da CEMIG e Diretor de Energia da Light S.A. O Sr. Evandro Vasconcelos não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Wander Luiz de Oliveira - 246.978.186-87

O Sr. Wander Luiz de Oliveira é formado em Engenharia Mecânica e pós-graduado em Gestão Estratégica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Membro do Conselho de Administração da Aliança Geração de Energia S.A. e da Aliança Norte Energia Participações S.A. desde 2015 e membro do Conselho de Administração da Retiro Baixo Energia S.A. e da Guanhães Energia S.A. desde 2014. Atualmente é Superintendente de Aquisição e Gestão de Negócios de Geração da Cemig Geração e Transmissão S.A. O Sr. Wander Luiz não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Fernanda Carvalho de Abreu e Crespo - 300.089.988-09

A Sra. Fernanda Carvalho de Abreu e Crespo é Superintendente de Desenvolvimento de Negócios da Light desde Junho de 2013. Formou-se em Engenharia Química pela Escola Politécnica da USP em 2000. Concluiu seu Masters in Finance pela London Business School em 2011. A Sra. Fernanda Crespo iniciou sua carreira profissional na Unilever em Operações Industriais. Entre 2001 e 2006, integrou o time de Desenvolvimento de Negócios e M&A da Oxiten / Grupo Ultra tendo sido responsável pela avaliação de projetos de capital (greenfield e brownfield) e de uma série de processos de aquisição de ativos e empresas no setor de Petroquímico e de Especialidades Químicas na América Latina e Europa. Entre 2006 e 2007 integrou a equipe de Planejamento Estratégico Corporativo da Vale. Entre 2007 e 2012 a Sra. Fernanda Crespo teve diversas posições sêniores na BHP Billiton, sendo que de 2009 a 2012 integrou o time de Desenvolvimento de Negócios e M&A em Londres estando responsável por diversos esforços de crescimento e otimização de portfólio na Europa, na África e no Brasil. O Sra. Fernanda Carvalho não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Daniel Teruo Famao - 299.262.938-32

O Sr. Daniel Famao é engenheiro de materiais formado pela Escola Politécnica da USP e certificado pelo PLD (Program for Leadership Development) na Harvard Business School. De 2009 a 2013 foi responsável pela Superintendência de Finanças Corporativas e RI da Renova Energia S.A. Anteriormente atuou na área de M&A da Iguatemi Empresa de Shopping Centers e na área de desenvolvimento e gestão de produtos da Telefônica.

O Sr. Daniel Famao não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Peter Edward Cortes Marsden Wilson - 168.126.648-20

Graduado em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas, com MBA em finanças na Fundação Getúlio Vargas – EAESP São Paulo e Mestrado em economia na Fundação Getúlio Vargas – Escola de Economia de São Paulo. De 1993 a 1997 atuou como Trader e Controller no Banque Nationale de Paris em São Paulo e em Nova York. De 1999 a 2001, como gestor de investimentos ajudou a desenvolver a área de negócios de América Latina na Globalvest Management L.P/Latinvest Asset Management. De 2001 a 2003, como gerente financeiro sênior, foi responsável pela formação e controle de todos os fundos Offshore da Ourinvest Asset Management Ltd. em São Paulo e em Grand Cayman Island. Do ano de 2004 a 2007 atuou como gestor de patrimônio, foi responsável pela administração do patrimônio de famílias, com ativos totais acima de 200 milhões de dólares na PHI Capital Management. Atualmente é sócio responsável pela área de gestão de patrimônio e finanças corporativas com rentabilidade de carteiras gerenciadas acima de 120% do CDI da Managrow Consultoria Estratégica em Finanças Ltda.

O Sr. Peter Wilson não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Ana Paula de Sousa Soares - 915.537.177-91

Gerente da Área de Mercado de Capitais do BNDES, responsável pelo acompanhamento dos ativos de renda variável do setor de energia elétrica da carteira da BNDESPAR, desde junho de 2013. Ingressou no BNDES por concurso público, em março de 2005, e desde então atuou na análise de projetos dos setores automotivo e de biocombustíveis e de cogeração de energia. Contadora, formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ, com MBA em finanças pelo IBMEC e MBA executivo pela Coppead/UFRJ. No ano de 2014 foi eleita como membro suplente dos Conselhos Fiscais da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e da AES Tietê S.A. No ano de 2013 foi eleita como membro suplente dos Conselhos Fiscais da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e da AES Elpa S.A. e como membro titular do Conselho Fiscal da AES Tietê S.A. A Sra. Ana Paula Soares não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

Thiago Montenegro Henry - 330.127.548-65

Economista formado pela Université de Versailles na França e mestre em economia e meio ambiente pela mesma Universidade. Atuou no International Finance Corporation (World Bank Group) de São Paulo como analista de investimento/crédito e consultor de crédito. No Instituto PNBE de Desenvolvimento Social de São Paulo foi gestor do projeto “Bióleo”. Coursou na Saint Paul Escola de Negócios-São Paulo/Brasil o Investment Banking Course; o Equity Fundamentals Course – IFC | World Bank, São Paulo – Brasil e o Credit Training Course – IFC | World Bank, Maryland – USA.

Claudio Bernardo Guimarães de Moraes - 761.155.427-15

O Sr. Claudio Bernardo Guimarães de Moraes é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Candido Mendes, com MBA Executivo em Finanças pelo Ibmecc. Desde fevereiro de 2015 é membro da Diretoria Executiva da Light. Em junho de 2015 foi eleito para o cargo de Diretor de Finanças. Entre 1984 e 2015 atuou no BNDES, em cargos como: Gerente Executivo e Chefe de Departamento (1993-2003), acompanhando, dentre outros, os setores de mineração, metalurgia, siderurgia e cimento e Superintendente da Área de Operações Indiretas do BNDES (2003-2015). Atuou como Membro em diversos Conselhos de Administração, como CVRD, ETH Bioenergia e Odebrecht Agroindustrial. O Sr. Claudio Bernardo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

João Batista Zolini Carneiro - 485.662.926-34

O Sr. João Batista Zolini Carneiro é economista formado pela PUC-Minas, tem MBA em Finanças pelo IBMEC e pós-graduações em Finanças pela Universidade do Texas e em M&A pelo Insead. Foi professor de finanças do Ibmecc-MG e tem certificação de Conselheiro de Administração pelo IBGC. Tem trabalhos publicados: Evolução das Fontes de Financiamento, Custo de Capital e Taxas de Desconto no Setor Elétrico, The Brazilian Power Sector - A Transition to a New Industry Structure. Zolini passou por instituições como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Banco do Brasil e pela americana Pacific Gas & Electric. Trabalhou na Cemig desde 1986, a frente das áreas de planejamento financeiro, análise de investimentos e Fusões & Aquisições. Foi responsável pela gestão societária das coligadas da Cemig, após as aquisições das ações da Light e de algumas empresas transmissoras de energia, atuando em diversos conselhos de administração no Rio, São Paulo e no Chile. Na Light, foi Conselheiro de Administração de 2006 a 2010, Diretor de Finanças e RI de 2010 a 2015 e atualmente ocupa o cargo de Diretor de Desenvolvimento de Negócios e RI. O Sr. João Batista não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação: (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional, empresarial ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Ana Silvia Matte	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogada	30/05/2012	2 anos
263.636.150-20	Comitê de Talentos e Remuneração		55	30/05/2012	
André Rocha Mahmoud	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	30/05/2012	2 anos
851.819.517-91	Comitê de Auditoria e Compliance		47	30/05/2012	
Daniel Teruo Fmano	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	18/03/2013	até 30/05/2014
299.262.938-32	Gestão, Financeiro, Talentos e Remuneração, Auditoria e Compliance, Novas Tecnologias e Prospecção		33	18/03/2013	
O Sr. Daniel Fmano exerceu função de Superintendente de Finanças Corporativas e RI na Companhia durante os exercícios de 2013, 2012 e 2011. Adicionalmente, o Sr. Daniel Fmano é membro também do Comitê de Engenharia e Operação.					
Douglas Braga Ferraz de Oliveira	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/05/2012	2 anos
788.887.516-53	Comitê de Auditoria e Compliance, Financeiro, Talentos e Remuneração, Novas Tecnologias e Prospecção		39	30/05/2012	
Evandro Leite Vasconcelos	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	21/09/2012	até 30/05/2014
251.704.146-68	Comitê de Gestão		56	21/09/2012	
Membro Efetivo do Conselho de Administração					
Gilberto José Cardoso	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/05/2012	2 anos
278.407.606-78	Comitê de Gestão e Comitê de Engenharia e Operação		53	30/05/2012	
Membro Suplente do Conselho de Administração					
Luís Fernando de Almeida Guimarães	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	17/12/2012	até 30/05/2014
267.314.447-15	Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção e Comitê de Engenharia e Operação		55	17/12/2012	

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Renato do Amaral Figueiredo	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	30/05/2012	2 anos
146.623.258-70	Auditoria e Compliance, Engenharia e Operação e Novas Tecnologias e Prospeção		42	30/05/2012	
Membro efetivo do Conselho de Administração.					
Ricardo Lopes Delneri	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	30/05/2012	2 anos
157.602.498-94	Comitê Financeiro, Comitê de Talentos e Remuneração e Comitê de Gestão		42	30/05/2012	
Presidente do Conselho de Administração.					

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui relações familiares entre seus administradores e controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2014			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Evandro Leite Vasconcelos	251.704.146-68	Subordinação	Credor
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A	06.981.176/0001-58		
Diretor Comercial			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Pereira de Carvalho	720.444.116-87	Subordinação	Credor
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A	06.981.176/0001-58		
Administrador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Fellipe Fernandes Goulart dos Santos	013.455.476-09	Subordinação	Credor
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A	06.981.176/0001-58		
Administrador			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Thiago Montenegro Henry	330.127.548-65	Subordinação	Credor
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

RR Participações S.A	09.207.533/0001-13		
Administrador			

Observação**Exercício Social 31/12/2013****Administrador do Emissor**

Joaquim Dias de Castro	909.933.140-15	Subordinação	Credor
Membro Suplente Independente do Conselho de Administração da Companhia.			

Pessoa Relacionada

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	33.657.248/0001-89		
Gerente de Mercado de Capitais			

Observação**Administrador do Emissor**

Rodrigo Matos Huet de Bacellar	068.386.827-61	Subordinação	Credor
Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração da Companhia.			

Pessoa Relacionada

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	33.657.248/0001-89		
Superintendente de Insumos Básicos			

Observação**Administrador do Emissor**

Daniel Teruo Famano	299.262.938-32	Prestação de serviço	Controlador Direto
---------------------	----------------	----------------------	--------------------

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Membro dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

Pessoa Relacionada

RR Participações S.A

09.207.533/0001-13

Consultor

Observação**Administrador do Emissor**

Rubens Brandt

253.748.468-17

Controle

Fornecedor

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

ENEX O&M de Sistemas Elétricos

06.101.807/0001-05

Sócio

Observação**Exercício Social 31/12/2012****Administrador do Emissor**

Joaquim Dias de Castro

909.933.140-15

Subordinação

Credor

Membro Suplente Independente do Conselho de Administração da Companhia.

Pessoa Relacionada

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

33.657.248/0001-89

Gerente de Mercado de Capitais

Observação**Administrador do Emissor**

Rodrigo Matos Huet de Bacellar

068.386.827-61

Subordinação

Credor

Membro Efetivo Independente do Conselho de Administração da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	33.657.248/0001-89		
Superintendente de Insumos Básicos			
Observação			

Administrador do Emissor			
Rubens Brandt	253.748.468-17	Controle	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ENEX O&M de Sistemas Elétricos	06.101.807/0001-05		
Sócio			
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui uma apólice de seguro de Responsabilidade Civil Geral dos Administradores (D&O), contratada com a Ace Seguradora S.A., cujo o número da apólice é o 16.10.0005087.28, com cobertura extensiva às suas controladas e/ou subsidiárias para reparação de danos causados a terceiros, decorrentes da má conduta de qualquer pessoa física que tenha sido, seja ou venha a ser, conforme o caso, membro do conselho de administração, da diretoria, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão estatutário ou órgão criado pelo estatuto social, no exercício das atividades. Referida apólice de seguro D&O possui limite máximo de indenização fixado em R\$30,0 milhões e vigência até 18 de dezembro de 2014, o qual possui prêmio no valor total de R\$74,9 mil.

Adicionalmente, referida apólice possui prazos complementar e suplementar de cobertura, sendo o prazo complementar igual a 36 meses contados da data do término do período de vigência da apólice, e o prazo suplementar, o qual será aplicável encerrado o prazo complementar, nos seguintes termos:

Prazos	Porcentagem sobre o Prêmio
12 meses	75% do prêmio
24 meses	100% do prêmio

12.12 - Outras informações relevantes1) Assembleias Gerais

De modo a garantir aos investidores o acesso a outras informações sobre as práticas da Companhia quanto às assembleias gerais, informamos que:

Data	Instalação em segunda convocação	Tipo	Quórum de instalação
22/12/2014	-	AGE	Acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante da Companhia.
14/05/2014	-	AGE	Acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante da Companhia.
09/05/2014	-	AGE	Acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante da Companhia.
20/03/2014	-	AGOE	Acionistas representando mais de 76,63% (setenta e seis vírgula sessenta e três por cento) do capital social votante da Companhia.
11/12/2013	Dispensada a convocação	AGD	Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação.
19/11/2013	-	AGE	Acionistas representando mais de 76,28 (setenta e seis vírgula vinte e oito por cento) do capital social votante da Companhia.
19/04/2013	-	AGOE	Acionistas representando mais de 87,59 (oitenta e sete vírgula cinquenta e nove por cento) do capital social votante da Companhia.
31/08/2012	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação.
22/08/2012	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação.
30/05/2012	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação.
02/04/2012	-	AGO	Acionistas representando mais de 82% (oitenta e dois por cento) do capital social votante da Companhia.
24/02/2012	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação.
24/01/2012	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação.
09/01/2012	-	AGE	Acionistas representando o quórum legal para instalação e deliberação.

2) A Companhia possui 6 Comitês de Assessoramento consultivo sem hierarquia entre si, mas todos subordinados ao Conselho de Administração.

Referidos comitês têm por escopo assessorar o Conselho de Administração nas seguintes atividades: (i) o Comitê de Gestão assessorará o Conselho de Administração nas atividades de formulação das estratégias de atuação da Companhia, na definição do Plano de Negócios

12.12 - Outras informações relevantes

e do Orçamento, no estabelecimento das metas e indicadores e no monitoramento do desempenho operacional da Companhia;

(ii) o Comitê de Auditoria e *Compliance* assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna, bem como de revisar as demonstrações financeiras da Companhia;

(iii) o Comitê Financeiro assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação de investimentos e desinvestimentos em negócios que estejam compreendidos no objeto social da Companhia e na identificação de necessidades financeiras e proposição de mecanismos para supri-las;

(iv) o Comitê de Talentos e Remuneração assessorará o Conselho de Administração nas atividades de seleção e contratação de colaboradores, inclusive aqueles que exerçam cargos estatutários, políticas de remuneração e outras atividades relacionadas a recursos humanos;

(v) o Comitê de Engenharia e Operação assessorará o Conselho de Administração nas atividades de avaliação do planejamento para implantação dos projetos de geração de energia, de escolha e contratação dos fornecedores e de acompanhamento da construção, dos cronogramas e orçamentos; e (vi) o Comitê de Novas Tecnologias e Prospecção assessorará o Conselho de Administração no acompanhamento e desenvolvimento dos estudos de novas tecnologias e novos modelos de negócios, bem como no acompanhamento do *pipeline* de projetos eólicos que estiverem em desenvolvimento.

3) Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

A Companhia aderiu ao “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo IBGC, o qual objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando: (i) aumentar o valor da Companhia; (ii) melhorar o desempenho da Companhia; (iii) facilitar o acesso da Companhia ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para a perenidade da Companhia, sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

4) As informações a que se refere o item 5.5 do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa foram prestadas no item 12.6/8

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática da remuneração;

A prática de remuneração da Companhia tem por objetivo: (i) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses dos acionistas; (ii) alinhar os interesses dos administradores e empregados aos interesses e objetivos de curto e longo prazo da Companhia; e (iii) atrair e reter profissionais de qualidade.

b. composição da remuneração, inclusive:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária é formada por: (i) uma remuneração fixa mensal com o objetivo de incentivar os diretores e consequentemente gerar valor para a Companhia, bem como otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos para atrair e a reter profissionais capacitados e considerados fundamentais para a sustentabilidade de seus negócios; (ii) remuneração variável de curto prazo denominado bônus e (iii) remuneração variável de longo prazo pautada num Plano de Opção que institui uma premiação concedida no formato de opção de compra de ações da Companhia, com o objetivo de manter um compromisso de longo prazo, alinhando os interesses da administração com os interesses dos acionistas da Companhia. O Plano de Opção se divide em 02 programas vigentes, denominados Programa 2011 e Programa 2013. Os benefícios recebidos pelos Diretores são assistência médica, odontológica e seguro de vida, estacionamento.

A Companhia não remunera seus administradores e empregados por participação em comitês.

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração é formada por: (i) membros independentes: (x) remuneração fixa mensal; (y) não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos e não recebem remuneração variável; (ii) membros efetivos: não recebem remuneração fixa ou variável e não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos.

Conforme previsto no Plano de Opção, os membros do Conselho de Administração, na qualidade de administradores, poderão ser selecionados como participantes, além de empregados, diretores e pessoas físicas que prestam serviços à Companhia ou a controladas. Para o caso de eventual outorga de opções a membros do Conselho de Administração, a fim de evitar a existência de conflitos de interesse, a matéria é levada para deliberação da Assembleia Geral da Companhia.

Isso porque, conforme dispõe o item 3.4 do Plano de Opção, tratando-se esse de um caso omissivo e passível de conflito de interesse caso seja regulado pelo próprio Conselho de Administração, é permitido ao Conselho de Administração consultar a Assembleia Geral sobre qualquer tema que entenda necessário.

Ainda, a Companhia esclarece que até a presente data não foram realizadas outorgas de opções para membros do Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado.

A composição da remuneração da Diretoria não estatutária é formada por: (i) uma remuneração fixa mensal com o objetivo de incentivar os diretores e consequentemente gerar valor para a Companhia, bem como otimizar o investimento da Companhia em recursos humanos para atrair e a reter profissionais capacitados e considerados fundamentais para a sustentabilidade de seus negócios; (ii) remuneração variável de curto prazo denominado bônus e (iii) remuneração variável de longo prazo pautada num Plano de Opção que institui uma premiação concedida no formato de opção de compra de ações da Companhia, com o objetivo de manter um compromisso de longo prazo, alinhando os interesses da administração com os interesses dos acionistas da Companhia. O Plano de Opção se divide em 02 programas vigentes, denominados Programa 2011 e Programa 2013. Os benefícios recebidos pelos Diretores são assistência médica, odontológica e seguro de vida, estacionamento, vale alimentação e vale refeição.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

A tabela abaixo apresenta as proporções médias de cada elemento da remuneração dos administradores da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 2014, considerando nossa política de remuneração em vigor:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Órgão	Fixo	Benefícios	Bônus	Ações
Diretoria Estatutária	20%	2%	N/A	78%
Diretoria não Estatutária				
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	N/A
Comitês Estatutários	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) *metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;*

A remuneração fixa dos administradores da Companhia é estabelecida de acordo com referências de mercado, usando a metodologia TOWERS WATSON (Global Grade System) de avaliação de cargos e salários. Visa atrair e reter profissionais que agreguem para os resultados da Companhia. O valor da remuneração é reajustado se avaliada necessidade por uma variação apontada na pesquisa salarial anual e/ou pelo índice de inflação medido no período fiscal, e mediante a *performance* dos profissionais.

(iv) *razões que justificam a composição da remuneração.*

Conforme exposto no item (i) acima, a composição da remuneração nesse modelo visa alinhar os interesses e reter profissionais de qualidade. A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo, avaliada com base na metodologia TOWERS WATSON (Global Grade System) e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar. A parcela variável tem como objetivo motivar os administradores a trabalharem pelo cumprimento das metas e entrega de projetos.

c. *principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;*

A remuneração fixa não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável de curto prazo se baseia na *performance* das áreas sobre responsabilidade dos membros da administração, resultados globais da empresa e cumprimento de metas estabelecidas, além do atingimento de competências individuais.

A remuneração variável (opção de compra de ações) é estabelecida com base na *performance* pessoal dos membros da administração, resultados globais da empresa e cumprimento das metas estabelecidas. No Plano de Opção é negociado com o administrador o número de ações e o montante acompanha a valorização de mercado prevista.

Programa 2011: O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da remuneração variável dos membros da administração é a geração de valor para Companhia, por meio da evolução na implantação de empreendimentos de geração de energia.

Programa 2013: O indicador de desempenho que é levado em consideração na definição da premiação variável dos membros da administração é a *performance* do negócio e a geração de valor para a Companhia.

d. *como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;*

No Programa 2011, embora a Companhia considere índices de desempenho para a determinação do montante a ser outorgado, conforme indicado no item "C" acima, a Companhia não adota mecanismos formais e estruturados para avaliar a evolução de referidos indicadores de desempenho. Como regra geral, essa discussão acontece no âmbito das reuniões de nosso Comitê de Talentos e Remuneração, que assessora o Conselho de Administração inclusive em relação à política de remuneração.

No Programa 2013, o indicador de desempenho utilizado como base de análise é o plano de ação consolidado de metas da Companhia, assim como a avaliação subjetiva da geração de valor para a Companhia. O plano de ação consolidado é medido anualmente com base em indicadores definidos como prioritários pelos acionistas. Como regra geral, essa discussão acontece no âmbito das reuniões de nosso Comitê de Talentos e Remuneração, que assessora o Conselho de Administração inclusive em relação à política de remuneração.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;

A prática de remuneração variável de curto prazo se alinha com os objetivos anuais da Companhia. Esses objetivos são aprovados pelo comitê de gestão, composto pelos acionistas, e são desdobrados para todas as áreas da companhia sempre respeitando o ano fiscal janeiro a dezembro, com pagamento em março do ano fiscal seguinte.

A prática de remuneração variável baseado no Plano de Opção da Companhia se alinha com os objetivos de longo prazo da Companhia.

No Programa 2011 as outorgas das ações ocorrem a partir de eventos específicos da vida dos projetos de geração de energia, tais como a homologação do resultado do leilão, a assinatura de financiamento, a entrada em operação comercial e o aniversário de 1 (um) ano da entrada em operação de um pool de projetos.

No Programa 2013 as outorgas das ações ocorrem em montantes sugeridos a partir da performance do negócio e da avaliação do valor gerado para o negócio, considerando a valorização esperada da empresa no longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Os administradores da Companhia não recebem remuneração de suas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	18,00	5,00		23,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.846.522,47		2.846.522,47
Benefícios direto e indireto	0,00	510.757,00		510.757,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	1.143.728,48		1.143.728,48
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos Sociais		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.212.829,34		1.212.829,34
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	5.158.878,00		5.158.878,00
Observação	1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014. Na DFP da Companhia a quantidade de membros informada reflete somente os membros remunerados.			
Total da remuneração	0,00	10.872.715,29		10.872.715,29

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	16,75	4,75		21,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.154.268,67		2.154.268,67
Benefícios direto e indireto	0,00	279.821,24		279.821,24
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	650.100,00		650.100,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	333.567,28		333.567,28
Descrição de outras remunerações variáveis		Encargos Sociais		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	1.827.231,40		1.827.231,40
Observação	1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014. Na DFP da Companhia a quantidade de membros informada reflete somente os membros remunerados.			
Total da remuneração	0,00	5.244.988,59		5.244.988,59

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	13,25	4,75		18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	96.000,00	1.755.000,00		1.851.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	231.701,54		231.701,54
Participações em comitês	8.000,00	0,00		8.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	671.000,00		671.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	31.122,00	529.927,88		561.049,88

Descrição de outras remunerações variáveis	O valor de R\$ 31.122,00 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.	O valor de R\$ 529.927,88 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	7.935.921,44		7.935.921,44
Observação	1. Durante o exercício social de 2012, a Companhia possuía 2 membros remunerados no Conselho de Administração. 2. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.	1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.		
Total da remuneração	135.122,00	11.123.550,86		11.258.672,86

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,25	4,92		17,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	164.000,00	1.726.198,67		1.890.198,67
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	32.000,00	0,00		32.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	679.950,08		679.950,08
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	58.422,00	655.253,61		713.675,61
Descrição de outras remunerações variáveis	O valor de R\$ 58.422,00 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.	O valor de R\$ 655.253,61 em "Outros" representa o valor correspondente às contribuições para o INSS.		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	1.703.469,10		1.703.469,10

Observação	<p>1. Durante o exercício social de 2012, a Companhia possuía 2 membros remunerados no Conselho de Administração.</p> <p>2. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.</p>	<p>1. O número de membros de cada órgão foi apurado por meio da média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme disposto no Ofício-Circular CVM/SEP/nº01/2014.</p> <p>2. A linha de "Baseada em Ações" não reflete as informações da DFP da Companhia pois o valor foi reconhecido no balanço da Companhia nos exercícios anteriores porém as ações foram subscritas e integralizadas no exercício de 2013.</p>		
Total da remuneração	254.422,00	4.764.871,46		5.019.293,46

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	18	5	N/A	22
Bônus	N/A	0	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	5.231.662,28	N/A	5.231.662,28
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	2.615.831,14	N/A	2.615.831,14
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

***Valor que será efetivamente reconhecido em 2015, conforme performance de 2014.**

Remuneração variável exercício – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	16,75	4,42	N/A	22,423
Bônus	N/A	0	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	3.424.800,00	N/A	3.424.800,00
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	1.712.400,00	N/A	1.712.400,00
Valor efetivamente reconhecido	N/A	448.000,00	N/A	448.000,00
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

***Valor efetivamente reconhecido em 2014, corresponde a valores pagos referente a performance de 2013.**

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	13,25	4,75	N/A	18
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	12,25	4,92	N/A	19
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. *Termos e condições gerais*

A Companhia poderá outorgar, a critério do Conselho de Administração, opção de compra de ações àqueles indicados pela Diretoria e Comitê de Talentos e Remuneração. As opções são outorgadas nos termos de Programas estabelecidos com base no Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano de Opção") aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010.

O Conselho de Administração, conforme o caso, criará Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas") onde serão definidos: (i) os beneficiários do Programa, (ii) o número total de ações da Companhia objeto da outorga, o qual poderá ser dividido em lotes, (iii) o preço de exercício, (iv) os prazos para o exercício da opção e (v) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidade. Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opções ("Contrato de Outorga") a ser celebrado entre nós e cada beneficiário. O Contrato de Outorga deverá definir pelo menos as seguintes condições:

- (i) O número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço por ação, de acordo com o Programa;
- (ii) O prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão;
- (iii) Eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e
- (iv) Quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Opção e respectivo Programa.

Por fim, cabe mencionarmos que o prazo de vigência do Plano de Opção é indeterminado, podendo o mesmo ser extinto a qualquer tempo por decisão do Conselho de Administração.

Programa 2011: As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Programa 2011 poderão ser exercidas em 04 lotes condicionados a cumprimento de etapas dos projetos. Por meio de deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2013, a outorga de novas opções de compra de ações da Companhia com base no Programa 2011 foi suspensa. Após o cumprimento das obrigações já assumidas pela Companhia decorrentes da aplicação do Programa 2011, ele se tornará cancelado de pleno direito e não produzirá efeitos perante seus beneficiários.

Programa 2013: As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Programa 2013 poderão ser exercidas em quatro lotes anuais iguais, cada um equivalente a 25% do total das opções concedidas, a partir de um ano da data da assinatura dos Contratos de Outorga, por um prazo de 6 anos a contar da assinatura do respectivo Contrato de Outorga. Até a data deste Formulário de Referência, não houve outorga de opções de compra de ações no âmbito do referido Programa 2013. A Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de junho de 2013, aprovou o Programa 2013 e estabeleceu que ele deverá ser aplicado a todas as novas outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos por deliberação do Conselho de Administração.

b. *Principais objetivos do plano*

O Plano de Opção tem como principal objetivo atrair e reter profissionais qualificados e estimular a expansão e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhando interesses de seus acionistas e administradores. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

c. *Forma como o plano contribui para esses objetivos*

O Plano de Opção contribui para esses objetivos alinhando interesses de administradores, Companhia e seus acionistas. Atribui aos administradores remuneração variável atrelada à criação de valor e à expansão da capacidade instalada da Companhia. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

d. *Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia*

O Plano de Opção possibilita que administradores se tornem sócios em condições diferenciadas, dessa forma constitui instrumento de

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

incentivo para o comprometimento dos administradores da Companhia com o futuro dessa e a geração de valor, estimulando o cumprimento das metas determinadas pelo Conselho de Administração. Atinge-se, ainda, por meio desse modelo, o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, mediante a valorização das ações adquiridas. O plano de remuneração baseado em opções de compra de ações privilegia a meritocracia e as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção alinha os interesses de administradores, Companhia e acionistas pela atribuição de remuneração aos administradores de acordo com a criação de valor e a expansão da capacidade instalada da Companhia. Por meio do Plano de Opção, incentivamos a permanência dos executivos da Companhia em seus respectivos cargos e o comprometimento com resultados de longo prazo, para que tais resultados possam se reverter em favor desses administradores em forma de remuneração variável. Com a possibilidade de acordo com a sua *performance*, a Companhia passa a ter recursos para manter executivos qualificados e comprometidos com a Companhia e com o seu desenvolvimento. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

f. Número máximo de ações abrangidas

O Plano de Opção pode abranger até 5% das ações de emissão da Companhia. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Desde que respeitado o número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opção, não há número máximo de opções a serem outorgadas. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

h. Condições de aquisição de ações

No Programa 2011, as condições para aquisição de ações são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante. Os beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas.

No Programa 2013, a opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados em cada Contrato de Outorga. Se a opção for exercida parcialmente, o titular da opção poderá exercer o remanescente dos direitos decorrentes do Contrato de Outorga dentro dos prazos e nas condições estipuladas neles, ressalvadas as hipóteses previstas no Plano de Opção. Os beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas. Até a data deste Formulário de Referência, não houve outorga de opções de compra de ações no âmbito do referido Programa 2013.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No Programa 2011, as opções já outorgadas tiveram seu preço de exercício fixado com base no patrimônio líquido contábil da Companhia em 31 de dezembro de 2008. As condições para exercício das opções são definidas pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante.

No Programa 2013, as opções a serem outorgadas terão seu preço de exercício fixado com base na média, ponderada por volume de negócios, da cotação da ação da Companhia nos últimos 30 pregões anteriores ao da outorga, a ser corrigido por inflação até a data de exercício das opções de compra de ações.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

No Programa 2011, o prazo de exercício é definido pelo Conselho de Administração quando da assinatura do Contrato de Outorga com o respectivo participante.

No Programa 2013, o prazo de exercício é sempre o prazo máximo previsto para o Programa 2013.

k. Forma de liquidação

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A liquidação é feita à vista, no ato da aquisição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada Contrato de Outorga, preferencialmente em dinheiro, podendo o Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, estabelecer nos respectivos Contratos de Outorga outras formas, condições e prazos de pagamento. Aplicável aos Programas 2011 e 2013.

l. Restrições à transferência das ações

O beneficiário só poderá vender, locar, transferir, onerar ou, de qualquer forma, alienar as ações da Companhia adquiridas no âmbito do Plano de Opção, desde que sejam respeitadas todas as condições previstas no Contrato de Outorga, no Plano de Opção, na Política de Negociação de Valores Mobiliários e na legislação e regulamentação aplicáveis.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano de Opção ou ainda estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Exceto na hipótese de desligamento do administrador por justa causa:

(i) em caso de desligamento por iniciativa do participante, o participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do desligamento; e

(ii) o participante poderá exercer as opções que forem exercíveis na data do desligamento, exclusivamente no prazo de 1 (um) ano contado da data do desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito.

Na hipótese de o desligamento ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido sem justa causa, o participante terá direito a exercer parte das opções que já lhe tenham sido outorgadas, em proporção a ser determinada de acordo com deliberação do Conselho de Administração.

Nas hipóteses de desligamento do participante da companhia, as opções outorgadas nos termos do Plano de Opção voltarão a estar disponíveis para outorga a outros participantes, nos termos do Plano de Opção.

No caso de falecimento ou invalidez permanente, o participante:

(i) perderá imediatamente as opções outorgadas, mas que ainda não forem exercíveis na data do falecimento ou da verificação da invalidez permanente, voltando tais opções a estar novamente disponíveis para outorga sob os termos e condições do Plano de Opção; e

(ii) as opções que já forem exercíveis na data do falecimento ou da invalidez permanente do participante poderão ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores do participante, por sucessão legal ou por disposição testamentária, ou pelo inventariante, no caso de morte do participante, ou pelo próprio participante, no caso de invalidez permanente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da morte do participante ou da regular constatação, nos termos da legislação aplicável, do seu estado de invalidez permanente.

No caso de aposentadoria do participante, o Conselho de Administração decidirá caso a caso o tratamento que será dado às opções já outorgadas, mas ainda não exercíveis. Já as opções que forem exercíveis na data da aposentadoria do participante poderão ser exercidas no prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

As regras descritas acima são aplicáveis aos Programas 2011 e 2013.

Além dessas regras gerais disciplinadas pelo Plano de Opção, os contratos de cada participante podem prever algumas situações específicas, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

A tabela abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente pelos Conselheiros e Diretores da Companhia, e o percentual que suas participações individuais representam na quantidade total de ações emitidas, em 31 de dezembro de 2014:

Órgão	Quantidade de Ações em 31/12/2014			
	ON	% ON	PN	% PN
Conselho de Administração	3.051.571	0,96%	6.102.342	1,92%
Diretoria	272.463	0,09%	544.921	0,17%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Com relação aos exercícios sociais encerrados em 2014, 2013 e 2012, os membros do Conselho de Administração da Companhia não receberam qualquer tipo de remuneração. Não há previsão de remuneração em relação aos membros do Conselho de Administração para o exercício social corrente.

As informações apresentadas abaixo referem-se à Diretoria Estatutária da Companhia.

Em relação ao Programa 2011

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2015)

Nº de membros de tiveram opções outorgadas	3
Data da outorga	Não definida
Quantidade de opções outorgadas	19.510 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	Imediato após a outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a
Prazo médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$0,34/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%
Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração	

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado (2014)

Nº de membros de tiveram opções outorgadas	2	3
Data da outorga	01/05/2013	01/10/2014
Quantidade de opções outorgadas	15.451 units	20.553 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	Imediato após a outorga	Imediato após a outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Prazo médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%

Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Nº de membros de tiveram opções outorgadas	3	5	4	5
Data da outorga	30/04/2013	31/05/2013	31/08/2013	31/10/2013
Quantidade de opções outorgadas	20.758 units	45.178 units	151.740 units	33.996 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	Imediato a após a outorga	Imediato após outorga	Imediato após outorga	Imediato após outorga
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Prazo médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit	R\$0,34/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Em relação ao Programa 2013

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2015)

Nº de membros de tiveram opções outorgadas	2
Data da outorga	A definir
Quantidade de opções outorgadas	16.305 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	12 meses
Prazo máximo para exercício das opções	72 meses
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a
Preço médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$40,52/unit
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,021%
Este item do Formulário de Referência poderá vir a ser alterado em função das outorgas de opções de compra de ações realizadas mediante deliberação do Conselho de Administração	

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Nº de membros de tiveram opções outorgadas	1
Data da outorga	19/12/2014
Quantidade de opções outorgadas	7.763 units
Prazo para que as opções tornem exercíveis	12 meses
Prazo máximo para exercício das opções	72 meses
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a
Preço médio ponderado de exercício:	
(a) Das opções em aberto do início do exercício social	n/a
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a
Valor justo das opções na data outorgada	R\$39,52/unit

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Diluição potencial no caso do exercício 0,010%
de todas as opções outorgadas

--

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014**

Diretoria Estatutária	
Nº de membros	1
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	17.400 units
Data em que se tornarão exercíveis	a cada 6 meses a partir de 2 de janeiro de 2015
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$0,34/unit
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$36,52 /unit
Opções exercíveis	
Quantidade	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	--	4,42
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	29.610 ONs 59.220 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	R\$38,55
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	29.610 ONs 59.220 PNs
Preço médio ponderado de aquisição	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	R\$38,55

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	--	4,75
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	196.092 ONs 392.184 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	R\$37,30
Ações entregues	--	
Número de ações entregues	--	196.092 ONs 392.184 PNs
Preço médio ponderado de aquisição	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	--	R\$37,30

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	--	5
Opções exercidas	--	
Número de ações	--	106.847 ONs 213.694 PNs
Preço médio ponderado de exercício	--	R\$0,34/ unit
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	--	R\$31,45

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Ações entregues	--	
-----------------	----	--

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia não utiliza modelos de precificação para as opções de compra de ações. Vide item 13.4.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração ou aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	4,42	4,75	4,92	16,75	13,25	12,25
Valor da maior remuneração(Reais)	1.167.413,88	2.629.631,45	1.223.553,66	0,00	70.000,00	118.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	840.329,82	1.374.152,10	1.866,00	0,00	44.000,00	96.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	942.553,10	2.002.429,32	456.624,21	0,00	57.000,00	107.000,00

Observação

Diretoria Estatutária	
Conselho de Administração	
31/12/2014	Valores de 31/12/2014 referentes a todos os pagamentos ocorridos na competência 2014, incluindo bônus pago em março de 2014 referente a performance de 2013
31/12/2013	Somente dois membros do conselho de administração da Companhia são remunerados.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	Dez/14	dez/13	dez/12
Diretoria Estatutária	100%	99%	95%
Conselho de Administração*	0%	1%	5%
Conselho Fiscal	-	-	-

* Os membros independentes da Companhia são os únicos membros do Conselho de Administração que são remunerados.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não existem valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não existem valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía, em bases consolidadas, 280 funcionários. A tabela a seguir indica o número de empregados por localização geográfica e atividade desempenhada nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014.

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Número de funcionários em			Total da localização geográfica em		
		31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
SP	Administração	88	100	140	93	105	150
	Operacional	1	2	3			
	Diretoria	4	3	7			
BA	Administração	63	95	112	77	114	130
	Operacional	14	18	17			
	Diretoria	1	1	1			
MG	Administração	4	-	-	4	0	0
	Operacional	-	-	-			
	Diretoria	-	-	-			
TO	Administração	-	-	-	0	0	0
	Operacional	-	-	-			
	Diretoria	-	-	-			
Total Geral		174	219	280	174	219	280

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia contava com 863 prestadores de serviços terceirizados, que assessoram os seguintes departamentos internos:

Áreas	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
Prospecção Eólica	46	54	110
Segurança e Meio Ambiente	47	54	14
Suprimentos	8	9	25
Implantação	1378	1591	692
Sustentabilidade	2	2	1
Finanças	13	15	21
Total	1494	1725	863

c. Índice de rotatividade:

Índice de Rotatividade	Percentual em		
	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
Renova	14%	20%	14%

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas:

Na data deste Formulário existiam 4 reclamações trabalhistas em que a Companhia é a 1ª reclamada e 89 reclamações trabalhistas em que a Companhia é 2ª ou 3ª reclamada, ou seja, respondendo de forma subsidiária. Por essa razão, os processos não estão

14.1 - Descrição dos recursos humanos

provisionados, pois nos termos do contrato de prestação de serviço celebrado, as empresas contratadas deverão defender, indenizar e manter indene as Pessoas Beneficiárias de Indenidade da Proprietária (Companhia e suas empresas controladas) quanto a todos e quaisquer prejuízos, danos, penalidades, custos e despesas de qualquer natureza (inclusive despesas legais, contábeis, de consultoria, engenharia para conclusão da obra, investigação e outras despesas), decorrentes de quaisquer demandas, incluindo autuações, notificações judiciais ou extrajudiciais, ações judiciais e procedimentos arbitrais.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

O crescimento do quadro de colaboradores nos últimos três exercícios sociais deu-se, em especial, pelo crescimento das atividades de prospecção de novos projetos e do desenvolvimento do portfólio de projetos eólicos e implantação dos parques eólicos do LER 2009, LER 2010 e A-3 2011. Esse desenvolvimento demandou o aumento do corpo técnico e do corpo administrativo de apoio. Em 2012 a Companhia possuía 174 funcionários, em 2013 possuía 219 funcionários e em 31 de dezembro de 2014 a Companhia contava com 280 funcionários em seu quadro.

Adicionalmente, a Brasil PCH, possuía em 31 de dezembro de 2014, 136 funcionários em seu quadro.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de recursos humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial. Por isso, a Companhia pratica uma administração de recursos humanos transparente, na qual o foco principal é a constante valorização e desenvolvimento dos talentos.

A área de recursos humanos mantém foco na contratação de profissionais éticos, qualificados e com disposição para enfrentar e superar desafios. A Companhia busca incentivar condições de desenvolvimento contínuo a todos os seus colaboradores através de programas de capacitação, desenvolvimento e qualificação profissional, além de oferecer uma remuneração variável atrelada ao atingimento de metas e resultados, por meio da outorga de opções no âmbito do plano de opção de ações e também por meio de bônus. A remuneração fixa dos colaboradores, organizados por plano de cargos, busca refletir padrões de mercado para outras empresas do mesmo setor e empresas consideradas *benchmark* pelo RH da Companhia.

Anualmente a Companhia realiza um estudo de mercado com empresas selecionadas pelos executivos da Renova Energia, onde é levado em consideração as seguintes características de empresas:

- empresas do setor de energia, construção e bens de consumo;
- empresas com filosofia de remuneração atrelada a performance;
- empresas com direcionamento para condução de projetos;
- empresas que possuem práticas e políticas estruturadas de Recursos Humanos/Remuneração.

Nesse estudo, são avaliadas as práticas de remuneração total tais como: salário base, benefícios, programas de incentivo de curto e longo prazo e, quando necessário, são sugeridos reajustes salariais para os funcionários.

Adicionalmente, a remuneração fixa é reajustada anualmente pela aplicação do percentual negociado de reajuste coletivo com o Sindicato para os funcionários, conforme acordo coletivo firmado. Trabalhamos também para conceder promoções em função de mudanças de função, ganho de responsabilidade, sempre resultado de alto desempenho do funcionário.

A Companhia pratica ainda um programa de remuneração variável de curto prazo, pago em função do cumprimento de metas estabelecidas de cunho financeiro, operacional, cumprimento de projeto. Todos os funcionários são elegíveis ao programa, com exceção dos membros do Conselho de Administração, Comitês de Gestão e Fiscal e membros que contemplados no plano de outorga de ações. O funcionamento do programa de remuneração variável de curto prazo se dá a partir das metas corporativas que, uma vez cumpridas, possibilitam a apuração da remuneração devida, com base na nota de performance ponderada de cada indivíduo considerando a performance área, da empresa e do cumprimento das metas individuais.

b. Política de benefícios

A Companhia oferece aos empregados um pacote de benefícios, que inclui: vale-refeição/alimentação, vale transporte, auxílio creche, assistência médica hospitalar e dentária e seguro de vida, os quais são integralmente custeados pela Companhia, além de subsídio de parte do custo com academia para exercícios físicos e subsídio de cursos idiomas, graduação e pós graduação.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não- administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

A Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2010, segundo o qual pode outorgar opção de compra ou subscrição de ações ou *Units*, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de administradores e empregados da Companhia, bem como de pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, respeitando sempre o limite máximo de 5% do total de ações representativas do capital social da Companhia.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Para obter mais informações sobre o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, consultar a seção “Remuneração dos Administradores”, contida no item “13” deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

As entidades sindicais que representam os funcionários da Companhia são: Sindicatos dos Eletricitários da Bahia e São Paulo. A Companhia adota uma postura de abertura e respeito à entidade sindical. Acreditamos que a construção de uma relação saudável com os sindicatos traz benefícios para a empresa.

A Companhia foi sindicalizada em 2012 e possui acordos coletivos distintos firmados para cada região onde atua (Bahia e São Paulo), conforme representação sindical da localidade. Anualmente em Abril, negocia-se o reajuste salarial dos funcionários com o sindicato, registrando em Acordo Coletivo de Trabalho. Nunca houve greve nas empresas do grupo.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Infrabrasil Fundo de Investimento S.A						
07.452.281/0001-62	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2010		
11.651.467	4,920000%	23.302.933	28,450000%	34.954.400	10,960000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	brasileira-SP	Sim	Não	06/11/2012		
9.311.425	3,930000%	18.622.850	22,740000%	27.934.275	8,760000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
RR Casa de Investimentos e Participações S.A						
22.131.736/0001-31	SP	Não	Não	05/11/2015		
7.557.075	3,190000%	900.000	1,100000%	8.457.075	2,650000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
RR Participações S.A						
09.207.533/0001-13	brasileira-SP	Sim	Sim	05/11/2015		
51.207.479	21,620000%	313.600	0,380000%	51.521.079	16,160000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A						
06.981.176/0001-58		Sim	Sim	29/09/2014		
87.186.036	36,810000%	2	0,000000%	87.186.038	27,350000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental - FIP Caixa Ambiental						
08.576.668/0001-93	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2010		
5.470.293	2,310000%	10.940.586	13,360000%	16.410.879	5,140000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Light Energia S.A						
01.917.818/0001-36	brasileira-RJ	Sim	Sim	17/08/2011		
50.561.797	21,350000%	0	0,000000%	50.561.797	15,860000%	
OUTROS						
13.928.459	5,870000%	27.818.927	33,970000%	41.747.386	13,120000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
TOTAL						
236.874.031	100,000000%	81.898.898	100,000000%	318.772.929	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BNDESPAR			00.383.281/0001-09		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social					
33.657.248/0001-89	brasileiro-RJ	Não	Não	30/06/2012	
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista			Composição capital social
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A			06.981.176/0001-58			
Companhia Energética de Energia de Minas Gerais						
17.155.730/0001-64		Não	Não	27/10/2014		
2.896.785.330	100,000000	0	0,000000	2.896.785.330	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
2.896.785.330	100,000000	0	0,000000	2.896.785.330	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista			Composição capital social
Light Energia S.A			01.917.818/0001-36			
Light S.A.						
03.378.521/0001-75	brasileira-RJ	Sim	Sim	30/11/2005		
77.421.581	100,000000	0	0,000000	77.421.581	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
77.421.581	100,000000	0	0,000000	77.421.581	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
RR Participações S.A			09.207.533/0001-13		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Renato do Amaral Figueiredo					
146.623.258-70	brasileiro-SP	Sim	Sim	25/11/2013	
227.085	35,000000	0	0,000000	227.085	35,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Ricardo Lopes Delneri					
157.602.498-94		Sim	Sim	25/11/2013	
227.085	65,000000	0	0,000000	227.085	65,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
454.170	100,000000	0	0,000000	454.170	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social			33.657.248/0001-89		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
União Federal					
		Não	Não		
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Companhia Energética de Energia de Minas Gerais			17.155.730/0001-64		
Ações em Tesouraria					
17.155.730/0001-64		Não	Não	27/10/2014	
69	0,000000	560.649	0,070000	560.718	0,040000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
AGC Energia S.A.					
11.221.326/0001-65		Não	Não	27/10/2014	
138.700.848	32,960000	42.671.763	5,090000	181.372.611	14,410000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Estado de Minas Gerais					
18.715.615/0001-60		Não	Não	27/10/2014	
214.414.739	50,960000	0	0,000000	214.414.739	17,030000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
FIA Dinâmica Energia					
08.196.003/0001-54		Não	Não	27/10/2014	
28.501.552	6,780000	8.768.594	1,050000	37.270.146	2,970000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Energia de Minas Gerais				17.155.730/0001-64	
Lazard Asset Management LLC					
		Não	Não	27/10/2014	
0	0,000000	42.475.810	5,070000	42.475.810	3,370000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
MGI - Minas Gerais Participações S.A.					
19.296.342/0001-29		Não	Não	29/10/2014	
0	0,000000	78.582.845	9,380000	78.582.845	6,240000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
39.147.500	9,300000	665.017.285	79,340000	704.164.785	55,940000
TOTAL					
420.764.708	100,000000	838.076.946	100,000000	1.258.841.654	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Light S.A.			03.378.521/0001-75		
Alliance Bernstein L.P.					
	brasileira	Não	Não	31/12/2011	
10.413.567	5,106340	0	0,000000	10.413.567	5,106340
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
BNDESPAR					
00.383.281/0001-09	brasileira-RJ	Não	Não	30/06/2012	
21.366.808	10,477312	0	0,000000	21.366.808	10,477312
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)					
17.155.730/0001-64	brasileira-MG	Sim	Sim	30/06/2012	
53.152.298	26,063473	0	0,000000	53.152.298	26,063473
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Luce Empreendimentos eParticipações S.A (Lepsa)					
11.429.117/0001-01	brasileira-RJ	Sim	Sim	30/06/2012	
26.576.149	13,031736	0	0,000000	26.576.149	13,031736
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Light S.A.			03.378.521/0001-75		
OUTROS					
65.849.088	32,289402	0	0,000000	65.849.088	32,289402
RME - Rio Minas Energia Participações S.A					
07.925.628/0001-47	brasileira-RJ	Sim	Sim	30/06/2012	
26.576.150	13,031737	0	0,000000	26.576.150	13,031737
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
203.934.060	100,000000	0	0,000000	203.934.060	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BNDESPAR			00.383.281/0001-09		
BNDES					
33.657.248/0001-89	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)			17.155.730/0001-64		
Ações em Tesouraria					
	MG	Não	Não	30/06/2012	
0	0,000000	410.396	0,075732	410.396	0,042631
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Andrade Gutierrez (AGC) Energia S.A.					
11.221.326/0001-65	brasileira-MG	Sim	Não	30/06/2012	
138.700.848	32,963993	0	0,000000	138.700.848	14,407897
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
BlackRock, Inc.					
		Não	Não	30/06/2012	
0	0,000000	50.931.874	9,398626	50.931.874	5,290676
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Estado de Minas Gerais e outras Entidades do Estado					
18.715.615/0001-60	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2012	
214.414.739	50,958347	0	0,000000	214.414.739	22,272867
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)			17.155.730/0001-64		
OUTROS					
67.649.121	16,077660	490.565.407	90,525642	558.214.528	57,985929
TOTAL					
420.764.708	100,000000	541.907.677	100,000000	962.672.385	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Luce Empreendimentos eParticipações S.A (Lepsa)			11.429.117/0001-01		
Andre Fernandes Bereguer					
127.759.138-57	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cesar Vaz de Melo Fernandes					
299.529.806-04	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cristiano Correa de Barros					
327.933.916-20	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Mario Antonio Thomazi					
290.272.500-06	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Luce Empreendimentos eParticipações S.A (Lepsa)			11.429.117/0001-01		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Parati S.A. - Participações em Ativos de Energia Elétrica					
10.478.616/0001-26	brasileira	Não	Não	29/07/2011	
177.422.773	99,999996	0	0,000000	177.422.773	99,999996
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
177.422.777	100,000000	0	0,000000	177.422.777	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
RME - Rio Minas Energia Participações S.A			07.925.628/0001-47		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Redentor Energia					
12.126.500/0001-53	brasileira	Não	Sim	30/06/2012	
709.309.572	100,000000	0	0,000000	709.309.572	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
709.309.572	100,000000	0	0,000000	709.309.572	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez (AGC) Energia S.A.			11.221.326/0001-65		
AGC Participações Ltda.					
03.601.304/0001-00	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
25	0,500000	25	0,500000	50	0,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A					
03.601.314/0001-38	brasileira-MG	Sim	Sim	30/06/2010	
4.975	99,500000	4.975	99,500000	9.950	99,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
5.000	100,000000	5.000	100,000000	10.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BNDES			33.657.248/0001-89		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
União					
	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Redentor Energia			12.126.500/0001-53		
OUTROS					
3.461.148	3,190000	0	0,000000	3.461.148	3,190000
Parati S.A - Participações em ativos de energia elétrica					
10.478.616/0001-26	brasileira	Não	Não	30/06/2012	
105.019.680	96,810000	0	0,000000	105.019.680	96,810000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
108.480.828	100,000000	0	0,000000	108.480.828	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Estado de Minas Gerais e outras Entidades do Estado			18.715.615/0001-60		
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
AGC Participações Ltda.			03.601.304/0001-00		
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A					
03.601.314/0001-38	brasileira-MG	Sim	Sim	30/06/2010	
29.170.181	99,999825	0	0,000000	29.170.181	99,999825
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Andrade Gutierrez S.A					
17.262.197/0001-30	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
51	0,000175	0	0,000000	51	0,000175
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
29.170.232	100,000000	0	0,000000	29.170.232	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A				03.601.314/0001-38		
AG Invest Fundo de Investimento em Participações						
08.968.987/0001-44	brasileira-MG	Não	Não	12/01/2013		
11.816.003	21,280000	13.040.301	23,490000	24.856.304	22,380000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Andrade Gutierrez Participações S.A						
03.601.314/0001-38	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010		
42.464.341	76,480000	41.240.257	74,270000	83.704.598	75,380000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
IFC - International Finance Corporation						
	americana	Não	Não	12/01/2013		
1.237.007	2,230000	1.237.007	2,230000	2.474.014	2,230000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
8.028	0,010000	1.837.880	0,010000	1.845.908	0,010000	
TOTAL						
55.525.379	100,000000	57.355.445	100,000000	112.880.824	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Parati S.A - Participações em ativos de energia elétrica				10.478.616/0001-26	
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)					
17.155.730/0001-64	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2012	
101.913.408	50,000000	0	0,000000	101.913.408	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Redentor Fundo de Investimento em Participações					
11.547.888/0001-01	brasileira	Não	Não	30/06/2012	
101.913.408	50,000000	203.826.816	100,000000	305.740.224	75,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
203.826.816	100,000000	203.826.816	100,000000	407.653.632	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez Participações S.A			03.601.314/0001-38		
Andrade Gutierrez S.A					
17.262.197/0001-30	brasileira-MG	Não	Não	30/10/2013	
371.458.955	99,999998	742.917.926	100,000000	1.114.376.881	99,999999
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
5	0,000002	0	0,000000	5	0,000001
TOTAL					
371.458.960	100,000000	742.917.926	100,000000	1.114.376.886	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)			17.155.730/0001-64		
Ações em Tesouraria					
17.155.730/0001-64		Não	Não	30/06/2012	
0	0,000000	410.396	0,075732	410.396	0,042631
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
AGC Energia S.A.					
11.221.326/0001-65		brasileira-MG	Sim	Não	30/06/2012
138.700.848	32,963993	0	0,000000	138.700.848	14,407897
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
BlackRock Inc.					
		Não	Não	30/06/2012	
0	0,000000	50.931.874	9,398626	50.931.874	5,290676
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Estado de Minas Gerais e outras Entidades do Estado					
18.715.615/0001-60		brasileira-MG	Não	Não	30/06/2012
214.414.739	50,958347	0	0,000000	214.414.739	22,272867
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)			17.155.730/0001-64		
OUTROS					
67.649.121	16,077660	490.565.407	90,525642	558.214.528	57,985929
TOTAL					
420.764.708	100,000000	541.907.677	100,000000	962.672.385	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Redentor Fundo de Investimento em Participações			11.547.888/0001-01		
Banco BTG Pactual S.A					
30.306.294/0001-45	brasileiro	Não	Não	30/06/2012	
142	14,200000	0	0,000000	142	14,200000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Banco Santander Brasil S.A					
90.400.888/0001-42	brasileira	Não	Não	30/06/2012	
285	28,600000	0	0,000000	285	28,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Banco Votorantim S.A					
59.588.111/0001-03	brasileiro	Não	Não	30/06/2012	
285	28,600000	0	0,000000	285	28,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
BB Banco de Investimento S.A					
24.933.830/0001-30	brasileira	Não	Não	30/06/2012	
285	28,600000	0	0,000000	285	28,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Redentor Fundo de Investimento em Participações			11.547.888/0001-01		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
997	100,000000	0	0,000000	997	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Andrade Gutierrez (AG) Concessões S.A			03.601.314/0001-38		
OUTROS					
8.028	100,000000	7.808	100,000000	15.836	100,000000
TOTAL					
8.028	100,000000	7.808	100,000000	15.836	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Andrade Gutierrez S.A			17.262.197/0001-30		
Adiminstradora São Estevão S.A					
	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
238.663.827	33,340000	477.336.173	33,340000	716.000.000	33,340000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Administradora Santana Ltda.					
16.741.134/0001-01	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
238.663.826	33,330000	477.336.173	33,330000	715.999.999	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Administradora São Miguel Ltda.					
19.135.623/0001-08	brasileira-MG	Não	Não	30/06/2010	
238.663.826	33,330000	477.336.173	33,330000	715.999.999	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
715.991.479	100,000000	1.432.008.519	100,000000	2.147.999.998	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Banco BTG Pactual S.A			30.306.294/0001-45		
BTG Pactual Holding S.A.					
10.923.227/0001-62	brasileiro	Sim	Sim	30/04/2012	
1.152.580.102	82,879401	848.048.204	64,040815	2.000.628.306	73,690621
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
238.091.302	17,120599	476.182.604	35,959185	714.273.906	26,309379
TOTAL					
1.390.671.404	100,000000	1.324.230.808	100,000000	2.714.902.212	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Banco Santander Brasil S.A			90.400.888/0001-42		
Grupo Empresarial Santander, S.L.					
06.164.067/0001-48	espanhola	Não	Sim	30/06/2012	
74.967.225.596	35,222052	63.531.985.888	34,119856	138.499.211.484	34,707743
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
38.140.759.447	17,919775	36.178.068.886	19,429434	74.318.828.333	18,624214
Santander Insurance Holding S.L.					
10.697.131/0001-23		Não	Sim	30/06/2012	
206.663.606	0,097097	22	0,000000	206.663.628	0,051790
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Sterrebeeck B.V.					
09.473.556/0001-70	holandesa	Não	Sim	30/06/2012	
99.527.083.105	46,761076	86.492.330.355	46,450710	186.019.413.460	46,616253
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
212.841.731.754	100,000000	186.202.385.151	100,000000	399.044.116.905	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Votorantim S.A			59.588.111/0001-03		
Aldemir Bendine					
043.980.408-62	brasileiro	Não	Não		
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Banco do Brasil S.A.					
00.000.000/0001-91	brasileiro	Sim	Sim	30/06/2012	
33.356.791.198	50,000000	7.412.620.274	49,999997	40.769.411.472	49,999997
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Ivan de Souza Monteiro					
667.444.077-91	brasileiro	Não	Não		
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
José Ermírio de Moraes Neto					
817.568.288-49	brasileiro	Não	Não		
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Votorantim S.A			59.588.111/0001-03		
Marcus Olyntho de Camargo Arruda					
067.020.158-87	brasileiro	Não	Não		
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Rogério Caffarelli					
442.887.279-87	brasileiro	Não	Não		
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
66.713.582.406	100,000000	14.825.240.544	100,000000	81.538.822.950	100,000000
Votorantim Finanças S.A.					
01.386.256/0001-41	brasileira	Não	Não	30/06/2012	
33.356.791.208	50,000000	7.412.620.264	49,999997	40.769.411.472	49,999997
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco Votorantim S.A			59.588.111/0001-03		
Wang Wei chang					
534.698.608-15	brasileiro	Não	Não		
0	0,000000	1	0,000001	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
BB Banco de Investimento S.A			24.933.830/0001-30		
Banco do Brasil S.A.					
00.000.000/0001-91	brasileiro	Não	Sim	31/12/2009	
102.637.922	100,000000	0	0,000000	102.637.922	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
102.637.922	100,000000	0	0,000000	102.637.922	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Adiminstradora São Estevão S.A					
OUTROS					
13.776	0,280000	0	0,000000	13.776	0,280000
Sergio Lins Andrade					
	brasileiro	Não	Não		
4.986.587	99,720000	0	0,000000	4.986.587	99,720000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
5.000.363	100,000000	0	0,000000	5.000.363	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Santana Ltda.			16.741.134/0001-01		
Angela Gutierrez					
	brasileira	Não	Não		
99.998	33,330000	0	0,000000	99.998	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cristina Gutierrez					
	brasileira	Não	Não		
99.998	33,330000	0	0,000000	99.998	33,330000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Espólio de Roberto Gutierrez					
	brasileiro	Não	Não		
99.970	33,320000	0	0,000000	99.970	33,320000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
34	0,020000	0	0,000000	34	0,020000
TOTAL					
300.000	100,000000	0	0,000000	300.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
Água Branca Participações Ltda.					
07.151.347/0001-84	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.392.800	7,334387	0	0,000000	1.392.800	7,334387
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Álvaro Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.376.400	7,248025	0	0,000000	1.376.400	7,248025
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Cristalia Participações Ltda.					
07.147.738/0001-25	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.431.200	7,536598	0	0,000000	1.431.200	7,536598
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Flavio Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.203.600	6,338073	0	0,000000	1.203.600	6,338073
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
200	0,001503	0	0,000000	200	0,001503
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Guvidala participações Ltda.					
07.154.488/0001-50	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.497.200	7,884150	0	0,000000	1.497.200	7,884150
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Heloisa Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.320.000	6,951027	0	0,000000	1.320.000	6,951027
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Laura Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.320.000	6,951027	0	0,000000	1.320.000	6,951027
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
Luciana Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.368.000	7,203791	0	0,000000	1.368.000	7,203791
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Marília Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.261.200	6,641390	0	0,000000	1.261.200	6,641390
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Marrote Participações Ltda.					
07.154.654/0001-19	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.196.000	6,298052	0	0,000000	1.196.000	6,298052
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nadja Participações Ltda.					
07.154.477/0001-70	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.404.800	7,397126	0	0,000000	1.404.800	7,397126
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.390.800	7,323855	0	0,000000	1.390.800	7,323855
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
18.990.000	100,000000	0	0,000000	18.990.000	100,000000
Travessia Participações Ltda.					
07.154.469/0001-24	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.455.200	7,662981	0	0,000000	1.455.200	7,662981
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Vera Furtado de Andrade					
		Não	Não		
200	0,001053	0	0,000000	200	0,001053
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Administradora São Miguel Ltda.			19.135.623/0001-08		
Verdigris Participações Ltda.					
07.149.689/0001-60	brasileira	Não	Não	30/06/2010	
1.372.400	7,226962	0	0,000000	1.372.400	7,226962
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco do Brasil S.A.				00.000.000/0001-91		
Caixa de Previdência dos funcionários do Banco do Brasil - PREVI						
10.993.128/0001-57	brasileira	Não	Não	30/06/2012		
297.031.611	10,366087	0	0,000000	297.031.611	10,366087	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização						
10.539.257/0001-70	brasileiro	Não	Não	05/08/2010		
62.500.000	2,181183	0	0,000000	62.500.000	2,181183	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Fundo Garantidor à Exportação						
03.115.105/0001-84	brasileiro	Não	Não	30/06/2012		
139.400.000	4,864911	0	0,000000	139.400.000	4,864911	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Fundo Garantidor para Investimentos						
10.993.128/0001-57	brasileiro	Não	Não	30/06/2012		
7.500.000	0,261742	0	0,000000	7.500.000	0,261742	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco do Brasil S.A.			00.000.000/0001-91		
OUTROS					
875.257.629	30,545559	0	0,000000	875.257.629	30,545559
Secretaria do Tesouro Nacional					
00.394.460/0001-41	brasileira	Não	Sim	30/06/2012	
1.483.727.780	51,780518	0	0,000000	1.483.727.780	51,780518
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
2.865.417.020	100,000000	0	0,000000	2.865.417.020	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62	
André Santos Esteves					
857.454.487-68	brasileiro-RJ	Não	Sim		
260.237.168	56,409996	0	0,000000	260.237.168	28,204998
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
James Marcos de Oliveira					
170.071.038-98	brasileiro-RJ	Não	Não		
34.544.889	7,488081	15.740.260	3,411919	50.285.149	5,449177
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Marcelo Kalim					
185.178.498-50	brasileiro-SP	Não	Não		
35.205.264	7,631227	16.463.878	3,568773	51.669.142	5,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
96.139.070	20,839469	412.663.623	89,450535	508.802.693	55,145825
Roberto Balls Salloutti					
135.962.478-37	brasileiro-SP	Não	Não		
35.205.265	7,631227	16.463.877	3,568773	51.669.142	5,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BTG Pactual Holding S.A.				10.923.227/0001-62	
Roberto Balls Salloutti					
135.962.478-37	brasileiro-SP	Não	Não		
35.205.265	7,631227	16.463.877	3,568773	51.669.142	5,600000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
TOTAL					
461.331.656	100,000000	461.331.638	100,000000	922.663.294	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Grupo Empresarial Santander, S.L.			06.164.067/0001-48		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Santander Espanha					
	espanhola	Não	Sim	30/06/2012	
468.793.507	99,105800	0	0,000000	468.793.507	99,105800
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Santander Investment I, S.A.					
		Não	Sim	30/06/2012	
2.443.373	0,516333	0	0,000000	2.443.373	0,516333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Santander Investment, S.A.					
		Não	Sim	30/06/2012	
1.787.400	0,377867	0	0,000000	1.787.400	0,377867
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
473.024.280	100,000000	0	0,000000	473.024.280	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Santander Insurance Holding S.L.				10.697.131/0001-23	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Santander AM Holding S.L.					
		Não	Sim	30/06/2012	
2.000	0,001000	0	0,000000	2.000	0,001000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Santander Espanha					
		Não	Sim	30/06/2012	
38.973.100	99,999000	0	0,000000	38.973.100	99,999000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
38.975.100	100,000000	0	0,000000	38.975.100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Sterrebeeck B.V.			09.473.556/0001-70		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Santander Espanha					
	espanhola	Não	Sim	30/06/2012	
2.639.306.000	100,000000	0	0,000000	2.639.306.000	100,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
2.639.306.000	100,000000	0	0,000000	2.639.306.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Votorantim Finanças S.A.			01.386.256/0001-41		
Claudio Ermírio de Moraes					
116.005.728-12	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Clóvis Ermírio de Moraes Scripilliti					
023.290.828-19	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Ermírio de Moraes Neto					
817.568.288-49	brasileiro	Não	Não		
945	0,000130	0	0,000000	945	0,000129
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Luis Ermírio de Moraes					
051.558.168-23	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Votorantim Finanças S.A.			01.386.256/0001-41		
Marcus Olyntho de Camargo Arruda					
067.020.158-87	brasileiro	Não	Não		
711	0,000100	0	0,000000	711	0,000098
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
722.479.971	100,000000	0	0,000000	722.479.971	100,000000
Votorantim Participações S.A.					
61.082.582/0001-97	brasileiro	Não	Sim	30/06/2012	
722.478.311	99,999766	0	0,000000	722.478.311	99,999769
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Wang Wei chang					
534.698.608-15	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Banco do Brasil S.A.			00.000.000/0001-91		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Agua Branca Participações Ltda.			07.151.347/0001-84		
Camila da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000072	0	0,000000	1	0,000072
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriela Andrade da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Laura Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.392.780	99,998492	0	0,000000	1.392.780	99,998492
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Agua Branca Participações Ltda.			07.151.347/0001-84		
Mariana da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Rafael Andrade da Cunha Pereira					
		Não	Não		
5	0,000359	0	0,000000	5	0,000359
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
1.392.801	100,000000	0	0,000000	1.392.801	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cristalia Participações Ltda.			07.147.738/0001-25		
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000070	0	0,000000	1	0,000070
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Heloísa Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.431.200	99,999930	0	0,000000	1.431.200	99,999930
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.431.201	100,000000	0	0,000000	1.431.201	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Guvidala participações Ltda.			07.154.488/0001-50		
Alvaro Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.497.000	99,999933	0	0,000000	1.497.000	99,999933
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000067	0	0,000000	1	0,000067
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.497.001	100,000000	0	0,000000	1.497.001	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Marrote Participações Ltda.			07.154.654/0001-19		
Flavio Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.196.000	99,999916	0	0,000000	1.196.000	99,999916
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000084	0	0,000000	1	0,000084
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.196.001	100,000000	0	0,000000	1.196.001	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nadja Participações Ltda.			07.154.477/0001-70		
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000071	0	0,000000	1	0,000071
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Lluciana Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.404.800	99,999929	0	0,000000	1.404.800	99,999929
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.404.801	100,000000	0	0,000000	1.404.801	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Travessia Participações Ltda.			07.154.469/0001-24		
Gabriel Donato de Andrade					
	brasileira	Não	Não		
1	0,000069	0	0,000000	1	0,000069
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Paulo Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.455.200	99,999931	0	0,000000	1.455.200	99,999931
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
1.455.201	100,000000	0	0,000000	1.455.201	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Verdigris Participações Ltda.			07.149.689/0001-60		
Gabriel Donato de Andrade					
		Não	Não		
1	0,000073	0	0,000000	1	0,000073
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Marilia Furtado de Andrade					
		Não	Não		
1.372.401	99,999927	0	0,000000	1.372.401	99,999927
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.372.402	100,000000	0	0,000000	1.372.402	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Votorantim Participações S.A.			61.082.582/0001-97		
Carlos Eduardo Moraes Scripilliti					
104.056.958-70	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Carlos Ermírio de Moraes					
021.946.058-27	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Claudio Ermírio de Moraes					
116.005.728-12	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Clóvis Ermírio de Moraes Scripilliti					
023.290.828-19	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Votorantim Participações S.A.			61.082.582/0001-97		
Fabio Ermírio de Moraes					
083.358.948-25	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Hejoassu Administração S.A.					
61.194.148/0001-07	brasileira	Não	Sim	30/06/2012	
5.380.879.050	99,999992	0	0,000000	5.380.879.050	99,999992
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Ermírio de Moraes Neto					
817.568.288-49	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Roberto Ermírio de Moraes					
029.080.178-81	brasileiro	Não	Não		
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista			Composição capital social
Votorantim Participações S.A.			61.082.582/0001-97			
Luis Ermírio de Moraes						
051.558.168-23	brasileiro	Não	Não			
1	0,000001	0	0,000000	1	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
5.380.879.058	100,000000	0	0,000000	5.380.879.058	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Caixa de Previdencia dos funcionários do Banco do Brasil - PREVI			10.993.128/0001-57		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização			10.539.257/0001-70		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fundo Garantidor à Exportação			03.115.105/0001-84		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fundo Garantidor para Investimentos			10.993.128/0001-57		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Santander AM Holding S.L.					
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Composição capital social					
Santander Espanha					
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Composição capital social					
Santander Espanha					
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Santander Espanha			Composição capital social		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Santander Investment I, S.A.					
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Santander Investment, S.A.					
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Secretaria do Tesouro Nacional			00.394.460/0001-41		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Hejoassu Administração S.A.			61.194.148/0001-07		
AEM Participações S.A.					
05.062.403/0001-89	brasileira	Sim	Sim	30/06/2012	
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
ERMAN Participações S.A.					
05.062.376/0001-44	brasileira	Sim	Sim	30/06/2012	
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
JEMF Participações S.A.					
05.062.394/0001-26	brasileira	Sim	Sim	30/06/2012	
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
MRC Participações S.A.					
05.062.355/0001-29	brasileira	Sim	Sim	30/06/2012	
400.000	25,000000	0	0,000000	400.000	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Hejoassu Administração S.A.			61.194.148/0001-07		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1.600.000	100,000000	0	0,000000	1.600.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AEM Participações S.A.			05.062.403/0001-89		
Antônio Ermírio de Moraes					
004.806.578-15	brasileira	Sim	Sim		
684.729.100	100,000000	0	0,000000	684.729.100	99,999997
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
ERMAN Participações S.A.					
05.062.376/0001-44	brasileira	Sim	Não	31/12/2012	
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
JEMF Participações S.A.					
05.062.394/0001-26	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
MRC Participações S.A.					
05.062.355/0001-29	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,340000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AEM Participações S.A.			05.062.403/0001-89		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.			05.062.376/0001-44		
AEM Participações S.A.					
05.062.403/0001-89	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Ermírio Pereira de Moraes					
499.217.118-49	brasileiro	Sim	Sim		
684.729.100	100,000000	0	0,000000	684.729.100	99,999997
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
JEMF Participações S.A.					
05.062.394/0001-26	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
MRC Participações S.A.					
05.062.355/0001-29	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,340000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.			05.062.376/0001-44		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
JEMF Participações S.A.			05.062.394/0001-26		
AEM Participações S.A.					
05.062.403/0001-89	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
ERMAN Participações S.A.					
05.062.376/0001-44	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
José Ermírio de Moraes Neto					
817.568.288-49	brasileiro	Sim	Sim		
228.243.033	33,330000	0	0,000000	228.243.033	33,333332
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Roberto Ermírio de Moraes					
029.080.178-81	brasileiro	Sim	Sim		
228.243.033	33,330000	0	0,000000	228.243.033	33,333332
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JEMF Participações S.A.				05.062.394/0001-26	
MRC Participações S.A.					
05.062.355/0001-29	brasileira	Sim	Não	30/06/2012	
0	0,000000	300	33,340000	300	0,000001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Neide Helena de Moraes					
041.978.048-30	brasileira	Sim	Não		
228.234.034	33,340000	0	0,000000	228.234.034	33,333333
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
684.720.100	100,000000	900	100,000000	684.721.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social	
MRC Participações S.A.			05.062.355/0001-29			
AEM Participações S.A.						
05.062.403/0001-89	brasileira	Sim	Não	30/06/2012		
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
ERMAN Participações S.A.						
05.062.376/0001-44	brasileira	Sim	Não	30/06/2012		
0	0,000000	300	33,340000	300	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
JEMF Participações S.A.						
05.062.394/0001-26	brasileira	Sim	Não	30/06/2012		
0	0,000000	300	33,330000	300	0,000001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Maria Elena de Moraes Scripilliti						
174.502.828-52	brasileira	Sim	Sim			
684.729.100	100,000000	0	0,000000	684.729.100	99,999997	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MRC Participações S.A.			05.062.355/0001-29		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
684.729.100	100,000000	900	100,000000	684.730.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AEM Participações S.A.			05.062.403/0001-89		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AEM Participações S.A.			05.062.403/0001-89		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AEM Participações S.A.			05.062.403/0001-89		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.			05.062.376/0001-44		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.			05.062.376/0001-44		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.			05.062.376/0001-44		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JEMF Participações S.A.			05.062.394/0001-26		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JEMF Participações S.A.			05.062.394/0001-26		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JEMF Participações S.A.			05.062.394/0001-26		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MRC Participações S.A.			05.062.355/0001-29		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MRC Participações S.A.			05.062.355/0001-29		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MRC Participações S.A.			05.062.355/0001-29		
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2015
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	376
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	6
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	59

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	37.594.896	15,870000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	75.152.204	91,760000%
Total	112.747.100	35,370000%

15.4 - Organograma dos acionistas

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	179.209.629	75,66%	-	0,0%	179.209.629	56,20%
RR Participações	41.461.797	17,50%	-	0,0%	41.461.797	13,0%
Light Energia	50.561.797	21,35%	-	0,0%	50.561.797	15,9%
Cemig GT	87.186.035	36,81%	-	0,0%	87.186.035	27,3%
Outros Acionistas	57.664.402	24,34%	81.898.898	100,0%	139.563.300	43,80%
RR Participações*	10.529.211	4,44%	626.886	0,77%	11.156.097	3,49%
RR Casa de Invest e Part	8.457.075	3,57%	900.000	1,10%	9.357.075	2,92%
BNDESPAR	9.311.425	3,90%	18.622.850	22,74%	27.934.275	8,80%
InfraBrasil	11.651.467	4,90%	23.302.933	28,45%	34.954.400	10,97%
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,30%	10.940.586	13,36%	16.410.879	5,15%
Outros	12.244.931	5,23%	27.505.643	33,57%	39.750.574	12,47%
Total	236.874.031	100,0%	81.898.898	100,0%	318.772.929	100,0%

* Participação da RR Participações fora do bloco de controle

Data base: 31/12/2015

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Acordo de acionistas entre Light Energia, RR Participações e Cemig.

a. *parte* e b. *data de celebração*

Acordo de Acionistas firmado por RR Participações S.A. ("RR"), Light Energia S.A. ("Light") e Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig") em 19 de dezembro de 2014.

c. *prazo de vigência*

O prazo será de 30 anos contados da data da assinatura.

d. *cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle*

Haverá realização de reunião prévia, entre os Acionistas, antes de toda e qualquer Assembleia Geral ou reunião do Conselho de Administração, de forma a definir e vincular o teor do voto dos Acionistas em uma Assembleia Geral ou dos membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas integrantes do bloco de controle ou orientação aos administradores da Companhia ou de suas Controladas e Subsidiárias (quando existentes), conforme o caso.

e. *cláusulas relativas à indicação de administradores*

Cada Acionista exercerá seus direitos de acionista para fazer com que o Conselho atue em conformidade com o Capítulo IV do Acordo sempre em nome dos interesses da Companhia e compromete-se a não requerer a eleição dos membros do Conselho de Administração por meio de voto múltiplo. O Conselho será composto por 11 (onze) membros. A Light Energia terá o direito de nomear, eleger e destituir 2 (dois) membros do Conselho, a RR terá o direito de nomear, eleger e destituir 2 (dois) membros do Conselho, a Cemig terá o direito de nomear, eleger e destituir 2 (dois) membros do Conselho, o Infrabrasil Fundo de Investimentos em Participação, em conjunto com Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental, terá o direito de nomear, eleger e destituir 1 (um) membro do Conselho. Adicionalmente, 2 (dois) conselheiros deverão ser Conselheiros Independentes, sendo um deles nomeado, eleito e destituído pelo BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (cada um, designado o "Conselheiro"). Os Conselheiros serão eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

f. *cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las*

Não obstante qualquer disposição em contrário prevista no Acordo de Acionistas, os Acionistas não poderão transferir quaisquer ações vinculadas durante o período de 4 (quatro) anos a contar da data de celebração do referido acordo, o que ocorrer primeiro (o "Período de Lock Up"), exceto por transferências a afiliadas (inclusive se a afiliada transferir novamente) e desde que (i) a transferência seja de todas as ações vinculadas e (ii) o acionista permaneça solidariamente responsável com sua afiliada pelo cumprimento das obrigações previstas no acordo (ficando estabelecido que, para esse fim, a Companhia será considerada afiliada dos acionistas, sendo certo que a afiliada deverá aderir ao referido acordo, nos termos previstos, obrigando-se a cumpri-lo integralmente.

Direito de Preferência. Quando qualquer acionista receber uma oferta firme de transferência, direta ou indireta, da totalidade de suas ações vinculadas, assim consideradas como ações ofertadas, os demais acionistas, assim considerados como acionistas ofertados terão o direito de preferência para adquirir referidas ações ofertadas. O direito de preferência deverá ser exercido de acordo com o procedimento estabelecido na cláusula 7.1 do acordo e suas subcláusulas.

O direito de preferência será ainda aplicável a qualquer operação: (i) que for realizada com o objetivo de frustrar o exercício do direito de preferência previsto no referido acordo, inclusive por meio de cisões, incorporações ou fusões; ou (ii) em que as ações vinculadas representem o principal ativo dentre o conjunto de ativos alienados.

Sem prejuízo do acima disposto quanto ao direito de preferência, caso o acionista vendedor seja a Cemig o direito de preferência deverá ser exercido pelo acionista ofertado com respeito às exigências legais aplicáveis à Cemig no tocante à venda ou transferência das ações de sua propriedade, obrigando-se a Cemig, neste caso, a incluir no respectivo edital de leilão as regras do direito de preferência em benefício dos acionistas ofertados, na medida do permitido por lei.

g. *cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração*

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Vide item “d” acima.

Acordo BNDESPAR e RR Participações

a. parte e b. data de celebração

Tendo em vista o ingresso da BNDES Participações S. A. – BNDESPAR, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no capital da Companhia por meio de aumento de capital realizado em 13 de julho 2012, a RR Participações S.A., a Light Energia S.A., A Light S.A., o Sr. Ricardo Lopes Delneri, o Sr. Renato do Amaral Figueiredo e a BNDESPAR celebraram um Acordo de Acionistas em 06 de novembro de 2012 (“Acordo BNDESPAR”). O referido acordo não altera o controle da Companhia, regulado conforme o acordo de acionistas firmado entre Light, Cemig e RR.

A Cemig aderiu ao acordo referido neste item em 29 de setembro de 2014.

O Acordo BNDESPAR assegura à BNDESPAR os seguintes direitos: (i) eleição de um membro no Conselho de Administração da Companhia; (ii) direito de venda conjunta em caso de alienação direta ou indireta das ações da Companhia detidas pela RR, Cemig e pela Light Energia; e (iii) direito de aderir à ofertas públicas secundárias da Companhia.

c. prazo de vigência

O prazo é de 15 anos contados da data da assinatura (06 de novembro de 2012).

d. cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Não há cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

e. cláusulas relativas à indicação de administradores

A BNDESPAR terá o direito de eleger um membro independente do Conselho de Administração e, se for o caso, seu respectivo suplente. Para fins do exercício de tal direito, a BNDESPAR informará o nome de seu indicado aos acionistas controladores da Companhia.

f. cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Caso quaisquer dos acionistas controladores deseje transferir direta ou indiretamente, quaisquer de suas ações vinculadas, a BNDESPAR terá o direito de, a seu exclusivo critério, transferir até a totalidade de suas Units ao adquirente, na mesma transação e nas mesmas condições da operação que ensejou o exercício do direito de venda conjunta, conforme disposto no Acordo BNDESPAR.

Caso haja alienação do controle da RR, Light e Cemig, a BNDESPAR terá o direito de, a seu exclusivo critério, transferir até a totalidade de suas Units ao adquirente, na mesma transação e nas mesmas condições da alteração que ensejou o exercício do direito de venda conjunta, conforme disposto no Acordo BNDESPAR.

g. cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há cláusulas relativas ao exercício do direito de voto pelos membros do Conselho de Administração indicados pela BNDESPAR.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

No dia 29 de setembro de 2014, conforme previsto no Acordo de Investimento, a Cemig GT realizou a subscrição e a integralização de 87.186.035 ações ordinárias da Renova, mediante a integralização dos AFACs realizados, no valor total de R\$ 1.550.071.797,66. Para a realização do aumento de capital, RR e Light Energia cederam os seus respectivos direitos de preferência para a Cemig GT e o preço da emissão de ação da Renova foi de R\$ 17,7789 por ação ordinária.

Após o cumprimento da legislação em relação ao direito de preferência dos acionistas da Renova e o cancelamento de sobras das novas ações ordinárias, foi deliberado em 27 de outubro de 2014 em Reunião do Conselho de Administração a homologação parcial do aumento de capital aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2014 ("Aumento de Capital").

Simultaneamente ao aumento de capital foi celebrado um novo acordo de acionistas por meio do qual a Cemig GT passou a fazer parte do bloco de controle da Companhia juntamente com a RR Participações e a Light Energia.

Para mais informações sobre a operação e sobre o novo acordo de acionista vide itens 6.5 e 15.5 deste Formulário de Referência, respectivamente.

15.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Não possuímos quaisquer regras, políticas ou práticas para realização de transações com partes relacionadas, exceto pelo previsto no Estatuto Social da Companhia, o qual prevê que compete ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre a celebração de contratos com partes relacionadas.

Em observância ao Estatuto Social da Companhia e ao artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia devem abster-se de votar com relação a qualquer matéria com a qual tenham interesse conflitante com o da Companhia.

Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos celebrados com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro, sem qualquer relação com a Companhia, seus acionistas ou administradores.

Assim, a Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisa seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros.

São firmados contratos de mútuo e de adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas (subsidiárias e/ou controladas), em decorrência de operações de gerenciamento de caixa da Companhia, visando conciliar o cumprimento de suas obrigações com os prazos para obtenção dos recursos decorrentes dos financiamentos que a Companhia contrata.

Observação

Dos contratos descritos no item 16.2, os contratos com a Light e Cemig não foram descritos valor, uma vez que estes contratos não são de mútuos, empréstimos ou outro tipo de dívida, e sim contratos de comercialização de energia.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	06/08/2013	19.545.000,00	R\$ 19.545.000,00	R\$ 19.545.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Morrão S.A.	06/08/2013	2.140.000,00	R\$ 2.140.000,00	R\$ 2.140.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	06/08/2013	5.086.000,00	R\$ 5.086.000,00	R\$ 5.086.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Tanque S.A.	06/08/2013	3.385.000,00	R\$ 3.385.000,00	R\$ 3.385.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	01/03/2013	3.327.000,00	R\$ 3.327.000,00	R\$ 3.327.000,00	Até AGO de 2014.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	05/08/2013	4.357.000,00	R\$ 4.357.000,00	R\$ 4.357.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ametista S.A.	01/03/2013	5.352.000,00	R\$ 5.352.000,00	R\$ 5.352.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Renova Eólica Participações S.A.	06/08/2013	69.792.000,00	R\$ 69.792.000,00	R\$ 69.792.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ametista S.A.	06/08/2013	2.490.000,00	R\$ 2.490.000,00	R\$ 2.490.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Borgo S.A.	06/08/2013	3.283.000,00	R\$ 3.283.000,00	R\$ 3.283.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indirta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Caetité S.A.	06/08/2013	8.738.000,00	R\$ 8.738.000,00	R\$ 8.738.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Dourados S.A.	06/08/2013	7.348.000,00	R\$ 7.348.000,00	R\$ 7.348.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Espigão S.A.	06/08/2013	3.214.000,00	R\$ 3.214.000,00	R\$ 3.214.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização de AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Maron S.A.	06/08/2013	4.614.000,00	R\$ 4.614.000,00	R\$ 4.614.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	06/08/2013	4.521.000,00	R\$ 4.521.000,00	R\$ 4.521.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Pilões S.A.	06/08/2013	2.914.000,00	R\$ 2.914.000,00	R\$ 2.914.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	06/08/2013	3.406.000,00	R\$ 3.406.000,00	R\$ 3.406.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Borgo S.A.	01/03/2013	97.000,00	R\$ 97.000,00	R\$ 97.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Cenrais Eólicas Caetité S.A.	01/03/2013	7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Dourados S.A.	01/03/2013	4.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Dourados S.A.	05/08/2013	4.300.000,00	R\$ 4.300.000,00	R\$ 4.300.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Eólicas Espigão S.A.	01/03/2013	270.000,00	R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Maron S.A.	01/03/2013	7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	R\$ 7.000.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	01/03/2013	168.000,00	R\$ 168.000,00	R\$ 168.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Candiba S.A.	01/03/2013	835.000,00	R\$ 835.000,00	R\$ 835.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização de AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	01/03/2013	792.000,00	R\$ 792.000,00	R\$ 792.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ilhéus S.A.	01/03/2013	635.000,00	R\$ 635.000,00	R\$ 635.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A.	01/03/2013	1.010.000,00	R\$ 1.010.000,00	R\$ 1.010.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Eólicas Pindaí S.A.	01/03/2013	605.000,00	R\$ 605.000,00	R\$ 605.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	15/01/2013	110.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização de AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	01/03/2013	2.428.000,00	R\$ 2.428.000,00	R\$ 2.428.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	15/01/2013	248.000,00	R\$ 248.000,00	R\$ 248.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	01/03/2013	3.550.000,00	R\$ 3.550.000,00	R\$ 3.550.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização de AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	15/01/2013	602.000,00	R\$ 602.000,00	R\$ 602.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	01/03/2013	5.048.000,00	R\$ 5.048.000,00	R\$ 5.048.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A.	15/01/2013	305.000,00	R\$ 305.000,00	R\$ 305.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A.	01/03/2013	1.330.000,00	R\$ 1.330.000,00	R\$ 1.330.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização de AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	15/01/2013	305.000,00	R\$ 305.000,00	R\$ 305.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	01/03/2013	2.670.000,00	R\$ 2.670.000,00	R\$ 2.670.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Pajeú do Vento S.A.	15/03/2013	15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	15/01/2013	332.000,00	R\$ 332.000,00	R\$ 332.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	01/03/2013	3.960.000,00	R\$ 3.960.000,00	R\$ 3.960.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	15/01/2013	132.000,00	R\$ 132.000,00	R\$ 132.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Porto Seguro S.A.	01/03/2013	3.305.000,00	R\$ 3.305.0000,00	R\$ 3.305.0000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitlização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	15/01/2013	345.000,00	R\$ 345.000,00	R\$ 345.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	01/03/2013	8.810.000,00	R\$ 8.810.000,00	R\$ 8.810.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Serra do Salto S.A.	15/01/2013	215.000,00	R\$ 215.000,00	R\$ 215.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrias Eólicas Serra do Salto S.A.	01/03/2013	2.815.000,00	R\$ 2.815.000,00	R\$ 2.815.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Bahia Eólica Participações S.A.	01/03/2013	3.877.000,00	R\$ 3.877.000,00	R\$ 3.877.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Salvador Eólica Participações S.A.	15/01/2013	2.594.000,00	R\$ 2.594.000,00	R\$ 2.594.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Salvador Eólica Participações S.A.	01/03/2013	33.916.000,00	R\$ 33.916.000,00	R\$ 33.916.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Renova Eólica Participações S.A.	01/03/2013	30.289.000,00	R\$ 30.289.000,00	R\$ 30.289.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Renova Eólica Participações S.A.	05/08/2013	9.557.000,00	R\$ 9.557.000,00	R\$ 9.557.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Renova Eólica Participações S.A.	15/03/2013	15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Nova Renova Energia S.A.	01/03/2013	30.289.000,00	R\$ 30.289.000,00	R\$ 30.289.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Nova Renova Energia S.A.	01/03/2013	37.793.000,00	R\$ 37.793.000,00	R\$ 37.793.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Nova Renova Energia S.A.	30/08/2013	50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Nova Renova Energia S.A.	05/08/2013	9.557.000,00	R\$ 9.557.000,00	R\$ 9.557.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Nova Renova Energia S.A.	15/03/2013	15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Adiantamneto para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Nova Renova Energia S.A.	06/08/2013	103.364.301,16	R\$ 103.364.301,16	R\$ 103.364.301,16	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Salvador Eólica Participações S.A.	15/03/2013	15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas dos Araçás Ltda.	20/09/2010	884.599,08	R\$ 884.599,08	R\$ 884.599,08	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Bahia Eólica Participações S.A.	17/10/2011	8.000.000,00	R\$ 9.045.000,00	Não aplicável	Até 31/12/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Guanambi S.A.	27/05/2011	3.510.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	R\$ 3.581.147,06	Até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Renova Eólica Participações S.A.	15/09/2009	200.000,00	Contrato quitado em agosto de 2013	R\$ 200.000,00	Até 31/12/2013	SIM	5,250000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda.	30/04/2010	320.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 324.023,77	Até 30/04/2013	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,25% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Ametista Ltda.	25/09/2009	292.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 296.357,43	Até 25/09/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada. Contrato aditivado em fevereiro de 2012 para R\$292.000,00						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Elétricas Borgo Ltda.	30/04/2010	277.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 280.746,14	Até 30/04/2013	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada. Contrato aditivado em fevereiro de 2012 para R\$277.000,00						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Elétricas Botuquara Ltda.	30/04/2010	200.000,00	Contrato quitado em agosto de 2013	R\$ 15.000,00	Até 31/12/2013	SIM	5,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Caetité Ltda.	25/09/2009	349.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 353.765,69	Até 31/12/2013	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada no valor principal de R\$ 200.000,00 e aditivado em fevereiro para R\$ 349.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TLJP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Elétricas Dourados Ltda.	30/04/2010	317.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 320.916,03	Até 25/09/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada no valor principal de R\$ 200.000,00 e aditivado em fevereiro de 2012 para R\$ 317.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP+ até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Espigão Ltda.	25/09/2009	335.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 340.019,35	Até 31/12/2013	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Elétricas Itaparica Ltda.	30/04/2010	316.000,00	R\$ 15.000,00 - Este montante foi convertido em AFAC em julho de 2013	R\$ 15.000,00	Até 31/12/2013	SIM	5,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Elétricas Maron Ltda.	30/04/2010	316.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 320.230,29	Até 30/04/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada no valor principal de R\$ 200.000,00 e aditivado em fevereiro de 2012 para R\$ 316.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Eólicas Pelourinho Ltda.	30/04/2010	310.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 288.931,93	Até 30/04/2013	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Pilões Ltda.	25/09/2009	378.000,00	Contrato quitado em maio de 2012	R\$ 383.013,97	Até 25/09/2012	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada no valor principal de R\$ 200.000,00 e aditivado em fevereiro de 2012 para R\$ 378.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas São Salvador Ltda.	25/09/2009	200.000,00	Contrato quitado em agosto de 2013	R\$ 63.000,00	Até 31/12/2013	SIM	5,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Igaporã S.A.	28/12/2011	1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação							
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	18/03/2011	15.319.333,27	R\$ 15.319.333,27	R\$ 15.319.333,27	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Macambira S.A.		0,00	R\$ 1.984.101,42	R\$ 1.984.101,42		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A	01/09/2014	2.120.678,60	R\$ 2.120.678,60	R\$ 2.120.678,60		NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	01/09/2014	1.619.719,04	R\$ 1.619.719,04	R\$ 1.619.719,04		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	01/08/2014	1.365.512,32	R\$ 1.365.512,32	R\$ 1.365.512,32		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	01/08/2013	1.317.551,35	R\$ 1.317.551,35	R\$ 1.317.551,35		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	01/08/2013	1.239.430,82	R\$ 1.239.430,82	R\$ 1.239.430,82		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ico S.A.	01/09/2014	1.197.539,43	R\$ 1.197.539,43	R\$ 1.197.539,43		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	01/09/2014	866.950,31	R\$ 866.950,31	R\$ 866.950,31		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Calíandra S.A.	01/09/2014	648.812,72	R\$ 648.812,72	R\$ 648.812,72		NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	01/09/2014	609.350,96	R\$ 609.350,96	R\$ 609.350,96		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há!						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	01/08/2013	557.581,90	R\$ 557.581,90	R\$ 557.581,90		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	01/09/2014	682.930,96	R\$ 682.930,96	R\$ 682.930,96		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	01/11/2014	196.765,00	R\$ 196.765,00	R\$ 196.765,00		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Bela Vista XIV LTDA.	01/12/2014	93.512,83	R\$ 93.512,83	R\$ 93.512,83		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há!						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Umburanas 3 S.A	01/10/2014	92.482,82	R\$ 92.482,82	R\$ 92.482,82		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros							
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	01/12/2014	1.195,90	R\$ 1.195,90	R\$ 1.195,90		NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Renovapar S.A.	01/08/2014	0,00	R\$ 19.754,15	R\$ 19.754,15		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Renova Comercializadora de Energia S.A.	01/03/2014	3.872.575,33	R\$ 3.872.575,33	R\$ 3.872.575,33		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Salvador Eólica Participações S.A	27/05/2011	1.106.449,05	R\$ 1.106.449,05	R\$ 1.106.449,05		SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não Há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Bahia Eólica Participações S.A.	17/10/2011	577.598,65	R\$ 577.598,65	R\$ 577.598,65		SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP+ até 0,5% a.a.						
Cemig Geração e Transmissão S.A.	25/03/2014	0,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Em março de 2014, a Renova Comercializadora comercializou 308,0 MW médios com a CEMIG GT, correspondentes a 676,2 MW de capacidade instalada. Em 17 de junho de 2014 foi celebrado um Contrato de Investimento de Compromisso de Compra e Venda de Ações entre a Companhia e a Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"), que irá participar de 50% do projeto. Os parques que irão atender esse contrato terão início de geração em 2018. Conforme o Acordo de Investimento, a operação ocorrerá mediante a aquisição, pela CEMIG, de 50% do capital votante e total de uma sociedade anônima (SPE) a ser criada pela Companhia, na qual serão integralizados todos os contratos relacionados ao Projeto Eólico. O valor da aquisição será de até R\$113.450 referente a 50% dos valores dos adiantamentos dos contratos já firmados pela Companhia, corrigido pela variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") desde o seu efetivo desembolso pela Companhia até a da						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Considerando que a Companhia é uma empresa de criação, implantação e geração de energia elétrica por meio de subsidiárias e considerando que a CEMIG GT necessita de energia para arcar com seus negócios, as partes celebraram o mencionado contrato de compra e venda de energia elétrica.						
Light Energia S.A.	19/08/2011	0,00				SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Em agosto de 2011 a Companhia assinou um compromisso de compra e venda de energia com a Light Energia, no qual a Renova irá entregar 200,4 MW médios de energia eólica, correspondentes a 403,5 MW de capacidade instalada, sendo que os parques terão início de geração entre 2015 e 2016. Do montante total de 200,4 MW, 1/3 da energia foi comercializada com a LIGHTCOM Comercializadora de Energia S.A. e 2/3 com CEMIG GT						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato						
Natureza e razão para a operação	Considerando que a Companhia é uma empresa de criação, implantação e geração de energia elétrica por meio de subsidiárias e considerando que a Light Energia S.A. necessita de energia para arcar com seus negócios, as partes celebraram o mencionado contrato de compra e venda de energia elétrica						
Chipley SP Participações S.A.	28/10/2013	739.943.172,77	R\$ 739.743.712,77	R\$ 739.743.712,77		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Renova PCH LTDA.	01/03/2014	4.467,00	R\$ 4.467,00	R\$ 4.467,00		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Alto Sertão Participações S.A.	01/10/2014	36.401.883,58	R\$ 36.401.883,58	R\$ 36.401.883,58		SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	01/09/2014	2.977.379,70	R\$ 2.977.379,70	R\$ 2.977.379,70		SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Elétricas Botuquara S.A.	01/06/2014	2.732.507,45	R\$ 2.732.507,45	R\$ 2.732.507,45		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direto						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	01/09/2015	2.714.485,01	R\$ 2.714.485,01	R\$ 2.714.485,01		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Nova Renova Energia S.A.	01/03/2013	69.900.065,14	R\$ 69.900.065,14	R\$ 69.900.065,14		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	01/09/2014	0,00	R\$ 2.460.562,28	R\$ 2.460.562,28		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Conquista S.A.	01/08/2013	2.333.895,03	R\$ 2.333.895,03	R\$ 2.333.895,03		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	01/08/2013	2.093.779,16	R\$ 2.093.779,16	R\$ 2.093.779,16		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Tingui S.A.	01/09/2014	2.212.990,49	R\$ 2.212.990,49	R\$ 2.212.990,49		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Cansanção S.A	01/08/2013	1.368.689,12	R\$ 1.368.689,12	R\$ 1.368.689,12		NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não Há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição S.A.	27/05/2011	4.150.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	R\$ 4.237.532,23	até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
	Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Pajeu do Vento S.A.	27/05/2011	3.500.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	R\$ 3.570.544,36	até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
	Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Salvador Eólica Participações S.A.	27/05/2011	15.000.000,00	R\$ 17.544.000,00	Não aplicável	até 31/12/2013	SIM	0,000000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Tanque S.A.	01/10/2012	15.000.000,00	Contrato quitado em fevereiro de 2013	R\$ 17.227.178,81		SIM	5,750000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em fevereiro de 2013, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas da Prata S.A	01/10/2012	10.700.000,00	Contrato quitado em fevereiro de 2013	R\$ 12.700.888,76	Até 30/04/2013	SIM	5,750000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuorealizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em fevereiro de 2013, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Saraíma S.A.	14/12/2012	328.400,00	Contrato quitado em fevereiro de 3013	R\$ 331264,60	Até 30/04/2013	SIM	5,750000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em fevereiro de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
RR Participações S.A.	27/05/2009	255.000,00	Contrato quitado em maio de 2012.	R\$ 243.499,75	Até 28/12/2013	SIM	6,500000
Relação com o emissor	Controlador Direto						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo da emissora ao controlador						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + 0,5% a.a. Contrato celebrado com o valor de até R\$100 mil e aditivo celebrado em 12.07.2010 aumentando o valor para até R\$255 mil. Contrato quitado em maio de 2012, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Enerbrás Centrais Elétricas S.A.	02/01/2008	10.000.000,00	Contrato quitado em maio de 2012.	R\$ 27.283,02	Até 28/12/2013	SIM	6,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Elétricas Morrão S.A.	15/07/2011	253.748,36	R\$ 253.748,36	R\$ 253.748,36	Até 31/05/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC. A Companhia não deu destaque nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 em seu quadro de investimento para os mútuos convertidos em AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas da Prata S.A.	20/09/2010	652.844,48	R\$ 652.844,48	R\$ 652.844,48	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Elétricas Seraíma Ltda.	20/09/2010	883.179,19	R\$ 883.179,19	R\$ 883.179,19	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Elétricas Tanque Ltda.	20/09/2010	790.465,49	R\$ 790.465,49	R\$ 790.465,49	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	20/09/2010	652.844,48	R\$ 652.844,48	R\$ 652.844,48	270 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Energética Serra da Prata S.A.	10/07/2009	13.000.000,00	Contrato quitado em Setembro de 2014	Não aplicável	Até 31/12/2014	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da controlada à emissora. Contrato original celebrado com o valor global de R\$10.000.000,00 e aditivo celebrado em 01/12/2011 aumentando o o valor em R\$3.000.000,00.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Renova PCH Ltda.	30/04/2010	200.000,00	Contrato quitado em agosto de 2013	R\$ 24.000,00	Até 31/12/2013	SIM	5,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação							
	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Nova Renova Energia S.A.	30/04/2010	200.000,00	Contrato quitado em agosto de 2013	R\$ 28.000,00	Até 31/12/2013	SIM	5,250000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda.	15/07/2011	428.533,47	R\$ 428.533,47	R\$ 428.533,47	Até 31/05/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas da Prata Ltda.	15/07/2011	234.637,08	R\$ 234.637,08	R\$ 234.637,08	Até 31/05/2012	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Contrato de adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Contrato extinto por ter sido convertido em aumento de capital						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas Alvorada S.A.	27/05/2011	1.700.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	Não aplicável	até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
	Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Planaltina S.A.	27/05/2011	3.850.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	R\$ 3.931.451,29	até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
	Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Rio Verde S.A.	27/05/2011	4.850.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	R\$ 4.948.308,62	até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa.						
	Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a.						
	Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Guirapá S.A.	27/05/2011	4.320.000,00	Contrato quitado em outubro de 2011	R\$ 4.410.978,10	até 27/05/2012	SIM	6,250000
Relação com o emissor	controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em outubro de 2011, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	14/12/2012	296.800,00	Contrato quitado em fevereiro de 2013	R\$ 299.330,50	Até 30/04/2013	SIM	5,750000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em fevereiro de 2013, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas Morrão S.A.	21/12/2012	5.700,00	Contrato quitado em fevereiro de 2013	R\$ 5756,68	Até 30/04/2013	SIM	5,750000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Mútuo da emissora à controlada						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Ocorrências de vencimentos antecipados previstos no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Mútuo realizado para suprir necessidade de caixa. Taxa de Juros: TJLP + até 0,5% a.a. Contrato quitado em fevereiro de 2013, o qual está sendo mantido neste item 16.2 em observância ao Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2014.						
Centrais Eólicas da Prata S.A.	01/03/2013	4.091.000,00	R\$ 4.091.000,00	R\$ 4.091.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas da Prata S.A.	06/08/2013	275.000,00	R\$ 275.000,00	R\$ 275.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	05/08/2013	4.938.000,00	R\$ 4.938.000,00	R\$ 4.938.000,00	Até AGO de 2014	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Capitalização do AFAC.						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Em relação ao conjunto de transações mencionadas no quadro 16.2 deste Formulário de Referência e conforme as regras, políticas e práticas indicadas no quadro 16.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não adota uma política específica para transações com partes relacionadas, além das já previstas na legislação e nas normas regulatórias da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), inclusive com relação às práticas de governança previstas no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Nível 2"), bem como no Código de Ética e Conduta, que contém regras a respeito de conflitos de interesses.

O Código de Ética da Companhia determina:

- Os representantes da Renova devem agir tendo em vista o melhor interesse da Companhia. Considerações pessoais ou relacionamentos externos não devem interferir nos interesses da Companhia e, portanto, não se deve utilizar da posição ocupada na Companhia em benefício próprio, de parentes ou de amigos.
- Ao identificar um conflito real ou potencial, tal conflito deve ser imediatamente relatado ao gestor da área envolvida, o qual deverá se encarregar de solucioná-lo. Adicionalmente, o Colaborador que identificar tal conflito real ou potencial deve se ausentar das discussões e não deve participar das decisões a respeito, exceto se solicitado pelo gestor, visando proporcionar mais detalhes sobre o caso em tela e as partes envolvidas, abstendo-se, contudo, de qualquer deliberação sobre a matéria.
- Caso algum Colaborador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de algum conflito não manifeste seu conflito de interesse, qualquer outro Colaborador que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo. Neste caso, a não manifestação voluntária do Colaborador em situação de conflito será considerada uma violação da política de conflitos de interesse da Companhia.
- A Companhia não fará restrições às atividades político-partidárias e os Colaboradores da Renova terão o direito de livre associação. Contudo, o exercício de atividades políticas ou a filiação a qualquer partido político deverá ser comunicado à Diretoria da Companhia. Os Colaboradores, se filiados a partidos políticos, não deverão utilizar o seu horário de trabalho ou recursos da Companhia.
- É terminantemente proibido o exercício de atividades político-partidárias no ambiente de trabalho e que envolvam, sob qualquer forma, recursos da Renova, bem como é proibida a veiculação de qualquer forma de propaganda política nas instalações da Renova.
- O Colaborador da Companhia que participar de atividade política o fará como cidadão e nunca como representante da Companhia. Desta forma, qualquer opinião política dos Colaboradores jamais deverá ser exteriorizada como uma posição política da Companhia.

Nos termos do Regulamento do Nível 2, os acionistas, administradores e membros do conselho fiscal e a BM&FBOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes deste Regulamento de Listagem, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Adicionalmente, a decisão acerca de todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus órgãos de administração, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro dos órgãos deliberativos da Companhia, o respectivo membro deverá abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Em relação às transações mencionadas no quadro 16.2 deste Formulário de Referência, foram considerados os critérios de melhor

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

preço, prazo, sinergia, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado. Nesse sentido, o caráter comutativo das transações pode ser comprovado observando-se os termos e condições apresentados nos contratos descritos no quadro 16.2 deste Formulário de Referência, inclusive no que se refere à natureza e razões para a operação e as taxas de juros aplicadas, nos casos de empréstimo.

As operações e negócios com partes relacionadas serão sempre pautadas em políticas da Companhia e na legislação e normas vigentes, que nos determinam a observância dos padrões de mercado que exigem que tais operações e negócios sejam pautadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

Em relação às operações de empréstimo da Companhia com suas subsidiárias, que representam o volume relevante das operações descritas no quadro 16.2 deste Formulário de Referência, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas subsidiárias para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos no quadro 16.2 acima, os quais a Companhia entende ser compatíveis e de acordo com as práticas usuais de mercado.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
18/12/2015	2.568.009.837,54		236.874.031	81.898.898	318.772.929

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
14/02/2011	Conselho de Administração	14/02/2011	123.113,32	Subscrição particular	362.098	724.196	1.086.294	0,00037705	0,34	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	724.196

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi fdeterminado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.

Forma de integralização dinheiro

04/04/2011	Conselho de Administração	04/04/2011	42.500,00	Subscrição particular	125.000	250.000	375.000	0,00013011	0,34	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	-----------	-----------------------	---------	---------	---------	------------	------	-----------------

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	250.000

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.

Forma de integralização dinheiro

15/08/2011	Conselho de Administração	15/08/2011	63.725,52	Subscrição particular	187.428	374.856	562.284	0,00019502	0,34	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	-----------	-----------------------	---------	---------	---------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008

Forma de integralização dinheiro

25/10/2011	Conselho de Administração	17/08/2011	376.044.302,32	Subscrição particular	52.815.211	0	52.815.211	1,15727167	7,12	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	----------------	-----------------------	------------	---	------------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O critério para determinação do preço de emissão foi estabelecido levando em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia, em que a Administração entende ser compatível com seu valor econômico, conforme laudo de avaliação anexo à ata da RCA de 17/08/2011.

Forma de integralização dinheiro

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/01/2012	Conselho de Administração	26/01/2012	7.782,60	Subscrição particular	22.890	45.780	68.670	0,00001107	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
01/03/2012	Conselho de Administração	01/03/2012	7.480,00	Subscrição particular	22.000	44.000	66.000	0,00001064	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
30/05/2012	Conselho de Administração	30/05/2012	7.649,32	Subscrição particular	22.498	44.996	67.494	0,00001088	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
13/07/2012	Conselho de Administração	13/07/2012	314.700.407,84	Subscrição particular	24.987.244	8.730.416	33.717.660	0,44777388	9,33	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Laudo Contábil								
Forma de integralização		Moeda Corrente Nacional								
23/10/2012	Conselho de Administração	23/10/2012	1.870,00	Subscrição particular	5.500	11.000	16.500	0,00000183	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
26/11/2012	Conselho de Administração	26/11/2012	43.288,46	Subscrição particular	127.319	254.638	381.957	0,00004254	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
18/03/2013	Conselho de Administração	18/03/2013	13.298,08	Subscrição particular	39.112	78.224	117.336	0,00001307	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
12/08/2013	Conselho de Administração	12/08/2013	121.328,66	Subscrição particular	356.849	713.698	1.070.547	0,00001192	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
19/09/2013	Conselho de Administração	19/09/2013	21.261,90	Subscrição particular	62.535	125.070	187.605	0,00002089	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		dinheiro								
20/12/2013	Conselho de Administração	20/12/2013	2.041,02	Subscrição particular	6.003	12.006	18.009	0,00000200	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		em dinheiro								
20/02/2014	Conselho de Administração	03/11/2014	1.550.264.983,19	Subscrição particular	87.196.901	0	87.196.901	37,69730887	17,78	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão por ação ordinária foi de R\$ 17,7789, estabelecido nos termos do artigo 170, §1º, I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, levando-se em consideração a perspectiva de rentabilidade da Companhia e com amparo em estudo econômico, anexo à Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2014 ("Ata de RCA").								
Forma de integralização		A Cemig GT realizou dois adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"), sendo: 1º AFAC realizado na Chipley, no valor de R\$ 739.943.143,10, no dia 14 de fevereiro; 2º AFAC realizado na Renova, no valor de R\$ 810.128.654,56, no dia 31 de março de 2014. As demais ações subscritas pelos acionistas no aumento de capital foram integralizadas, no ato da subscrição, à vista e em moeda corrente nacional.								

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/10/2014	Conselho de Administração	01/01/0001	17.056,10	Subscrição particular	50.165	100.330	150.495	0,04725045	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		Dinheiro.								
06/05/2015	Conselho de Administração	01/01/0001	13.317,46	Subscrição particular	39.169	78.338	117.507	0,00051860	0,34	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço de emissão das ações foi determinado pela divisão do patrimônio líquido e quantidade de ações referentes ao exercício social de 2008.								
Forma de integralização		Dinheiro								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve desdobramento, grupamento e bonificação nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes referentes ao capital social da Companhia foram descritas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Há a possibilidade de conversão de ações ordinárias em ações preferenciais, com os mesmos direitos e características das ações preferenciais já existentes, à razão de 1 (uma) ação ordinária para cada ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite de 50% de ações emitidas pela Companhia para as ações preferenciais sem voto ou com voto restrito, sendo referida conversão sujeita à ratificação da Administração da Companhia. A conversão das ações ordinárias em ações preferenciais se dará mediante solicitação do seu titular, por escrito ao Diretor Presidente, que analisará a possibilidade e viabilidade da solicitação
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, os acionistas titulares receberão os pagamentos relativos a reembolso do capital, após o recebimento integral por parte dos acionistas titulares de ações preferenciais.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Ações ordinárias não serão negociadas isoladamente.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BMF&Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 das Lei das Sociedades por Ações. Para as ações preferenciais é assegurada a participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	As ações preferenciais conferem direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, quanto às seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2 e no Estatuto Social; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VIII do Estatuto Social; e(e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá apenas enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Ações Preferenciais não serão negociadas isoladamente.

18.1 - Direitos das ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BMF&Bovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Espécie de ações ou CDA	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Caso ocorra redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aplicam-se à Companhia as disposições do artigo 136 da Lei 6.404/76 e do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BMF&Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
Outras características relevantes	A UNIT é o ativo mobiliário da Companhia negociado na BM&FBovespa composta por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

A oferta pública de aquisição de ações, acima descrita, também deverá ser efetivada: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; e (ii) em caso de Alienação de Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Também estará obrigado a efetivar a oferta pública o acionista que possuir ações da Companhia e que vier a adquirir o seu Poder de Controle em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações. Nessa hipótese, o Adquirente deverá pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Em qualquer hipótese o Acionista Controlador Alienante e o Comprador deverão entregar à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de Alienação de Controle da Sociedade na data de fechamento de referida operação. Havendo divergência quanto à caracterização de Alienação de Controle da Companhia, quanto à obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações ou relativa às condições dessa oferta, esta divergência será dirimida por meio de arbitragem. O Acionista Controlador Alienante não transferirá a propriedade de suas ações e a Companhia não registrará qualquer transferência de ações ao Comprador do Poder de Controle, ou àquele(s) que vier (em) a deter o Poder de Controle da Companhia, enquanto este(s) não subscrever (em) o Termo de Anuência dos Controladores.

A Companhia não arquivará em sua sede qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores acima referido, que deverá ser imediatamente enviado à BM&FBOVESPA.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não prevê cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2014**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2014	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	334.296	42,50	36,18	R\$ por Unidade
30/06/2014	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	291.800	42,65	37,50	R\$ por Unidade
30/09/2014	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.730.800	50,00	37,69	R\$ por Unidade
30/12/2014	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	904.100	42,49	34,99	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2013

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2013	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.941.012	34,00	30,76	R\$ por Unidade
30/06/2013	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	21.041.935	40,55	32,00	R\$ por Unidade
30/09/2013	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.265.275	39,50	49,90	R\$ por Unidade
31/12/2013	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.464.705	50,90	47,00	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2012

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2012	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.381.568	33,50	25,50	R\$ por Unidade

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2012**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/06/2012	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.605.536	34,80	29,61	R\$ por Unidade
30/09/2012	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	27.751.736	31,99	26,00	R\$ por Unidade
31/12/2012	Certificados de Depósito de Valores Mobiliários-Units			Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.959.932	31,98	27,81	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 1ª emissão
Data de emissão	18/03/2011
Data de vencimento	12/03/2012
Quantidade (Unidades)	15
Valor total (Reais)	150.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Notas Comerciais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, destinada a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Todas as Notas Comerciais estavam sujeitas a resgate antecipado pela Companhia, a qualquer tempo após a data de subscrição e integralização, desde que observados os procedimentos descritos na cártula.
Características dos valores mobiliários	<p>Vencimento: 12/03/2012</p> <p>Hipótese de Resgate Antecipado: a Companhia poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Notas Comerciais a qualquer tempo após a data de subscrição e integralização.</p> <p>Juros: correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "extra-grupo", expressas na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, incidentes sobre o valor nominal unitário desde a data de emissão, acrescida de um spread anual de 3% calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de subscrição e integralização até a data do efetivo pagamento ou do resgate antecipado. Garantia: alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. e todos os bens e direitos decorrentes ou relacionados a essas ações.</p> <p>Agente Fiduciário: Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, cuja remuneração compreende parcela única de R\$12.000,00 devida no dia quinto dia útil após a assinatura das Notas Promissórias. Principais deveres e atribuições contratuais do Agente Fiduciário: (i) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções; (ii) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas em todos os contratos relacionados à emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento; (iii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Notas Promissórias acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações; e (iv) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições da emissão.</p> <p>Hipóteses de Vencimento Antecipado: A cártula estipula, ainda, certas hipóteses de vencimento antecipado, tais como (i) mudança, direta ou indireta, de controle acionário da Companhia, tal como definido no artigo 116 da Lei 6.404/76; (ii) inadimplemento, pela Companhia, do pagamento de principal ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Notas Comerciais; e (iii) pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio pela Companhia sem a prévia anuência dos titulares das Notas Comerciais.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsões específicas para a alteração dos direitos assegurados.
Outras características relevantes	Em 12/03/2012 essas Notas Promissórias foram integralmente quitadas.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, da segunda emissão, não conversíveis em ações
Data de emissão	17/09/2012
Data de vencimento	17/09/2022
Quantidade (Unidades)	30.000
Valor total (Reais)	300.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Emissão e oferta pública de distribuição de debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM número 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>A escritura prevê que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir de 17 de setembro de 2014, (i) a amortização antecipada facultativa parcial, limitada a 95% do valor nominal unitário das debêntures ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures conforme a seguir (a) do início do 25º mês até o final do 36º mês da Data de Emissão: 1,75% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (b) do início do 37º mês até o final do 48º mês da Data de Emissão: 1,50% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (c) do início do 49º mês até o final do 60º mês da Data de Emissão: 1,25% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;</p> <p>(d) do início do 61º mês até o final do 72º mês da Data de Emissão: 1,00% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (e) do início do 73º mês até o final do 84º mês da data de Emissão: 0,75% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (f) do início do 85º mês até o final do 96º mês da Data de Emissão: 0,50% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; (g) do início do 97º mês até o final do 108º mês da Data de Emissão: 0,25% sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; e (h) do início do 109º mês até o final do 120º mês da Data de Emissão: não será pago prêmio sobre o valor a ser resgatado ou amortizado.</p>

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Características dos valores mobiliários

Vencimento: 17/09/2022 e possibilidade de resgate antecipado a partir de 17/09/2014.
 Juros: correspondentes à variação acumulada de 123,45% das taxas médias diárias dos DI - depósitos interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, expressa em forma percentual ao ano, base 252 dias úteis.
 Garantia: as debêntures são da espécie quirografária com garantia adicional real; (i) alienação fiduciária de 100% das ações da Enerbrás Centrais Elétricas S.A. e (ii) cessão fiduciária de bens e direitos e quaisquer recursos depositados em conta vinculada mantida no Banco do Brasil S.A. na qual serão depositados o (a) fluxo de dividendos distribuídos pela Enerbrás à Companhia, proveniente dos dividendos recebidos da Energética Serra da Prata S.A.; e (b) fluxo de dividendo distribuídos pela Nova Renova Energia S.A. à Companhia proveniente dos dividendos recebidos das empresas Salvador Eólica Participações S.A. e Bahia Eólica Participações S.A..
 Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários cuja remuneração corresponde à R\$7.000,00 anuais, devida no quinto dia útil contado a partir de 03 de setembro de 2012 e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das debêntures.
 A cláusula 4.3 da escritura de emissão das debêntures prevê ainda, certas hipóteses de vencimento antecipado, tais como (i) distribuição de recursos na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, redução de capital social, partes beneficiárias, amortização de ações, bonificações em dinheiro ou qualquer outra modalidade de remuneração que seja devida aos acionistas, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, exceda o percentual de 25% do lucro líquido, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures representando 75% das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. Fica admitida a distribuição de dividendos até o limite de 75% do lucro líquido desde que: (a) comprovada a capitalização mínima de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões) na Companhia; (b) atingido ICSD conforme definido na escritura, e (c) a Companhia esteja adimplente quanto às obrigações assumidas nos termos da escritura; (ii) saída da Light Energia S.A. da gestão operacional da Companhia ou perda do poder de gestão em função de alterações no bloco de controle; (iii) redução da atual participação de 50% da Light Energia S.A. no bloco de controle da Companhia; entre outras.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Alterações nas condições das debêntures (prazos, valor, forma de remuneração das debêntures, garantia, quora, e eventos de vencimento antecipado) deverão ser aprovadas em assembleia geral de debenturistas e dependerão de aprovação de 90% das debêntures em circulação.

Outras características relevantes

Em 30 de novembro de 2010 foi celebrada a escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples da Espécie Quirografária da Companhia registrada em 13 de janeiro de 2011 na Junta Comercial do estado de São Paulo. Apesar de celebrada e registrada, a referida emissão não foi efetivamente subscrita e integralizada. A data da subscrição e integralização das debêntures de 2ª emissão da Companhia foi em 11 de outubro de 2012.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, de primeira emissão, não conversíveis em ações
Data de emissão	15/11/2014
Data de vencimento	15/11/2025
Quantidade (Unidades)	146
Valor total (Reais)	146.000.000,00
Restrição a circulação	Sim

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Descrição da restrição	1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM 476, da Renova Eólica Participações S.A.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Escritura de Emissão poderá conter, e a Emissora poderá realizar, desde que observados os termos a serem regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, conforme previsto pela Lei 12.431, oferta de resgate antecipado facultativo das Debêntures, nos termos que vierem a ser definidos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado").
Características dos valores mobiliários	Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Renova Eólica Participações S.A.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsões específicas para a alteração dos direitos assegurados.
Outras características relevantes	A data de emissão das Debêntures será a data constante da Escritura de Emissão ("Data de Emissão") e será atualizada nesta sessão assim que ocorrer a emissão, bem como os demais itens desse Formulário.
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real
Data de emissão	15/12/2014
Data de vencimento	15/12/2024
Quantidade (Unidades)	50.000
Valor total (Reais)	10.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente)
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, somente a partir do 37º mês contado da Data de Emissão: (i) a amortização antecipada facultativa parcial, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável. A amortização antecipada facultativa parcial deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Antecipada Facultativa Parcial"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), conforme for o caso.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Características dos valores mobiliários	Vencimento: 15/12/2024. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, simples e não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de certificados ou cautelas.As Debêntures não serão objeto de atualização monetária. A partir da Data de Integralização, as Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada de 123,45% (cento e vinte e três inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) da taxa média diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) (“Taxa DI”), incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, pro rata temporis, a partir da Data de Integralização das Debêntures (inclusive) ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (exclusive), conforme o caso, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido na Cláusula 4.1.12.7), até a Data de Vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de uma das hipóteses de vencimento antecipado, ou ainda nas hipóteses de Amortização Antecipada Facultativa Parcial (conforme definida na Cláusula 5.2.1) ou Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme aplicável) (“Juros Remuneratórios”).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Alteração de prazos, valor, forma de remuneração das Debêntures, garantias, quora, e eventos de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados a realização, pela Emissora, do resgate antecipado facultativo total da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª séries da 2ª Emissão de Debêntures da Emissora, nos termos da Cláusula 4.2 da escritura de emissão da 2ª Emissão de Debêntures, e para o reforço de caixa da Emissora.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Os valores mobiliários da Companhia estão listados no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “RNEW3” (ações ordinárias), “RNEW4” (ações preferenciais) e “RNEW11” (units). As debêntures da 3ª emissão da Companhia são admitidas à negociação na CETIP S.A. – Mercados Organizados, sob o código “RNEV13”.

As debêntures da 1ª emissão de infraestrutura da Renova Eólica Participações SA são admitidas à negociação na CETIP S.A. – Mercados Organizados, sob os códigos “RNEP11” e “RNEP21”.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 e no exercício social corrente, a Companhia teve as seguintes ofertas públicas de distribuição:

2ª Emissão de Debêntures pela Companhia

Em 17 de setembro de 2012, a Companhia emitiu 30.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), no valor total de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais). Essa debênture foi quitada em dezembro de 2014.

1ª Emissão de Notas Promissórias pela Companhia

Em 18 de março de 2011, a Companhia emitiu 150 milhões em notas promissórias com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476.

Em 12 de março de 2012 essas Notas Promissórias foram integralmente quitadas.

2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais das controladas pela Companhia

Emissão de 05 Notas Promissórias Comerciais pelas controladas indiretas da Companhia, no valor total de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 134, de 1º de novembro de 1990, conforme alterada, da Instrução CVM nº 155, de 7 de agosto de 1991, conforme alterada, e segundo os procedimentos previstos na Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

3ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais das controladas pela Companhia

Em 24 outubro de 2014, foi aprovada a realização da 3ª emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de oito controladas indiretas da Companhia no montante total de até R\$ 251,2 milhões. Os recursos captados pela Renova foram destinados para o pagamento do principal da 2ª emissão de notas promissórias comerciais das controladas. Parte dessas notas promissórias contratadas em outubro já foi quitada com o desembolso do financiamento de longo prazo.

3ª Emissão de Debêntures pela Companhia

Em 15 de dezembro de 2014, a Companhia emitiu 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 500,0 milhões. Os recursos dessa debênture foram utilizados para resgate antecipado facultativo total da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª séries da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia no valor de R\$ 370,8 milhões.

1ª Emissão de Debêntures de infraestrutura da Renova Eólica Participações S.A.

Em 20 de março de 2014, a Companhia emitiu 146 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas Séries, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, da Renova Eólica Participações S.A., no valor total de R\$ 146.000.000.

Para mais informações sobre a terceira emissão de debêntures da Companhia e a primeira emissão de debêntures de infraestrutura da Renova Eólica Participações S.A., vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou ofertas públicas relativas a ações de emissão de terceiros.

18.10 - Outras informações relevantes

Além das informações prestadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência, outras características estão destacadas abaixo.

Ordinárias

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar a oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Nível 2 da BMF&BOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

Preferenciais

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, a Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Nível 2 da BMF&BOVESPA, de forma a assegurar que os acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais recebam tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, inclusive que recebam um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao Acionista Controlador Alienante.

Para os titulares de ações preferenciais é assegurado o direito ao recebimento de um valor por ação preferencial correspondente a 100% do valor pago aos acionistas titulares de ações ordinárias na hipótese de alienação do controle da Companhia nos termos do Capítulo VII do Estatuto Social da Companhia.

Units

Os titulares de Units terão o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia, exceto pelo prazo de 30 dias contado da data da publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o disposto no art. 55, §2º do Estatuto Social da Companhia e com deliberação a esse respeito a ser tomada em Reunião do Conselho de Administração.

As Units também conferirão aos seus titulares o direito: (i) de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units; e (ii) ao recebimento de ações decorrentes de cisão, incorporação ou fusão envolvendo a Companhia.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui planos de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

A Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, e nem nos últimos três exercícios sociais, valores mobiliários mantidos em tesouraria

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	22/02/2010
Cargo e/ou função	Acionistas Controladores Diretos ou Indiretos Diretores Membros do Conselho de Administração

Principais características

A Companhia em sua Política de Negociação de Valores Mobiliários firmada em 22 de fevereiro de 2010 fixou determinados parâmetros e limites específicos para a negociação de valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, por parte de determinadas pessoas, em atenção ao disposto no artigo 15 da Instrução CVM 358.

Esta Política de Negociação deve ser aplicada em conformidade com o disposto na Política de Divulgação de Informações da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2008, na mencionada Instrução CVM 358 da Comissão de Valores Mobiliários, na Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BMF&BOVESPA, especialmente quanto ao dever dos Acionistas Controladores, Administradores, Conselheiros e Ex-Administradores de guardar sigilo sobre qualquer informação relevante que ainda não tenha sido divulgada, obtida em razão de cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários, sendo vedado valer-se da informação de obter, para si ou para outrem, vantagem no mercado de valores mobiliários.

As obrigações previstas na Política de Negociação alcançam para fins de adesão, (i) Companhia, (ii) Acionistas Controladores, (iii) Administradores, (iv) Conselheiros, (v) Ex-Administradores, (vi) Colaboradores que o Diretor de Relações com Investidores venha a indicar, a seu exclusivo critério, como Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação, conforme listagem divulgada de tempos em tempos.

Essas pessoas não podem negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, independentemente da existência, ou não, de Ato ou Fato Relevante a ser divulgado pela Companhia.

Excepcionalmente, os Administradores e Conselheiros da Companhia, das Sociedades Controladas e das Sociedades Coligadas poderão negociar com Valores Mobiliários no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia se observadas as disposições do Capítulo VI da Política de Negociação.

Estão abrangidas nas vedações da Política de Negociação as negociações realizadas de forma direta ou indireta por Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação, definidas como: (a) Negociação Direta: negociação com Valores Mobiliários que ocorra por conta e ordem de Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação ou a beneficie diretamente, tais como aquelas efetuadas em bolsa de valores ou mercado de balcão, cujo comitente final seja Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação; e (b) Negociação Indireta: negociação com Valores Mobiliários que tenha como beneficiária indireta Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação, tais como aquelas realizadas por sociedades controladas por Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação, fundo de investimento exclusivo de Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação ou por intermédio de terceiros com quem alguma Pessoa Sujeita à Restrição para Negociação tenha contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações, observadas as hipóteses de negociação autorizada, conforme abaixo descrita.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

As vedações estabelecidas na Política de negociação não se aplicam (i) no caso de as negociações com valores mobiliários da Companhia serem realizadas por fundos de investimento de que as Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação sejam quotistas, desde que tais fundos de investimento não sejam exclusivos e as decisões de negociação do administrador dos fundos de investimento não sejam influenciados pelos quotistas; e/ ou (ii) nas operações com ações da Companhia que se encontrem em tesouraria, por meio de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela Companhia e nas recompras dessas ações pela Companhia, também mediante negociação privada.

Os Administradores e Conselheiros da Companhia, bem como das Sociedades Controladas e Sociedades Coligadas, podem adquirir Valores Mobiliários de emissão da Companhia no período de 15 dias corridos que antecede a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP), desde que (i) a aquisição seja realizada em conformidade com o Plano Individual de Investimento, nos termos do Capítulo VIII da Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (ii) a Companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para a divulgação de formulários ITR e DFP.

As Pessoas Sujeitas à Restrição para Negociação que desejarem negociar com Valores Mobiliários deverão observar as seguintes limitações: (a) abster-se de negociar Valores Mobiliários sempre que assim determinado pelo Diretor de Relações com Investidores, pelo período por este fixado, independente de apresentação de justificativa; (b) não realizar negociações com Valores Mobiliários de forma privada, salvo se expressamente autorizadas pelo Diretor de Relações com Investidores; (c) informar previamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, a corretora a ser utilizada em qualquer negociação envolvendo Valores Mobiliários de emissão da Companhia, das Sociedades Controladoras, Controladas e Coligadas; (d) orientar e enviar os melhores esforços para que (i) o cônjuge ou companheiro; (ii) o descendente; e (iii) qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda somente negociem Valores Mobiliários nos períodos em que esteja autorizado a negociar Valores Mobiliários; e (e) abster-se de negociar com Valores Mobiliários sempre que a referida negociação puder interferir nas condições dos negócios relacionados, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria, ou de suas Sociedades Controladas e Coligadas ainda que (i) após a divulgação de Ato ou Fato Relevante; ou (ii) de acordo com o Plano Individual de Investimento.

20.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas no item 20.1 deste Formulário

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Conforme Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“ICVM 358”), a Companhia estabeleceu uma Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia (“Política de Divulgação”), que consiste em regras sobre divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. A Política de Divulgação foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de maio de 2008.

Enquanto o Ato ou Fato Relevante não for divulgado, todos aqueles alcançados pela Política de Divulgação deverão guardar completo sigilo a seu respeito e, quando necessária para o desenvolvimento dos negócios da Companhia, dar difusão restrita, sempre em caráter de confidencialidade e zelando para que todos aqueles que tenham acesso a tal informação saibam de seu caráter confidencial e de sua forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação. Conforme estabelece o artigo 8º da ICVM 358, os Destinatários (conforme definidos na Política de Divulgação) respondem solidariamente com seus subordinados e terceiros de sua confiança pelo descumprimento do dever de guardar sigilo aqui mencionado.

Quando tratarem de informação sigilosa ou potencialmente relevante ainda não divulgada, os Destinatários, obrigatoriamente, devem: (a) reportá-las imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores; (b) certificar-se de que todos os documentos relacionados a essas informações circulem com aviso de confidencialidade e/ou de restrição de acesso e, ainda, que as correspondências, convencionais ou eletrônicas, tenham como destinatário pessoas de confiança, que estejam cientes de que as informações são prestadas em caráter sigiloso, observando os padrões da Companhia sobre a segurança de correspondência eletrônica; (c) encaminhar ao Diretor de Relações com Investidores relação indicando nome, cargo e função das pessoas às quais foram franqueadas tais informações, formal ou informalmente, se de seu conhecimento; e (d) comunicar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores sobre suspeita ou ocorrência de vazamento dessas informações do seu círculo restrito e determinável.

O Diretor de Relações com Investidores é o primeiro responsável pela divulgação de Ato ou Fato Relevante. Ele deve dar eficaz cumprimento à difusão de Ato ou Fato Relevante, promovendo sua imediata divulgação e comunicação à CVM e ao(s) mercado(s) em que seja admitida a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os Destinatários que tenham conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante que já deveria ter sido divulgado têm responsabilidade subsidiária.

Observado o procedimento estabelecido no item (a) acima e constatada pelos Acionistas Controladores, Administradores ou Conselheiros a ocorrência de omissão na divulgação do Ato ou Fato Relevante por parte do Diretor de Relações com Investidores, devem aqueles cientificar imediatamente os demais membros da Diretoria da Companhia para que apreciem a matéria relativa à eventual divulgação, sem prejuízo do dever de informar o Ato ou Fato Relevante à CVM, consoante o parágrafo 2º do artigo 3º da ICVM 358. A Diretoria da Companhia dará ciência ao Destinatário comunicante, de imediato e por escrito, dessa deliberação.

O Ato ou Fato Relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo quando sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar legítimos interesses da Companhia. O Ato ou Fato Relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os Acionistas Controladores ou os Administradores entenderem que sua divulgação porá em risco interesse legítimo da Companhia, observando-se, adicionalmente, o que segue: (a) os Acionistas Controladores ou Administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em benefício da Companhia deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da ICVM 358; (b) o Diretor de Relações com Investidores ou, ainda, os demais Administradores ou Acionistas Controladores da Companhia poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM. Caso esta decida pela divulgação ao mercado do Ato ou Fato Relevante, determinará aos interessados, ou ao Diretor de Relações com Investidores, conforme o caso, que o comunique, imediatamente à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, e o divulgue na forma do artigo 3º da ICVM 358; e (c) em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de Ato ou Fato Relevante, ocorrendo situações anômalas ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item (b) acima ou divulgar imediatamente o respectivo Ato ou Fato Relevante, caso que não eximirá os Acionistas Controladores e os Administradores de sua responsabilidade pela divulgação.

A Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia encontra-se disponível na íntegra no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (www.renovaenergia.com.br).

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

O Ato ou Fato Relevante deve ser imediatamente divulgado, salvo, em caráter excepcional, quando, no interesse dos Acionistas Controladores ou dos Administradores, sua manutenção sob sigilo for indispensável para preservar legítimos interesses da Companhia, observando-se, adicionalmente, o que segue: (a) os Acionistas Controladores ou Administradores que decidirem pela manutenção do sigilo em benefício da Companhia deverão cientificar imediata e formalmente o Diretor de Relações com Investidores do ato ou fato tido como relevante em estado sigiloso, dando conhecimento das informações necessárias ao seu correto entendimento para que, por si só, sejam capazes de subsidiar eventual divulgação nos termos da ICVM 358; (b) o Diretor de Relações com Investidores ou, ainda, os demais Administradores ou Acionistas Controladores da Companhia poderão solicitar a apreciação da manutenção de sigilo à CVM, e caso esta decida pela divulgação ao mercado do Ato ou Fato Relevante, determinará aos interessados, ou ao Diretor de Relações com Investidores, conforme o caso, que o comunique imediatamente à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, e o divulgue na forma do artigo 3º da ICVM 358; e (c) em qualquer hipótese de manutenção do sigilo de Ato ou Fato Relevante, ocorrendo situações anômalas ou quando a situação escapar ao controle dos Destinatários, o Diretor de Relações com Investidores deve ser informado imediatamente e este deverá adotar os procedimentos previstos no item (b) acima ou divulgar imediatamente o respectivo Ato ou Fato Relevante, caso que não eximirá os Acionistas Controladores e os Administradores de sua responsabilidade pela divulgação.

A Política de Divulgação de Informação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia encontra-se disponível na íntegra no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da Companhia (www.renovaenergia.com.br).

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores é o primeiro responsável pela divulgação de Ato ou Fato Relevante. Ele deve dar eficaz cumprimento à difusão de Ato ou Fato Relevante, promovendo sua imediata divulgação e comunicação à CVM e ao(s) mercado(s) em que seja admitida a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os Destinatários que tenham conhecimento pessoal de Ato ou Fato Relevante que já deveria ter sido divulgado têm responsabilidade subsidiária.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, tendo em vista que não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.